



CARTA EDUCATIVA 2.^a GERAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS

Versão final

Julho 2023



FICHA TÉCNICA

Título: Revisão da Carta Educativa do Município de Lagos

Equipa Técnica Quaternaire Portugal, S.A.

Susana Magalhães (Coordenação)

Filipa Barreira

Leonor Rocha

Pedro Mendes

Colaboração:

Câmara Municipal de Lagos

Departamento de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura - Divisão de Educação Juventude e Desporto

Departamento de Planeamento e Gestão do Território

Outras entidades

Agrupamento de Escolas Gil Eanes

Agrupamento de Escolas Júlio Dantas

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços Regionais do Algarve

Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos

Associação Infância Viva

Santa Casa da Misericórdia de Lagos

Colégio Bambino

Colégio Luz de São Gonçalo

Escola Internacional Vale Verde

Externato Jardim Infantil da Torralinha

[página propositadamente deixada em branco]

INDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. BALANÇO DA CARTA EDUCATIVA DE LAGOS 2018	7
2.1. Avaliação do grau de execução das medidas da Carta Educativa de primeira geração	7
2.1.1 Avaliação do grau de execução das intervenções na rede educativa	7
2.1.2 Avaliação da concretização das medidas de consolidação da política educativa municipal	9
2.2. Evolução da rede educativa e enquadramento dos resultados educativos municipais	13
3. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO (ENQUADRAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO)	19
3.1. Enquadramento territorial	19
3.2. Modelo de organização do território municipal	20
3.2.1 Hierarquização da rede urbana	20
3.2.2 Programação da ocupação do território	22
3.2.3 Sistema de acessibilidades	23
3.3. Demografia e enquadramento socioeconómico	25
3.3.1 Dinâmica populacional	25
3.3.2 Dinâmica económica	32
3.4. Projeções da população residente	35
4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA EDUCATIVA	41
4.1. Rede educativa - situação atual da rede pública	42
4.1.1 Agrupamentos de escolas	42
4.1.2 Tipologia e localização do parque educativo	44
4.1.3 Estabelecimentos encerrados	45
4.1.4 Caracterização das instalações e espaços escolares	46
4.1.5 Estado de conservação, adequação e segurança dos espaços	55
4.1.6 Taxa de ocupação e saturação dos espaços	57
4.1.7 Irradiação dos estabelecimentos e proveniência dos alunos	62
4.1.8 Rede de bibliotecas escolares	66
4.2. Estabelecimentos da rede privada	66
4.2.1 Estabelecimentos da rede solidária	66
4.2.2 Estabelecimentos da rede particular e cooperativa	68
4.2.3 Taxa de ocupação dos estabelecimentos da rede privada	69
4.3. Educação inclusiva	70
4.4. Recursos humanos	72
4.5. Apoios e medidas de compensação socioeducativa	75
4.5.1 Ação social escolar	75
4.5.2 Escola a tempo inteiro e outras atividades	78
4.5.3 Transportes escolares	80
4.6. Serviços de Psicologia e Orientação	83
4.7. Os projetos educativos	84
4.8. Os projetos municipais mais relevantes na área de educação	86
5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ATUAL E POTENCIAL	89
5.1. Educação Pré-escolar	89
5.2. Ensino Básico	92

5.3. Ensino Secundário	100
5.4. Centro Qualifica	105
6. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E ORIENTAÇÕES PARA O (RE)ORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA	107
6.1. Síntese estratégica	107
6.2. Diagnóstico da rede educativa do município de Lagos	112
6.3. Linhas de orientação para a proposta de reordenamento da rede educativa de Lagos	113
7. PROPOSTAS DE (RE)ORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA	117
7.1. Objetivos e princípios de intervenção	117
7.2. Propostas de requalificação dos equipamentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (Eixo 1)	118
7.3. Medidas de promoção do sucesso educativo (Eixos 2 e 3)	128
7.4. Competências assumidas pelo Município em matéria de educação	130
8. PROGRAMA DE EXECUÇÃO	133
8.1. Calendarização da execução	133
8.2. Custos previstos com as intervenções propostas	134
8.3. Despesas com apetrechamento dos espaços escolares	136
8.4. Fontes de financiamento	138
9. MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS	141
10. BIBLIOGRAFIA	145

ANEXO_Fichas de caracterização dos estabelecimentos de ensino

Nota

Para efeitos de interpretação do presente documento as designações dos estabelecimentos de ensino da rede pública correspondem às publicadas na Portaria n.º 303/2022, de 22 de dezembro, tendo a seguinte correspondência ao longo do relatório:

- a Escola Secundária ou ES Gil Eanes corresponde à Escola Secundária Gil Eanes, Lagos;
- a Escola Básica ou EB das Naus corresponde à Escola Básica das Naus, Lagos;
- a Escola Básica ou EB de Ameijeira corresponde à Escola Básica de Ameijeira, Lagos;
- a Escola Básica ou EB de Bensafrim corresponde à Escola Básica de Bensafrim, Lagos;
- a Escola Básica ou EB de Chinicato corresponde à Escola Básica de Chinicato, Lagos;
- a Escola Básica ou EB de Odiáxere corresponde à Escola Básica de Odiáxere, Lagos;
- a Escola Básica ou EB Sophia de Mello Breyner Andresen corresponde à Escola Básica Sophia de Mello Breyner Andresen, Lagos;
- a Escola Básica ou EB “Centro Escolar da Luz” corresponde à Escola Básica “Centro Escolar da Luz”, Lagos;
- a Escola Básica ou EB de Santa Maria corresponde à Escola Básica de Santa Maria, Lagos;
- a Escola Básica ou EB Tecnopolis corresponde à Escola Básica de Tecnopolis, Lagos;
- a Escola Secundária/ES Júlio Dantas corresponde à Escola Secundária Júlio Dantas, Lagos.

1. INTRODUÇÃO

A primeira revisão da Carta Educativa do Município de Lagos foi objeto de parecer favorável do Conselho Municipal de Educação de Lagos (CMEL), a 29 de novembro de 2017, tendo sido validada e aprovada pela Câmara Municipal, a 24 de janeiro de 2018, e posteriormente aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Lagos, a 27 de fevereiro de 2018.

O mesmo documento foi sujeito a apreciação da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Algarve (DGEstE – DSRAlg) e posteriormente remetido para o Ministério de Educação para pronúncia. Na ausência de resposta – nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 92.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) – foi a Carta Educativa do Município de Lagos considerada validada pelo Ministério da Educação, tendo sido iniciada a implementação das propostas de reordenamento da rede educativa.

A recente alteração legislativa no que respeita à transferência para os municípios de competências em matéria de educação, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, veio alterar o regime jurídico das Cartas Educativas (revogando o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro) e reforçar a necessidade dos municípios atualizarem estes instrumentos de modo a assegurar, não apenas o planeamento da rede educativa adequado aos níveis de procura de educação e formação mas, também, a programação dos investimentos necessários, tendo em consideração que a responsabilidade dos municípios sobre o investimento, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares foi alargada a todo o ensino básico e ensino secundário (com exceção dos equipamentos educativos que integram o património da Parque Escolar, E. P. E., que, no caso do município de Lagos, corresponde à Escola Secundária Júlio Dantas).

“A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do município.” (Artigo 5.º, DL 21/2019, de 30 de janeiro)

A Carta Educativa tem como objetivos:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
- Refletir a nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;
- Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do Município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas.

Em termos específicos, segundo o artigo 7.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a Carta Educativa:

- identifica os edifícios e equipamentos educativos e a respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescolar;
- incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino das redes pública, privada, cooperativa e solidária;

- reflete a estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo;
- prevê os termos da prossecução, pelo município, de ações na área das atividades complementares de ação preventiva e do desenvolvimento do desporto escolar.

Neste processo, o **Conselho Municipal de Educação** tem um papel importante, na medida em que corresponde a “(...) *uma instância de consulta que tem por objetivo, a nível municipal, analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo, propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.*” (Artigo 55.º, DL 21/2019, de 30 de janeiro).

Trata-se assim de uma estrutura municipal onde participam os agentes e parceiros sociais com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais, nomeadamente nas áreas da saúde, da ação social, da formação e emprego, da juventude e desporto e ainda das forças de segurança.

Para além de outras competências, no âmbito das cartas educativas espera-se deste órgão o seguinte:

- *“acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os departamentos governamentais com competência na matéria, com vista a garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do concelho”.*

Entretanto, foram divulgados os resultados definitivos dos Censos 2021 que indicam um crescimento global da população residente em Lagos de 7,9% face a 2011, traduzindo-se num aumento de 2.451 habitantes.

Neste contexto, torna-se fundamental e urgente proceder à revisão da versão em vigor da carta educativa do Município, adequando o documento aos requisitos das Cartas Educativas de 2.ª Geração, as quais passam a integrar o Plano Diretor Municipal (PDM).

Em termos metodológicos, a caracterização que se apresenta recorreu a um conjunto de fontes de informação:

- Documental, nomeadamente documentos fornecidos por entidades diversas e legislação e regulamentação específicas;
- Estatística, incluindo dados disponibilizados pela Câmara Municipal de Lagos (CML), Instituto Nacional de Estatística (INE), Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), DGEstE - DSRAIlg;
- E reuniões de trabalho com informadores privilegiados (CML – pelouro da Educação, Departamento de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura - Divisão de Educação Juventude e Desporto, Departamento de Planeamento e Gestão do Território, Direções dos Agrupamentos de Escolas Júlio Dantas e Gil Eanes).

A metodologia adotada incluiu um conjunto de reuniões/sessões de trabalho com o Município e os agrupamentos de escolas, a par das visitas aos estabelecimentos intervencionados e ao novo estabelecimento da rede pública municipal.

O documento que se apresenta está organizado da seguinte forma:

- No capítulo 2, em jeito de balanço, procede-se à análise da concretização das intervenções previstas na Carta Educativa de 2018, apresentando igualmente a evolução da rede educativa em termos de resultados educativos a nível municipal, em todos os ciclos de ensino;
- No capítulo 3, apresenta-se um diagnóstico estratégico com o enquadramento geral do Município de Lagos, em termos da sua inserção territorial, dinâmicas da população e evolução socioeconómica e das projeções da população residente;
- No capítulo 4, é feita a caracterização e diagnóstico da oferta de educação e formação do Município, incluindo a caracterização dos estabelecimentos educativos;

- No capítulo 5, efetua-se a análise da procura de educação e formação atual e potencial, nos seus diferentes níveis;
- No capítulo 6, apresenta-se uma síntese do diagnóstico, tendo em conta algumas das dimensões analisadas nos capítulos anteriores e ainda um ponto em que se destacam um conjunto de questões e desafios que se colocam, à rede educativa do município de Lagos, em matéria de requalificação e reordenamento, permitindo um aprofundamento da fundamentação das propostas de reordenamento da rede educativa do Município;
- No capítulo 7, apresentam-se os critérios de referência para o exercício de reordenamento da rede educativa, os objetivos e princípios de intervenção e as propostas de intervenção específicas de reordenamento da rede, com base nas projeções da população escolar, incluindo a (re)organização dos agrupamentos de escolas, bem como as medidas de orientação estratégica de consolidação da política educativa municipal;
- No capítulo 8, define-se o programa de execução associado à implementação das propostas de intervenção de natureza física, desde a sua hierarquização, calendarização e responsabilidades, aos impactos previstos com o reordenamento da rede educativa e os custos previstos;
- No capítulo 9, apresentam-se as recomendações para o acompanhamento da implementação da Carta Educativa do Município de Lagos, integrando a organização do processo e indicadores de monitorização;
- Finalmente, no último capítulo, apresenta-se a bibliografia utilizada na elaboração do presente documento.

O presente relatório corresponde à versão final do documento da Carta Educativa do Município de Lagos, validada pelo CMEL a 28 de julho de 2023, ajustada e enviada para pronúncia do departamento governamental com competência em matéria de educação, após a qual será sujeita a aprovação por parte da Assembleia Municipal de Lagos.

[página propositadamente deixada em branco]

2. BALANÇO DA CARTA EDUCATIVA DE LAGOS 2018

2.1. Avaliação do grau de execução das medidas da Carta Educativa de primeira geração

2.1.1 Avaliação do grau de execução das intervenções na rede educativa

Aquando da elaboração do documento da Carta Educativa foi definido um programa de execução de intervenções de requalificação/reordenamento da rede educativa, quer a nível da construção de novos estabelecimentos, quer a nível da ampliação de edifícios existentes.

A tabela seguinte assinala as intervenções previstas no Programa de Execução e o respetivo grau de concretização.

Tabela 1 – Intervenções estruturantes previstas no Programa de Execução

Equipamento	Intervenção prevista	Descrição dos trabalhos realizados	Ano da intervenção	Valor (€) (s/ IVA)
Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico				
EB de Espiche (EB1/JI)	Encerramento	Encaminhamento para novo CE da Luz	2021/2022	
EB da Luz (EB1)	Encerramento	Encaminhamento para novo CE da Luz	2021/2022	
Novo centro escolar da Luz (EB1/JI)	Construção de raiz	2 salas JI, 4 salas 1.º CEB e 2 salas Centro de Apoio à Aprendizagem	Inaugurado 2021/2022	3.471.939,50 (c/IVA)
		Apetrechamento		74 027,00 (c/IVA)
2.º e 3.º Ciclos de ensino básico e Ensino secundário				
EB das Naus (EB2,3)	Obras de reabilitação (Cenário 1 - aumento da oferta)	Reparação de diversas patologias, com carácter prioritário (cobertura do Pavilhão e balneários)	2021	42.336,40
	Encerramento (Cenário 2)	-		
Nova EB de 2.º e 3.º CEB (EB2,3)	Construção de raiz (Cenário 1 - aumento da oferta)	-	-	-
	Construção de raiz (Cenário 2 - substituição da atual EB das Naus)	-	-	-
ES Gil Eanes (ES)	Obras de reabilitação	Concurso público lançado para Reparação de fissuras e abatimento do solo, mas ficou deserto		
		Reabilitação do Pavilhão Desportivo (trabalhos prioritários)	2021	112.722,70

Fonte: Carta Educativa 2018; CML 2023

No que se refere à construção de estabelecimentos, pode verificar-se que apenas se concretizou o novo Centro Escolar da Luz (já previsto na carta educativa de 2007) o qual foi inaugurado no ano letivo 2021/2022, tendo encerrado a EB de Espiche (que funcionava em regime duplo) e a EB1 da Luz.

Relativamente às obras de requalificação/reabilitação dos estabelecimentos e apetrechamento com mobiliário e equipamentos, de acordo com o programa de execução da Carta Educativa de 2018, apresenta-se nas tabelas seguintes o ponto de situação relativamente à implementação das ações complementares previstas e outras intervenções entretanto realizadas.

Tabela 2 – Intervenções complementares conforme Programa de Execução

Equipamento	Intervenção prevista	Descrição dos trabalhos realizados	Ano da intervenção	Valor (€) (s/ IVA)
Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico				
EB de Ameijeira (EB1/JI)	Criação de sala de audiovisuais	Instalação de painéis interativos em todas as salas (ver tabela seguinte)		

Equipamento	Intervenção prevista	Descrição dos trabalhos realizados	Ano da intervenção	Valor (€) (s/ IVA)
EB de Bensafrim (EB1)	Conservação e manutenção	Manutenção corrente com transferência desta responsabilidade para o respetivo AE/complementada com ações da JF e CML		
EB de Chincato (EB1)	Conservação e manutenção	Manutenção corrente com transferência desta responsabilidade para o respetivo AE/complementada com ações da JF e CML		
EB de Odiáxere (EB1)	Requalificação	Reabilitação geral do estabelecimento escolar	2021	174.203,66
EB de Santa Maria (EB1/JI)	Conservação e manutenção	Trabalhos prioritários: pintura exterior e interior do edifício. Reparação de cobertura	2021	179.495,62
	Intervenção nos espaços verdes; Eliminação de situações de risco	Substituição do pavimento da cozinha e colocação de vedação exterior (acesso direto da cozinha ao exterior)	2022	16.931,45
	Adequação das instalações sanitárias	Não concretizado: não se verificou a necessidade		
EB n.º 1 de Lagos (EB1)	Conservação e manutenção	Pintura exterior do edifício. Reparação de cobertura. Reparação de pavimentos em salas de aula. Arranjos exteriores	2021	147.374,88
2.º e 3.º Ciclos de ensino básico e Ensino secundário				
EB Tecnopolis de Lagos (EB2,3)	Requalificação dos duches/balneários e dos acessos aos sistemas de painéis solares e AVAC; melhoria das condições dos espaços destinados à Unidade de Ensino Estruturado	Reparação de coberturas e impermeabilização de palas de ensombramento	2021	176.849,24
ES Gil Eanes	Melhoria das condições de climatização das salas; construção de passagens cobertas de ligação entre edifícios e criação de zona de recreio coberta; adequação dos diversos espaços	Não concretizado		
ES Júlio Dantas (ES)	Manutenção	Manutenção corrente (Parque Escolar, EPE)		

Fonte: Carta Educativa 2018; CML 2023

Tabela 3 – Outras intervenções realizadas

Intervenções realizadas não previstas na carta educativa em vigor	Encargos
1. Otimização da iluminação com substituição de lâmpadas por lâmpadas LED	(*)
2. Intervenção no espaço verde da EB Tecnopolis de Lagos com colocação de novo sistema de rega e novas plantas	(*)
3. Colocação de toldo de sombreamento na EB de Santa Maria	9 163,44 €
4. Substituição do toldo danificado na EB de Ameijeira	10 233,60 €
5. Substituição do equipamento lúdico na EB de Ameijeira	60 732,09 €
6. Colocação de equipamentos de ar condicionado na EB de Odiáxere	9 100,00 €
7. Reparação de coberturas e colocação de portadas no refeitório da EB de Ameijeira	31.182,20 €
8. Requalificação da cozinha e dos espaços exteriores da EB Sophia de Mello Breyner Andresen	78.872,40 €
9. Requalificação do parque de estacionamento contíguo à EB das Naus (colocação de lombas e sinalética)	(*)
10. Construção de uma bolsa de estacionamento junto à EB de Santa Maria	(*)
11. Manutenção preventiva dos equipamentos lúdicos dos espaços de recreio (contratação de empresa especializada)	(**) 18 000,00 €
Total	217 283,73 €
Apetrechamento	
12. Aquisição e substituição de mobiliário escolar nas escolas básicas de 1.º ciclo (Santa Maria, Ameijeira, Odiáxere, Luz e Sophia de Mello Breyner Andresen)	20 458,59 €
11. Aquisição de Equipamento Ar condicionado para a EB de Santa Maria – 12 unidades	18 327,00 €
12. Aquisição de Equipamento e utensílios para apoio aos Refeitórios Escolares das EB1	19 500,00 €
13. Aquisição de Quadros Interativos para as salas de educação pré-escolar	29 815,20 €
14. Aquisição de Quadros Interativos para o 1.º ciclo do ensino básico	91 523,07 €

Intervenções realizadas não previstas na carta educativa em vigor	Encargos
15. Aquisição de Quadros Interativos para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico	137 523,72 €
16. Aquisição de Quadros Interativos para o ensino secundário	206 437,67 €
Total	523 585,25 €

Legenda: (*) sem avaliação do custo específico; (**) média de custo projetada ao n.º de equipamentos instalados nas escolas
Fonte: CML 2023

É possível constatar o investimento que o Município tem feito ao longo dos últimos 5 anos nos equipamentos educativos, tanto a nível da melhoria das condições dos edifícios e espaços exteriores como em termos de apetrechamento das salas, refeitórios e espaços complementares.

2.1.2 Avaliação da concretização das medidas de consolidação da política educativa municipal

A par das intervenções realizadas, importa considerar as medidas de consolidação da frequência e promoção do sucesso escolar, nomeadamente com o reforço da oferta educativa e formativa – através da aposta nos cursos de educação e formação, dos percursos curriculares alternativos (PCA) e do programa integrado de educação e formação (PIEF) – e com a estratégia de valorização da componente técnica do ensino secundário através da diversificação dos cursos profissionais, complementando a oferta existente.

A Carta Educativa 2018 apontava um conjunto de medidas complementares cuja concretização é avaliada de seguida.

1. Consolidação da rede de Estabelecimentos de Educação Pré-escolar

Esta medida prévia o alargamento do número de salas de educação pré-escolar – por forma a permitir um melhor equilíbrio face à rede solidária, particular e cooperativa e tendencialmente universalizar o acesso a este tipo de ensino a toda a população entre os 3 e os 5 anos de idade – bem como garantir o apetrechamento dos estabelecimentos com os meios materiais e humanos necessários ao desenvolvimento de um ensino de qualidade, onde se incluem os espaços complementares ao eficaz funcionamento da escola como os refeitórios, bibliotecas, parque infantil/recreio, sala polivalente, entre outros, mantendo a generalização da oferta de prolongamento de horários em todos os estabelecimentos.

Execução: Em termos de aumento das salas, com o reordenamento da rede (encerramento da EB1/JI de Espiche e a construção do Centro Escolar da Luz) a rede pública passou a contar com mais uma sala de pré-escolar, totalizando agora 12 salas. Por outro lado, a CML equipou todas as salas de pré-escolar com quadros interativos no ano 2022, no âmbito da política municipal de apetrechamento de todos os estabelecimentos da rede pública, a par da disponibilização de computadores e outros recursos informáticos na sequência de programas nacionais em execução.

No âmbito da oferta de prolongamento de horários, a CML assegura atividades de animação e apoio à família fora do horário letivo, gratuitas, que incluem um lanche a meio da tarde.

2. Consolidação da rede de Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico

No âmbito da presente medida, previa-se dar continuidade à requalificação dos espaços escolares de modo a dotá-los de valências diversas fundamentais ao bom funcionamento das aulas - espaço do refeitório, biblioteca, espaço de convívio e de trabalho para o corpo docente, sala polivalente e espaços de recreio com sombras e campo de jogos adequado – bem como a substituição da EB1/JI de Espiche e EB1 da Luz por um centro escolar, contribuindo para o incremento de um ensino de qualidade no concelho de Lagos. A medida inclui também o desenvolvimento de um programa de atividades extracurriculares de modo a assegurar a ocupação das crianças após o cumprimento dos tempos letivos e nas pausas letivas.

Execução: No ano letivo 2021/2022 foi inaugurada a nova Escola Básica “Centro Escolar da Luz” com uma capacidade para 6 salas de 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e 2 salas de pré-escolar, dando-se o encerramento das duas escolas previstas o que permitiu eliminar o regime de funcionamento duplo no concelho. Esta nova escola funciona atualmente um Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) numa das salas de 1.º CEB, contribuindo para melhorar o apoio aos alunos.

A par desta intervenção estruturante, como se pode verificar no subcapítulo anterior, o Município tem efetuado obras de conservação/manutenção corrente dos edifícios escolares – designadamente os identificados como prioritários –, bem como a substituição/reparação dos equipamentos sujeitos a maior desgaste (como por exemplo pavimentos, mobiliário, toldos, equipamento lúdico, entre outros).

O Município continua a promover Atividades de Enriquecimento Curricular: o “Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo” é desenvolvido pelo Município em parceria com entidades e associações locais e Clubes Desportivos de Lagos. As atividades são desenvolvidas em todas as escolas, com frequência facultativa e gratuita para todos os alunos.

3. Diversificação da oferta educativa e formativa e promoção da orientação escolar e profissional

A medida tem por objetivo diversificar a oferta educativa e formativa das escolas, nomeadamente ao nível do ensino secundário, e promover a orientação escolar e profissional, contribuindo simultaneamente para a redução das taxas de retenção e desistência neste nível de ensino, favorecendo respostas alinhadas com a procura social;

Execução: Os dois agrupamentos de escolas apresentaram candidaturas, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), para a instalação e modernização de Centros Tecnológicos Especializados (CTE) – foi já aprovada a criação do CTE das Energias Renováveis na ES Gil Eanes – estando a decorrer a apreciação das candidaturas do AE Júlio Dantas para a criação de um CTE Industrial e um CTE Informático, e ainda outra candidatura do AE Gil Eanes para um CTE Industrial. Um aspeto relevante que reforça estas candidaturas é a celebração de protocolos de colaboração com o Município. A instalação dos CTE representa uma oportunidade para reforçar a atratividade das formações de nível secundário de dupla certificação em domínios de especialização que requerem mão-de-obra muito qualificada e se inserem num processo de mutação tecnológica acelerada pelos desafios da transição climática e da transição digital.

4. Promoção do acesso e utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no incremento da qualidade das práticas pedagógicas

Na era da revolução digital as TIC são fundamentais e devem ser parte integrante dos processos de ensino-aprendizagem, por forma a incrementar a qualidade das práticas pedagógicas, mobilizando as competências e a motivação dos alunos para a sua utilização. Nesse sentido, esta medida consiste na disponibilização nas escolas de dispositivos tecnológicos (computadores/portáteis ou tablets) para uso nas atividades de aprendizagem e concomitantemente uma boa rede de *wi-fi* e velocidade de acesso.

Execução: Tal como referido anteriormente, o Município equipou todas as salas de aula dos estabelecimentos da rede pública, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário com quadros interativos (num montante global de investimento de 465.300€) entre 2019 e 2022, transformando-se as salas de aula em locais de aprendizagem onde existe uma maior interação entre professores e alunos e onde o real e o virtual se interligam e se complementam.

Importa aqui destacar o esforço do Município no investimento em quadros interativos e na disponibilização de computadores portáteis a alunos, bem como ao nível da formação, foi ministrada aos professores (faseadamente em função das aquisições dos quadros interativos), pela *Promethean* em parceria com o Centro de Formação Dr. Rui Grácio – num total de 486 formandos.

No que se refere ao apoio ao ensino à distância, tendo por base as necessidades identificadas por ambos os Agrupamentos de Escolas, relativamente aos alunos do concelho sem equipamentos informáticos, o Município adquiriu 400 computadores portáteis, 400 routers 4G e 100 tablets para disponibilizar, em regime de empréstimo e com obrigação de restituição no final do ano letivo, àquele universo de alunos, permitindo deste modo o acesso às atividades síncronas e assíncronas, como medida adotada no âmbito da pandemia Covid19. Com o regresso do ensino presencial estes equipamentos foram cedidos a título permanente aos estabelecimentos de ensino.

5. Aumento das competências do pessoal não docente

Esta medida destina-se à capacitação do pessoal não docente ao nível da gestão de conflitos, do trabalho junto de crianças com necessidade de medidas específicas, da violência na adolescência, das relações interpessoais.

Execução: Tem vindo a ser ministrada formação pelo Gabinete de Formação da Divisão de Recursos Humanos, dirigida aos trabalhadores afetos aos Agrupamentos de Escolas, relacionadas com várias temáticas, nomeadamente Acolhimento e integração de novos/as trabalhadores/as: Qualidade, Sensibilização em Segurança e Saúde no Trabalho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, CPA, Comportamentos Disfuncionais na Criança, Evolução e Desenvolvimento Infantil, Socorrismo Pediátrico

6. Articulação escola-família

A medida consiste na promoção de ações que visem a informação, a capacitação e a sensibilização das famílias e educadores para a participação e valorização dos percursos educativos e formativos dos educandos, com o objetivo de melhorar a articulação entre escola, família e comunidade.

Execução: O Município realiza um conjunto programas ao longo do ano e outras ações pontuais, geralmente em parceria com outras entidades, instituições, associações e com os agrupamentos de escolas, com o objetivo de incentivar esta articulação, nomeadamente: promover comportamentos saudáveis e adequados ao exercício da cidadania (“Aprender a Crescer com Segurança”), apoio às famílias e alunos no âmbito da ação social escolar, transportes escolares a serviços de apoio à família da educação pré-escolar, no fornecimento de refeições e prolongamento de horário, programa “Viver o Verão”; apoio ao aluno e à família através do reforço das equipas das escolas com psicólogas enquanto serviço de intervenção de primeira linha com os alunos, famílias e respetiva comunidade escolar. As equipas têm como objetivo prevenir e despistar situações de risco, contribuir para o sucesso escolar dos alunos, estabelecer estratégias de intervenção e inclusão dos alunos e das famílias na comunidade.

7. Articulação Interinstitucional

A medida pretende potenciar uma política de concertação com todos os atores que intervêm no processo educativo e promover a melhoria da qualidade da escola enquanto prestadora de um serviço, o que pode passar pelo estabelecimento de parcerias e protocolos de cooperação com diversos atores sociais, partilha de instalações e equipamentos, entre outros.

Execução: o concelho de Lagos faz parte da **Associação Internacional das Cidades Educadoras** (AICE) desde junho de 2017, onde se promove a troca e partilha de experiências, no âmbito da Educação não formal em toda a sua abrangência, e que entendem a cidade como um espaço de oferta de importantes elementos para uma formação integral do indivíduo. Para além dos projetos e programas que integram a medida anterior e contribuem para a articulação interinstitucional, importa referir **outros projetos em curso promovidos pela autarquia**, destinados às várias camadas de jovens estudantes, nomeadamente: programa “Viver o Verão” em articulação com diversos serviços da autarquia e em parceria com os clubes desportivos e associações culturais locais; programa “Crescer em Movimento” sob coordenação pedagógica de cada um dos Agrupamentos de Escolas e implementação articulada entre os Técnicos de

Educação Física e as Educadoras de Infância; Projeto “Casa do Jardim - Escola Ciência Viva de Lagos - iniciado no ano letivo 2018/2019, através da celebração de um protocolo entre a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o Centro de Ciência Viva de Lagos e o Município de Lagos, tem por objetivo permitir uma abordagem não formal de temas de ciência e tecnologia, onde a experimentação é dominante, entre outras ações.

Importa aqui fazer referência aos Protocolos de Cooperação entre a autarquia e os Agrupamentos de Escolas, que visam concretizar a transferência de competências do Município para os Agrupamentos de Escolas, tendo por base o veiculado no DL n.º 21/2019 de 30 de janeiro, através de transferência de apoio financeiro para gestão nas áreas: funcionamento, conservação, manutenção e apetrechamento dos edifícios escolares, gestão do pessoal não docente, apoios e complementos educativos, bem como projeto educativo e projetos municipais, dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário.

8. Aumento dos níveis de qualificação e de empregabilidade da população

O aumento dos níveis de escolarização e qualificação da população adulta, bem como o reforço das oportunidades de acesso à aprendizagem ao longo da vida através da diversificação das ofertas educativas e formativas, constituem-se como dimensões chave, complementares às já identificadas, para assegurar contextos mais favoráveis ao sucesso educativo e à sua qualidade. O programa Qualifica tinha como metas até 2020 garantir que 50% da população ativa conclui o ensino secundário, 15% de taxa de participação de adultos em atividades de aprendizagem ao longo da vida e contribuir para que se atinja 40% de diplomados do ensino superior, na faixa etária dos 30-34 anos.

Execução: O Centro Qualifica integrado na ES Júlio Dantas possui uma oferta formativa dirigida a jovens que não se encontrem a frequentar modalidades de educação ou de formação e que não estejam inseridos no mercado de trabalho e adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e competências – através de processos RVCC, cursos EFA, formações modulares certificadas e curso de Português Língua de Acolhimento (PLA).

O Agrupamento de Escolas Júlio Dantas (AEJD) disponibiliza diferentes modalidades e vias para a conclusão da escolaridade obrigatória, teoricamente orientadas para os jovens em risco de abandono escolar e/ou de insucesso escolar continuado. No seu plano de inovação, o AEJD propõe-se criar quatro grupos de PCA – 6.º e 7.º anos a desenvolver na EB Tecnopolis e 8.º e 9.º anos a desenvolver na ES Júlio Dantas –, centrados na necessidade de criar uma resposta adequada às suas características específicas, de modo a garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuam para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Por sua vez, o Agrupamento de Escolas Gil Eanes (AEGE) – não tendo repetido a turma de PCA – apresenta o seu plano de inovação estruturado em torno de três grandes intenções: desenvolvimento de estratégias de seleção e validação de informação com vista à construção de conhecimento; desenvolvimento de uma atitude inclusiva, tolerante e cívica; e desenvolvimento artístico e criativo, operacionalizadas através de três medidas: a) reestruturação da matriz curricular dos três ciclos do ensino básico; b) reorganização do Calendário Escolar e c) renovação das dinâmicas didáticas e valorização da área artística transdisciplinar.

9. Dinamização e apoio ao processo de autoavaliação das escolas

A medida pretende através da autoavaliação, da monitorização de intervenções e da avaliação externa de resultados, reunir informação e contributos para melhorar eficiência e qualidade das metodologias e práticas educativas e, conseqüentemente, obter melhores resultados.

Execução: o Município tem em curso um sistema interno de monitorização da rede educativa, ainda incipiente, que sistematiza um conjunto de indicadores relativos ao número de alunos inscritos nos estabelecimentos da rede pública e da rede privada. Nas reuniões do CMEL são ocasionalmente apresentados os dados relativos ao sucesso educativo. O Município participa

das reuniões gerais de avaliação interna dos Agrupamentos de Escolas, mas não de forma consistente.

2.2. Evolução da rede educativa e enquadramento dos resultados educativos municipais

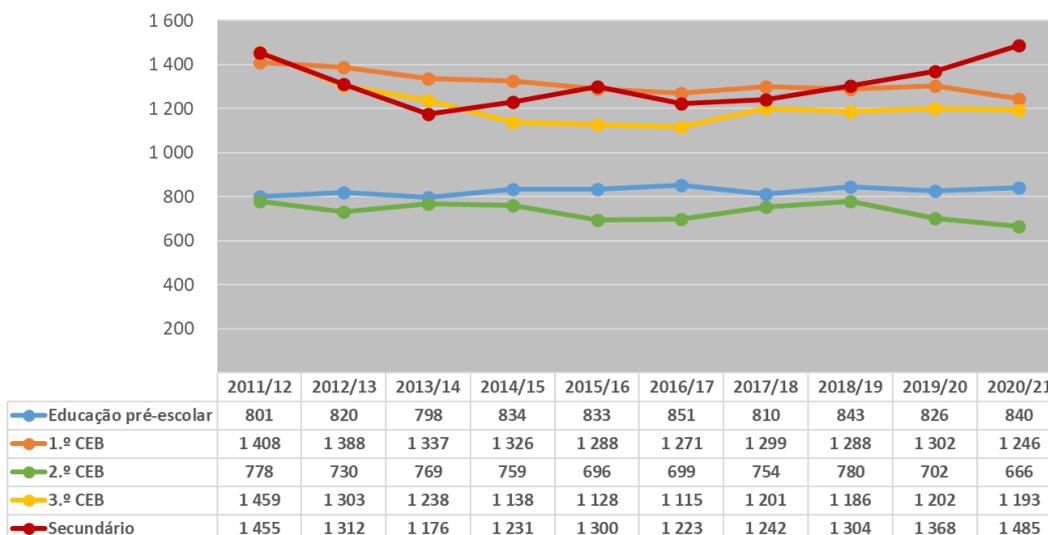
No ano letivo 2020/21 o concelho de Lagos concentrava cerca de 7% do total de alunos matriculados nos estabelecimentos públicos e privados na Região do Algarve, perfazendo um total de 5.430 alunos. Desses 5.430 alunos, 4.559 frequentavam os estabelecimentos da rede pública (84%).

No contexto concelhio, o 1.º CEB e o ensino secundário eram os que concentravam maior número de alunos matriculados (22,9% e 27,3%, respetivamente) no ano letivo 2020/21. O ensino pré-escolar tinha um peso relativo de 15,5% com 840 crianças matriculadas, o 2.º CEB tinha 666 alunos (12,3%) e o 3.º CEB concentrava 22% da população escolar concelhia (1.193 alunos).

Em termos evolutivos e ao contrário do que se verificou para a população total residente no município de Lagos, a população escolar matriculada nas escolas do concelho seguiu uma tendência de decréscimo entre os anos letivos 2011/12 e 2020/21.

Como é possível verificar no gráfico seguinte, o número total de alunos matriculados nos estabelecimentos públicos e privados no município de Lagos registou uma variação negativa de -8% entre os anos letivos 2011/12 e 2020/21, ou seja, foram menos 471 alunos.

Gráfico 1 – Evolução do número de alunos matriculados na educação pré-escolar e ensinos básico e secundário por nível de ensino em Lagos, 2011/12 a 2020/21



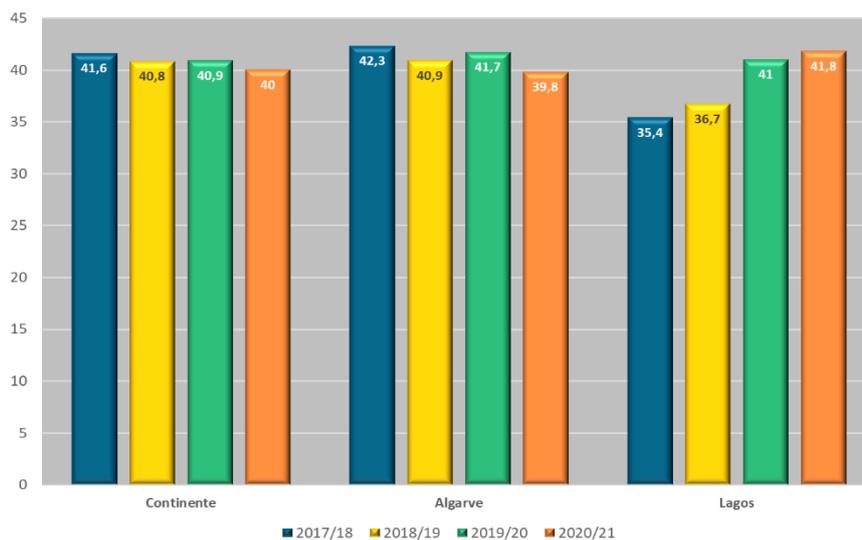
Fonte: DGEEC

Este decréscimo registado deveu-se sobretudo à diminuição do número de alunos matriculados no ensino básico, nomeadamente entre o ano letivo 2014/15 e 2016/17, sendo que no ano letivo 2016/17 frequentavam o ensino básico menos 560 alunos comparativamente com o ano letivo 2011/12.

Na educação pré-escolar a evolução do número de alunos matriculados foi marcada por oscilações negativas e positivas, sendo que, de uma forma global, no ano letivo 2020/21 estavam inscritas mais 39 crianças comparativamente com 2011/12, o que significou uma taxa de variação de +4,9%. Relativamente ao ensino secundário a evolução do número de alunos matriculados regista um crescimento contínuo desde o ano letivo 2017/18, o que contribuiu para uma taxa de variação entre 2011/12 e 2020/21 de +2,1%.

Pela análise da distribuição do total de alunos matriculados no ensino secundário em ofertas orientadas para jovens por modalidade, de acordo com os dados da DGEEC e dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (ME-MCTES), constata-se que no ano letivo 2020/21 cerca de 42% dos alunos estavam inscritos em cursos de dupla certificação, valor que fica acima da média regional (39,8%) e do valor registado para o Continente (40%).

Gráfico 2 – Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens, Lagos, Algarve e Continente 2021 (%)



Fonte: DGEEC/ME-MCTES, INE

A evolução da taxa de participação dos alunos jovens matriculados no ensino secundário em vias de dupla certificação no município de Lagos registou crescimento nos últimos dois anos letivos em análise.

No que diz respeito à taxa bruta de escolarização¹ no ano letivo 2020/21 esta situava-se nos 108,1% para o ensino pré-escolar, nos 113% para o ensino básico e nos 145,2% para o ensino secundário, no município de Lagos, valores que refletem uma evolução positiva, face ao ano letivo anterior, no caso do ensino básico e secundário.

Tabela 4 – Indicadores de escolarização na educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário em Lagos, algarve e Continente 2011/12 e 2020/21

		Lagos		Algarve		Continente	
		2011/12	2020/21	2011/12	2020/21	2011/12	2020/21
Escolarização	Taxa Bruta de Pré-escolarização (%)	77,5	108,1	81,1	100,5	90,9	95,0
	Taxa Bruta de Escolarização – Ensino Básico (%)	116,7	113,0	119,1	113,8	118,3	107,7
	Taxa Bruta de Escolarização – Ensino Secundário (%)	144,3	145,2	124,3	119,6	126,1	124,1

Fonte: DGEEC

As taxas brutas de escolarização foram no ano letivo 2020/21 todas superiores a 100%, ou seja, o número de residentes em idade normal de frequência da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário é inferior ao número de alunos matriculados nesses níveis de ensino o que pode significar que existem alunos a frequentar a educação pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário fora da idade normal de frequência ou que existem alunos matriculados que são residentes noutros concelhos, nomeadamente Aljezur e Vila do Bispo (no que se refere ao ensino secundário).

A análise do insucesso escolar no município de Lagos no ano letivo 2020/21, medido através das taxas de retenção e desistência, revela que este é mais elevado no ensino secundário quando comparado quer com o Continente, quer com o Algarve. No ensino básico a taxa total de retenção e desistência no ano letivo 2020/21 situou-se nos 1,8%, valor que fica abaixo do observado para o Algarve (4,3%) e para o Continente (3,1%). Por ciclo de ensino, constata-se que é no 1.º CEB que a taxa de retenção e desistência é mais baixa (0,7%).

No 2.º CEB, no ano letivo 2020/21, a taxa de retenção e desistência no município de Lagos situou-se nos 2% o que comparativamente com o Algarve (4,4%) e o Continente revela um desempenho mais

¹ Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo. No caso do ensino secundário, considera-se a população entre 15 e 17 anos (DGEEC).

favorável. Também a taxa de retenção e desistência no 3.º CEB observada para Lagos é mais baixa que a observada para o Continente e para a região Algarvia.

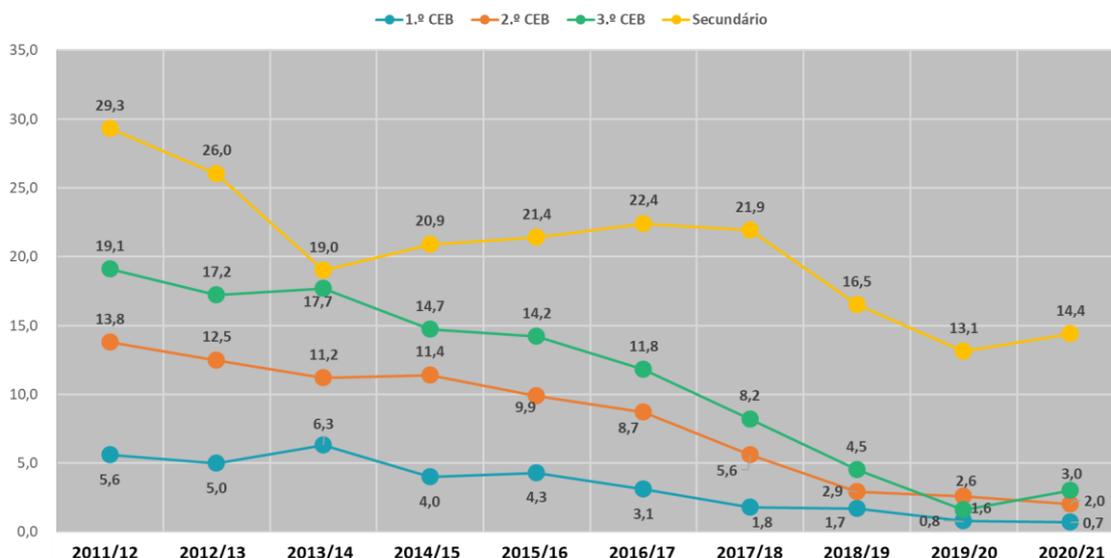
Tabela 5 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico e no ensino secundário em Lagos, no Algarve, e no Continente, 2019/20 e 2020/21

	Total Ensino Básico		1.º CEB		2.º CEB		3.º CEB		Total Ensino Secundário	
	2019/20	2020/21	2019/20	2020/21	2019/20	2020/21	2019/20	2020/21	2019/20	2020/21
Lagos	1,5	1,8	0,8	0,7	2,6	2,0	1,6	3,0	13,1	14,4
Algarve	3,2	4,3	2,1	2,9	3,7	4,4	4,3	6,0	11,3	11,3
Continente	2,2	3,1	1,4	2,0	2,4	3,3	3,0	4,1	8,4	8,1

Fonte: DGEEC

Em termos de evolução das taxas de retenção e desistência importa destacar a evolução claramente positiva face aos anos letivos anteriores, nomeadamente no Ensino Básico, ficando estas taxas abaixo da média regional. Também no ensino secundário se verificou um decréscimo da taxa de retenção e desistência nos anos letivos 2018/19 e 2019/20, tendência que foi invertida no último ano letivo.

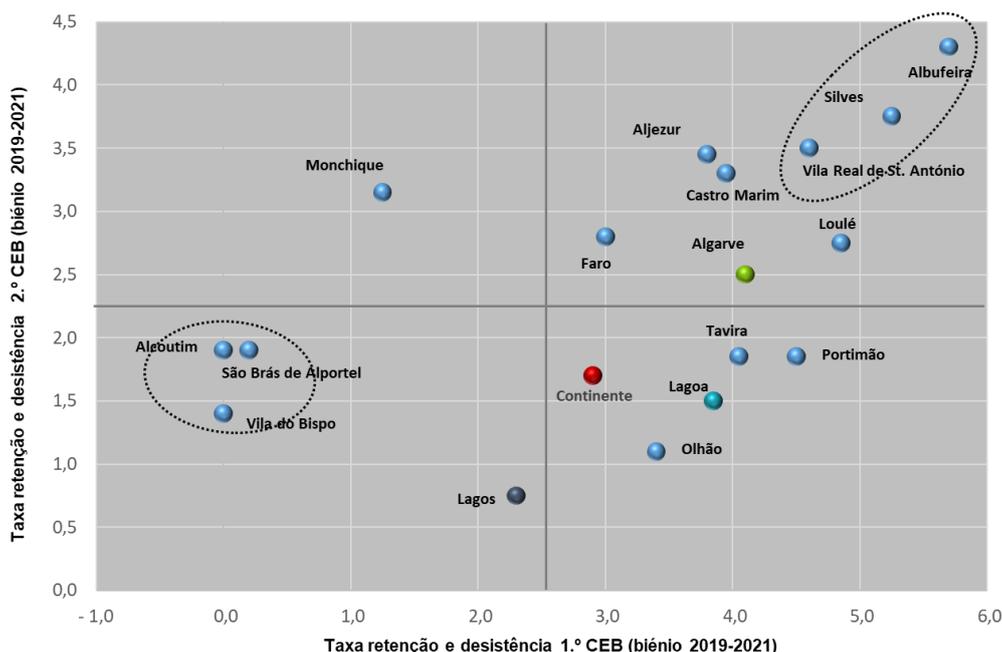
Gráfico 3 – Evolução das taxas de retenção e desistência, Lagos, 2011/12 – 2020/21



Fonte: DGEEC

No contexto da região Algarvia e considerando a média das taxas de retenção e desistência nos anos letivos 2019/20 e 2020/21 para os 1.º e 2.º CEB verifica-se que Lagos é o 1.º concelho com a taxa mais baixa no 2.º CEB e o 5.º com menos insucesso no 1.º CEB. No gráfico seguinte é possível ver a representação das taxas de retenção e desistência no 1.º CEB e 2.º CEB no biénio 2019-2021 por concelho do Algarve. O concelho de Albufeira é aquele que apresenta as taxas de retenção e desistência mais elevadas para ambos os ciclos de ensino.

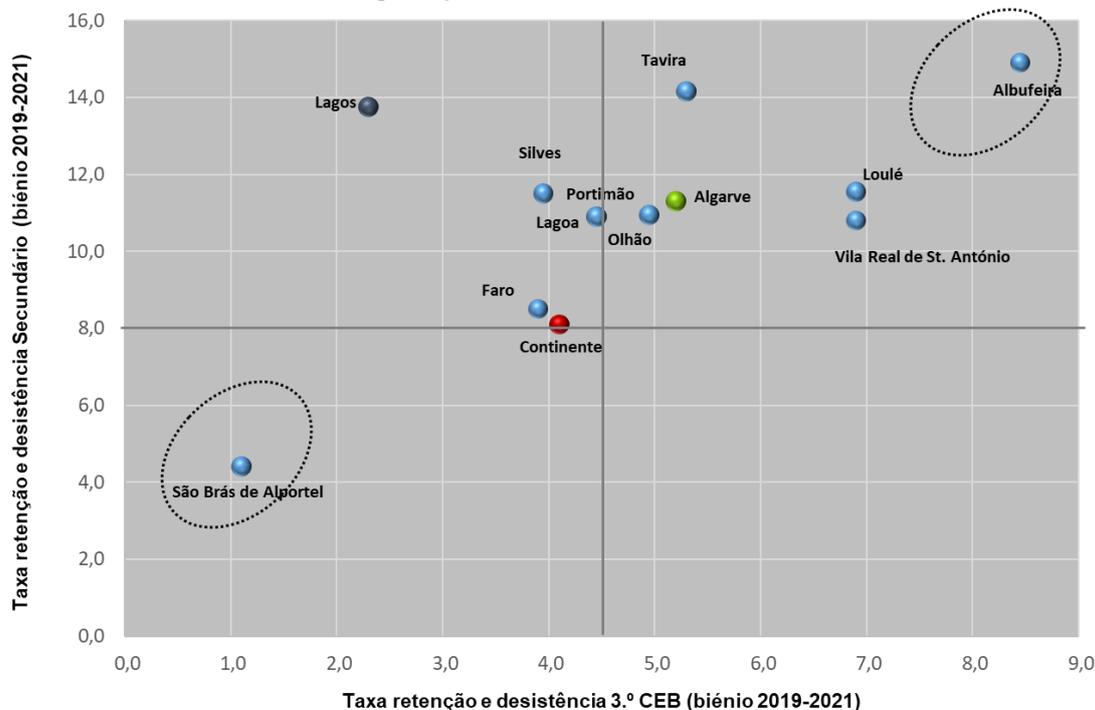
Gráfico 4 – Taxa de retenção e desistência no 1.º CEB e taxa de retenção e desistência no 2.º CEB, no Algarve por concelho, biénio 2019-2021



Fonte: DGEEC

Na relação entre taxas de retenção e desistência no 3.º CEB e ensino secundário constata-se que Lagos está no grupo dos concelhos que, no biénio 2019-2021, registaram as taxas menos elevadas no 3.º CEB e mais elevadas no ensino secundário. Dentro do grupo com melhores resultados, São Brás de Alportel é o concelho que registou melhores resultados, tanto no 3.º CEB como no ensino secundário no biénio considerado.

Gráfico 5 – Taxa de retenção e desistência no 3.º CEB e taxa de retenção e desistência no Ensino Secundária, no Algarve, por concelho, biénio 2019-2021



Fonte: DGEEC

Em síntese, o município de Lagos caracteriza-se por uma população escolar que nos últimos 10 anos letivos tem registado uma tendência geral de decréscimo, nomeadamente no ensino básico. Face ao

ano letivo 2011/12, em 2020/21 o número total de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino de Lagos registou uma variação negativa de -8%.

As taxas brutas de escolarização no ano letivo 2020/21 situavam-se acima dos 100% tanto no pré-escolar como no ensino básico e secundário. Quanto às taxas de retenção e desistência que, pese embora tenham tido uma evolução positiva nos últimos anos letivos, ainda revelam percursos escolares marcados por algum insucesso que se iniciam cedo e que se agravam à medida que a escolaridade avança.

Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de sucesso no último ano letivo de modo a ilustrar a situação do município relativamente às metas da atual política nacional. Trata-se de um indicador relevante para avaliar o impacto da política educativa municipal.

Tabela 6 – Taxas de sucesso (%) por agrupamento escolar, no ano letivo 2021/22

Ciclo / Ano		Ano letivo 2021/2022			Ano letivo 2021/2022		
		AEGE	Nacional	Desvio	AEJD	Nacional	Desvio
1.º CEB	1.º	99,38	100	-0,62	100,00	100	0
	2.º	100	96,2	3,8	96,40	96,2	0,2
	3.º	99,41	98,3	1,11	97,12	98,3	-1,18
	4.º	97,53	97,8	-0,27	91,96	97,8	-5,84
2.º CEB	5.º	98,73	96,7	2,03	96,84	96,7	0,14
	6.º	98,63	96,5	2,13	94,84	96,5	-1,66
3.º CEB	7.º	91,56	94,2	-2,64	97,03	94,2	2,83
	8.º	94,01	95,6	-1,59	92,82	95,6	-2,78
	9.º	93,23	95,7	-2,47	84,86	95,7	-10,84
Sec.	10.º	73,04	88,9	-15,86	81,55	88,9	-7,35
	11.º	97,22	96,3	0,92	97,74	96,3	1,44
	12.º	79,37	87,4	-8,03	77,44	87,4	-9,96

Fonte: CML, MISI

No que diz respeito às taxas de retenção e desistência, apresenta-se na tabela seguinte os indicadores por ano de escolaridade, por agrupamento de escolas, comparando com os valores a nível nacional, no ano letivo de 2022/23.

Tabela 7 – Taxas de retenção e desistência (%) por agrupamento de escolas, no ano letivo 2022/23

Ciclo / Ano		Ano letivo 2022/23			
		AEGE	AEJD	Nacional	Média Cponcelho
1.º CEB	1.º	0	0	0	0,0
	2.º	3,12	0	4	1,6
	3.º	0	0,85	1,7	0,4
	4.º	4,74	0,96	2,3	2,9
2.º CEB	5.º	2,67	7,3	3,7	5,0
	6.º	4,43	6,3	4,1	5,4
3.º CEB	7.º	8,5	7,9	6,5	8,2
	8.º	4,64	11,9	5,6	8,3
	9.º	8,43	8,5	9,7	8,5
Sec.	10.º	23,08	19,5	12,7	21,3
	11.º	8,11	4,1	3,9	6,1
	12.º	9,71	18,8	13,1	14,3

Fonte: Agrupamentos de Escolas, 2023

Finalmente, quanto aos resultados nos exames nacionais constam na tabela seguinte a médias das provas da 1.^a fase por estabelecimento de ensino.

Tabela 8 – Resultados em provas e exames nacionais

Estabelecimento	Prova ⁽¹⁾	Ciclo de Ensino	Ano de escolaridade	Média Escola	Média Regional	Média Nacional
ES Gil Eanes	Língua Portuguesa	3.º CEB	9.º	58	58	61
	Matemática	3.º CEB	9.º	32	39	43
	Língua Portuguesa	Secundário	12.º	148	124	125
	Matemática A	Secundário	12.º	100	106	110
ES Júlio Dantas	Língua Portuguesa	3.º CEB	9.º	56	58	61
	Matemática	3.º CEB	9.º	36	39	43
	Língua Portuguesa	Secundário	12.º	115	124	125
	Matemática A	Secundário	12.º	112	106	110

(1) Provas finais 1.^a fase 2023

Fonte: AEJD, AEGE, Resultados ENES e ENEB (Direção-Geral da Educação)

Em ambos os estabelecimentos de ensino os resultados dos exames nacionais do 9.º ano de escolaridade ficaram aquém da média nacional. No caso das provas nacionais de 12.º ano de escolaridade a ES Gil Eanes obteve resultados acima da média nacional em língua portuguesa e a ES Júlio Dantas em matemática.

3. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO (ENQUADRAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO)

3.1. Enquadramento territorial

O concelho de Lagos localiza-se no litoral da Região do Algarve, ocupa um território de aproximadamente 213 km² (21.300ha) e é limitado a Norte pelos concelhos de Aljezur e Monchique, a Este pelo concelho de Portimão, a Oeste pelo concelho de Vila do Bispo e a Sul pelo Oceano Atlântico.

Figura 1 – Enquadramento regional



Fonte: Carta Educativa 2018

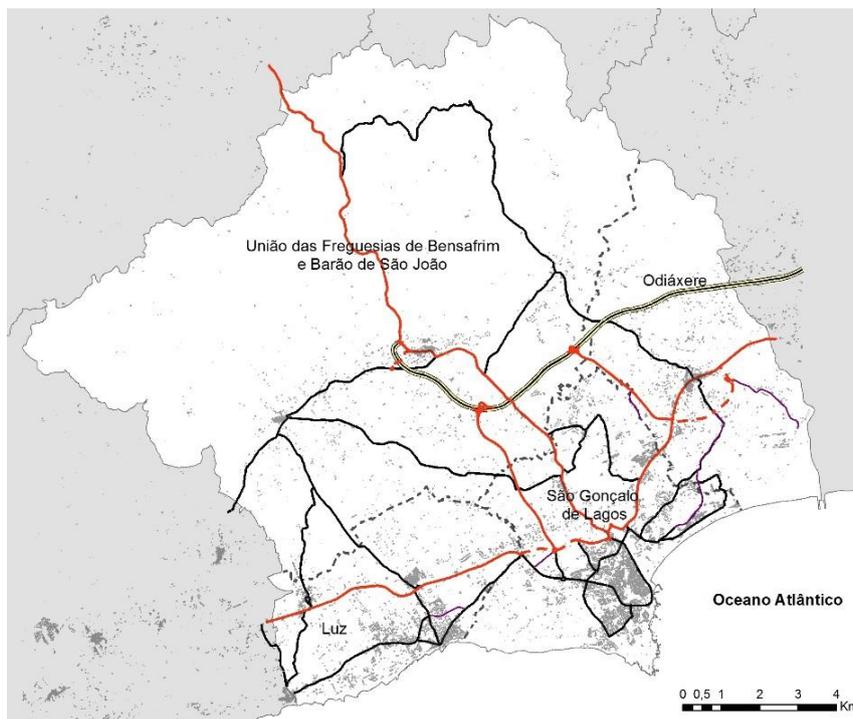
Após a reorganização administrativa em 2013, a divisão administrativa atual encontra-se organizada em 4 freguesias: Freguesia de S. Gonçalo de Lagos – União das Freguesias (UF) de São Sebastião e Santa Maria –, UF de Bensafrim e Barão de S. João, Freguesia da Luz e Freguesia de Odiáxere.

A nível viário, as principais vias que servem o município de Lagos são a A22 (IC4) e a EN 125, que o atravessam longitudinalmente, a EN120 que o atravessa transversalmente e corresponde a um acesso à A22, e a A2 (IP1/E01), que faz a ligação a Lisboa. Existe uma intenção do Plano Rodoviário Nacional de continuar o IC4 para Norte, assente numa estrada preexistente no concelho.

Para além das referidas acessibilidades viárias, a cidade de Lagos beneficia ainda da linha de caminho de ferro do Algarve.

Em termos de distribuição populacional, a nível concelhio, através da representação cartográfica seguinte, percebe-se que o povoamento se localiza maioritariamente na zona litoral do concelho, junto à costa, sob a forma de aglomerado concentrado – cidade de Lagos –, não se registando grande dispersão de população, com exceção de alguns pequenos núcleos de caráter mais ruralizado, nas freguesias do interior.

Figura 2 – Distribuição da população no município de Lagos



Fonte: Carta Educativa 2018

3.2. Modelo de organização do território municipal

Para analisar a rede educativa de um município torna-se fundamental perceber o modo de ocupação e organização da estrutura urbana do território, uma vez que a oferta de emprego, os custos de habitação e as acessibilidades originam dinâmicas e fluxos populacionais nos aglomerados urbanos mais atrativos.

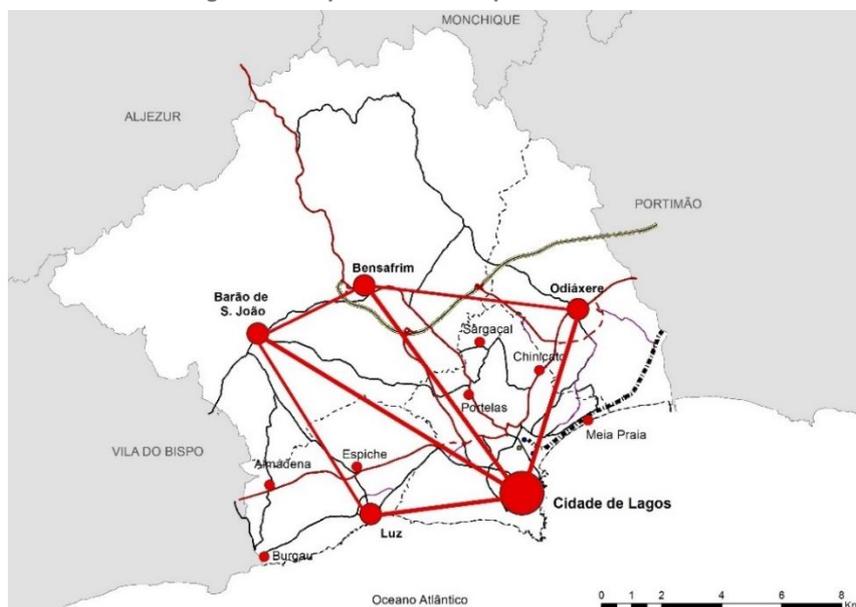
3.2.1 Hierarquização da rede urbana

Do ponto de vista do modelo urbano, destaca-se uma organização em três níveis, de acordo com o PDM, tendo como critérios a influência territorial e administrativa, seguida pela importância funcional e populacional, nomeadamente:

- **Nível 1 – cidade de Lagos** - distancia-se dos restantes aglomerados pela população residente (mais de 60% do total de habitantes), pelas funções administrativas (sede do concelho), pelo elevado nível de serviços e pela dimensão territorial;
- **Nível 2 – Luz, Odiáxere, Bensafirim e Barão de S. João** - estes aglomerados diferenciam-se na importância sob o ponto de vista da população e dos serviços e têm em comum serem sedes das respetivas freguesias e união das freguesias; Bensafirim e Barão de S. João estão estrategicamente implantados no interior do concelho, cujo desenvolvimento é necessário ao equilíbrio da rede urbana;
- **Nível 3 – Chinicato, Espiche, Almádena, Portelas, Sargaçal, Meia Praia e Burgau** – corresponde ao grupo de aglomerados que, não sendo homogéneo, é representativo da dinâmica de desenvolvimento do concelho, complementando a rede urbana, embora estejam quase todos na esfera de influência imediata da Cidade de Lagos, por razões de vária ordem (históricas, fundiárias, económicas).

Esta organização da rede urbana municipal permite verificar que existe uma forte hierarquização dos aglomerados urbanos do concelho, principalmente porque se assiste a uma dependência efetiva de todos em relação à Cidade de Lagos, onde se concentra a maioria das funções diferenciadoras e os grandes equipamentos coletivos.

Figura 3 – Esquema da hierarquia da rede urbana



Fonte: Carta Educativa 2018

Não obstante, as sedes de freguesia assumem um papel preponderante na prestação de serviços básicos de apoio aos seus residentes, nomeadamente no que diz respeito à assistência social e ao recreio da população, através da descentralização de algumas funções principais. Este facto permite-lhes adquirir alguma autonomia no que se refere à satisfação das necessidades básicas da população, sobretudo as condições de acessibilidade à sede do município, não sendo, contudo, autossuficientes.

A tabela seguinte sintetiza as principais características dos aglomerados que constituem a rede urbana do concelho.

Tabela 9 – Breve caracterização dos aglomerados urbanos de Lagos

Aglomerado	Caracterização
Cidade de Lagos	Foi a partir dos anos 60, que Lagos sofreu grandes alterações com a construção da Avenida dos Descobrimentos, tendo como consequência imediata o desaparecimento das relações primitivas da cidade com o mar, alterando a escala de valores que existia até essa altura. O crescimento da cidade verificou-se, quer a poente, com uma grande área habitacional, quer a sul, com residência permanente e turística.
Luz	O crescimento do aglomerado verificou-se a norte do seu centro, o qual suporta uma intensidade de ocupação variável, desde a habitação unifamiliar em banda, a edifícios coletivos de oito pisos. A coroa de envolvimento da área central tem uma ocupação onde predomina a tipologia unifamiliar, agrupada ou isolada, indiferenciadamente de uso turístico e residencial. O crescimento da povoação verificou-se também a poente, ao longo da estrada para o Burgau, com a ocupação em loteamentos sucessivos, sem articulação entre si.
Odiáxere	O crescimento de Odiáxere fez-se inicialmente ao longo da Estrada Nacional, a partir do centro, para ambos os lados e, mais tarde, através de ruas paralelas e perpendiculares, em direção a norte. A ocupação da faixa a sul da EN 125 apresenta uma estrutura regular na maior parte das suas ruas de traçados extensos, e edificações, em grande parte, de habitação coletiva com 2 pisos. De igual modo, é nesta zona que se localizam equipamentos coletivos de construção recente.
Bensafrim	A ocupação edificada do núcleo central estende-se para Sul, ocupando os planos marginais à estrada nacional que atravessa Bensafrim, mantendo-se as construções dispersas na sua envolvente em parcelas de carácter agrícola, dispersão esta, que se prolonga até à Várzea e para Poente do núcleo central, junto àquela estrada. As intervenções de promoção pública determinaram a forma de crescimento da povoação e resultaram da concretização de programas habitacionais de realojamento e promoção de habitação social no espaço livre envolvente.
Barão de São João	A povoação é um conjunto relativamente linear no que diz respeito à morfologia do seu núcleo central. À complexidade do centro, de ruas estreitas e sinuosas, sucede uma ocupação linear para Nascente. O loteamento mais recente, municipal, localiza-se a Norte do aglomerado.
Chinicato	A zona nascente, mais antiga, tem assistido a reconstruções pontuais, enquanto a zona, de ocupação mais recente, apresenta ainda espaços intersticiais expectantes.

Aglomerado	Caracterização
	O perímetro urbano contempla ainda a estrutura ecológica urbana e as áreas de uso habitacional existentes e propostas, e ainda as áreas destinadas às funções comerciais e de equipamentos existentes bem como zonas de expansão propostas
Espiche	A partir do final da década de 1960, este aglomerado começou a sofrer algumas modificações, nomeadamente com a consolidação da forma urbana, por preenchimento de logradouros e ocupação das frentes secundárias da rua. Simultaneamente foi-se implementando uma grande ocupação periférica com novas zonas habitacionais.
Almádena	O aglomerado tem apresentado uma fraca dinâmica de crescimento. No entanto, nos últimos anos houve um aumento significativo de novas edificações correspondentes aos loteamentos aprovados e à construção de um bairro cooperativo. A tipologia de construção dominante é a habitação unifamiliar com 1 a 2 pisos, implantada em banda ao longo dos arruamentos no núcleo central. As construções de moradias unifamiliares com 2 pisos, em lotes de pequena e média dimensão, começaram a surgir nas zonas de construção nova.
Portelas	O aglomerado desenvolve-se ao longo da EN 120, com o núcleo mais antigo e denso localizado a Sul. Os edifícios mais recentes surgem no seguimento da estrada para Norte e a partir desta, através de ruas de acesso local que sobem a encosta para Poente. Identificam-se também, dois pequenos núcleos de edifícios de carácter rural situados no extremo Norte, junto ao cruzamento com a EM 535-1, e a meio, junto à antiga Escola Primária.
Sargaçal	As construções mais recentes surgem no seguimento da estrada para Norte e a partir desta, através de caminhos rurais que sobem a encosta onde surge um outro núcleo de casas de matriz rural. O edificado mais concentrado verifica-se a este, em encosta declivosa com pequenos arruamentos e percursos pedonais muito pitorescos. Mais afastado deste conjunto, as construções têm implantações e afastamentos variados em relação aos arruamentos, tornando o aglomerado disperso e desordenado, com características próprias da ocupação marcadamente rural.
Meia Praia	O crescimento do aglomerado ocorreu na zona de Frente Turística, situada a Norte da Estrada da Meia Praia, com uma ocupação genericamente densa e tipologias muito heterogéneas, desde a moradia a edifícios de uso turístico ou habitacional.
Burgau	Parcialmente integrado no concelho, o aglomerado é constituído por uma faixa residencial apoiada na EM 537, cuja génese, expansão e equipamentos públicos se situam no concelho de Vila do Bispo.

Fonte: PDM de Lagos

Além dos aglomerados urbanos, a planta de ordenamento do PDM identifica um conjunto de **aglomerados rurais** - que constituem áreas edificadas com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rústico – como forma de sustentar o êxodo rural e o despovoamento que são atualmente a causa imediata de aceleração do processo de despovoamento do interior do Algarve: Moinhos Velhos, Pincho, Arão, Cotifo, Monte Ruivo, Ruivas, Castanheiro, Colégio, Monte Judeu, Monte Juntos, Vale de Bensafrim e Pedragosa.

3.2.2 Programação da ocupação do território

Em termos programáticos, o PDM de 2015 (publicado pelo Aviso n.º 9904/2015 de 31 de agosto) definiu um conjunto de planos de urbanização e/ou de pormenor ou ainda de unidades de execução, com objetivos distintos, podendo eventualmente vir a determinar transformações no território e novas necessidades de equipamentos coletivos.

Tabela 10 – Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor no município

Designação do PMOT	Publicação
Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagos	Aviso n.º 9904/2015 de 31/08 (*) - em alteração
Plano de Urbanização de Lagos	Aviso n.º 12953/2012, de 27/09 (*)
Plano de Urbanização da Meia Praia (PUMP)	RCM n.º 125/2007 de 28/08
Plano de Pormenor de Barão de S. João (PPBSJ)	Anúncio n.º 993/2008, de 18/02
Plano de Pormenor de Espiche (PPE)	Anúncio n.º 964/2008, de 14/02
Plano de Pormenor Portelas (PPP)	Anúncio n.º 994/2008, de 18/02
Plano de Pormenor Sargaçal (PPS)	Aviso n.º 26854/2008, de 10/11
Plano de Pormenor da Zona Envolvente à Estação Ferroviária de Lagos	Aviso n.º 9307/2009, de 8/05
Plano de Pormenor de Bensafrim (PPB)	Aviso n.º 25035/2011, de 30/12
Plano de Pormenor do Chinicato (PPC)	Aviso n.º 4264/2012, de 16/03
Plano de Pormenor de Almádena (PPA)	Aviso n.º 12855/2013, de 21/10
Plano de Pormenor para a UOPG 13 do PUMP	Aviso n.º 13301/2013, de 31/10 (*)

Designação do PMOT	Publicação
Plano de Pormenor para a UOPG 11 do PUMP	Aviso n.º 9619/2015, de 26/08
Plano de Pormenor para a UOPG 3 do PUMP	Aviso n.º 6555/2020, de 17/04
Plano de Pormenor do Paul (UOPG 10 do PDM e Áreas Adjacentes)	Aviso n.º 9294/2022, de 09/05
Plano de Intervenção no Espaço Rústico (PIER) do Monte da Charneca	Aviso n.º 9144/2020, de 17/06

(*) Objeto de correções materiais posteriores. Fonte: Revisão do PDM Lagos, Relatório 2015. Atualização da situação em 2023

O PDM foi objeto de alteração por adaptação através da Alteração n.º 99/2021, de 3 de agosto, para transposição das normas com incidência territorial urbanística do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau-Vilamoura e do Plano de Ordenamento da Albufeira da Bravura. Entretanto, o município iniciou uma nova alteração, tendo por objetivo a adequação ao novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, designadamente novas regras de classificação e qualificação do solo, cujo procedimento se encontra em fase final de conclusão, aguardando a respetiva publicação. Neste contexto, as alterações efetuadas não deverão trazer implicações para a atual rede educativa do município, atendendo a que resultaram de uma obrigatoriedade de cumprimento da legislação vigente (Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo), não implicando mudanças na estratégia de ordenamento do território preconizada pelo PDM de 2015.

As transformações no território municipal previstas nos instrumentos de gestão territorial atrás descritos visam responder às alterações da dinâmica demográfica que se perspetiva continuar a ser de crescimento, bem como efetivar uma estratégia de atração e fixação de população e de desenvolvimento económico do concelho de Lagos, reforçada por um conjunto de opções estratégicas da política municipal, amplamente traduzidas nas Grandes Opções do Plano para 2023, definidas pelo Município, como se verá adiante no capítulo 7.1.

A rede educativa deverá ser ajustada em função da atual distribuição da população, registando maior concentração de estabelecimentos nas áreas onde residem mais habitantes e/ou onde se situam os principais locais de emprego no concelho. As alterações da capacidade dos estabelecimentos ou da sua localização são enquadradas pela da evolução expectável da população e pela programação da ocupação do território, no âmbito das estratégias e instrumentos de ordenamento do território desenvolvidos pelo Município de Lagos.

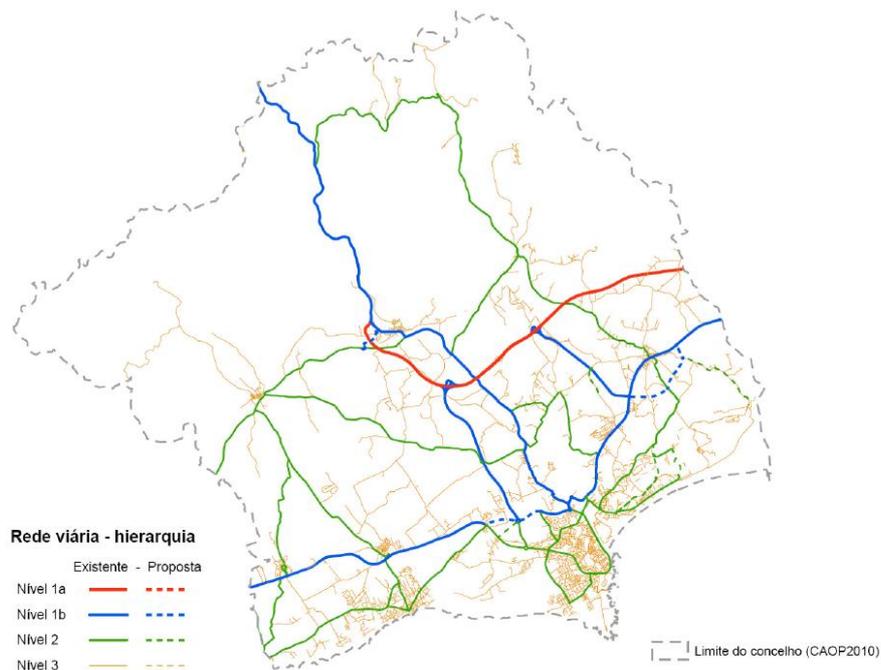
3.2.3 Sistema de acessibilidades

O sistema de **acessibilidades** é composto pelas infraestruturas de transporte associadas aos vários modos que operam no município e pelas ligações existentes em transporte coletivo.

A **rede viária** do concelho de Lagos, tal como definida no PDM de 2015 (e que se mantém atual) é hierarquizada em três níveis segundo a função que apresentam na rede (baseada igualmente nas orientações do PROT-Algarve):

- **Nível 1** – vias estruturantes, subdivididas em:
 - 1a) correspondentes a ligações interregionais por via da A22 (Via do Infante)
 - 1b) onde se incluem as ligações intrarregionais ao nível da interligação do sistema urbano municipal e que permitem o acesso à A22;
- **Nível 2** – vias complementares às vias estruturantes, que assumem a função distribuidora, de ligação entre os aglomerados urbanos (compreendem em termos gerais as Estradas e Caminhos Municipais classificados)
- **Nível 3** – vias de acesso local das redes rodoviárias urbanas e rurais.

Figura 4 – Hierarquização da rede viária no concelho de Lagos



Fonte: PDM Lagos, Relatório 2015

A complementar a rede viária, existe a **rede ferroviária** (Ramal de Lagos), desempenhando a função de ligação ao exterior do município de fraca eficácia: este sistema de transporte permite a ligação a Faro e a Tunes, sendo a ligação a Lisboa efetuada a partir de Faro.

Ainda em termos de acessibilidades, pode referir-se que Lagos dispõe de um **porto de pesca** e de uma **marina**. No âmbito do aproveitamento do potencial do mar, e enquadrado nas opções do PROT, o PDM propõe a criação de um centro de desportos marítimos de vento vocacionado para a formação e prática de atividades náuticas desportivas e de recreio, para a realização de grandes eventos desportivos e de estágios. Este centro terá uma infraestrutura principal e outras secundárias que constituam interface com o mar, possivelmente em formato cais.

No que respeita à **rede de transportes públicos**, é assegurada pelo serviço “A Onda – Transportes Urbanos de Lagos”, de estrutura radial centrada em Lagos e com extremidades nalguns aglomerados do concelho: Meia Praia, Porto de Mós, Odiáxere, Luz, Burgau, Espiche, Almádena, Chinicato, Sargaçal, Montes Juntos, Bensafrim, Barão de S. João, Monte Judeu, Colégio, Monte Ruivo e Colinas Verdes. O serviço inclui uma linha circular na cidade de Lagos.

Figura 5 – Rede de percursos de transporte público coletivo – “A Onda – Transportes Urbanos de Lagos”



Fonte: A Onda - Transportes Urbanos de Lagos (<http://aonda.pt>); CML.

3.3. Demografia e enquadramento socioeconómico

3.3.1 Dinâmica populacional

Segundo dados dos Censos de 2021, a população residente em Lagos totalizava 33.494 residentes, o que representa cerca de 7% do total da população residente na região do Algarve, sendo o sétimo concelho desta região mais populoso.

Tabela 11 – População total residente no Algarve, por concelho, em 2011 e 2021 e Variação (%), 2011-2021

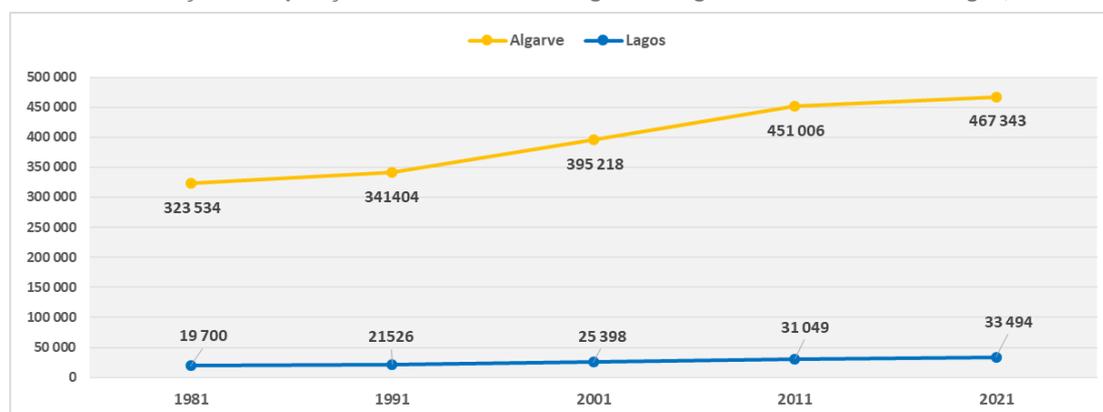
Concelho	N.º		% no Algarve 2021	Var. (%) 2011/2021
	2011	2021		
Albufeira	40 828	44 164	9,5	8,2
Alcoutim	2 917	2 523	0,5	-13,5
Aljezur	5 884	6 045	1,3	2,7
Castro Marim	6 747	6 439	1,4	-4,6
Faro	64 560	67 622	14,5	4,7
Lagoa	22 975	23 725	5,1	3,3
Lagos	31 049	33 494	7,2	7,9
Loulé	70 622	72 332	15,5	2,4
Monchique	6 045	5 462	1,2	-9,6
Olhão	45 396	44 614	9,5	-1,7

Concelho	N.º		% no Algarve 2021	Var. (%) 2011/2021
	2011	2021		
Portimão	55 614	59 845	12,8	7,6
São Brás de Alportel	10 662	11 248	2,4	5,5
Silves	37 126	37 766	8,1	1,7
Tavira	26 167	27 523	5,9	5,2
Vila do Bispo	5 258	5 717	1,2	8,7
Vila Real de St. António	19 156	18 824	4,0	-1,7
Algarve	451 006	467 343	100,0	3,6
Continente	10 047 621	9 855 909	-	-1,9

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População e Habitação (RGPH), 2021

Em termos de variação do total da população residente na região do Algarve entre 2011 e 2021 verifica-se um acréscimo de 7,9% o que contraria a tendência de decréscimo observada para o Continente (-1,9%). Lagos é dos concelhos, da região Algarvia, onde se verificou um maior aumento da população residente durante a última década a par com Albufeira e Vila do Bispo que registaram um crescimento populacional entre os 8% e os 9%.

Gráfico 6 – Evolução da População Total residente na Região do Algarve e no Concelho de Lagos, 1981-2021



Fonte: INE – RGPH

Como é possível observar no gráfico anterior a evolução da população total residente no concelho de Lagos segue a tendência verificada para a região do Algarve: um crescimento mais acentuado até 2011 e uma variação menor na última década.

Relativamente à distribuição da população total residente por freguesia, e tendo por base os dados censitários, constata-se que as freguesias menos populosas eram, em 2021, UF Barão de São João e Bensafrim que representava 7,3% da população total de Lagos e Odiáxere que representava 9,1%.

A variação populacional nas freguesias segue a tendência de crescimento verificada para o município. Na década 2011-2021 o crescimento mais acentuado da população residente verificou-se na freguesia da Luz (22,8%), seguida da freguesia de São Gonçalo de Lagos com uma taxa de crescimento de 7%, sendo que ambas apresentam uma evolução positiva relativamente à década anterior.

Tabela 12 – População total residente no Algarve, por freguesia, e variação (%), 2011-2021

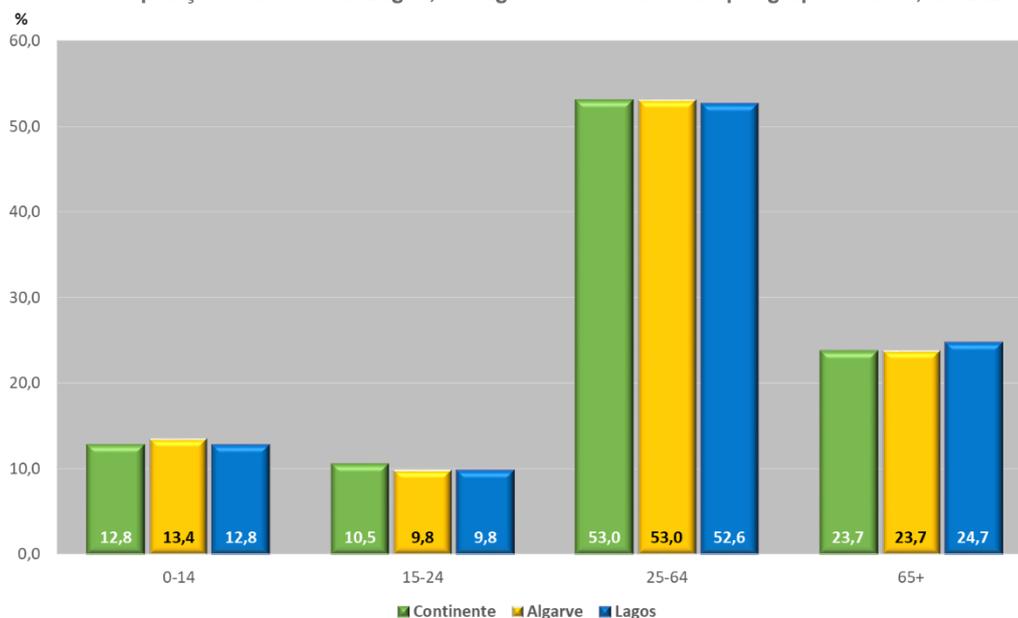
Freguesias	População residente			% no Concelho 2021	Variação (%)	
	2001	2011	2021		2001/2011	2011/2021
Barão de São João e Bensafrim	2 337	2 425	2 445	7,3	3,8	0,8
Luz	3 068	3 545	4 355	13,0	15,5	22,8
Odiáxere	2 522	2 984	3 046	9,1	18,3	2,1
São Gonçalo de Lagos (Santa Maria + São Sebastião)	17 471	22 095	23 648	70,6	26,5	7,0
Lagos	25 398	31 049	33 494	100	22,2	7,9

Fonte: INE – RGPH, 2021

Na freguesia de Odiáxere a taxa de crescimento registada para o período 2011-2021 é de 2,1% que comparativamente com a década 2001-2011 é menos elevada. A dinâmica de crescimento menos elevada observou-se na UF Barão de São João e Bensafrim (0,8%).

A análise das dinâmicas demográficas em Lagos por grupos etários revela que neste concelho residiam, em 2021, 7.575 jovens com idade inferior a 25 anos, 17.630 indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos e 8.289 idosos com idade superior a 65 anos. O peso relativo de cada grupo etário no total da população residente no concelho evidencia uma distribuição muito semelhante à observada para a região do Algarve.

Gráfico 7 – População residente em Lagos, no Algarve e no Continente por grupos etários, em 2021 (%)

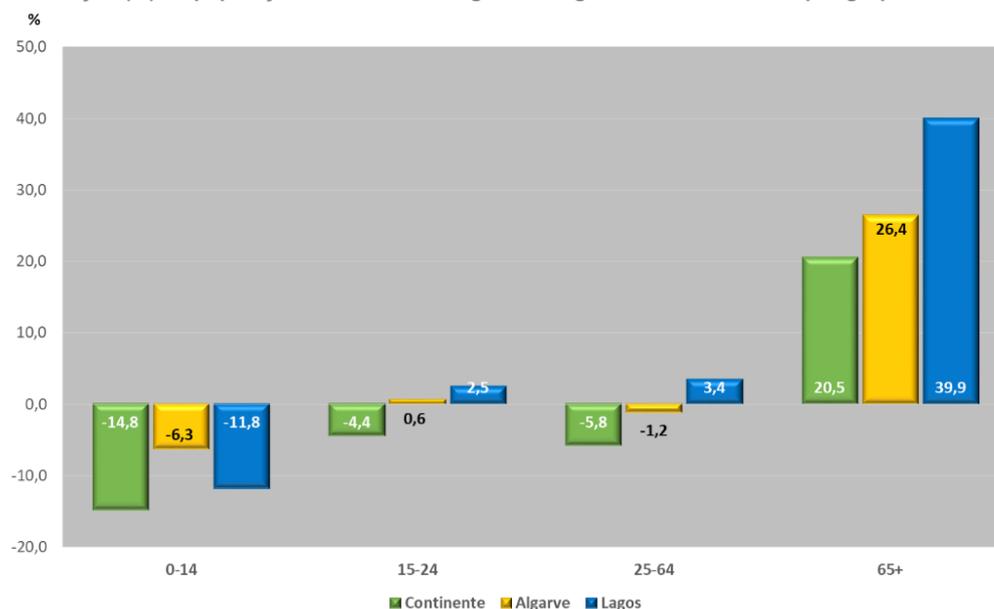


Fonte: INE - RGPH, 2021

À semelhança do que se verifica a nível nacional e a nível regional, também no município de Lagos se denota uma tendência para o envelhecimento da população residente, sendo que, em 2021, 24,7% dos residentes tinham 65 ou mais anos. Em termos evolutivos a população desta faixa etária cresceu cerca de 40% face a 2011, valor que fica acima do registado para a região do Algarve (26,4%) e também do observado para o Continente (20,5%).

Comparativamente com os restantes concelhos da Região do Algarve, no período 2011-2021, com exceção de Aljezur e Vila do Bispo todos os outros municípios, perderam residentes com idade inferior a 15 anos. Quanto à evolução dos jovens residentes com idades entre os 15 e os 24 anos, com exceção de Albufeira, Aljezur, Faro, Lagoa, Lagos, Portimão e São Brás de Alportel todos os outros concelhos registaram uma variação negativa.

Gráfico 8 – Variação (%) da população residente em Lagos, no Algarve e no Continente por grupos etários, 2011- 2021



Fonte: INE - RGPH, 2021

Numa leitura por freguesia da proporção da população residente por grupo etário verifica-se que, com exceção de Odiáxere, em todas as freguesias a população jovem com menos de 25 anos tinha, em 2021, um peso relativo inferior ao da população com mais de 65 anos.

Gráfico 9 – Proporção (%) da população residente em Lagos, por freguesia e grupo etário, 2021



Fonte: INE - RGPH, 2021

Fazendo uma análise comparativa entre 2011 e 2021, constata-se que os jovens com menos de 25 anos passaram a representar menos em 2021, por contrapartida aos idosos (65 ou mais anos) que viram o seu peso relativo no total da população aumentar. A tendência de envelhecimento da população residente é igualmente constatada através do aumento do índice de envelhecimento, sendo que em 2021, por cada 100 jovens com menos de 15 anos existiam cerca de 193 idosos, este rácio fica acima do registado para o Continente (185%) e para a região do Algarve (177%). Comparativamente com 2011 regista-se um crescimento deste rácio, existindo em 2021 mais 71 idosos por cada 100 jovens (em 2011 o rácio era de 122%).

As dinâmicas de crescimento demográfico já evidenciadas para o total da população residente na região do Algarve encontram explicação, por um lado, na capacidade de cada município que a integra em atrair novos residentes e, por outro, no crescimento natural observado nos mesmos.

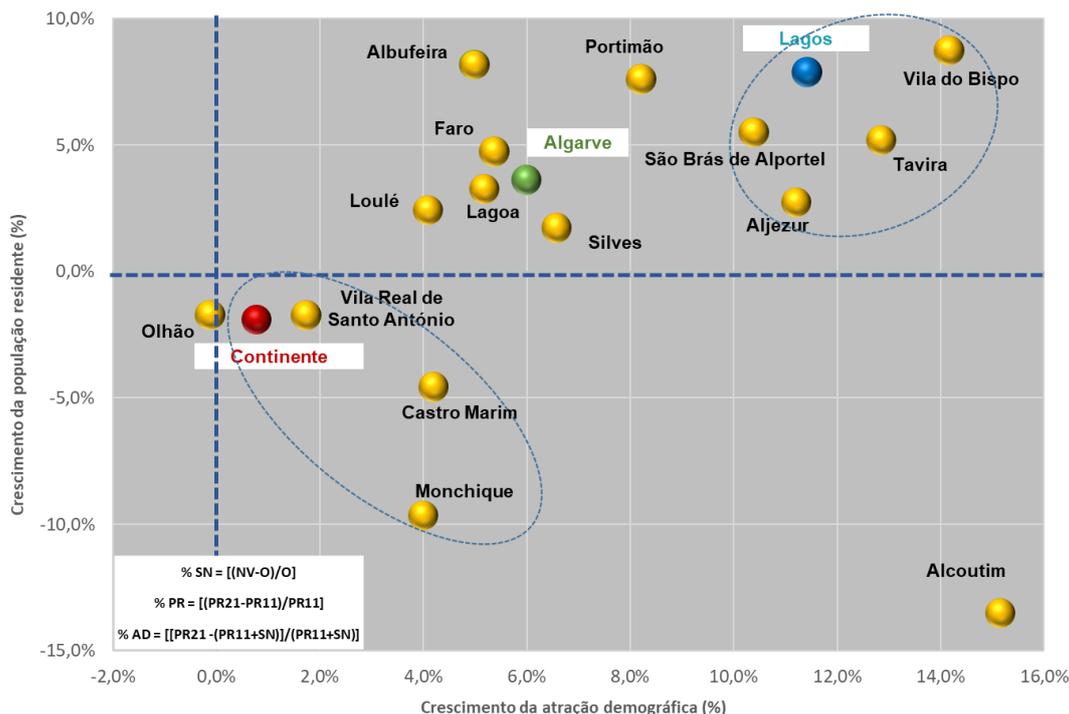
Apesar da região do Algarve registar um saldo natural negativo (-10.087) para o período em análise (2011-2021), seguindo a tendência verificada a nível nacional, esta região destaca-se pela sua capacidade de atrair novos residentes registando uma capacidade de atração demográfica positiva (6%), relativamente distanciada dos valores registados para o Continente (0,8%).

Como é possível observar no gráfico seguinte, Lagos juntamente com os municípios de São Brás de Alportel, Aljezur, Vila do Bispo e Tavira formam o conjunto de concelhos que no período 2011-2021

registaram as taxas de atração demográfica mais elevadas, uma vez que apesar do crescimento natural negativo, verificou-se crescimento da população residente. No concelho de Alcoutim também se registou uma taxa elevada de atração demográfica apesar do decréscimo da população residente, isto porque este último foi menos acentuado que o saldo natural o que significa que existiu atração de novos residentes.

Olhão foi o único município da Região do Algarve a registar uma atração demográfica negativa reflexo de um saldo natural acumulado no período 2011-2021 negativo e inferior ao crescimento da população residente, também ele negativo. Ou seja, o decréscimo da população residente foi superior ao saldo natural o que indicia que existiu repulsão da população residente.

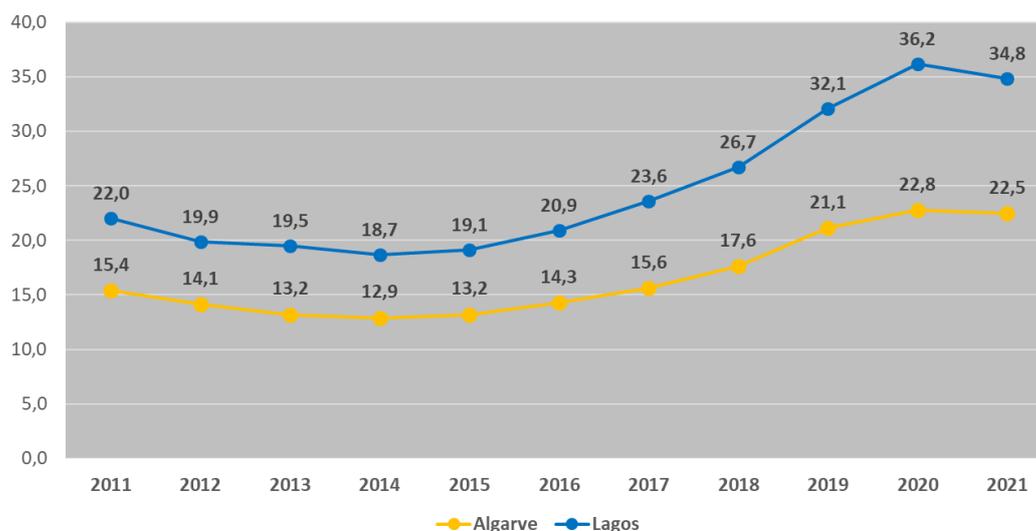
Gráfico 10 – Atração demográfica e crescimento natural na Região do Algarve, por Concelho, 2011-2021



Fonte: INE - RGPH, 2021, estatísticas de Óbitos e Nados-Vivos; PORDATA, cálculos próprios

Um dos fatores que poderá explicar esta capacidade de atração demográfica evidenciada poderá ser a fixação de população estrangeira. De facto, em 2021, a proporção de população estrangeira com estatuto legal de residente era de 22,5% no Algarve, valor que fica muito acima do registado para o Continente (6,9%), sendo que só no município de Lagos esta população representava 34,8% (o 4.º da região com maior proporção de população estrangeira atrás de Vila do Bispo com 41%, Albufeira com 37% e de Aljezur com 36%).

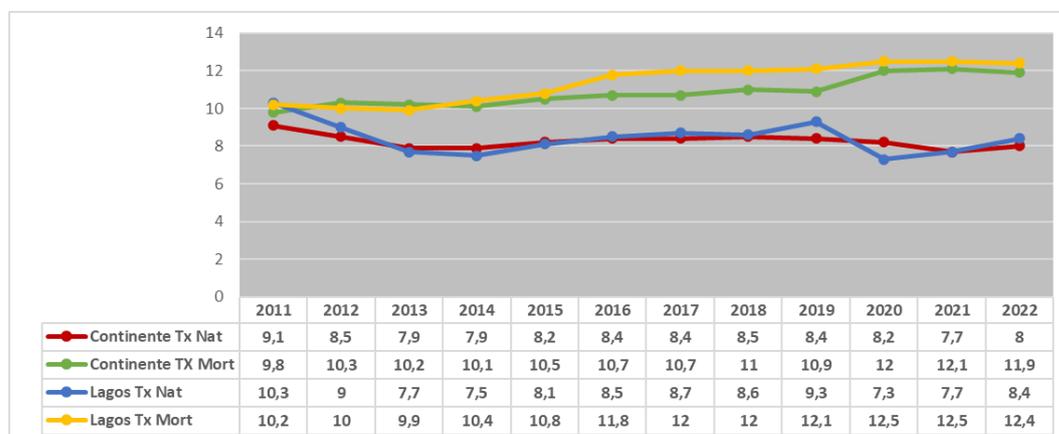
Gráfico 11 – Evolução da proporção de população estrangeira com estatuto legal de residente na Região do Algarve e no município de Lagos, 2011 a 2021



Fonte: INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente, INE - Estimativas Anuais da População Residente; PORDATA

Apesar de uma atração demográfica positiva, o município de Lagos, à semelhança do que se verifica para o Continente, desde 2012 que regista um saldo natural negativo, com uma taxa de mortalidade sempre superior à taxa de natalidade, sendo a tendência de afastamento da diferença entre as duas taxas. Os valores da taxa de mortalidade registados no município de Lagos, nos últimos anos têm-se aproximado dos valores registados no Continente, sendo que em 2022 o diferencial observado foi menor (0,5‰, em 2017 tinha sido de 1,3‰). Entre os anos 2016 e 2019 foi quando se registou o maior diferencial entre a taxa de mortalidade do Continente a do município de Lagos.

Gráfico 12 – Evolução da taxa bruta de natalidade e mortalidade (‰), Lagos e Continente, 2011-2022



Fonte: INE, Estatísticas de Nados-Vivos; Estatísticas de óbitos; PORDATA

Em termos demográficos o município de Lagos, nos últimos, 10 anos registou uma tendência de crescimento populacional superior à observada para a região do Algarve e contrária à tendência de crescimento do Continente, e revelou capacidade de atrair novos residentes. Ainda assim, e à semelhança do país, denota-se uma tendência para o envelhecimento da população, tendo a população mais velha (65 ou mais anos) crescido cerca de 40% na última década.

No que se refere à escolaridade da população residente, os valores registados revelam que ainda são muitos os desafios que se colocam a Portugal neste domínio. Apesar dos progressos alcançados nos últimos anos, o país ainda se debate com um défice ao nível das qualificações da população, sobretudo, da população adulta, com repercussões várias e diversificadas, nomeadamente ao nível da produtividade, ao nível do emprego/ desemprego, do rendimento das famílias, do exercício da cidadania e da exclusão social.

Dados censitários referentes a 2021 revelam que a população residente no concelho de Lagos tinha um nível de escolaridade ligeiramente superior comparativamente com a população residente no

Continente. Nesse ano, 39,8% dos residentes no município possuíam o ensino secundário ou superior, contra 38,9% no Continente. Ainda assim, cerca de 32% dessa população ou não tinha nenhum nível de escolaridade (16%) ou tinha no máximo o 1.º CEB (15,9%).

Gráfico 13 – Proporção da população residente por nível de escolaridade, por freguesia, 2021 (%)



Fonte: INE - RGPH, 2021

Numa leitura por freguesia é possível encontrar algumas disparidades ao nível da escolaridade da população residente. Acima da média concelhia e com cerca de 41% dos habitantes com um nível de escolaridade igual ou superior ao ensino secundário está a freguesia da Luz e de São Gonçalo de Lagos, já na UF de Bensafrim e Barão de São João e na freguesia de Odiáxere 37% e 36% respetivamente, da população residente ou não tinha nenhum nível de escolaridade ou tinha completado o 1.º CEB.

A análise da **estrutura dos agregados domésticos** no concelho de Lagos tem por base os dados disponibilizados pelo INE referentes a 2021 como resultado do recenseamento geral da população. No que respeita aos agregados domésticos, existiam em Lagos 14.115 famílias que representavam cerca de 7% do total de famílias da Região do Algarve. Face a 2011 este valor significa um crescimento de 12,4%.

Tabela 13 – Agregados domésticos por tipo e dimensão em Lagos, por freguesia em 2021

Freguesias	Agregado doméstico privado (N.º)	% no município 2021	Dimensão				Famílias Unipessoais (%)
			1	2	3	4 ou mais	
UF de Bensafrim e Barão de São João	1 058	7,5	332	350	218	158	31,4
Luz	1 911	13,5	525	809	297	280	27,5
Odiáxere	1 212	8,6	292	423	230	267	24,1
São Gonçalo de Lagos	9 934	70,4	2 780	3 455	1 912	1 787	28,0
Lagos	14 115	100	3 929	5 037	2 657	2 492	27,8

Fonte: INE - RGPH, 2021

Por freguesia destaca-se a freguesia de São Gonçalo de Lagos com o maior peso relativo famílias (70,4%) no total do município. Pelo contrário, a UF de Bensafrim e Barão de São João é a que tinha menor número de famílias, em 2021 (7,5%). No que se refere à proporção de famílias unipessoais observa-se que é a UF de Bensafrim e Barão de São João que tem a maior proporção (31,4%) destas famílias.

Relativamente à dimensão, em 2021, 35,7% das famílias residentes em Lagos tinham 2 elementos e 17,7% tinham 4 ou mais elementos. Na leitura por freguesia, verifica-se que em Odiáxere os agregados domésticos com 3 ou mais filhos representavam, em 2021, 41% do total, enquanto na freguesia da Luz 42% das famílias tinham 2 elementos.

A informação disponibilizada para analisar os **movimentos pendulares** da população residente no concelho de Lagos é escassa e insuficiente. Assim, optou-se por utilizar os indicadores disponíveis no último Censo 2021, nomeadamente o número de residentes que estudam e/ou trabalham no concelho, ao nível da freguesia, permitindo ter uma noção da mobilidade inter e intraconcelhia.

Segundo os dados dos Censos 2021, registou-se um aumento de cerca de 47,8% da população que entra no concelho de Lagos para trabalhar ou estudar face ao valor de 2011, sendo este aumento foi mais significativo no que se refere à população que entra no concelho para estudar (+87,2% do que em 2011). Por outro lado, verificou-se igualmente um acréscimo de população que sai do concelho para trabalhar e/ou estudar, nomeadamente 16,8% do total de indivíduos que saem do concelho face a 2011.

Tabela 14_ Residentes no concelho de Lagos segundo o local de trabalho ou estudo, em 2021

Local de residência	População residente que trabalha ou estuda						
	Total	Em casa	na freguesia onde reside	no mesmo município, noutra freguesia	noutro município	no estrangeiro	Sem local fixo
Município de Lagos	18.301	783	9.856	3.691	2.864	235	872
São Gonçalo de Lagos	13.285	517	8.507	1.660	1.860	164	577
UF Bensafrim e Barão de São João	1.190	75	233	576	218	14	74
Luz	2.089	138	695	690	394	41	131
Odiáxere	1.737	53	421	765	392	16	90

Fonte: Censo 2021

De uma forma geral, a percentagem de residentes no concelho de Lagos que trabalham e/ou estudam em Lagos é significativa, cerca de 78,3% do total de população residente empregada ou estudante, tendo em conta a grande dependência do emprego no sector do comércio e dos serviços, centralizados na sede de concelho, que originará maiores registos de movimentos pendulares à escala da freguesia, do que propriamente à escala do concelho.

3.3.2 Dinâmica económica

De acordo com os resultados dos censos, em 2021, a taxa de emprego total em Lagos era de 44,1%, ligeiramente abaixo da registada para a região do Algarve. Já a taxa de emprego jovem (15-24 anos) fixou-se em 21%, muito semelhante à observada para a região Algarvia.

Tabela 15 – Taxa de emprego e taxa de desemprego total e jovem (15-24 anos) em Lagos e no Algarve (%), 2021

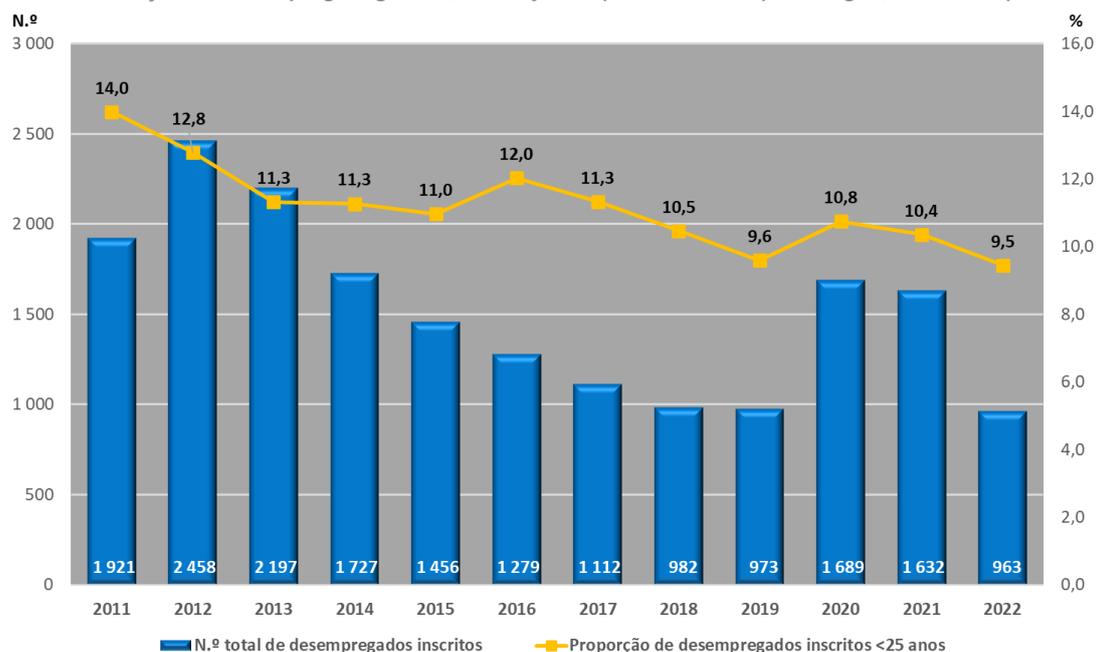
		Total	15-24 anos
Taxa de Emprego	Lagos	44,1	21
	Algarve	46,5	21,3
Taxa de Desemprego	Lagos	12	29,5
	Algarve	11,8	27,8

Fonte: INE - RGPH, 2021

Em termos de taxa de desemprego total verifica-se que, em 2021, se situava nos 12% em Lagos, sendo que para o grupo etário 15-24 anos esta taxa ascendia aos 29,5%, valor que fica acima da média regional (27,8%). Comparativamente, com 2011, observa-se um decréscimo tanto da taxa de emprego como da taxa de desemprego quer no município de Lagos quer na região do Algarve.

Ao analisar-se os valores referentes ao número de desempregados do concelho de Lagos inscritos nos centros de emprego, disponíveis no PORDATA, constata-se que, em 2022, estavam inscritos no total 963 desempregados, o que representava 6,4% do total de inscritos no Algarve. Desses 963 inscritos nos centros de emprego em Lagos 91 tinham menos de 25 anos, ou seja, o desemprego jovem no município tinha um peso de 9,5% no desemprego total, valor que fica muito próximo do registado para a região do Algarve (9,7%).

Gráfico 14 – Evolução do desemprego registado, total e jovem (menos 25 anos), em Lagos; 2011-2022 (média anual)

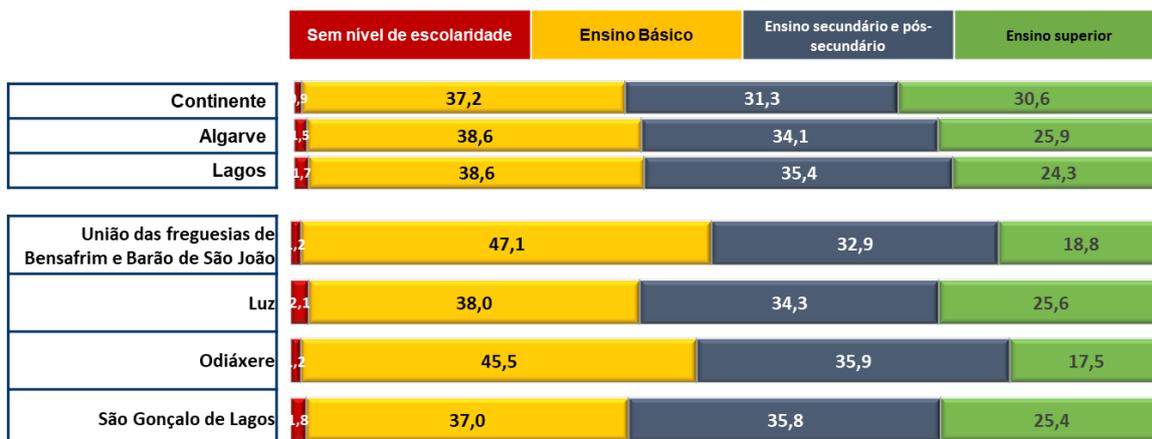


Fonte: IEFP/MTSSS; PORDATA

Em termos de evolução do número total de desempregados inscritos no município, verifica-se um decréscimo entre 2012 e 2019, seguido de um aumento até 2021 e novo decréscimo em 2022. A proporção de desempregados inscritos com menos de 25 anos seguiu uma trajetória de decréscimo interrompida em 2016, mas retomada em 2017 até 2019. Em 2022 a percentagem de desemprego jovem situou-se nos 9,5%, menos 0,9 pontos percentuais que no ano anterior.

Em 2021 a população empregada no concelho de Lagos era de 12.881 trabalhadores o que representa cerca de 7% do total de população empregada na região do Algarve. Apesar do aumento das qualificações da população empregada comparativamente com 2011, cerca de 39% da população empregada no município de Lagos tem o ensino básico. Na União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João este valor ascende aos 47%, assim como na freguesia de Odiáxere que ascende aos 45,5%. A população empregada com o ensino superior representava, em 2021, cerca de 24% no concelho de Lagos.

Gráfico 15 – População empregada por nível de escolaridade mais elevado completo em Portugal, no Algarve e em Lagos, por freguesia

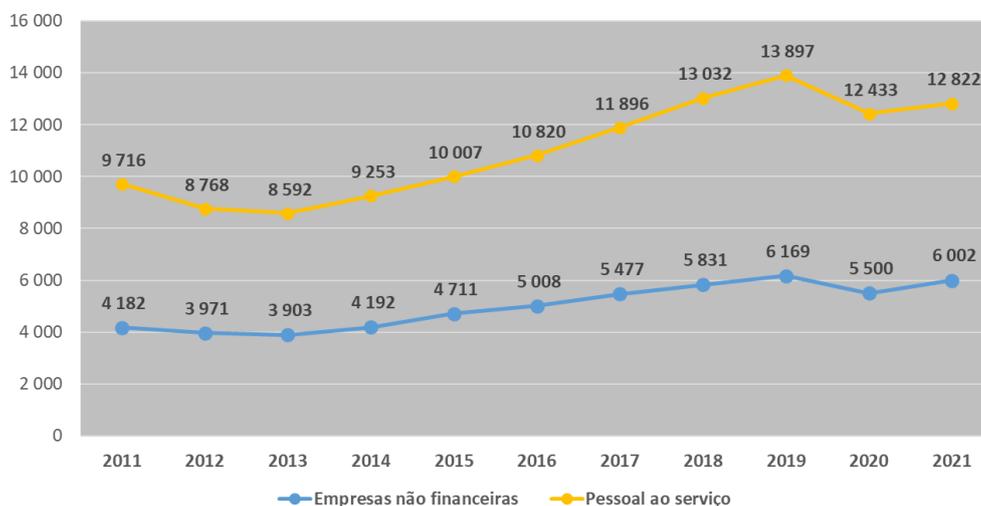


Fonte: Censo 2021

Dinâmicas de Emprego no município de Lagos

Através da distribuição do número de empresas não financeiras e do número de pessoas ao serviço nessas empresas por atividade económica, procura-se, neste ponto, caracterizar a **dinâmica empresarial** do concelho de Lagos.

Gráfico 16 – Evolução do número de empresas não financeiras e pessoal ao serviço no concelho, 2011-2021 (N.º)



Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas, PORDATA

Em 2021, o tecido empresarial do concelho de Lagos era constituído por 6.002 empresas não financeiras, o que representava 7,8% do total de empresas não financeiras do Algarve. Em termos de dimensão a grande maioria (96,8%) são microempresas com menos de 10 trabalhadores.

No que respeita à evolução do número de empresas não financeiras no concelho no período 2011-2021, a tendência registada foi de acréscimo, sendo que em 2021 existiam no concelho mais 1.820 empresas não financeiras o que correspondeu a um crescimento de 43,5%.

Quanto ao emprego, em 2021, o número de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras do município de Lagos ascendeu aos 12.822 trabalhadores, o que significa 7,2% do total do emprego da região Algarvia.

No período 2011-2021 a evolução do emprego segue uma trajetória de crescimento entre 2013 e 2019, interrompida em 2020 e retomada em 2021. No global, em 2021 e comparativamente com 2011 existem mais 3.106 pessoas ao serviço (+32%).

A distribuição das empresas não financeiras sediadas no município de Lagos por setor de atividade revela um predomínio das empresas ligadas ao setor do “alojamento, restauração e similares” (27,1%), seguido do setor das “atividades administrativas e dos serviços de apoio” (12,5%) e do setor do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (11,9%). Comparativamente com o Algarve, a concentração de empresas não financeiras do setor do “alojamento, restauração e similares” é superior no município de Lagos (27,1% face a 17,5%).

Tabela 16 – Distribuição das empresas não financeiras e pessoas ao serviço por setor de atividade em Lagos, e variação (%), 2011-2021

Setor de Atividade Económica	Empresas não financeiras			Pessoas ao serviço		
	N.º	%	Variação (%) 2011/21	N.º	%	Variação (%) 2011/21
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	202	3,4	27,0	367	2,9	45,1
Indústrias extrativas	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras	132	2,2	20,0	330	2,6	-5,2
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	15	0,2	200,0	-	-	-

Setor de Atividade Económica	Empresas não financeiras			Pessoas ao serviço		
	N.º	%	Variação (%) 2011/21	N.º	%	Variação (%) 2011/21
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2	-	-	-	-	-
Construção	585	9,7	20,1	1 957	15,3	20,1
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	713	11,9	-9,5	1 822	14,2	0,8
Transporte e armazenagem	121	2,0	83,3	313	2,4	59,7
Alojamento, restauração e similares	1 629	27,1	146,4	3 770	29,4	52,9
Atividade de Informação e comunicação	69	1,1	72,5	82	0,6	86,4
Atividades imobiliárias	339	5,6	45,5	672	5,2	57,7
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	452	7,5	17,7	762	5,9	31,4
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	753	12,5	40,0	1 093	8,5	39,2
Educação	190	3,2	22,6	278	2,2	19,3
Atividades de saúde humana e apoio social	249	4,1	20,3	455	3,5	51,7
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	213	3,5	47,9	456	3,6	79,5
Outras atividades de serviços	338	5,6	67,3	434	3,4	14,5
TOTAL Lagos	6 002	100	43,5	12 822	100	32,0
TOTAL Algarve	76 680		31,6	179 028		24,5

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas, PORDATA

Os setores que mais contribuíram para o crescimento positivo do número de empresas não financeiras do município de Lagos foram: “alojamento, restauração e similares” (+146,4%), “transporte e armazenagem” (+83,2%), e “atividades de informação e comunicação” (+72,4%).

A estrutura do emprego no concelho de Lagos por atividade económica está alinhada com a estrutura setorial das empresas não financeiras, sendo que, em 2021 os setores com mais pessoal ao serviço eram igualmente o setor do “alojamento, restauração e similares” (29,4%), o setor do “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (14,2%). Pese embora o facto de ao nível do pessoal ao serviço das empresas não financeiras se destacar o setor da “Construção”, com um peso relativo de 15,3%.

Em suma, e à semelhança do território nacional, o universo de empresas não financeiras do concelho de Lagos era, em 2021, constituído quase exclusivamente por micro e pequenas empresas. Em termos de estrutura setorial das empresas não financeiras e do emprego à semelhança da região Algarvia, o município de Lagos também se caracteriza por uma forte especialização económica no Alojamento, Restauração e Turismo.

3.4. Projeções da população residente

A metodologia de projeção dos residentes no município de Lagos e nas respetivas freguesias seguiu os seguintes princípios gerais:

- Análise centrada na unidade estatística ‘Indivíduos e no atributo ‘idade’, considerando os grupos etários quinquenais, assim como também os grupos etários relativos aos vários níveis de ensino (idade escolar);
- Análise dos recenseamentos Gerais da População (1991, 2001, 2011 e 2021), e análise prospetivas para 2027 e 2031, e
- Utilização das “Projeções de população residente, por sexo e idade, Portugal e NUTS II, 2015-2080” para o Algarve tendo por referência o cenário base, elaborada pelo INE.

De salientar que este tipo de análise prospetiva incorpora sempre uma margem de erro, na generalidade dos casos bastante difícil de controlar. A debilidade das bases estatísticas disponíveis, nomeadamente a níveis territoriais mais desagregados, assim com o período histórico marcado por alterações dos padrões de qualidade de vida e de modelos territoriais introduzem fatores de incerteza mais ou menos profundos.

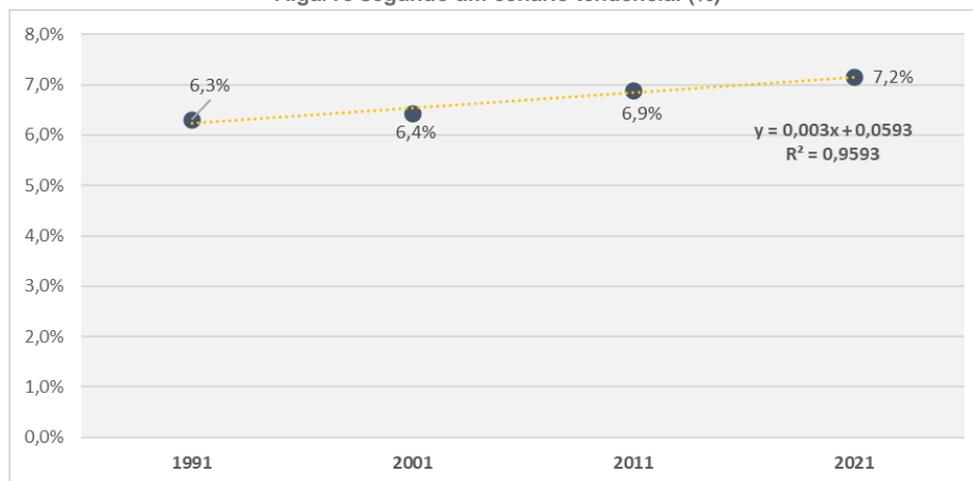
Desta forma, o esquema metodológico adotado na projeção demográfica realizada assenta, essencialmente em 3 fases, que a seguir se descrevem.

1.ª fase: Adoção e tratamento da projeção disponibilizada pelo INE

A metodologia de projeção dos valores da população residente, por idades e sexo, para Portugal e Regiões NUTSII apresentados pelo INE segue o método das componentes por coortes, baseado no qual, são produzidas hipóteses para os níveis futuros de fecundidade, mortalidade e migrações, estimando-se a população residente para o período 2015-2080. Foram definidos 4 cenários de projeção da população (cenário baixo, cenário central, cenário alto e cenário sem migrações) com base na conjugação de hipóteses alternativas relativas à evolução futura de cada componente, sendo que para o presente exercício de projeção de população residente no município de Lagos e respetivas freguesias foram utilizados os valores do cenário central onde foram consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade, da mortalidade e das migrações.

Por forma a determinar os valores para o município de Lagos, precedeu-se a uma distribuição criteriosa da população por grupo etário tendo por referência os valores apurados nos Recenseamentos da População de 1991, 2001, 2011 e 2021 e foi posteriormente calculado o peso relativo do município na região do Algarve, em termos de residentes por grupo etário (quotas de distribuição). As quotas de distribuição permitem constatar que a população de Lagos se tem apresentado estável ao longo do período 1991 a 2021.

Gráfico 17 – Evolução do peso relativo da população residente em Lagos face à população total residente na região do Algarve segundo um cenário tendencial (%)



Fonte: INE –RGPH; Projeções de população residente. Cálculos da equipa do estudo

Desta forma, é possível admitir que, a curto prazo, esta estabilidade se manterá, pelo que se optou por estimar o peso da população residente em Lagos no total da população residente no Algarve em 2027 e 2031, através de um modelo de regressão linear simples.

Como resultado desta etapa obteve-se a distribuição da população residente no município de Lagos por grupo etário quinquenal, conforme apresentado na tabela seguinte.

Tabela 17 – Evolução da população residente em Lagos por grupo etário quinquenal

	Total	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65+
1991	21 526	1 143	1 211	1 457	1 505	1 423	1 531	1 551	1 523	1 357	1 241	1 338	1 417	1 280	3 549
2001	25 398	1 325	1 303	1 404	1 429	1 586	1 752	1 832	1 981	1 847	1 799	1 547	1 437	1 522	4 634
2011	31 049	1 522	1 606	1 742	1 608	1 591	1 683	2 164	2 446	2 374	2 345	2 136	2 042	1 865	5 925
2021	33 494	1 285	1 411	1 601	1 638	1 640	1 567	1 736	1 896	2 402	2 486	2 385	2 572	2 586	2 525
2027	34 624	1 569	1 689	1 671	1 831	1 916	1 743	1 779	1 731	2 106	2 451	2 711	2 560	2 490	2 380
2031	35 435	1 582	1 732	1 810	1 681	1 871	1 708	1 875	1 726	2 021	2 214	2 525	2 920	2 628	2 489

Fonte: INE –RGPH; Projeções de população residente. Cálculos da equipa do estudo

2.ª fase: Redistribuição da projeção para o município de Lagos para as respetivas freguesias

O apuramento dos quantitativos populacionais das freguesias do município de Lagos por grupo etário quinquenal seguiu igualmente o método das quotas de distribuição. Foram apurados os pesos relativos da população residente nas freguesias no concelho por grupo etário para os anos censitários 1991, 2001, 2011 e 2021, calculando-se a tendência para 2027 e 2031.

Tabela 18 – Evolução da população residente em Lagos por grupo etário quinquenal e por freguesia

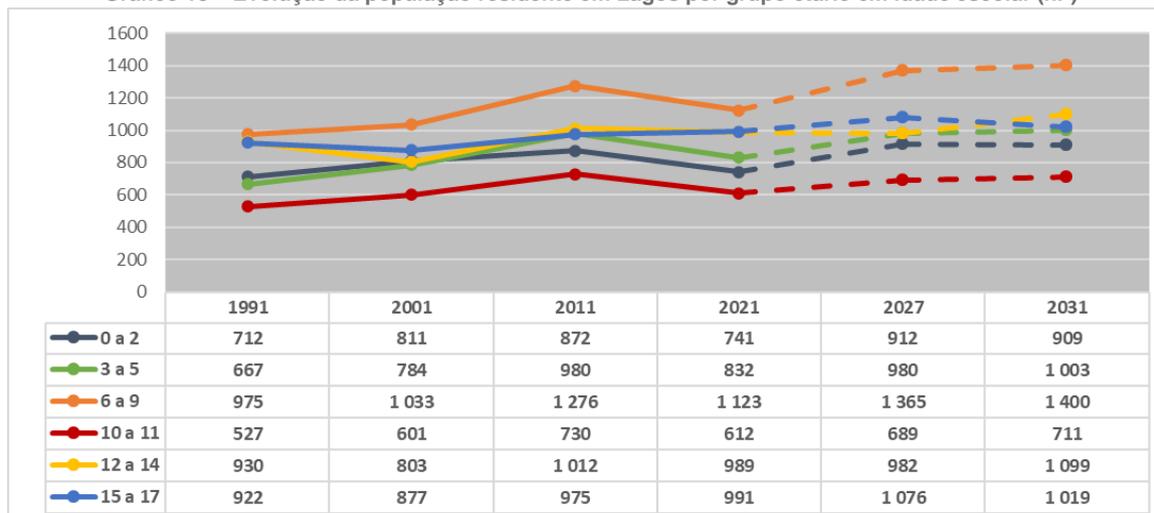
Freguesia	Idade	1991	2001	2011	2021	2027	2031
Barão de São João e Bensafrim	0-4	101	109	87	66	65	57
	5-9	116	101	104	104	104	101
	10-14	146	108	124	104	92	91
	15-19	138	117	120	106	109	94
	20-24	134	131	95	101	94	83
	25-29	163	145	93	82	60	46
	30-34	147	153	119	111	87	83
	35-39	135	174	153	145	114	109
	40-44	113	151	178	146	126	114
	45-49	134	159	214	144	136	110
	50-54	139	161	170	183	187	163
	55-59	151	137	190	223	211	233
	60-64	175	153	193	203	171	163
	65+	465	538	585	727	650	658
	Total	2 257	2 337	2 425	2 445	2 205	2 105
Luz	0-4	152	162	147	159	169	167
	5-9	123	153	144	178	200	208
	10-14	153	161	190	177	187	204
	15-19	164	147	179	158	181	164
	20-24	168	166	177	183	208	202
	25-29	171	186	161	172	178	174
	30-34	175	203	180	195	176	183
	35-39	165	217	227	234	198	200
	40-44	153	236	242	270	228	216
	45-49	146	195	238	274	253	226
	50-54	148	218	285	290	358	336
	55-59	164	230	268	330	347	397
	60-64	160	205	286	429	434	473
	65+	481	589	821	1 306	1 312	1 459
	Total	2 523	3 068	3 545	4 355	4 430	4 610

Freguesia	Idade	1991	2001	2011	2021	2027	2031
Odiáxere	0-4	112	99	155	125	154	157
	5-9	102	105	158	134	169	177
	10-14	146	119	169	175	177	195
	15-19	163	118	133	166	164	149
	20-24	163	161	140	159	165	157
	25-29	140	161	144	142	153	150
	30-34	168	144	224	163	164	172
	35-39	147	140	244	165	153	153
	40-44	149	174	199	240	186	176
	45-49	147	179	186	236	194	167
	50-54	155	170	187	214	216	191
	55-59	178	165	185	202	173	178
	60-64	162	186	197	202	185	178
	65+	436	601	663	723	742	775
	Total		2 368	2 522	2 984	3 046	2 973
São Gonçalo de Lagos	0-4	778	955	1 133	935	1 182	1 202
	5-9	870	944	1 200	995	1 216	1 246
	10-14	1 012	1 016	1 259	1 145	1 214	1 320
	15-19	1 040	1 047	1 176	1 208	1 377	1 274
	20-24	958	1 128	1 179	1 197	1 448	1 429
	25-29	1 057	1 260	1 285	1 171	1 351	1 339
	30-34	1 061	1 332	1 641	1 267	1 352	1 438
	35-39	1 076	1 450	1 822	1 352	1 265	1 264
	40-44	942	1 286	1 755	1 746	1 567	1 515
	45-49	814	1 266	1 707	1 832	1 868	1 712
	50-54	896	998	1 494	1 698	1 950	1 836
	55-59	924	905	1 399	1 817	1 829	2 111
	60-64	783	978	1 189	1 752	1 700	1 814
	65+	2 167	2 906	3 856	5 533	5 673	6 249
	Total		14 378	17 471	22 095	23 648	24 993

Fonte: INE-RGPH; Projeções de população residente. Cálculos da equipa do estudo

3.ª fase: Redistribuição da projeção para os municípios de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo da população residente em idade escolar, por grupos etários específicos dos níveis de ensino (não superior):

Também nesta fase foi utilizado o método das quotas de distribuição, ou seja, a partir dos dados censitários para anos 1991, 2001, 2011 e 2021 foi apurado o peso da população residente nos municípios de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo na região por idade ano a ano e calculada a tendência para 2027 e 2031. Os valores dos quantitativos populacionais obtidos resultam do produto dessas quotas pelos valores das projeções da população residente por idade para a região do Algarve apurados pelo INE.

Gráfico 18 – Evolução da população residente em Lagos por grupo etário em idade escolar (n.º)

Fonte: INE–RGPH; Projeções de população residente. Cálculos da equipa do estudo

Com base na tendência, relativa à distribuição da proporção da população residente no município de Lagos na região do Algarve, por idade, revelada nas últimas décadas verifica-se, em 2027, um aumento dos residentes em todas as faixas etárias correspondentes às idades escolares, com exceção do grupo etário correspondente ao 3.º CEB. O maior acréscimo estimado acontece na faixa etária 6 a 9 anos com mais 242 residentes em 2027 comparativamente com 2021.

A longo prazo (2031), estima-se novo acréscimo da população de todos os grupos etários, com especial incidência dos residentes dos grupos etários correspondente à educação pré-escolar (3 a 5 anos), ao berçário e creche (0a 2 anos) e ao 1.º CEB (6 a 9 anos).

Importa também apresentar a distribuição da população residente nos municípios de Aljezur e Vila do Bispo para a faixa etária 15-17 anos, uma vez que estes concelhos não têm oferta de ensino secundário.

Tabela 19 – Evolução da população residente em Aljezur e Vila do Bispo para o grupo etário 15-17 anos (n.º residentes)

Município	Idade	1991	2001	2011	2021	2027	2031
Aljezur	15-17	144	149	135	155	160	151
Vila do Bispo	15-17	258	172	152	148	125	106

Fonte: INE–RGPH; Projeções de população residente. Cálculos da equipa do estudo

Constata-se para o município de Vila do Bispo uma tendência de decréscimo continua até 2031 do número de residentes da faixa etária 15-17 anos. Quanto ao município de Aljezur verifica-se um ligeiro aumento do número de jovens residentes deste grupo etário, em 2027 seguido de um decréscimo em 2031.

[página propositadamente deixada em branco]

4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA EDUCATIVA

A oferta educativa do município de Lagos é constituída por estabelecimentos de ensino pertencentes às redes pública e privada. A oferta privada está essencialmente ligada à educação pré-escolar – nomeadamente os estabelecimentos da rede solidária – existindo um conjunto de equipamentos da rede particular e cooperativa com oferta maioritariamente de educação pré-escolar e 1.º CEB, além de um estabelecimento que abrange todos os níveis de ensino, exceto o pré-escolar.

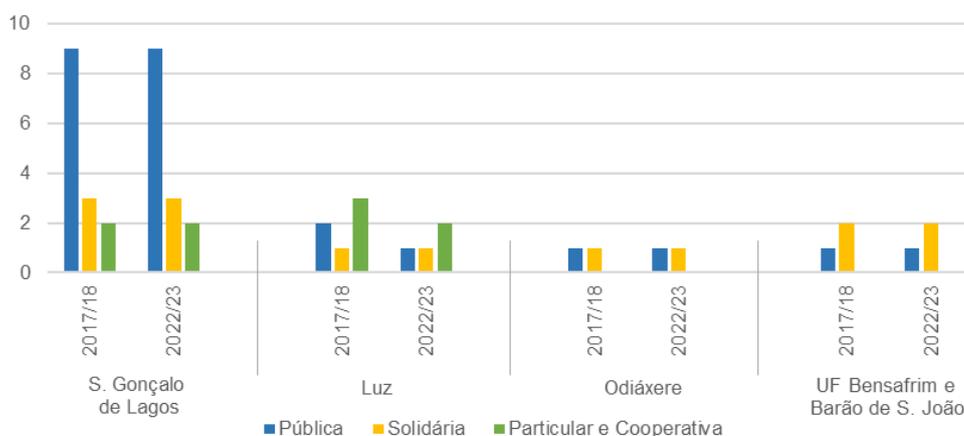
Tabela 20 – Evolução dos estabelecimentos de ensino na última década, na rede pública e privada

	Ano letivo										
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22 (*)
Lagos	27	25	24								
Público	16	13	13	13	13	13	13	13	13	13	12
Privado	11	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12

Fonte: Estatísticas da Educação, DGEEC. (*) CML

A evolução do número de estabelecimentos desde a aprovação da Carta Educativa demonstra uma diminuição do parque escolar até ao ano letivo 2012/2013 – embora isto não traduza uma redução da capacidade instalada, já que se registaram nos últimos dez anos um conjunto de alterações e ampliações dos equipamentos existentes, conforme se verá mais adiante – tendo-se mantido desde então o parque escolar com um total de 25 estabelecimentos (13 da rede pública e 12 de natureza privada) até ao ano letivo 2021/2022, ano em que entrou em funcionamento o novo Centro Escolar da Luz que ditou o encerramento das escolas básicas de Espiche e da Luz. Assim, a rede educativa passa a ser constituída por 24 estabelecimentos: 12 da rede pública e 12 da rede privada.

Gráfico 19 – Evolução dos estabelecimentos educativos e distribuição por freguesia, segundo a natureza da oferta



Fonte: Carta Educativa 2018; Atualização CML 2023

A figura anterior demonstra a distribuição dos estabelecimentos por freguesia, de acordo com a sua natureza, bem como a evolução desde o ano letivo 2017/2018. A única alteração na rede educativa corresponde à redução dos estabelecimentos da rede pública na freguesia da Luz, mantendo-se a maior concentração de estabelecimentos na freguesia da cidade de Lagos (São Gonçalo de Lagos) com um total de 14 estabelecimentos de ensino, sendo 9 pertencentes à rede pública, verificando-se que esta e as duas freguesias mais rurais mantêm a oferta desde a carta educativa ainda em vigor.

4.1. Rede educativa - situação atual da rede pública

4.1.1 Agrupamentos de escolas

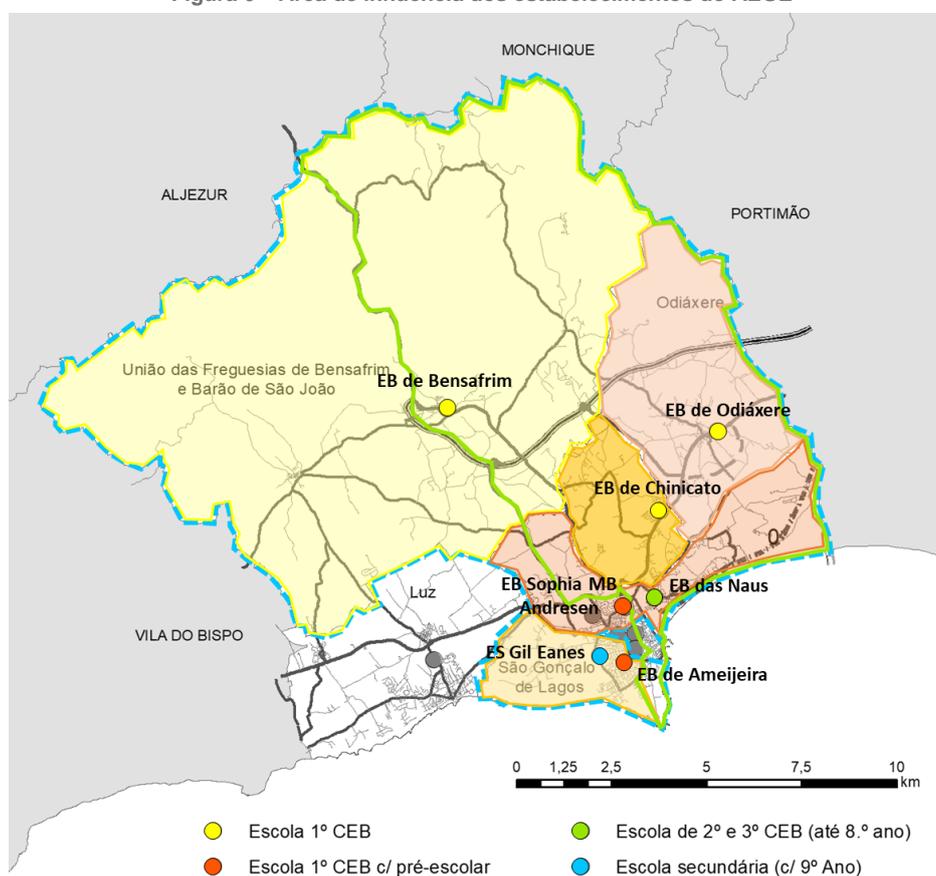
De acordo com o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho), o Agrupamento de Escolas constitui uma unidade organizacional, com órgãos próprios de administração e gestão, do qual fazem parte estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis de ensino, partindo de um projeto educativo comum, com vista a concretizar, nomeadamente, os seguintes objetivos:

- Garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram, numa lógica de articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de escolaridade;
- Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino;
- Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar;
- Racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram.

Segundo a Portaria n.º 303/2022, de 22 de dezembro – que define a rede escolar pública da Educação, para o ano escolar 2022-2023 –, a rede educativa pública do Município de Lagos está organizada em 2 agrupamentos de escolas (que integram a educação pré-escolar, os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário) num total de 12 estabelecimentos.

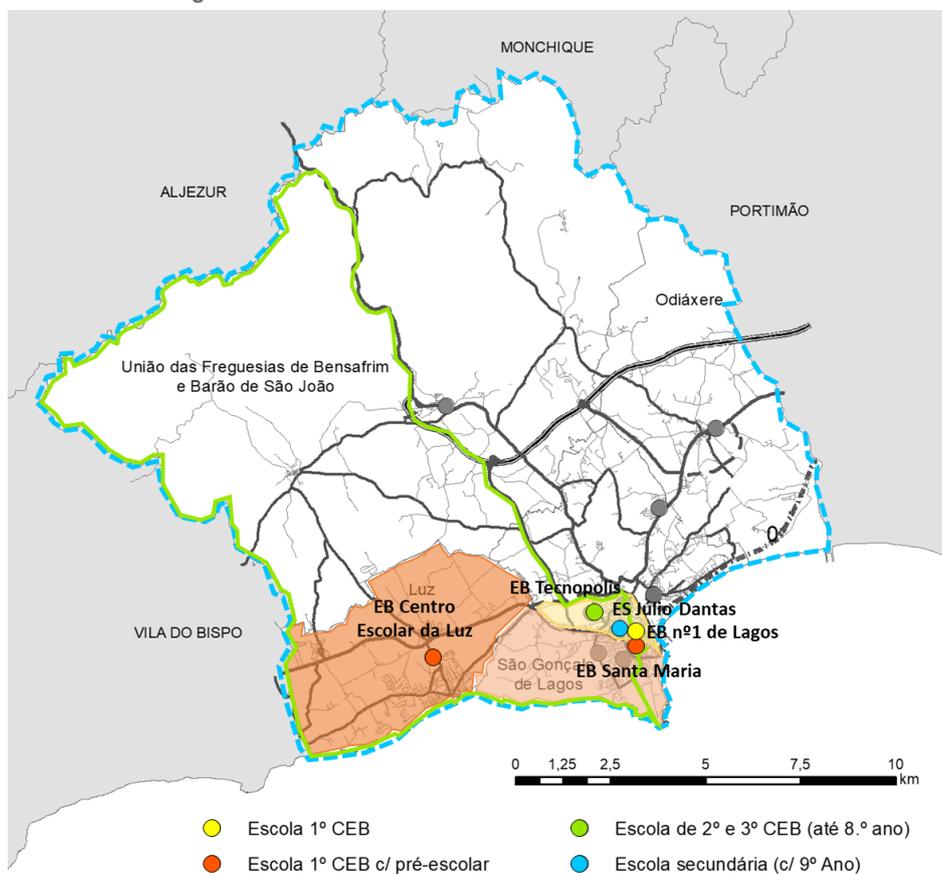
O AEGE, criado em 2010, é atualmente composto por dois estabelecimentos do 1.º CEB e pré-escolar, três estabelecimentos de 1.º CEB, um estabelecimento dos 2.º e 3.º CEB e um estabelecimento de ensino secundário, o qual constitui a sua sede.

Figura 6 – Área de influência dos estabelecimentos do AEGE



Por sua vez, o AEJD foi constituído em 2012, sendo composto por dois estabelecimentos do 1.º CEB e educação pré-escolar, um estabelecimento de 1.º CEB, um estabelecimento dos 2.º e 3.º CEB e um estabelecimento de ensino secundário, o qual constitui a sua sede.

Figura 7 – Área de influência dos estabelecimentos do AEJD



A reestruturação dos dois agrupamentos de escolas realizada em 2013, baseada na concertação entre as respetivas direções e o município, deu origem à **delimitação de áreas de influência** procurando o equilíbrio entre o número de alunos e o número de salas de educação pré-escolar disponíveis em cada agrupamento.

Esta delimitação traduziu-se numa elevada diversidade em termos de proveniência dos alunos que ingressam em cada agrupamento o que levou ao estabelecimento de um acordo de possibilidade de mudança de agrupamento na transição de ciclo de ensino, nomeadamente:

- Na transição para o 5.º ano (2.º CEB), os alunos da EB de Bensafrim e da EB Sophia de Mello Breyner Andresen (AEGE) poderão ingressar na EB Tecnopolis (AEJD), por opção dos encarregados de educação considerando a sua área de residência;
- Na transição do 3.º CEB para o secundário, os alunos poderão sempre mudar de agrupamento desde que no seu agrupamento de origem não exista a opção de oferta formativa que pretendem prosseguir.

No que se refere à evolução do número de alunos ao longo dos últimos três anos letivos, por agrupamento de escolas, verifica-se que os 2 agrupamentos apresentam uma tendência de evolução ligeiramente decrescente entre 2020/2021 e o ano letivo seguinte, apresentando uma recuperação no ano letivo em curso, em que o AEJD se destaca em termos de aumento global do número de alunos. A este facto será alheia a reestruturação anteriormente mencionada (áreas de influência a que dão resposta) bem como as transições entre agrupamentos e a oferta dos percursos alternativos.

Tabela 21 – Evolução do número de alunos por agrupamento entre 2020/2021 e 2022/23

	2020/2021				2021/2022				2022/23			
	Jl	1.º CEB	2.º 3.º CEB	Sec.	Jl	1.º CEB	2.º 3.º CEB	Sec.	Jl	1.º CEB	2.º 3.º CEB	Sec.
AE Gil Eanes	141	622	836	423	135	611	821	385	140	648	779	385
	2.022				1.952				1.952			
AE Júlio Dantas	112	434	889	889	140	439	921	891	135	475	971	900
	2.324				2.391				2.481			

Fonte: DGEstE – DSRAIlg

Em termos gerais o AEGE apresenta sempre um número de alunos superior no que toca à educação pré-escolar e 1.º CEB (devido à maior capacidade instalada), enquanto o AEJD tem vindo a captar um maior número de alunos nos 2.º e 3.º CEB e ensino secundário, com especial destaque no ano letivo 2022/23.

4.1.2 Tipologia e localização do parque educativo

Como referido anteriormente, os estabelecimentos de ensino do município de Lagos, no que respeita à rede pública, integram as tipologias de Escola Básica do 1.º CEB (EB1), Escola Básica do 1.º CEB com Jardim de Infância (EB1/JI), Escola Básica 2.º e 3.º CEB (EB2,3) e Escola Secundária (ES).

Na tabela seguinte sinalizam-se os estabelecimentos existentes atualmente em funcionamento para cada tipologia, por agrupamento escolar.

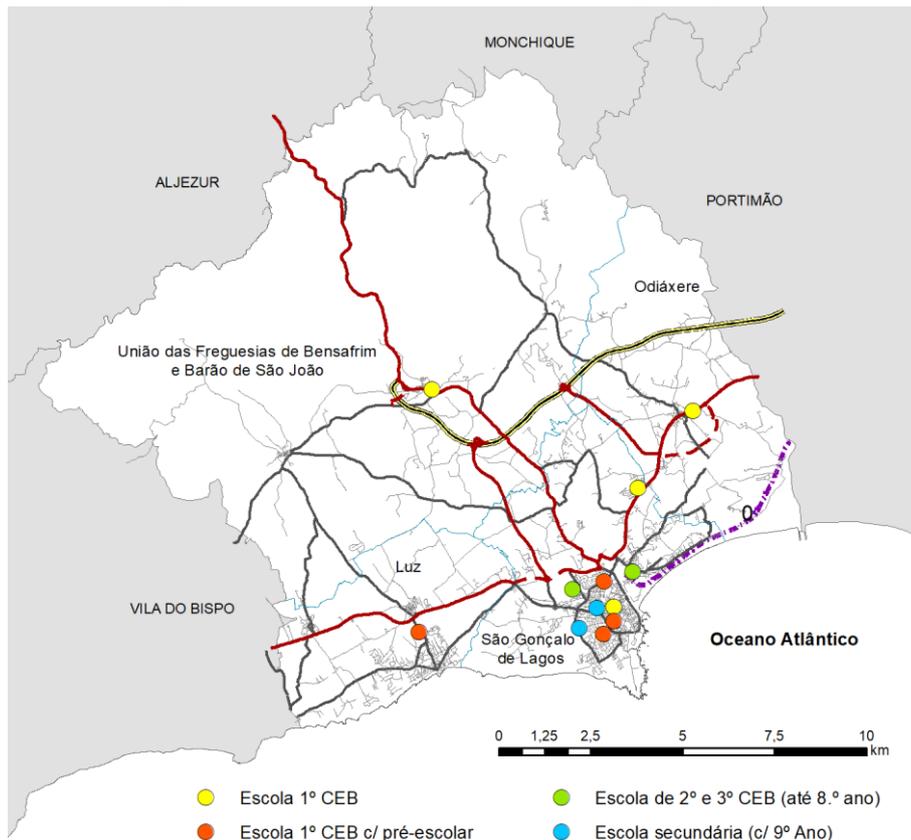
Tabela 22 – Equipamentos educativos existentes (rede pública) no ano 2022/23

Equipamento	Freguesia	Nível de ensino	N.º Alunos a frequentar ¹
Escola Secundária Gil Eanes (sede)	São Gonçalo de Lagos	Secundário (+ 9.º ano)	554
Escola Básica das Naus	São Gonçalo de Lagos	2.º e 3.º CEB	610
Escola Básica de Ameijeira	São Gonçalo de Lagos	Pré-escolar e 1.º CEB	334
Escola Básica Sophia de Mello Breyner Andresen	São Gonçalo de Lagos	Pré-escolar e 1.º CEB	261
Escola Básica de Bensafrim	Bensafrim e Barão de São João	1.º CEB	45
Escola Básica de Chinicato	São Gonçalo de Lagos	1.º CEB	69
Escola Básica de Odiáxere	Odiáxere	1.º CEB	79
Escola Secundária Júlio Dantas (sede)	São Gonçalo de Lagos	Secundário (+ 9.º ano)	1144
Escola Básica Tecnopolis	São Gonçalo de Lagos	2.º e 3.º CEB	727
Escola Básica de Santa Maria	São Gonçalo de Lagos	Pré-escolar e 1.º CEB	268
Escola Básica n.º 1 de Lagos	São Gonçalo de Lagos	1.º CEB	195
Escola Básica Centro Escolar da Luz	Luz	Pré-escolar e 1.º CEB	147

Fonte: DGEstE – DSRAIlg. (¹) ano letivo 2022/23 – dados 2023

Como se pode observar, a rede educativa (pública) do município é constituída por 12 estabelecimentos educativos em funcionamento, existindo 4 escolas básicas com 1.º CEB e jardim de infância (EB1/JI), 4 Escolas básicas só com 1.º CEB (EB1); 2 escolas básicas com 2.º e 3.º CEB (EB2,3) e 2 escolas secundárias que integram também o 9.º ano de escolaridade.

Figura 8 – Distribuição dos estabelecimentos da rede educativa (pública) do concelho de Lagos



Fonte: CML; levantamentos de campo, abril/maio 2023

No que diz respeito à sua localização, existe pelo menos um equipamento do 1.º CEB em cada freguesia, sendo que apenas as duas freguesias urbanas oferecem educação pré-escolar. Os níveis de ensino do 2.º e 3.º CEB e secundário estão concentrados na cidade de Lagos.

Relativamente à inserção urbana, todos os estabelecimentos de ensino se localizam dentro dos aglomerados urbanos, contribuindo para uma melhor acessibilidade e para minorar o tempo gasto em deslocações. Por outro lado, nas zonas mais ruralizadas as distâncias podem tornar-se significativas, dependendo do transporte escolar/público e do transporte particular.

4.1.3 Estabelecimentos encerrados

Em termos de estabelecimentos suspensos, desde a revisão da Carta Educativa de Lagos (2018), foram desativados os equipamentos que constam na tabela seguinte.

Tabela 23 – Estabelecimentos suspensos após 2018

Escola	Freguesia	N.º de salas	Ano letivo da suspensão	Ocupação atual	Estado
EB da Luz	Luz	2	2021/22	Utilizada pela CML no verão no âmbito do programa de Ocupação de Tempos Livres	Razoável
EB de Espiche	Luz	2	2021/22	Protocolo – Casa abrigo	Bom

Fonte: CML, 2023.

Desde 2018 ocorreu a desativação de dois estabelecimentos na freguesia da Luz devido à entrada em funcionamento da nova EB Centro Escolar da Luz.

4.1.4 Caracterização das instalações e espaços escolares

Educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico

No que respeita à educação pré-escolar, existem no concelho de Lagos 12 salas de atividades que funcionam em 4 estabelecimentos (2 em cada agrupamento), juntamente com o 1.º CEB, construídos especificamente para a função, tendo estes edifícios sido alvo de ampliação/modernização de forma a dotá-los de melhores condições de funcionamento, no que se refere por exemplo à dimensão das salas e aos espaços complementares.

Figura 9 – Escola Básica Sophia de Mello Breyner Andersen (AEGE)



Fonte: Carta Educativa 2018

Relativamente ao 1.º CEB, a rede pública apresenta atualmente uma oferta de 56 salas de aula em funcionamento, representando uma capacidade instalada para 1344 alunos (considerando turmas de 24 alunos), distribuída por 8 estabelecimentos: 5 do AEGE e 3 do AEJD.

Em termos gerais, estes estabelecimentos possuem espaços de apoio à sala de aula, destinados a arrumos diversos, devendo salientar-se que não foram identificadas salas sem utilização, uma vez que estes espaços são transformados em sala de apoio, refeições, arrumos, biblioteca, arquivo, entre outras salas de atividades diversas.

Tabela 24 – Principais características dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo no município, 2022/23

Equipamento	Entrada em funcionamento	Tipo de construção	Estado de conservação	N.º de pisos	N.º salas JI	N.º salas EB1	N.º salas vazias	Refeitório	Cozinha	Sala de professores	Biblioteca	Recreio	Campo de jogos
EB de Ameijeira	2004	-	Raz.	2	4	10	0	S	S	S	S	S	S
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	2017	P3	Bom	2	2	10	0	S	S	S	S	S	S
EB de Bensafrim	1956	Plano dos Centenários	Raz.	2	-	3	1	S	S	N	S	S	S
EB de Chinicato	1979	Plano dos Centenários	Raz.	2	-	4	1	S	S	N	S	S	S
EB de Odiáxere	1947	Plano dos Centenários	Raz.	2	-	4	1	S	S	N	S	S	S
EB de Santa Maria	2007	-	Bom	2	4	8	0	S	S	S	S	S	S
EB n.º 1 de Lagos	1949	Plano dos Centenários	Bom	2	-	10	0	S	S	S	S	S	S
EB Centro Escolar da Luz	2021	-	Bom	2	2	5	0	S	S	S	S	S	S

Fonte: Carta Educativa 2018; Levantamentos de campo 2023. Legenda: N – Não; S – Sim; Raz. - Razoável

Os edifícios, em termos gerais, encontram-se implantados em terrenos murados, normalmente numa situação recuada em relação à rua, pertencendo a maioria ao Plano dos Centenários, cujas datas de construção variam entre a década de 1940 e 1979. Verificam-se em todos estes estabelecimentos situações de ampliação, para albergar as instalações sanitárias ou sala de professores e outros espaços, à medida das necessidades ou mesmo novos blocos para construção de novas salas de aula ou espaços

complementares necessários ao bom funcionamento das aulas, como os refeitórios, salas de biblioteca e outras salas de apoio.

O novo Centro Escolar da Luz constitui o mais recente estabelecimento que entrou em funcionamento no ano letivo 2021/2022, substituindo os dois estabelecimentos do Plano dos Centenários (tipo Rural) de Espiche e Luz que foram desativados. Trata-se de um equipamento construído de raiz, pensado para acolher diversas valências complementares, em respeito pelas boas práticas pedagógicas atuais na educação pré-escolar e 1.º CEB.

Em termos construtivos, os edifícios mais antigos possuem paredes em alvenaria de pedra rebocada e pintada de branco, com o soco e as molduras dos vãos em pedra – como é o caso dos do Plano dos Centenários – e cobertura inclinada de 2 ou 4 águas em telha cerâmica. Os edifícios mais recentes, apresentam já uma estrutura em betão armado e coberturas planas.

Figura 10 – Plano dos Centenários: EB de Odiáxere (1947) e EB n.º 1 de Lagos (1949)



Fonte: Quaternaire Portugal (2017) e <https://lagospt.blogspot.com/>

O parque escolar a nível do 1.º CEB (com ou sem pré-escolar) é relativamente antigo, embora tenham sido alvo de obras de ampliação/requalificação sucessivas, mais ou menos profundas, o que contribui para as razoáveis condições de habitabilidade e atual bom estado de conservação dos edifícios.

Tabela 25 – Principais características do terreno e envolvente dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1.º CEB no município (rede pública)

Equipamento	Área de recreio	Área coberta (m ²)	Área descoberta (m ²)	Tipo de pavimento	Existência de parque infantil	Espaços verdes	Sombras	Campo de jogos	Estado geral de conservação do recreio	Adequação global do recinto às necessidades
EB de Ameijeira	S	286	4890	Cimento e terra	S	A	S	A	D	A
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	S	345,20	5511,4	Cimento, saibro/areia	S	A	S	A	A	A
EB de Bensafrim	S	109	1886,5	Terra, cimento e calçada	S	A	S	A	D	A
EB de Chincato	S	467,60	2450,6	Cimento e calçada	S	A	S	A	D	D
EB de Odiáxere	S	427,90	1532,2	Terra, cimento e calçada	S	A	S	A	D	D
EB de Santa Maria	S	Não tem	1869	Cimento e saibro/areia	S	N	N	D	A	A
EB n.º 1 de Lagos	S	549,40	3735,2	Terra e Cimento	S	A	A	A	A	A
EB Centro Escolar da Luz	S	150	2000	Cimento, terra relva, blocos	S	A	S	A	A	A

Legenda: N – Não; S – Sim; A – Adequado; D – Desadequado. Fonte: Carta Educativa 2018; Agrupamentos de Escolas 2023

O espaço exterior apresenta áreas muito variáveis, sendo nalguns casos deixado sem qualquer intervenção ou adaptado às necessidades para espaços de recreio das crianças e atividades desportivas. São espaços geralmente pavimentados (em cimento ou calçada), com reduzidas áreas verdes, delimitados com muros

baixos e vedações em rede, estando as escolas equipadas com parque infantil e campo de pequenos jogos formalizado, geralmente adequados às necessidades, por vezes a necessitar de melhorias.

Relativamente ao grau de adequação do recinto exterior às necessidades, é na generalidade satisfatório, sendo, no entanto, apontadas algumas deficiências, nomeadamente no AEGE, as EB de Chincato e Odiáxere - e no AEJD - na EB de Santa Maria e EB n.º 1 de Lagos, - por motivos de pavimentos desadequados, falta de sombras ou ausência de espaço de recreio coberto, para fazer face aos dias de chuva e frio ou de muito calor. Por sua vez o Centro Escolar da Luz apresenta amplas zonas de recreio adequadas, com zonas de sombra e ajardinadas.

Tabela 26 – Estabelecimentos do 1.º CEB com ou sem educação pré-escolar em funcionamento no concelho, 2022/23

EB de Ameijeira	
	
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	
	
EB de Bensafrim	
	

EB de Chinicato



EB de Odiáxere



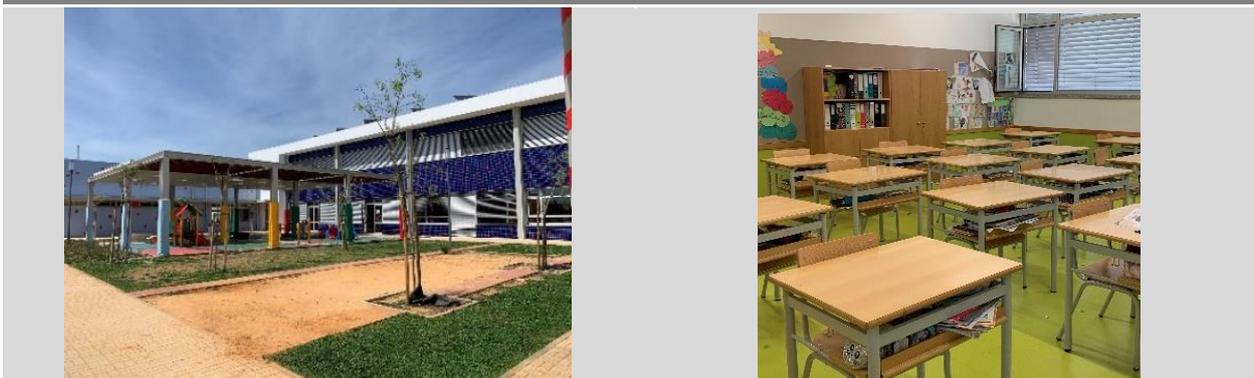
EB de Santa Maria



EB n.º 1 de Lagos



EB Centro Escolar da Luz



Fonte: Imagem aérea do Google Earth; Quaternaire Portugal 2017 e 2023

As refeições são confeccionadas nos refeitórios de cada escola, à exceção das escolas de Bensafirim, Chincato e Odiáxere que são confeccionadas na cozinha da sede do agrupamento de escolas (veja-se subcapítulo 4.5) e o plano de ementas rotativo para 8 semanas elaborado e monitorizado em conformidade com as orientações da Direção-Geral da Educação. A maioria dos refeitórios nos estabelecimentos de pré-escolar e 1.º CEB são resultado de obras de ampliação que ocorreram sobretudo em 2006-2009. No caso da EB de Bensafirim, por exemplo, existe uma sala polivalente que é igualmente utilizada como zona de refeitório.

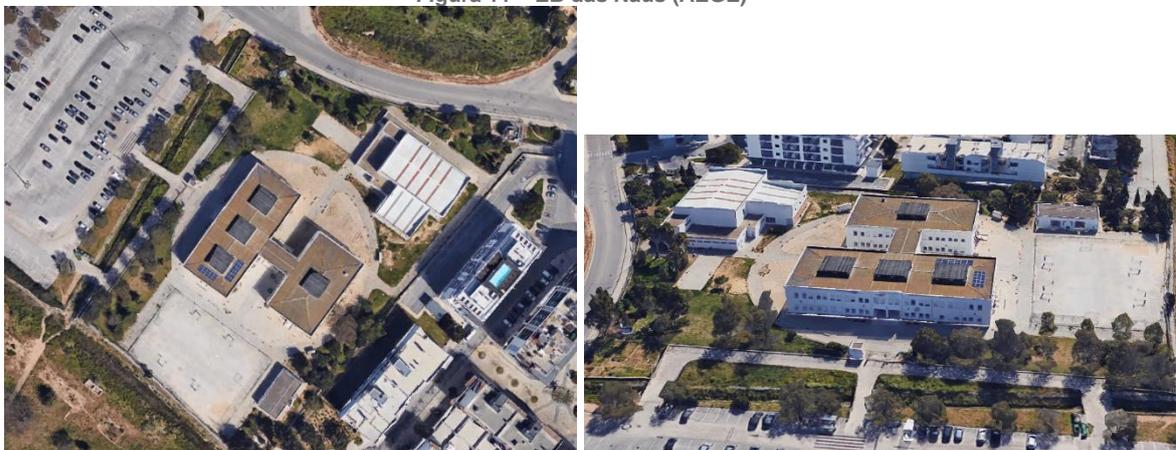
2.º e 3.º ciclos do ensino básico

Existem no município duas escolas onde são ministrados os 2.º e 3.º CEB, ambas localizadas na cidade de Lagos, implicando maiores deslocações dos alunos que residem nas restantes freguesias, como por exemplo em Odiáxere ou Bensafirim/Barão de São João.

A entrada em funcionamento da **Escola Básica das Naus** dá-se no ano de 1997, tendo sido construída de raiz especificamente para a sua função, sendo o projeto correspondente ao tipo Compacto 25T, ou seja, concebida para 25 turmas. O edifício localiza-se na sede de concelho – na área urbana da Marina de Lagos – e apresenta uma implantação em H com 2 pisos que albergam as salas de aula, os diversos serviços e áreas administrativas, entre outras salas técnicas/laboratórios, arrumos, refeitório, biblioteca, entre outros.

O recinto escolar ocupa uma área de aproximadamente 17.280 m² onde se encontra o principal edifício da escola com área de construção de cerca de 3.320 m², envolvido por áreas ajardinadas e zonas desportivas, e ainda um grande parque de estacionamento automóvel, na via pública. O pavilhão/ginásio corresponde a um edifício autónomo.

Figura 11 – EB das Naus (AEGE)



Fonte: Google Earth

Tabela 27 – Principais características da EB das Naus (AEGE)

N.º edifícios	N.º salas					Instalações gimnodesportivas			Refeições		
	Aula	Artes	Música	Informática	Laboratório	Ginásio	C. Jogos	Balneários	Cozinha	Refeitório	Bar
3	12*	4	2	1	3	Sim	Sim	4	Sim	Sim	Sim
Instalações sanitárias				Outros espaços							
Adaptadas	Alunos	Professores	Sala CAA	Gab apoio à indisciplina	Biblioteca	Auditório	Gabinets trabalho	Sala Atendimento Enc Educação			
1	4	2	1	1	Sim	Não	2	2			

Fonte: AEGE 2023 (*) não contempla salas em monoblocos

Este estabelecimento possui 12 salas de aula regulares (embora consideradas pequenas para o número de alunos por turma definido na legislação - 28 alunos por turma), 6 salas técnicas (informática, laboratórios e salas de ciências e ainda salas afetas aos CAA e ainda outras salas de aula específicas como as salas de desenho, Educação Visual (EV), Educação Visual e Tecnológica (EVT) e Educação Tecnológica (ET) e ginásio. A capacidade total instalada deve ter em conta estas especificidades, considerando a lotação das salas técnicas para meia turma e das restantes para uma turma. Assim, a EB das Naus apresenta atualmente uma capacidade máxima para 22 turmas, atendendo à organização e à dimensão mais reduzida das salas de aula. Neste contexto, a partir do ano letivo 2013/14 as turmas do 9º ano de escolaridade passaram para a ES Gil Eanes, contribuindo para uma melhor acomodação dos alunos, distribuição de horários e, ainda, para uma melhor transição entre ciclos de ensino.

Atendendo às dificuldades de espaço relatadas, a escola tem vindo a adaptar gabinetes, espaços nos corredores, etc. em salas para turmas mais pequenas, salas de apoio e arrumos, entre outros, conforme as necessidades e possibilidades do edifício.

Na EB das Naus funciona um dos CAA do concelho destinado a alunos com multideficiência, instalada em duas salas de aula adaptadas para o efeito, revelando por isso algumas falhas em termos de condições de acompanhamento que este tipo de necessidades requer.

Importa aqui referir que, para fazer face ao aumento do número de turmas nos últimos anos letivos motivado pelos desdobramentos, pela redução do número de alunos por turma de acordo com a legislação e por integração de alunos com necessidade de medidas adicionais de apoio à aprendizagem, na EB das Naus foram provisoriamente colocados monoblocos, aumentando a capacidade em mais 8 salas de aula regular.

Por sua vez, a **EB Tecnopolis** foi inaugurada em 2010 – para substituição da EB2,3 N.º 1 de Lagos – e localiza-se numa zona de expansão urbana da cidade de Lagos. O estabelecimento apresenta uma área de construção total de 4.756 m² implantado num terreno com cerca de 18.000 m², albergando um conjunto de espaços e funções que vieram melhorar significativamente as condições da oferta do ensino dos 2.º e 3.º CEB (veja-se tabela seguinte).

Figura 12 – EB Tecnopolis (AEJD)



Fonte: Google Earth

De acordo com os dados disponibilizados, neste estabelecimento de tipologia T30 as salas de aula dividem-se em: 15 salas de aula regulares, 6 salas técnicas - 2 laboratórios de Ciências Naturais ou equivalente, 1 laboratório de físico-química, 1 sala de informática e 2 salas afetas ao CAA, bem como as respetivas zonas de arrumos e preparação - e ainda 1 sala de música e 4 salas de EVT/EV/ET.

Tabela 28 – Principais características da EB Tecnopolis (AEJD)

N.º edifícios	N.º salas					Instalações gimnodesportivas			Refeições		
	Aula	Artes	Música	Informática	Laboratório	Ginásio	C. Jogos	Balneários	Cozinha	Refeitório	Bar
2	15	4	1	1	3	Sim	Sim	4	Sim	Sim	Sim
Instalações sanitárias				Outros espaços							
Adaptadas	Alunos	Professores	Sala CAA	Sala apoio socioeducativo	Biblioteca	Auditório	Gabinetes trabalho	Sala Atendimento Enc Educação			
4	4	2	2	1	Sim	Sim	7	2			

Fonte: AEJD 2023

Este estabelecimento alberga também um pavilhão desportivo com ginásio e outras infraestruturas de suporte às funções desportivas, 1 sala de convívio de alunos, uma sala para professores, vários gabinetes de trabalho, dois gabinetes da direção, uma sala polivalente em anfiteatro, biblioteca, posto médico e ainda outros serviços de apoio à vida escolar (reprografia, papelaria, entre outros). A escola dispõe de instalações adequadas e bem equipadas a nível tecnológico. No ano letivo 2011/2012 começou a funcionar o Gabinete de Supervisão Disciplinar, que permite uma intervenção facilitadora da melhoria do comportamento dos alunos dentro e fora da sala de aula, tendo contribuído para a redução dos problemas de indisciplina que vão sendo sinalizados.

De referir ainda que na EB Tecnopolis funciona ainda um CAA destinado ao acompanhamento de crianças e jovens com perturbações do espectro do autismo, que no ano letivo 2022/23 abrangia 18 crianças e jovens.

À semelhança da EB das Naus, este estabelecimento também deixou de abranger o 9º ano de escolaridade, devido à sua sobrelotação, motivada pelos desdobramentos de turmas e redução de número de alunos por turma. Assim, as turmas do último ano do 3.º CEB passaram a frequentar a ES Júlio Dantas. Refira-se ainda que alguns dos espaços não letivos (auditório, biblioteca e gabinetes) foram reconvertidos provisoriamente em salas de aula permitindo assim um aumento de 6 salas de aula, com as consequências negativas para o funcionamento regular da escola, inerentes a esta adaptação.

Quanto aos **espaços de recreio exterior**, o recreio da EB das Naus revela-se desadequado a um estabelecimento desta natureza, apresentando falta de espaços de recreio cobertos, degradação dos pavimentos, reduzidas zonas de sombra, entre outros. Por sua vez, o recinto exterior da EB Tecnopolis encontra-se em bom estado geral de conservação e adequado às necessidades, embora revelando uma área reduzida de espaços verdes e de sombra.

Tabela 29 – Principais características do terreno e envolvente dos estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB (rede pública)

Equipamento	Área de recreio	Área coberta	Área descoberta (m2)	Ligação coberta entre pavilhões	Tipo de pavimento	Existência de parque infantil	Espaços verdes	Sombras	Campo de jogos	Estado geral de conservação do recreio	Adequação global do recinto às necessidades
EB das Naus	S	N	12610	N	Cimento, calçada e terra	N	A	S	A	D	D
EB Tecnopolis	S	s/i	s/i	N	Cimento e terra	N	A	S	A	R	R

Legenda: N – Não; S – Sim; s/i – Sem informação; A – Adequado; D - Desadequado; R - Razoável;

Fonte: Carta Educativa 2018 e Agrupamentos de Escolas 2023

Além dos problemas associados à falta de espaço e/ou boas condições de oferta de ensino reportados, foram ainda apontadas necessidades pontuais de reparação/correção de alguns elementos dos edifícios.

Ensino secundário

A oferta de ensino secundário, no que respeita à rede pública, é assegurada por dois estabelecimentos: a ES Gil Eanes e a ES Júlio Dantas, ambas sedes dos agrupamentos de escolas existentes, localizadas na cidade de Lagos.

Conforme anteriormente referido, as duas escolas passaram a integrar o 9º ano de escolaridade, além do ensino secundário, no sentido de melhorar a capacidade de resposta dos estabelecimentos de 2.º e 3.º CEB perante o elevado nível de procura nos últimos anos.

As duas escolas secundárias de Lagos servem não só os alunos do município, como também os alunos que provêm dos concelhos de Vila do Bispo e Aljezur, que não têm oferta de ensino secundário.

As instalações atuais da **ES Gil Eanes** foram construídas em 2005, obedecendo à tipologia T30, no limite do centro urbano de Lagos. O edifício de 2 pisos é constituído por 3 blocos interligados, destacando-se a zona central – onde se localizam os serviços administrativos e gabinetes – e as alas direita e esquerda, que concentram as salas de aula e outras atividades. Existe ainda um outro edifício correspondente ao pavilhão com ginásio com cerca de 2500m².

Figura 13 – Escola Secundária Gil Eanes



Fonte: GoogleEarth

Tabela 30 – Principais características da ES Gil Eanes

N.º edifícios	N.º salas					Instalações gimnodesportivas			Refeições		
	Aula	Artes	Música	Informática	Laboratórios	Ginásio	C. Jogos	Balneários	Cozinha	Refeitório	Bar
5	12	2	-	2	6	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Instalações sanitárias				Outros espaços							
Adaptadas	Alunos	Professores	Sala CAA	Salas Ens. Profissional	Biblioteca	Auditório	Gabinetes trabalho	Sala Atendimento Enc Educação			
4	8	2	1	3	Sim	Sim	7	2			

Fonte: AEGE, 2023.

Segundo a informação disponibilizada, as salas de aula dividem-se em: 12 salas de aula regulares, 14 salas técnicas – 6 laboratórios ou salas de Biologia, Ciências Naturais e Físico-químicas, 2 salas de informática, 3 salas específicas dos cursos profissionais, 2 salas de pequenos grupos e 1 sala afeta ao CAA, bem como as respetivas zonas de arrumos e preparação – e ainda 2 salas de Desenho/ EVT/EV/ET.

De acordo com a informação disponibilizada os principais constrangimentos são a falta de espaço (as salas de aula são, de uma forma geral pequenas) a falta de gabinetes e salas para trabalho e reuniões de professores, e ainda o bar da escola que também é pequeno para o número de alunos que o frequenta. Acrescem ainda os problemas de isolamento do edifício que torna as salas frias no inverno e demasiado quentes no verão, e os constantes abatimentos do solo, que têm vindo a provocar fissuras nas paredes.

A **ES Júlio Dantas**, situada no centro da cidade, entrou em funcionamento no ano letivo de 1982-1983, tendo sido alvo de uma intervenção profunda de requalificação em 2012, no âmbito do programa de remodelação da Parque Escolar, entretanto concluída em 2017, a qual procedeu a uma reorganização dos

edifícios e dos espaços existentes, dotando este estabelecimento de melhores instalações, maior capacidade (número e tipologia de salas) e melhores condições de funcionamento.

Tabela 31 – Principais características da ES Júlio Dantas

N.º edifícios	N.º salas					Instalações gimnodesportivas			Refeições		
	Aula	Artes	Música	Informática	Laboratórios	Ginásio	C. Jogos	Balneários	Cozinha	Refeitório	Bar
4	30	5	-	7	8	Sim	Sim	6	Sim	Sim	Sim
Instalações sanitárias				Outros espaços							
Adaptadas	Alunos	Professores	Sala CAA	Salas Ens. Profissional	Biblioteca	Auditório	Gabinetes trabalho	Sala Atendimento Enc Educação			
10	24	12	2	4	Sim	Sim	7	2			

Fonte: AEJD, 2023.

No ano letivo 2022/23, a escola conta com 30 salas de aula regulares, 8 laboratórios (4 de Físico-química e 4 de Biologia), 7 salas de informática, 4 salas de desenho/artes e 1 sala de EVT/EV/ET, 1 sala polivalente/auditório, 1 sala para grandes grupos e 1 para pequenos grupos, sala teórica de desporto e 4 salas específicas do ensino profissional.

Figura 14 – Escola Secundária Júlio Dantas



Fonte: Quaternaire Portugal, 2017.

Este estabelecimento possui ainda um **Centro Qualifica** – destinado a jovens que não se encontrem a frequentar modalidades de educação ou de formação e que não estejam inseridos no mercado de trabalho e adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e competências (veja-se subcapítulo 5.4) – e um centro de formação para educadores e professores (Centro de Formação Dr. Rui Grácio) em articulação com os agrupamentos de escolas Gil Eanes, Vila do Bispo e Aljezur.

Quanto aos **espaços de recreio exterior**, o recreio da ES Gil Eanes revela-se desadequado a um estabelecimento desta natureza, apresentando falta de espaços de recreio cobertos, degradação dos pavimentos, reduzidas zonas de sombra, entre outros. Por sua vez, o recinto exterior da ES Júlio Dantas encontra-se em bom estado geral de conservação e adequado às necessidades.

Tabela 32 – Principais características do terreno e envolvente dos estabelecimentos do ensino secundário (rede pública)

Equipamento	Área de recreio	Área coberta (m2)	Área descoberta (m2)	Ligação coberta entre pavilhões	Tipo de pavimento	Existência de parque infantil	Espaços verdes	Sombras	Campo de jogos	Estado geral de conservação do recreio	Adequação global do recinto às necessidades
ES Gil Eanes	S	N	15122,7	N	Pavé	N	D	N	D	R	D
ES Júlio Dantas	S	N	24784,6	S	Terra, calçada e alcatrão	N	R	S	A	R	R

Legenda: N – Não; S – Sim; A – Adequado; D – Desadequado; R - Razoável.

Fonte: Carta Educativa 2018 e Agrupamentos de Escolas 2023

Relativamente à **oferta formativa**, no ano letivo 2022/23 e no que se refere ao ensino secundário e currículos alternativos, estes dois estabelecimentos de ensino apresentavam os cursos identificados na tabela seguinte. Na oferta de ensino profissional apenas são mencionados os cursos com início nesse ano letivo.

Tabela 33 – Oferta formativa das escolas secundárias do município de Lagos, 2022/23

	Cursos científico-humanísticos	Cursos Profissionais	Outros
ES Gil Eanes	Ciências e Tecnologias Artes Visuais Ciências Socioeconómicas Línguas e Humanidades	<u>Início em 2022/23:</u> - T. de Eletrónica, Automação e Comando (1 turma) - T. de Massagem de Estética e Bem-Estar (1/2 turma) - T. de Proteção Civil (1/2 turma)	
ES Júlio Dantas	Ciências e Tecnologias Artes Visuais Ciências Socioeconómicas Línguas e Humanidades	<u>Início em 2022/23:</u> T. de Organização de Eventos (1/2 turma) T. de Multimédia (1 turma) T. de Gestão (1 turma) T. de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (1 turma) T. de Design de Moda (1/2 turma) T. de Ação Educativa (1 turma) T. de Cozinha/Pastelaria (1 turma) T. de Turismo (1 turma) T. de Restaurante/Bar (1 turma) T. de Desporto (1 turma)	EFA PCA PIEF

Legenda: CEF: Cursos de Educação e Formação; PCA: Percursos Curriculares Alternativos; EFA: Educação e Formação Adultos; PIEF: Programa Integrado de Educação e Formação.

Fonte: CML; Portal da Oferta Formativa.

De referir ainda a oferta de ensino artístico especializado na área da música com o Conservatório de Música e Artes de Lagos, desde o ensino básico ao ensino secundário (veja-se capítulo 5).

Finalmente, importa lembrar que, no âmbito do programa de modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional, na 1ª fase do concurso foi aprovada a instalação de um CTE na área de especialização tecnológica das Energias Renováveis na ES Gil Eanes. Na 2ª fase (a decorrer), foram candidatados mais um CTE na ES Gil Eanes (na área de especialização tecnológica industrial) e dois CTE na ES Júlio Dantas, nas áreas de informática e industrial.

A instalação dos CTE constitui uma oportunidade para reforçar a atratividade das formações de nível secundário de dupla certificação em domínios de especialização que requerem mão-de-obra muito qualificada, motivada pelos desafios da transição climática e da transição digital.

4.1.5 Estado de conservação, adequação e segurança dos espaços

A autarquia tem vindo a realizar intervenções sistemáticas e pontuais de manutenção e complemento dos equipamentos educativos do 1.º CEB com e sem pré-escolar, bem como beneficiação dos espaços exteriores, fachadas e coberturas, constituindo um importante investimento da autarquia no parque escolar do município (conforme se constatou no capítulo 2, no que se refere às intervenções realizadas desde 2018).

Neste contexto, os equipamentos educativos do município de Lagos apresentam-se, de um modo geral, em bom estado de conservação (veja-se tabela seguinte). Os dados apresentados resultam da perceção dos diretores (ou coordenadores dos estabelecimentos) e dos serviços municipais.

Tabela 34 – Estado de conservação, adequação dos espaços e principais problemas identificados no AE Gil Eanes

Estabelecimento de ensino	Estado geral de conservação dos edifícios	Estado geral de conservação do mobiliário	Equipamento de laboratório	Estado de conservação dos espaços de recreio
EB de Ameijeira	R	R	-	R
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	B	B	-	R
EB de Bensafrim	R	M	-	M
EB de Chinicato	R	R	-	M
EB de Odiáxere	R	B	-	M
EB das Naus	M	M	D	D
ES Gil Eanes	R	R	R	D

Legenda: s/i – Sem informação; B – Bom; R – Razoável; M – Mau; A – Adequado; D - Desadequado.

Fonte: AEGE, 2023

Tendo em consideração as principais necessidades identificadas pelo AEGE, destacam-se pela sua urgência as intervenções nas seguintes escolas: ES Gil Eanes, EB das Naus e EB de Bensafrim, que revelaram problemas de desadequação/inexistência de salas e espaços específicos, problemas de climatização, infiltrações, fissuras e abatimentos do solo.

Ainda no que respeita a problemas verificados, são apontadas situações de falta de manutenção e algum desgaste, sendo por vezes desadequado às necessidades, deficiências ao nível dos espaços exteriores (recreio e atividade desportiva) e interiores (salas desadequadas, falta de salas para terapias/apoios), problemas estruturais dos edifícios, entre outros.

Tabela 35 – Estado de conservação, adequação dos espaços e principais problemas identificados no AE Júlio Dantas

Estabelecimento de ensino	Estado geral de conservação dos edifícios	Estado geral de conservação do mobiliário	Equipamento de laboratório	Estado de conservação dos espaços de recreio
EB de Santa Maria	B	B	-	R
EB n.º 1 de Lagos	B	B	-	R
EB Centro Escolar da Luz	R	B	-	B
EB Tecnopolis	R	R	R	R
ES Júlio Dantas	B	B	B	R

Legenda: s/i – Sem informação; B – Bom; R – Razoável; M – Mau.

Fonte: AEJD, 2023

Tendo em consideração a principais necessidades identificadas pelo AE Júlio Dantas, destacam-se pela sua urgência as intervenções nas seguintes escolas: EB n.º 1 de Lagos e EB Tecnopolis, que revelaram problemas de desadequação/inexistência de salas e espaços específicos, problemas de climatização, infiltrações, fissuras e abatimentos do solo.

Ainda no que respeita a problemas verificados, são apontadas situações de falta de manutenção e algum desgaste, sendo por vezes desadequado às necessidades, deficiências ao nível dos espaços exteriores (recreio e atividade desportiva) e interiores (salas desadequadas, falta de salas para terapias/apoios), problemas estruturais dos edifícios, entre outros.

Figura 15 – Salas dos estabelecimentos: ES Gil Eanes, EB das Naus e EB Centro Escolar da Luz



Fonte: Quaternaire Portugal, 2017 e 2023

Relativamente à segurança dos edifícios, estes possuem Plano de Emergência adequado, bem como sistema de alarme implantado e extintores. Verificam-se algumas situações de deficiência na iluminação do espaço de recreio e iluminação interior, mas ainda assim são considerados razoáveis. Em termos de segurança ativa, os estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário apresentam vigilância por empresa de segurança privada, da responsabilidade da autarquia. A vigilância noturna apenas existe na ES Júlio Dantas, já que é o único estabelecimento que possui ensino noturno.

4.1.6 Taxa de ocupação e saturação dos espaços

A análise da taxa de ocupação atual dos estabelecimentos de ensino permite avaliar a capacidade de resposta de salas de aula relativamente ao número de alunos matriculados, sendo a sua variação decorrente do ajustamento entre as características da população residente e o fluxo da população que se desloca para o emprego, bem como dos critérios que influenciam a matrícula ou a renovação da matrícula, nos termos da legislação.

Tabela 36 – Constituição das turmas no ensino público

Ciclo de ensino	Turmas	Observações
Pré-escolar	20 a 25 crianças	-
1.º CEB	24 alunos	As turmas são constituídas por um máximo de 24 alunos; Escolas de lugar único e alunos em mais de 2 anos de escolaridade, as turmas do 1.º CEB são constituídas por 18 alunos; Escolas de mais de 1 lugar e alunos em mais de 2 anos de escolaridade, as turmas do 1.º CEB são constituídas por 22 alunos;
2.º e 3.º CEB	24 a 28 alunos	As turmas são constituídas por, no mínimo, 24 alunos e no máximo 28, incluindo as escolas integradas nos TEIP;
Ensino secundário regular	24 a 28 alunos	As turmas são constituídas por, no mínimo, 24 alunos e no máximo 28, incluindo as escolas integradas nos TEIP; Nos cursos de ensino artístico especializado nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais, no nível secundário de educação, o número mínimo para abertura de uma turma é de 24 alunos e o de uma disciplina de opção é de 20 alunos, sendo o número máximo de 28 alunos
Ensino secundário profissional	22 a 28 alunos	As turmas são constituídas por, no mínimo, 22 alunos e no máximo 28 alunos, exceto nos cursos profissionais de Música, de Interpretação e Animação Circenses, de Intérprete de Dança Contemporânea e de Cenografia, Figurinos e Adereços, em que o mínimo é 14 alunos; Em escolas integradas nos TEIP, as turmas são constituídas por um mínimo de 22 alunos e no máximo 28, salvo as exceções atrás referidas;
Turmas que integrem alunos com necessidades específicas	20 alunos, não podendo incluir mais do que 2 alunos que necessitem de medidas de suporte à aprendizagem e dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60% do tempo curricular	

Fonte: Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, alterado pelo Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho

A tabela anterior sintetiza a dimensão das turmas na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário do ensino público, de acordo com o Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, alterado pelo Despacho Normativo n.º 16/2019 de 4 de junho, que estabelece os procedimentos da

matrícula e respetiva renovação, as normas a observar na distribuição de crianças e alunos, constituição de turmas e período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino.

Atendendo à referência para a constituição das turmas, será calculada a taxa de ocupação dos estabelecimentos com base num intervalo que representa o mínimo de 20 crianças/alunos e máximo de 25 crianças no caso da educação pré-escolar, 24 alunos no 1.º CEB, 28 alunos nos 2.º e 3.º CEB e ensino secundário. Optou-se por considerar o mínimo de 20 alunos independentemente do nível de ensino de modo a considerar a constituição de turmas reduzidas no âmbito da educação inclusiva.

Para a avaliação da taxa de ocupação dos estabelecimentos de educação pré-escolar/1.º CEB considera-se uma turma por sala, uma vez que cada turma/grupo fica afeto apenas a essa sala. No caso dos estabelecimentos de 2.º e 3.º CEB e de ensino secundário, a taxa de ocupação será calculada em função da tipologia de sala, procurando ajustar a análise à realidade dos estabelecimentos da rede pública.

Educação pré-escolar

Segundo a informação recolhida junto dos estabelecimentos da rede pública com educação pré-escolar a capacidade de cada sala de atividades é de 25 alunos, resultando assim numa capacidade máxima total de 300 crianças distribuídas por 12 salas, 6 no AEGE e 6 no AEJD.

A tabela seguinte apresenta o cálculo da taxa de ocupação, considerando um intervalo mínimo e máximo, em que o mínimo corresponderá às situações de obrigatoriedade de turma reduzida (20 crianças) por inclusão de crianças com medidas específicas, sendo o valor máximo o definido na legislação (25 crianças).

É também apresentado o **índice de lotação** corresponde ao quociente entre o número de crianças inscritas na educação pré-escolar (rede pública) no ano letivo 2022/23 e o número de lugares disponíveis - numa lógica de 1 grupo para cada sala, no mesmo intervalo considerado na taxa de ocupação. Assim, um índice de lotação = 1 corresponde ao preenchimento total dos lugares disponíveis, não deixando margem para crescimento.

Tabela 37 – Capacidade e taxa de ocupação dos estabelecimentos com educação Pré-escolar (rede pública)

Estabelecimento		Capacidade atual			Ocupação atual 2022/23		Taxa de ocupação 2022/23		Índice de lotação (n.º alunos 2022/23)	
		N.º salas	N.º mínimo de alunos	N.º máximo de alunos	N.º de alunos	N.º de turmas	Com 20 alunos/turma	Com 25 alunos/turma	Com 20 alunos/turma	Com 25 alunos/turma
		A	B=(A*20)	C=(A*25)	D	E	F=D/B	G=D/C	(D/B)	(D/C)
AE Gil Eanes	EB de Ameijeira	4	80	100	100	4	125,0%	100,0%	1,25	1,00
	EB Sophia de Mello Breyner Andresen	2	40	50	40	2	100,0%	80,0%	1,00	0,80
	Subtotal	6	120	150	140	6	116,7%	93,3%	1,17	0,93
AE Júlio Dantas	EB de Santa Maria	4	80	100	90	4	112,5%	90,0%	1,13	0,90
	EB Centro Escolar da Luz	2	40	50	45	2	112,5%	90,0%	1,13	0,90
	Subtotal	6	120	150	135	6	112,5%	90,0%	1,13	0,90
Total		12	240	300	275	12	114,6%	91,7%	1,15	0,92

Fontes: Agrupamentos de Escolas; CML - dados recolhidos em abril 2023, DGEstE – DSRAlg

A análise da tabela anterior revela que todos os estabelecimentos com oferta de educação pré-escolar apresentam uma lotação acima de 1 considerando o valor mínimo de crianças por grupo. Se for considerado o valor máximo, a EB de Ameijeira encontra-se lotada, sem lugares disponíveis, encontrando-se os restantes com uma taxa de ocupação entre os 80 e 90%. De notar que a EB Centro Escolar da Luz inaugurada em 2021/22, encontra-se já a funcionar muito próximo do limite da sua capacidade, ultrapassando esse limite se existir um grupo que inclua alguma criança com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem.

1.º Ciclo do ensino básico

Segundo a legislação, as turmas do 1.º CEB são constituídas por um máximo de 24 alunos – independentemente dos designados TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), havendo lugar à redução de turma nos casos em que esta inclua alunos com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão (que passam a ter no máximo 20 alunos) e turmas que incluam mais de 2 anos de escolaridade na mesma sala (que ficam limitadas ao máximo de 22 alunos/turma).

A rede educativa de Lagos com oferta do 1.º CEB é constituída por 8 estabelecimentos num total de 57 salas de aula, 34 salas no AE Gil Eanes e 23 salas no AE Júlio Dantas, resultando assim numa capacidade máxima total de 1368 alunos, considerando 24 alunos por turma.

Atendendo às diversas variáveis que contribuem para limitar a capacidade das salas (projetadas para uma capacidade de 24 crianças por turma), optou-se por analisar a taxa de ocupação em função do número mínimo e máximo de alunos que poderá constituir uma turma, considerando os critérios definidos na legislação atrás mencionados.

À semelhança do exercício realizado para a educação pré-escolar, calculou-se para os estabelecimentos com 1.º CEB o índice de lotação, com base no número de alunos inscritos no ano letivo 2022/23 e o número de lugares disponíveis - numa lógica de 1 turma para cada sala, no mesmo intervalo considerado na taxa de ocupação. Assim, um índice de lotação igual a 1 considera um equilíbrio entre oferta e procura, embora corresponda ao preenchimento total dos lugares disponíveis, não deixando margem para crescimento.

Tabela 38 – Capacidade e taxa de ocupação dos estabelecimentos do 1.º CEB

Estabelecimento		Capacidade atual			Ocupação atual (2022/23)		Taxa de ocupação (2022/23)		Índice de lotação (2022/23)	
		N.º salas	N.º mínimo de alunos	N.º máximo de alunos	N.º de alunos	N.º de turmas	Com 20 alunos/turma	Com 24 alunos/turma	Com 20 alunos/turma	Com 24 alunos/turma
		A	B=(A*20)	C=(A*24)	D	E	F=D/B	G=D/C	(D/B)	(D/C)
AE Gil Eanes	EB de Ameijeira	10	200	240	234	10	117,0%	97,5%	1,17	0,98
	EB de Chinicato	5	100	120	69	4 ^(*)	69,0%	57,5%	0,69	0,58
	EB de Odiáxere	5	100	120	79	4	79,0%	65,8%	0,79	0,66
	EB Sophia de Mello Breyner Andresen	10	200	240	221	10	110,5%	92,1%	1,11	0,92
	EB de Bensafrim	4	80	96	45	3 ^(*)	56,3%	45,9%	0,56	0,47
	Subtotal	34	680	816	648	31	95,3%	79,4%	0,95	0,79
AE Júlio Dantas	EB de Santa Maria	8	160	192	178	8	111,3%	92,7%	1,11	0,93
	EB n.º 1 de Lagos	10	200	240	195	9	97,5%	81,3%	0,98	0,81
	EB Centro Escolar da Luz	5	100	120	102	5 ^(*)	102,0%	85,0%	1,02	0,85
	Subtotal	23	460	552	475	22	103,3%	86,1%	1,03	0,86
Total		57	1140	1368	1123	53	98,5%	82,1%	0,99	0,82

Fontes: Agrupamentos de Escolas e CML dados recolhidos em abril 2023, DGEstE – DSRAIlg; (*) turmas limitadas a 22 alunos porque têm 2 anos de escolaridade em simultâneo

As escolas com 1.º CEB do AEGE, apresenta um total de 34 salas, destacando-se:

- A EB de Ameijeira com uma taxa de ocupação na ordem dos 98% (não considerando a inclusão de alunos com medidas específicas de suporte à aprendizagem), assim como a EB Sophia de Mello Breyner Andresen com 92%;
- Por outro lado, a EB de Bensafrim encontra-se com uma taxa de ocupação de 46% considerando a capacidade máxima, sendo que uma das turmas é mista, ou seja, com 2 anos de escolaridade em simultâneo, sendo também esta a situação da EB de Chinicato, embora com uma taxa de ocupação ligeiramente superior, cerca de 58%;
- Estes estabelecimentos, juntamente com a EB de Odiáxere, são os mais afastados do centro urbano que acabam por perder população escolar em detrimento dos estabelecimentos localizados

na cidade, devido sobretudo ao fluxo de residentes que para ali se desloca para o emprego e que prefere ter os filhos a estudar perto do local de trabalho.

Relativamente ao AEJD, além de oferecer um menor número de salas (23) face ao outro agrupamento, importa referir que:

- Os três estabelecimentos apresentam uma ocupação superior a 80% (considerando o número máximo de alunos por turma definido pela legislação);
- Apenas a EB n.º 1 de Lagos apresenta um equilíbrio entre a procura e a oferta, tendo ainda lugares disponíveis;
- A EB Centro Escolar da Luz está já a funcionar no limite da sua capacidade, existindo uma turma com 2 anos de escolaridade em simultâneo, o que implica a redução da turma para 22 alunos, reduzindo a sua capacidade de resposta – importa lembrar que este estabelecimento tem uma sala afeta ao CAA, reconhecendo a necessidade de apoiar o número cada vez maior de alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, sendo que uma delas está a ser utilizada como sala de aula normal –, resultando numa taxa de ocupação de **102% e 85%**, consoante o valor mínimo ou valor máximo de alunos/turma, respetivamente.

De acordo com os dados apontados para o ano letivo 2022/23 – com base no número de alunos disponibilizado pela DGEstE – DSRAlg, com uma população escolar de 1123 alunos matriculados no 1.º CEB, e com 57 salas de aula, a taxa de ocupação global das escolas 1.º CEB da rede pública ascende a aproximadamente 82%, considerando o número máximo de 24 alunos/turma (não contabilizando o limite de 22 alunos/turma no caso das turmas mistas – já que está dentro do intervalo apresentado na tabela anterior).

2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário

De acordo com o diploma mais recente as turmas do 2.º e 3.º CEB e do ensino secundário regular são constituídas, no máximo, por 28 alunos.

A tabela seguinte apresenta a capacidade máxima dos estabelecimentos da rede pública existentes no concelho com estes níveis de ensino, tendo em consideração o número máximo de 28 alunos/turma e por sala. Por outro lado, o cálculo da capacidade, nestes estabelecimentos, tem em consideração a tipologia de sala, fazendo a distinção entre salas normais e salas técnicas, atendendo a que nem todas as salas são iguais nem permitem acomodar o mesmo número de turmas/alunos. Assim, optou-se por adotar um critério utilizado pelo Ministério da Educação no âmbito da análise dos estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com Contrato de Associação, o qual tem em conta esta distinção para calcular o número de lugares disponíveis.

Neste contexto, recorrendo à informação disponibilizada pelos agrupamentos de escolas, quanto ao número de salas e respetivas tipologias, calculou-se o “número de lugares disponíveis”, numa lógica de 1 turma para cada sala regular e 0,5 turma para cada sala técnica, considerando:

- **Sala regular**, a designadas de sala de aula normal, onde cabe uma turma completa, para aulas regulares;
- **Sala técnica**, também designada de específica, correspondente a salas onde decorrem aulas práticas, de carácter técnico e com necessidades de espaços/equipamentos complementares específicos, tais como: laboratórios e salas de Ciências, salas de Informática, salas de Desenho ou de EVT, EV e ET, salas de Música, Ginásios, entre outras. Para este efeito, foram também aqui consideradas as salas afetas aos CAA pela natureza específica que apresentam.

Contudo, atendendo a que nas salas de música e de desenho/EVT/EV/ET muitas vezes decorrem outro tipo de aula e, à semelhança do ginásio, cabem turmas inteiras, estas foram (para efeitos de cálculo de índice de lotação e da taxa de ocupação) consideradas no total de salas normais.

Tabela 39 – Capacidade instalada nos estabelecimentos da rede pública com oferta de 2.º e 3.º CEB e ensino secundário

Estabelecimento	N.º salas de aula normal	N.º salas técnicas/específicas								Capacidade (n.º turmas)			N.º de lugares disponíveis	
		Música	EVT/EV/ET/ Artes	Informática (*)	Laboratório/ sala ciências (*)	Ginásio	CAA (*)	Profissional (*)	Salas para grupos (*)	Salas regulares	Salas técnicas	Total	N.º mínimo de 20 alunos /turma	N.º máximo de 28 alunos/turma
EB das Naus	12	2	4	1	3	1	2	0	0	19	3	22	440	616
EB Tecnopolis	15	1	4	1	3	1	2	0	0	21	3	24	480	672
TOTAL 2.º e 3.º CEB	27	3	8	2	6	2	4	0	0	40	6	46	920	1288
ES Gil Eanes	12	0	2	2	6	1	1	3	2	15	7	22	440	616
ES Júlio Dantas	30	0	5	7	8	1	2	4	2	36	11,5	47,5	950	1330
TOTAL Secundário	42	0	7	9	14	2	3	7	4	51	18,5	69,5	1390	1946

(*) Sala técnica utilizada para cálculo da capacidade: contam como 0,5 turma/sala, pela necessidade de equipamentos técnicos específicos e sem capacidade para albergar uma turma normal.

Fonte: Agrupamentos de escolas; CML - dados recolhidos em abril 2023

Neste sentido, a **taxa de ocupação** corresponde ao quociente entre o número de alunos inscritos no estabelecimento no ano letivo 2022/23 e a capacidade instalada do mesmo estabelecimento, sendo calculada com base num intervalo de capacidade, contando 20 alunos/turma como valor mínimo e 28 alunos/turma como valor máximo e tendo ainda em consideração o critério base do **índice de lotação**, o qual contabiliza o número de lugares disponíveis - numa lógica de 1 turma (20 ou 28 alunos) para cada sala de aula normal e 0,5 turmas (10 ou 14 alunos) para cada sala técnica.

Tabela 40 – Ocupação atual dos estabelecimentos da rede pública com oferta de 2.º e 3.º CEB e ensino secundário

Estabelecimento	Capacidade salas (n.º lugares disponíveis)		Ocupação atual (2022/23)			Taxa de ocupação (%)		Índice de lotação (2022/23)	
	N.º mínimo de alunos	N.º máximo de alunos	N.º de alunos	N.º de turmas	alunos /turma	Com 20 alunos/turma	Com 28 alunos/turma	Com 20 alunos/turma	Com 28 alunos/turma
EB das Naus	440	616	610	32	19,1	138,6%	99,0%	1,39	0,99
EB Tecnopolis	480	672	727	36	20,2	151,5%	108,2%	1,51	1,08
TOTAL 2º e 3º CEB (s/ 9ºano)	920	1288	1337	68	19,7	145,3%	103,8%	1,45	1,04
ES Gil Eanes	440	616	554	27	20,5	125,9%	89,9%	1,26	0,90
ES Júlio Dantas	950	1330	1144	67	17,1	120,4%	86,0%	1,20	0,86
TOTAL 9ºano + Secundário	1390	1946	1698	94	18,1	122,2%	87,3%	1,22	0,87

Fontes: Agrupamentos de escolas; CML - dados recolhidos em abril 2023, DGEstE – DSRAlg

Contudo, conforme referido anteriormente, as necessidades de desdobramento de turmas, a redução do número de alunos por turma devido ao TEIP, também alargada à generalidade das escolas (conforme alteração da legislação), bem como pela integração de alunos com necessidade de medidas específicas de apoio à aprendizagem e à inclusão ou de adaptação às novas exigências e desafios no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular (DL n.º 55/2018, de 6 de julho)² conduziu a medidas provisórias de alargamento da capacidade instalada, no caso da EB das Naus, por via da colocação de monoblocos (com acréscimo de 8 salas) e, no caso da EB Tecnopolis, o AEJD recorreu à conversão de alguns espaços (auditório, biblioteca e gabinetes) em salas de aula, conseguindo minimizar a situação com um acréscimo

² O AEGE adotou uma metodologia no âmbito do Plano de Inovação que implica a existência de espaços multifunções com outras dimensões e com equipamentos para permitir aos alunos terem várias opções de trabalho individual e/ou em grupo, de forma mais autónoma. No caso do AEJD, a EB Tecnopolis nem sempre tem conseguido implementar a componente de Oferta Complementar através da dinamização de novas disciplinas no ensino básico por falta de espaços, o que dificulta a definição dos horários.

de 6 espaços para aulas), pelo que a capacidade atualmente instalada ao nível dos estabelecimentos de 2.º e 3.º CEB e a respetiva taxa de ocupação é a que se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 41 – Capacidade e taxa de ocupação da EB das Naus e EB Tecnopolis com adaptações

Estabelecimento	Capacidade atual (com adaptações)			N.º de lugares disponíveis		Taxa de ocupação (%) 2022/23			
	Salas regulares	Salas técnicas	Total	N.º mínimo de alunos	N.º máximo de alunos	Alunos inscritos	N.º de turmas	Com 20 alunos/turma	Com 28 ou 26 alunos/turma
EB das Naus	27	3	30	600	840	610	32	101,7%	72,6%
EB Tecnopolis	21	3	24	480	672	727	36	151,5%	108,2%
TOTAL 2º e 3º CEB (s/ 9ºano)	48	65	54	1080	1512	1337	68	123,8%	88,4%

Fontes: Agrupamentos de escolas; CML - dados recolhidos em abril 2023, DGEstE – DSRAIlg

Em termos globais, atendendo aos critérios atrás referidos, verifica-se atualmente uma **taxa de ocupação global dos dois estabelecimentos que respondem ao 2.º e 3.º CEB em média de 106,1% no ano letivo 2022/23**, considerando uma oferta total de 54 salas. Importa referir que:

- Ambas as escolas não lecionam o 9.º ano de escolaridade, que, em virtude da saturação dos equipamentos educativos, passou a estar integrado nas escolas secundárias dos dois agrupamentos;
- Relativamente à capacidade em termos do número de turmas, ressalva-se que nos estabelecimentos com este nível de ensino, esta pode ser ligeiramente superior ao número de salas de aula regular, uma vez que não se verifica a afetação de uma sala para uma única turma (ao contrário do que acontece na educação pré-escolar e no 1.º CEB) – no entanto, optou-se pelo critério do Ministério da Educação para o cálculo dos lugares disponíveis na avaliação da necessidade de contratos de associação com a rede particular/cooperativa;
- No cálculo da capacidade, ao ser considerada a inclusão de alunos com necessidade de medidas específicas de apoio à aprendizagem, implica um total de lugares disponíveis inferior ao número de alunos matriculados no último ano letivo entre os 5.º e 8.º anos de escolaridade;
- A EB Tecnopolis está a funcionar com espaços não letivos como salas de aula, o que significa uma desadequação às atividades letivas, acrescida da falta desses espaços como complementares ao ensino.

Relativamente ao **ensino secundário** (com 9.º ano), a capacidade global corresponde a 51 salas de aula regular e 37 salas técnicas (a maioria concentrada na ES Júlio Dantas, resultante das obras de requalificação/ampliação da Parque Escolar, EPE) oferecendo uma capacidade a nível municipal de 1946 alunos. Neste contexto, os estabelecimentos com ensino secundário apresentam uma taxa de ocupação global que ronda, em média 104,75%.³

Se for considerada a inclusão de alunos com medidas específicas de apoio à aprendizagem, a capacidade instalada dos estabelecimentos desce consideravelmente.

4.1.7 Irradiação dos estabelecimentos e proveniência dos alunos

A **irradiação**⁴ das escolas estabelece o tempo máximo de deslocação entre a escola e o local de residência dos alunos, em função da faixa etária dos alunos e dos meios de deslocação, conforme se pode observar na tabela seguinte.

³ No caso do ensino secundário, também não se verifica a afetação de uma sala para uma única turma, pelo que a capacidade real pode ser ligeiramente superior em termos de número de turmas.

⁴ De acordo com as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos (DGOTDU, 2002), corresponde ao intervalo de tempo máximo de percurso ou da distância percorrida pelos alunos entre a residência e o estabelecimento de ensino, a pé, ou utilizando transportes públicos.

Tabela 42 – Irradiação e proveniência dos alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino (2022/23)

Equipamento	Tipologia	Irradiação máx.			N.º de alunos inscritos (2022/23)	
		Distância	Tempo a pé	Tempo transp.		
AE Gil Eanes	EB de Ameijeira	EB1/JI	1 km	15min	40min	331
	EB Sophia de Mello Breyner Andresen	EB1/JI	1 km	15min	40min	260
	EB de Bensafrim	EB1	1 km	15min	40min	49
	EB de Chinicato	EB1	1 km	15min	40min	77
	EB de Odiáxere	EB1	1 km	15min	40min	78
	EB das Naus	EB2,3	1,5 km	30min	60min	609
	ES Gil Eanes (com 9ºAno)	ES	2 km	30min	60min	552
AE Júlio Dantas	EB de Santa Maria	EB1/JI	1 km	15min	40min	268
	EB n.º 1 de Lagos	EB1	1 km	15min	40min	193
	EB Centro Escolar da Luz	EB1/JI	1 km	15min	40min	150
	EB Tecnopólis	EB2,3	1,5 km	30min	60min	753
	ES Júlio Dantas (com 9ºAno)	ES	2 km	30min	60min	1279

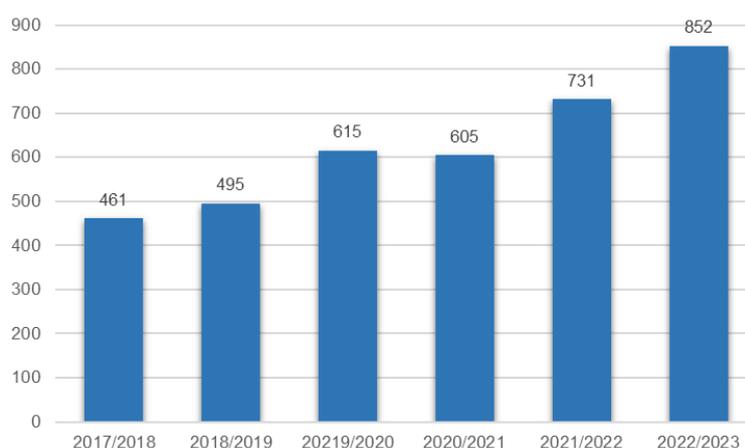
Fonte: Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos, 2002, DGOTDU; CML 2023

Os alunos que frequentam a educação pré-escolar e 1.º CEB são oriundos das freguesias onde residem, com exceção dos estabelecimentos situados na cidade de Lagos que apresentam um maior número de alunos inscritos, já que muitos são provenientes das freguesias rurais, por opção dos encarregados de educação, de acordo com os critérios de constituição das turmas. A maioria dos alunos que frequentam o 2.º e 3.º CEB é residente no concelho, sendo que as escolas secundárias recebem ainda os alunos do ensino secundário dos concelhos de Aljezur e Vila do Bispo. De acordo com a informação disponibilizada pelos agrupamentos de escolas, tem-se verificado aumento dos alunos provenientes destes dois concelhos já ao nível do 3.º CEB, por opção dos encarregados de educação, na medida em que assim garantem prioridade na matrícula no ensino secundário, nas opções pretendidas.

Um aspeto que importa realçar na análise da proveniência dos alunos está relacionado com o aumento do número de alunos estrangeiros, sobretudo nos últimos anos. A **multiculturalidade nas escolas** portuguesas tem sido cada vez mais expressiva, sendo muito relevante no que se refere concretamente ao município de Lagos, associado a um aumento da população oriunda de países estrangeiros, seja por aumento da população estrangeira com estatuto de residente, seja pelo aumento das migrações, por questões económicas, da pandemia, ou outras.

Os dados recolhidos junto das escolas do município de Lagos revelam um aumento significativo do número de alunos de nacionalidades estrangeira matriculados nos últimos 6 anos letivos. Tal como é possível observar no gráfico seguinte do ano letivo 2017/18 para o ano letivo 2022/23 o número de alunos de nacionalidade estrangeira matriculados nos estabelecimentos da rede pública do concelho quase duplicou registando uma taxa de crescimento de 85%, num total de 852 alunos (7,7% do total de alunos inscritos).

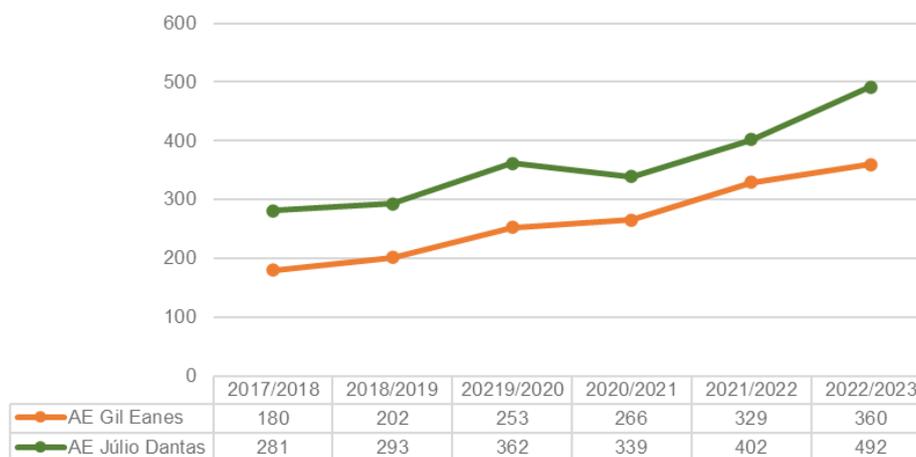
Gráfico 20 – Evolução do n.º de alunos estrangeiros no concelho de Lagos, nos últimos 6 anos letivos



Fonte: Dados dos Agrupamentos de Escolas, 2023

Em termos de distribuição do número de alunos estrangeiros dentro da rede educativa, verifica-se um crescimento global nos dois agrupamentos de escolas, destacando-se o AEJD que tem apresentado sistematicamente o número mais elevado de alunos estrangeiros nos últimos 6 anos letivos, embora com maiores oscilações (o decréscimo acentuado registado em 2020/21 poderá ser explicado pela situação de pandemia Covid19 que encerrou as fronteiras). O AEGE tem registado um crescimento sistemático de alunos oriundos de outros países. Relativamente ao último ano letivo, o AEJD recebeu 58% do total de alunos estrangeiros inscritos nas escolas da rede pública do Município.

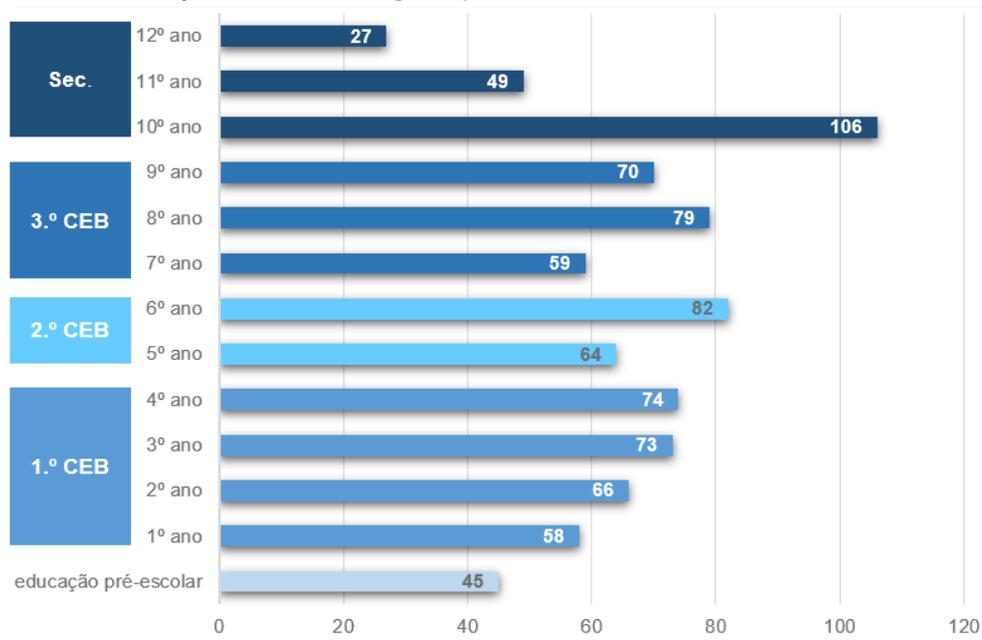
Gráfico 21 – Evolução do n.º de alunos estrangeiros no concelho, por agrupamento de escolas, nos últimos 6 anos letivos



Fonte: Dados dos Agrupamentos de Escolas, 2023

No que se refere ao nível de escolaridade/ciclo de ensino, dos 852 alunos de origem estrangeira que em 2022/23 estavam inscritos nos estabelecimentos da rede pública de Lagos, cerca de 32% encontrava-se a frequentar o 1.º CEB. Importa ainda destacar que quase 30% dos alunos estavam inscritos nas duas escolas secundárias, que incluem o 9.º ano de escolaridade.

Gráfico 22 – Distribuição dos alunos estrangeiros por nível de escolaridade/ciclo de ensino, no ano 2022/23



Fonte: Dados dos Agrupamentos de Escolas, 2023

Segundo os dados disponibilizados pelo AEJD, a distribuição da população estudantil de origem estrangeira no ano letivo 2022/23 nas escolas deste agrupamento é bastante significativa, totalizando 492 alunos integrados em diferentes anos de escolaridade. Destaca-se a diversidade de nacionalidades presentes nestes grupos de alunos – sobretudo Brasil (43,1%), Ucrânia (9,6%), Reino Unido (7,1%), Alemanha (5,3%), Moldávia (3,9%) e Índia (4,5%) mas, também, Itália (3,7%), Roménia (2,4%) e Angola (2,2%), entre outros –, dando origem a uma grande diversidade de línguas, o que dificulta a comunicação,

oral e escrita, atendendo a que se tratam de grupos que incluem vários anos de escolaridade e níveis de proficiência, ao que acresce as dificuldades decorrentes de grandes diferenças linguísticas como acontece no caso do Ucrâniano ou Indiano.

Relativamente ao AEGE, de acordo com os dados facultados, o número de alunos de origem estrangeira é menor (360 alunos matriculados), em que os países que mais se destacam são Brasil (39,4%), Ucrânia (11,9%), Reino Unido (7,8%), Moldávia (4,4%), Roménia (3,6%), Índia (3,3%) e Alemanha (2,8%), entre outras origens com expressão inferior a 2%.

Ao nível do concelho, conclui-se que a maior parte dos alunos estrangeiros atualmente inscritos nos estabelecimentos da rede pública de Lagos são oriundos da América do Sul, nomeadamente do Brasil (354 alunos), correspondendo a cerca de 42% dos alunos estrangeiros em escolaridade obrigatória neste último ano letivo 2022/23 e a aproximadamente 8% do total de alunos na rede educativa pública de Lagos.

Tabela 43 – Principais nacionalidades dos alunos estrangeiros, em 2022/23

Nível de ensino	Total	Brasil	Ucrânia	R. Unido	Moldávia	Alemanha	Índia	Itália	Roménia	Outros ⁽¹⁾
Pré-escolar	45	21	5	1	2	0	4	2	0	10
1.º CEB	271	125	35	15	13	6	14	6	6	51
2.º CEB	146	55	20	14	9	6	3	6	3	30
3.º CEB	208	83	20	18	8	16	5	5	8	45
Secundário	182	70	10	15	8	8	8	8	8	47
Total	852	354	90	63	40	36	34	27	25	183

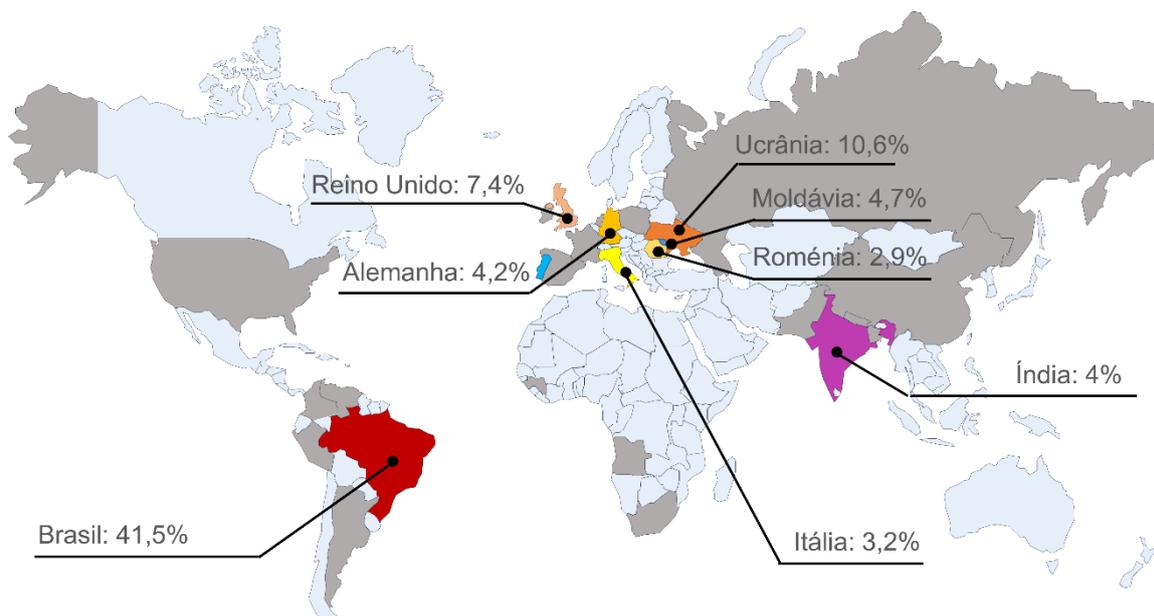
(1) Dentro da categoria “outros” encontra-se uma diversidade relevante de nacionalidades: França, Holanda, Paquistão, China, Angola, Cabo Verde, EUA, Bangladesh, Rússia, Espanha, Venezuela, Canadá, Nepal, Guatemala, entre vários outros.

Fonte: Dados dos Agrupamentos de Escolas, 2023

Relativamente a outros países da Europa, destaca-se a Europa de Leste nomeadamente a Ucrânia (10,6%), a Moldávia (4,7%) e a Roménia com 2,9% dos alunos, mas também o Reino Unido (7,4%), Alemanha (4,2%) e Itália (3,2%).

Refira-se ainda a presença de alunos de outras nacionalidades (21,5%) como França, Holanda, Paquistão, China, Angola, Cabo Verde, EUA, Bangladesh, Rússia, Espanha, Venezuela, Canadá e tantos outros, embora com menor expressão, sendo que o AEJD apresenta maior diversidade na origem dos alunos estrangeiros.

Figura 16 – Principais nacionalidades dos alunos estrangeiros nas escolas do município de Lagos



Fonte: Dados dos Agrupamentos de Escolas, 2023

A multiculturalidade é uma evidência nas escolas do município de Lagos e com tendência crescente pelo que importa reforçar iniciativas que ajudem crianças e jovens de origem migrante a uma integração plena no sistema educativo e subseqüentemente na sociedade.

4.1.8 Rede de bibliotecas escolares

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) foi lançado em 1996, pelos Ministérios da Educação e da Cultura, com o objetivo de instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, uso e produção da informação em suporte analógico, eletrónico e digital. O Programa RBE procura desenvolver-se numa filosofia de Rede, através de parcerias com os diferentes agentes educativos, o poder local, a sociedade civil e outros projetos do Ministério, designadamente o Plano Nacional de Leitura.

A rede de bibliotecas escolares no município de Lagos integrou mais 5 bibliotecas desde o levantamento efetuado aquando da elaboração da Carta Educativa. De momento a biblioteca escolar da EB1 de Bensafrim não se encontra integrada na rede – embora receba apoio da Biblioteca Municipal de Lagos e dos professores bibliotecários.

Tabela 44 – Bibliotecas Escolares integradas na Rede

Escola	Ano de Entrada na Rede de Bibliotecas Escolares
ES Júlio Dantas	1999
EB n.º1 de Lagos	2003
EB das Naus	2003
EB Tecnopolis (recebeu a biblioteca escolar da Escola EB 2/3 N.º 1 de Lagos)	2003
EB de Ameijeira	2005
EB Gil Eanes	2005
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	2008
EB de Odiáxere	2008
EB de Chinicato	2008
EB de Santa Maria	2009
EB Centro Escolar da Luz	2022

Fonte: Carta Educativa 2018 e CML

4.2. Estabelecimentos da rede privada

A rede educativa engloba igualmente a rede privada de estabelecimentos de educação e ensino existentes a qual integra os estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo, os que funcionam em instituições particulares de solidariedade social (IPSS), e em instituições sem fins lucrativos que prossigam atividades no domínio da educação e do ensino.

4.2.1 Estabelecimentos da rede solidária

No que se refere à rede solidária, identificam-se 7 estabelecimentos, com base nos dados do ano letivo 2022/23, disponibilizados pela autarquia, conforme se demonstra na tabela seguinte

A rede solidária funciona em complementaridade aos estabelecimentos da rede pública na componente da oferta de educação pré-escolar, inserindo-se no objetivo de expansão e desenvolvimento da rede concelhia, de acordo com os objetivos enunciados na legislação em vigor.

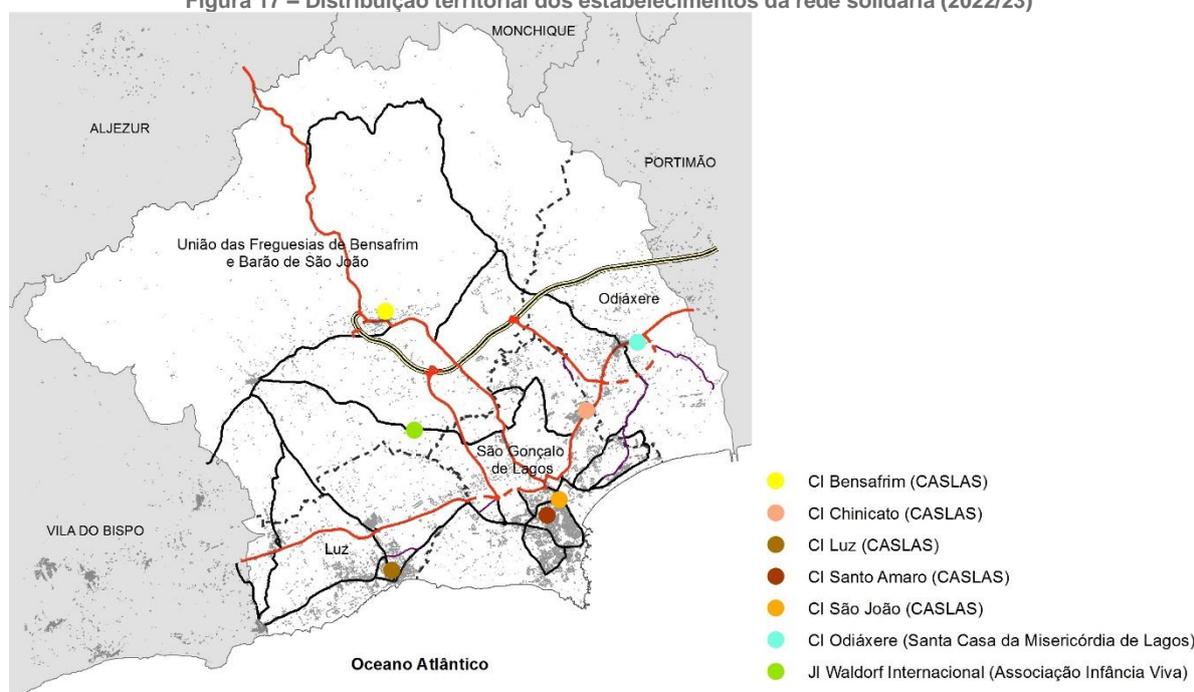
Tabela 45 – Equipamentos educativos existentes da rede solidária, 2022/23

Equipamento	Tutela	Freguesia	Ano de construção	N.º de pisos	Área de construção (m ²)	Valências			N.º de salas
						Berçário	Creche	J. Infância	
Centro Infantil de Odiáxere	SCML	Odiáxere	1988	1	529	S	S	S	10
Jardim de Infância Waldorf Internacional - Bensafrim	Ass. Infância Viva	Bensafrim e Barão de São João	s/i	1	s/i	N	N	S	2
Centro Infantil de São João	CASLAS	S. Gonçalo de Lagos	1960	2	2012	S	S	S	6
Centro Infantil de Santo Amaro	CASLAS	S. Gonçalo de Lagos	1986	2	1358	S	S	S	7
Centro Infantil da Luz	CASLAS	Luz	1987	1	688	S	S	S	4
Centro Infantil de Bensafrim – pré-escolar	CASLAS	Bensafrim e Barão de São João	1987	1	688	S	S	S	6
Centro Infantil do Chinicato	CASLAS	S. Gonçalo de Lagos	1990	1	550	S	S	S	4

Fonte: Carta Educativa 2018

Os estabelecimentos atualmente em funcionamento correspondem a equipamentos sob a tutela de três IPSS – Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos (CASLAS), Associação Infância Viva -, e ainda a Santa Casa da Misericórdia de Lagos. Os centros do CASLAS e o Centro Infantil de Odiáxere integram as valências de berçário (crianças até 1 ano), creche (crianças dos 2 aos 3 anos) e jardim de infância (crianças dos 3 aos 5 anos), e o Jardim de Infância Waldorf Internacional – Bensafrim corresponde a um jardim de infância criado por uma associação de pais e educadores (Associação Infância Viva) segundo a pedagogia de Rudolf Steiner – um método baseado numa “visão humanista que promove o desenvolvimento harmonioso da individualidade enquanto ser físico, anímico e espiritual.”

Figura 17 – Distribuição territorial dos estabelecimentos da rede solidária (2022/23)



Fonte: CML

Estes estabelecimentos distribuem-se pelas 4 freguesias, sendo de destacar um maior número na freguesia de São Gonçalo de Lagos, seguindo-se a União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João. Correspondem maioritariamente a edifícios construídos de raiz para a função, com 1 piso e área de construção variável entre 550m² e 2000m², e apresentam um estado de conservação razoável. No

conjunto oferecem uma capacidade total de 39 salas, estando 27 salas sob a responsabilidade de uma única instituição.

4.2.2 Estabelecimentos da rede particular e cooperativa

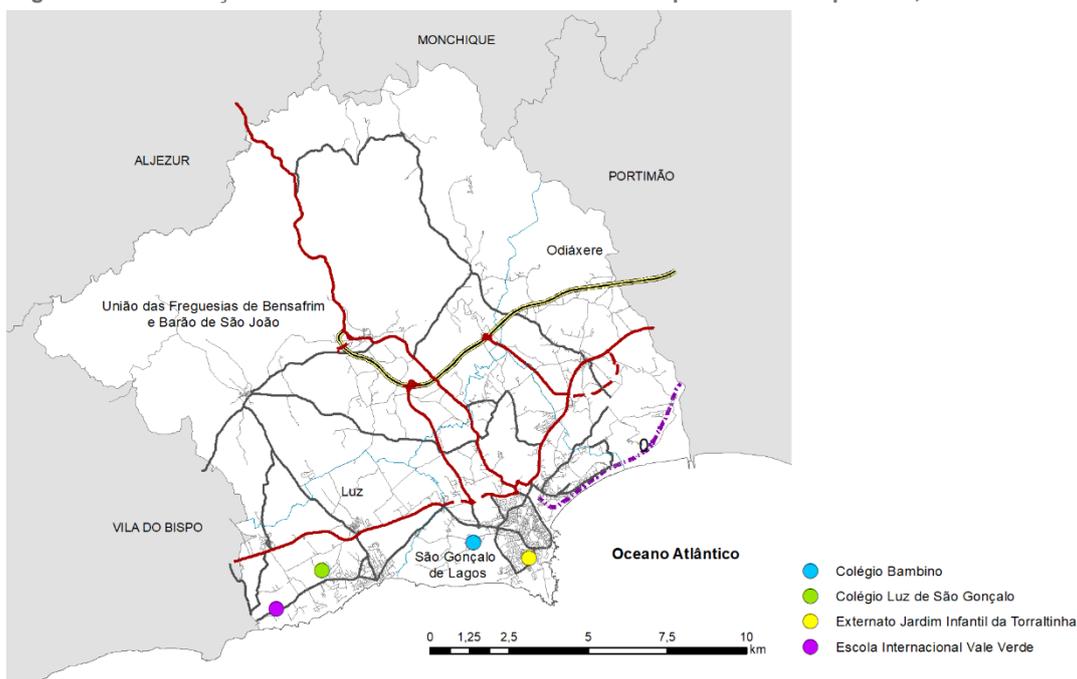
No que se refere à rede particular/cooperativa, existem 4 estabelecimentos com base nos dados do ano letivo 2022/23, conforme se demonstra na tabela seguinte, com uma capacidade total de 25 salas no âmbito da educação pré-escolar e 1.º ciclo e 11 salas de ensino básico e secundário.

Tabela 46 – Equipamentos educativos existentes na rede particular e cooperativa, no ano 2022/23

Equipamento	Freguesia	Ano de construção	Estado de conservação dos edifícios	N.º pisos	Área de construção (m²)	Oferta formativa						N.º Salas	Refeitório (n.º lugares)
						Berçário	Creche	J. Infância	1.º CEB	2.º/3.º CEB	Secundário		
Externato Jardim Infantil da Torralinha	São Gonçalo de Lagos	1989	Razoável	1	975	N	S	S	S	N	N	7	100
Colégio Bambino	São Gonçalo de Lagos	1997	Bom	1	950	S	S	S	S	2º	N	11	100
Colégio Luz de S. Gonçalo	Luz	2010	Bom	3	2300	S	S	S	S	N	N	7	90
Escola Internacional Vale Verde	Luz	2004	Bom	2	511,92	N	N	N	S	S	S	14	80

Fonte: Carta Educativa 2018

Figura 18 – Distribuição territorial dos estabelecimentos da rede particular e cooperativa, no ano 2022/23



Fonte: CML

Dos quatro estabelecimentos assinalados na figura anterior, apenas Externato Jardim Infantil da Torralinha se localiza no centro da cidade de Lagos, estando todos os outros no limite dos aglomerados urbanos (Cidade, Espiche e Luz), com destaque para a Escola Internacional Vale Verde que se localiza do limite do concelho, próximo do aglomerado de Burgau. Não existe oferta particular e cooperativa nas freguesias de Odiáxere e UF Bensafrim e Barão de São João.

São quase todos equipamentos construídos especificamente para a função – surgem como alternativa à rede pública na oferta de educação pré-escolar e 1º CEB – possuem entre 1 a 3 pisos, com áreas adaptadas às valências que oferecem.

Refira-se ainda a existência do Conservatório de Música e Artes de Lagos com a oferta de 11 salas afetas ao ensino artístico especializado, em regime articulado e regime supletivo com as escolas básicas e secundárias de Lagos e ainda com a EB de Aljezur e EB de S. Vicente de Vila do Bispo, conforme se verá adiante.

4.2.3 Taxa de ocupação dos estabelecimentos da rede privada

A maioria dos estabelecimentos da rede privada correspondem a estabelecimentos de educação pré-escolar – no caso da rede solidária - ou que integram também o 1.º CEB, no caso da rede particular e cooperativa, com exceção da Escola Internacional Vale Verde que abrange o ensino básico e secundário. Atendendo a esta diversidade, a análise da taxa de ocupação destes estabelecimentos tem em consideração uma capacidade máxima de 10 crianças/grupo no que toca a berçário e creche, 25 alunos por turma, na componente de Jardim de Infância, 24 alunos por turma nos ciclos do ensino básico e 28 alunos no ensino secundário. Há que ter em conta que três dos estabelecimentos apresentados nas tabelas seguintes seguem currículos diferenciados do sistema regular português o que pode significar políticas educativas distintas nomeadamente no que toca à constituição de turmas.

Tabela 47 – N.º de alunos matriculados nos estabelecimentos da rede solidária, no ano 2022/23

Estabelecimento	N.º salas		Capacidade		N.º de alunos 2022/23			Taxa de ocupação	
	Berçário/creche ¹	J. Infância ²	Berçário/creche (salas x10)	J. Infância (salas x25)	Berçário	Creche	J. Infância	Berçário/creche	J. Infância
Centro Infantil de Odiáxere (SCM)	7	3	70	75	23	65	75	125,7%	100,0%
Jardim de Infância Waldorf Internacional - Bensafrim	-	2	-	50	-	-	44	-	88,0%
Centro Infantil de São João	3	3	30	75	10	35	75	150,0%	100,0%
Centro Infantil de Santo Amaro	4	3	40	75	10	46	75	140,0%	100,0%
Centro Infantil da Luz	2	2	20	50	10	16	49	130,0%	98,0%
Centro Infantil de Bensafrim – Pré-escolar	3	3	30	75	10	48	50	193,3%	66,7%
Centro Infantil do Chincato	2	2	20	50	10	18	50	140,0%	100,0%
TOTAL	21	18	210	450	73	228	418	143,3%	92,9%

Fonte: (¹) Carta Educativa 2018; (²) CML – Dados da população escolar

A rede solidária, que cobre a valência de educação pré-escolar em todo o município (complementando a rede pública) apresenta taxas de ocupação acima dos 85% com exceção do Centro Infantil de Bensafrim, destacando-se os centros infantis de São João, Santo Amaro e Chincato (CASLAS) a funcionar no limite da sua capacidade. Relativamente ao acolhimento de crianças até aos 2 anos (berçário e creche) todos os estabelecimentos estão acima da capacidade que detêm.

Relembra-se que o Jardim de Infância Waldorf Internacional – Bensafrim oferece apenas a componente de educação pré-escolar e, conforme já foi referido, segue um método pedagógico distinto dos demais estabelecimentos.

Tabela 48 – N.º de alunos matriculados nos estabelecimentos da rede particular e cooperativa, no ano 2022/23

Estabelecimento	N.º salas			Capacidade			N.º de alunos 2022/2023						Taxa de ocupação	
	Berçário/creche ¹	J. Infância ¹	CEB e E Sec	Berçário/creche (salas x10)	J. Infância (salas x25)	CEB e E Sec (salas x26)	Berçário/Creche	J. Infância	1º CEB	2º CEB	3º CEB	E Secundário	J. Infância	CEB e E Secundário
Externato JI da Torraltinha	-	3	4	-	75	104	-	65	19	-	-	-	87%	18,3%
Colégio Bambino	4	2	5 ²	40	50	130	42	70	50	-	-	-	140%	38,5%
Colégio Luz de S. Gonçalo	6	3	4	80 ³	75	104	71	75	94	-	-	-	100%	90,4%
Escola Internacional Vale Verde	-	-	14 ²	-	-	364	-	-	27	27	38	23	-	31,6%
TOTAL	10	8	30	130	200	780	113	210	190	27	38	23	84,0%	35,6%

Fonte: (1) CML – Dados da população escolar; (2) inclui salas vazias; (3) Dados do Colégio S. Gonçalo

A oferta educativa abrange maioritariamente a educação pré-escolar e 1º CEB, o grau de ocupação é bastante variável, destacando-se o Colégio de Luz de São Gonçalo com uma ocupação de 100% no que respeita à valência de jardim-de-infância. Por sua vez, o Externato Jardim Infantil da Torraltinha (no centro da Cidade) apresenta ao nível de jardim-de-infância uma taxa de ocupação de 87%.

A Escola Internacional Vale Verde tem uma oferta educativa mais abrangente (ensino básico e secundário) e apresenta percursos curriculares específicos relativamente ao sistema de ensino português. No entanto, aplicando os mesmos critérios para a formação de turmas, este estabelecimento regista uma taxa de ocupação baixa, na ordem dos 32%, não distinguindo os ciclos de ensino.

4.3. Educação inclusiva

No novo regime jurídico para a educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018) são estabelecidos os “princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (n.º 1 do artigo 1.º). O eixo central deste Decreto-lei prevê que cada escola reconheça “a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem”.

Face a anteriores diplomas o Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho (Para uma Educação Inclusiva: Manual de Apoio à Prática, DGE):

- Abandona os sistemas de categorização de alunos, incluindo a “categoria” necessidades educativas especiais;
- Abandona o modelo de legislação especial para alunos especiais;
- Estabelece um continuum de respostas para todos os alunos;
- Coloca o enfoque nas respostas educativas e não em categorias de alunos;
- Perspetiva a mobilização, de forma complementar, sempre que necessário e adequado, de recursos da saúde, do emprego, da formação profissional e da segurança social.

Assume-se, desta forma, neste novo Decreto-Lei uma visão mais ampla, implicando que se pense a escola como um todo, agregadora de todos os recursos existentes, capaz de dar resposta a todos os alunos, reforçando a participação dos pais/ encarregados de educação, reforçando recursos humanos específicos, redefinindo as atribuições das equipas multidisciplinares e reconfigurando o modelo de unidade especializada num modelo de CAA.

Segundo a legislação recentemente aprovada – Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho – os CAA acolhem as valências das unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multificiência e das unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo.

Estes centros têm como objetivos gerais, em colaboração com as demais estruturas e serviços da escola (n.º 2 do artigo 13.º):

- Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar;
- Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

No AEGE, o CAA dispõe de espaços físicos na EB das Naus, na EB Sophia de Mello Breyner Andresen e na ES Gil Eanes.

No AEJD, o CAA dispõe de espaços físicos na EB de Santa Maria, na EB n.º 1 de Lagos, na EB Centro Escolar da Luz, na EB Tecnopolis e na ES Júlio Dantas. O CAA, em colaboração com os demais serviços e estruturas da escola, tem como objetivos gerais:

- Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar;
- Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

De acordo com informação recolhida junto das escolas, no ano letivo 2022/23 estavam matriculados nas escolas do concelho de Lagos, da educação pré-escolar ao ensino secundário, 354 alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, o que representa cerca de 8% do total de alunos que frequentam as escolas dos dois agrupamentos do concelho. Desses 354 alunos, 168 tinham medidas adicionais (47,5%) e 186 medidas seletivas (52,5%).

Tabela 49 – N.º de alunos com medidas adicionais/medidas seletivas, por estabelecimento e ciclo de ensino, 2022/23

Nível e ciclo de ensino	Medidas	Total	AE Gil Eanes	AE Júlio Dantas
		N.º	N.º	N.º
Pré-escolar	Adicionais	3	1	3
	Seletivas	5	2	2
	TOTAL	8	3	5
1.º CEB	Adicionais	24	6	15
	Seletivas	44	29	18
	TOTAL	68	35	33
2.º CEB	Adicionais	23	6	23
	Seletivas	53	30	17
	TOTAL	76	36	40
3.º CEB	Adicionais	56	12	6
	Seletivas	42	36	44
	TOTAL	98	48	50
Secundário	Adicionais	62	9	23
	Seletivas	42	19	53
	TOTAL	104	28	76
Total	Adicionais	168	34	70
	Seletivas	186	116	134
	TOTAL	354	150	204

Fonte: Dados dos Agrupamentos de Escolas, 2023

O 3.º CEB e o ensino secundário concentram 57,1% do total de alunos com medidas adicionais e seletivas, sendo que no ensino secundário estão cerca de 37% dos alunos com medidas adicionais.

De acordo com informação disponibilizada pelo Município, tem-se observado um aumento do número de alunos com necessidades de medidas específicas, nalguns casos com patologias de elevada gravidade, o que implica apoios personalizados, espaços educativos específicos, mais pessoal não docente e mais formação deste, bem como a aquisição de mais equipamento e material educativo. O número destes alunos com necessidades específicas tem igualmente implicações na constituição das turmas, uma vez que obriga à redução do número de alunos por turma, causando maior dificuldade em termos de gestão dos espaços escolares.

4.4. Recursos humanos

O pessoal docente e pessoal não docente constituem a base do desenvolvimento das organizações escolares, cabendo-lhe um papel fundamental na concretização das políticas educativas.

No que respeita ao pessoal docente, a tabela seguinte demonstra a evolução do número de professores/educadores em funções nos estabelecimentos das redes pública e privada no concelho de Lagos na década 2011-2021, verificando-se na rede pública um decréscimo entre o ano letivo 2013/2014 e o ano letivo 2016/2017, mais evidente no 3.º CEB. A partir de 2016/2017 a tendência tem sido de crescimento do número de pessoal docente. Quanto à educação especial, a tendência é igualmente de crescimento a partir do ano letivo 2015/2016, provavelmente como resultado de ajustes na legislação específica e de uma deteção cada vez mais precoce de alunos com necessidades de medidas adicionais.

Comparando com a rede privada, verifica-se um aumento sucessivo do pessoal docente em termos gerais, nomeadamente no 1.º CEB. Atendendo à tipologia e oferta educativa dos estabelecimentos pertencentes às redes solidária, particular e cooperativa regista-se um maior número de docentes afetos à educação pré-escolar, sendo que o mesmo tem sofrido variações muito ligeiras ao longo da década.

Tabela 50 – Evolução do pessoal docente em exercício, segundo a natureza do estabelecimento e nível de educação/ensino

		Ano letivo									
		2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Rede pública	Educação pré-escolar	16	13	14	14	13	13	15	14	15	15
	1.º CEB	71	76	76	76	74	73	80	77	81	86
	2.º CEB	56	80	58	61	57	66	77	78	79	81
	3.º CEB e secundário	298	306	282	275	265	256	260	288	308	312
	Educação especial	18	13	16	14	22	24	28	24	29	31
	Formadores (esc. profissionais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede privada	Educação pré-escolar	35	38	33	32	36	34	35	37	34	32
	1.º CEB	13	16	17	17	22	20	18	20	17	24
	2.º CEB	4	2	4	5	12	10	13	11	13	11
	3.º CEB e secundário	12	4	11	13	10	12	19	22	14	13
	Educação especial	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-
	Formadores (esc. profissionais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGEEC - Estatísticas da Educação 2011-2021

Os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do concelho Lagos contavam no ano letivo 2022/23 com um total de 544 professores, entre professores e educadores de infância, professores do ensino básico, e professores do ensino secundário e profissional.

Relativamente ao corpo docente, a tabela seguinte apresenta o número de docentes em exercício nos estabelecimentos de ensino da rede pública do município – com e sem funções letivas – por agrupamento de escolas, no ano letivo 2022/23.

Tabela 51 – Pessoal docente em exercício nos estabelecimentos da rede pública (2022/23)

Equipamento		Educadores de infância		Professores 1.º CEB		Prof. 2.º CEB		Prof. 3.º CEB e Sec.	
		C/ funções letivas	S/ funções letivas	C/ funções letivas	S/ funções letivas	C/ funções letivas	S/ funções letivas	C/ funções letivas	S/ funções letivas
AE Gil Eanes	EB de Ameijeira	5	1	15	1	-	-	-	-
	EB Sophia M.B.A.	2	1	21	1	-	-	-	-
	EB de Bensafrim	-	-	5	-	-	-	-	-
	EB de Chinicato	-	-	4	-	-	-	-	-
	EB de Odiáxere	-	-	4	1	-	-	-	-
	EB das Naus	-	-	1	-	73	2	-	-
	ES Gil Eanes	-	-	-	2	-	-	72	5
	Total AE	7	2	50	5	73	2	72	5
AE Júlio Dantas	EB de Santa Maria	5	-	15	-	-	-	-	-
	EB n.º 1 de Lagos	-	-	16	1	-	-	-	-
	EB Centro Escolar da Luz	2	-	9	1	-	-	-	-
	EB Tecnopolis	-	-	-	-	49	4	-	-
	ES Júlio Dantas	-	-	-	-	-	-	220	6
	Total AE	7	0	40	2	49	4	220	6

Fonte: Dados dos Agrupamentos de Escolas, 2023

Em termos de caracterização etária do pessoal docente, informação disponibilizada pelos agrupamentos de escolas e escola não agrupada revela que no ano letivo 2022/23 49% dos docentes dos estabelecimentos de ensino do município de Lagos tinham 50 ou mais anos de idade.

Tal como é possível observar no quadro seguinte a distribuição etária do pessoal docente é semelhante nos dois Agrupamentos de Escolas. No AEGE a proporção de docentes com 50 ou mais anos é ligeiramente maior (51,8%) que no AEJD (47,3%).

Tabela 52 – Pessoal docente por escalão etário, 2022/23

Escalão Etário	Total		AEGE		AEJD	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
20-29	14	2,6	10	4,6	4	1,2
30-39	43	7,9	11	5,1	32	9,8
40-49	220	40,4	83	38,4	137	41,8
50-59	197	36,2	80	37,0	117	35,7
60-69	70	12,9	32	14,8	38	11,6
Total	544	100	216	100	328	100

Fonte: Dados dos Agrupamentos de Escolas, 2023

Quanto ao pessoal não docente – que garante o apoio, acompanhamento e vigilância dos alunos –, no âmbito da transferência de competências do Ministério da Educação para os municípios e no sentido de melhorar a eficiência da gestão de recursos humanos dos agrupamentos de escolas, são contratados para os estabelecimentos de educação e ensino assistentes operacionais e assistentes técnicos de acordo com os critérios definidos (Portaria n.º 272-A/2017 de 13 de setembro alterada pela Portaria n.º 245-A/2020, de 17/10 e Portaria n.º 73-A/2021, de 31/03, que revoga a Portaria n.º 29/2015 de 12 de fevereiro). Por outro lado, o concelho de Lagos fez uma adaptação destes critérios de dotação nos estabelecimentos, de modo a responder às necessidades locais, nos dois agrupamentos de escolas, procurando assegurar uma maior estabilidade no pessoal não docente, garantir condições de aprendizagem mais favoráveis aos alunos e um maior apoio ao trabalho docente.

Tabela 53 – Pessoal não docente nos estabelecimentos escolares do concelho de Lagos (2023)

Escolas	Portaria			Rácio adaptado					
	AO	AT animadoras	AT Administ.	AO	AO Cozinha	AO Bufete	AT animadoras	AT Administ.	
AEGE	EB de Ameijeira	10	4	0	15	5	-	7	0
	EB Sophia M.B.A.	10	2	0	15	5	-	3	0
	EB de Bensafrim	2	0	0	3	1	-	0	0
	EB de Chinicato	3	0	0	4	1	-	0	0
	EB de Odiáxere	3	0	0	4	1	-	0	0
	EB das Naus	21	0	0	25	5	2	0	1
	ES Gil Eanes	21	0	9	23	7	2	0	15
Subtotal	70	6	9	89	25	4	10	16	
AEJD	EB de Santa Maria	11	4	0	17	5	-	6	0
	EB n.º 1 de Lagos	8	0	0	14	4	-	0	0
	EB Centro Escolar da Luz	7	2	0	13	3	-	3	0
	EB Tecnopolis	28	0	0	28	5	2	0	2
	ES Júlio Dantas	32	0	14	33	5	2	0	17
	Subtotal	86	6	14	105	22	4	9	19
TOTAL	156	12	23	194	47	8	19	35	

Fonte: CML 2023

Ainda assim, existe uma grande flutuação do número de assistentes operacionais devido a constrangimentos ditados pela idade dos funcionários e por limitações físicas que condicionam as funções desempenhadas nos estabelecimentos de ensino. De referir, ainda, que no corrente ano de 2023, na sequência da descentralização de competências em matéria de educação:

- O Município necessitou contratar mais assistentes operacionais para várias valências escolares, nomeadamente para a cozinha e bufete;
- A gestão direta dos refeitórios escolares das escolas básicas do 1.º CEB (com e sem pré-escolar) assumida pelo Município foi, entretanto, subdelegada nos Agrupamentos de Escolas, mediante Protocolo de Cooperação.

Dados fornecidos pelo Município relativos a 2022/23 e que permitem uma caracterização do pessoal não docente, dos estabelecimentos da rede pública, em termos de idade revelam a existência de um total de 279 profissionais não docentes dos quais 228 assistentes operacionais, operários e auxiliares (81,7%) e 51 assistentes técnicos, técnicos de nível intermédio.

Analisando a distribuição do pessoal não docente por escalão etário verifica-se que cerca de 64,5% do pessoal não docente dos estabelecimentos de rede pública do município de Lagos têm idades compreendidas entre os 40 e os 59 anos, 15,8% têm menos de 40 anos e 19,7% têm 60 ou mais anos.

Tabela 54 – Pessoal não docente dos estabelecimentos da rede pública por escalão etário (2022)

Escalão Etário	Total		Assistente operacional, operário, auxiliar		Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
20-29	10	3,6	8	3,5	2	3,9
30-39	34	12,2	26	11,4	8	15,7
40-49	74	26,5	54	23,7	20	39,2
50-59	106	38,0	92	40,4	14	27,5
60-69	55	19,7	48	21,1	7	13,7
Total	279	100,0	228	100,0	51	100,0

Fonte: CML

Na categoria ‘assistentes operacionais, operários e auxiliares’, que é a mais representativa do pessoal não docente a distribuição por escalão etário revela que cerca de 61% tem idade igual ou superior a 50 anos. Por outro lado, apenas 3,5% tem menos de 30 anos de idade.

4.5. Apoios e medidas de compensação socioeducativa

Os apoios e medidas de compensação socioeducativa previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo abrangem as crianças e jovens que frequentam a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário em estabelecimentos de ensino públicos, ou particulares e cooperativos. No que respeita aos apoios socioeducativos, são de salientar os que respeitam:

- À alimentação, com distribuição diária de leite e atribuição de refeições subsidiadas ou gratuitas;
- Ao alojamento, através da manutenção e desenvolvimento da rede nacional de residências para estudantes e de outras modalidades;
- Aos apoios económicos, tais como a atribuição de livros e material escolar, a concessão de bolsas de estudo, de isenção de propinas e de empréstimos para prosseguimento de estudos;
- Aos transportes escolares, destinados a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e a possibilitar a continuação dos estudos;
- Ao seguro escolar, destinado a garantir cobertura financeira na assistência a alunos sinistrados.

A atribuição dos apoios aos alunos visa contribuir para o direito efetivo de todas as crianças à educação e ensino, assim como a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares, conforme disposto na legislação específica em vigor.

O acesso aos benefícios decorrentes dos apoios no âmbito da ação social escolar é determinado em função da situação dos alunos, em particular da condição socioeconómica dos agregados familiares.

Os montantes a atribuir e as condições de acesso são fixadas anualmente pelo Ministério da Educação, podendo, no entanto, as Câmaras Municipais, dentro das suas competências aumentar e/ou alargar os apoios aos alunos de acordo com as diferentes realidades ou características das populações que abrangem.

4.5.1 Ação social escolar

O apoio social integra as refeições servidas diariamente (conforme calendário escolar), os auxílios económicos para a aquisição dos manuais escolares obrigatórios, os materiais escolares e as atividades de complemento curricular, para os alunos no 1.º CEB. Para o ensino superior o Município atribui bolsas de estudo.

Com a recente alteração legislativa no que respeita à transferência para os municípios de competências em matéria de educação, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, foram introduzidas alterações no que respeita aos apoios e complementos educativos, onde se insere a ação social escolar. O referido diploma determina que a ação social escolar é desenvolvida pelas câmaras municipais, nomeadamente a organização e gestão dos procedimentos de atribuição dos apoios, com exceção da organização, desenvolvimento e execução dos programas de distribuição gratuita e reutilização de manuais escolares, cuja competência cabe ao departamento governamental em matéria de educação e aos órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Destas alterações, importa aqui salientar as que se referem às refeições escolares, às residências escolares e ao alojamento, a saber:

- O fornecimento em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário passa a ser gerido pelas câmaras municipais;

- A gestão e o funcionamento das residências escolares que integrem a rede oficial de residências para estudantes, bem como a sua conservação, manutenção e equipamento são da competência das câmaras municipais;
- A gestão e o funcionamento das modalidades de colocação junto de famílias de acolhimento e alojamento facultado por entidades privadas, mediante estabelecimento de acordos de cooperação, são da competência das câmaras municipais.

Por sua vez, “**escola a tempo inteiro**” – atualmente em vigor – compreende a promoção e implementação por parte das câmaras municipais de medidas de apoio à família, nomeadamente atividades de animação e apoio à família (destinadas às crianças da educação pré-escolar), a componente de apoio à família e as atividades de enriquecimento curricular (destinadas aos alunos do 1º CEB) – conforme se verá no subcapítulo seguinte. A planificação destas medidas, de acordo com o diploma anteriormente citado, é desenvolvida conjuntamente pelas câmaras municipais e pelos órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas, considerando as necessidades dos alunos e das famílias e o perfil dos profissionais que as asseguram, os recursos materiais e imateriais de cada território.

No que respeita às refeições escolares, de acordo com os dados do ano letivo 2022/23, diariamente são servidas, em média, 1.131 refeições em estabelecimentos de ensino com educação pré-escolar e 1º CEB, da rede pública, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 1,3%, face ao número de refeições servidas no ano letivo 2016/2017.

Tabela 55 – N.º de refeições servidas diariamente nos estabelecimentos da rede pública

	Estabelecimento	Fornecedor	N.º de lugares	N.º de refeições servidas / dia
Pré-escolar e 1º CEB	EB de Ameijeira	Exploração própria	219	283
	EB Sophia de Mello Breyner Andresen	Exploração própria	128	202
	EB de Bensafirim	Exploração própria (com transporte de refeições confeccionadas na E.S. Gil Eanes)	50	37
	EB de Chinicato	Exploração própria (com transporte de refeições confeccionadas na E.S. Gil Eanes)	80	58
	EB de Odiáxere	Exploração própria (com transporte de refeições confeccionadas na E.S. Gil Eanes)	45	67
	EB de Santa Maria	Exploração própria	100	217
	EB n.º 1 de Lagos	Exploração própria	100	155
	EB Centro Escolar da Luz	Exploração própria	106	112
			Subtotal	1131
2º e 3º CEB	EB das Naus	Própria escola	124	265
	EB Tecnopolis	Própria escola	124	282
			Subtotal	547
Secundário (com 9º ano)	ES Gil Eanes	Própria escola	140	97
	ES Júlio Dantas	Própria escola	84	166
			Subtotal	263
			TOTAL	1941

Fonte: CML, 2023

Auxílio económico

Os auxílios económicos, para rede pública no 1.º CEB, são da responsabilidade do Município de Lagos e abrangem comparticipação nas despesas com refeição, material escolar e atividades de complemento curricular (visitas de estudo), sendo atribuídos em função dos escalões de rendimento definidos para o acesso ao abono de família, de acordo com a seguinte correspondência:

- Pelo escalão A, todos os alunos do escalão 1 do abono de família – têm direito à totalidade dos apoios (alimentação, material escolar e atividades de complemento curricular) em espécie e nos valores das comparticipações definidas para cada ano letivo;

- Pelo escalão B, todos os alunos do escalão 2 do abono de família – têm direito aos apoios em espécie e a 50% do valor dos apoios atribuídos ao escalão A.

Tabela 56 – Atribuição de apoios ao 1.º CEB

Capitação (afetação ao escalão de abono de família)	Escalão	Comparticipações			
		Alimentação	Material escolar	Atividades de complemento curricular ⁽¹⁾	Complementar/recursos pedagógicos
Escalão 1 do Abono de família	A	100%	30,00€	Até 50,00€	Até 15,00€
Escalão 2 do Abono de família	B	50%	17,50€	Até 25,00€	Até 7,50€

Fonte: site oficial CML. ⁽¹⁾ Viagens de estudo

No ano letivo 2022/23 no âmbito da ação social escolar o número total de alunos do escalão A e escalão B que beneficiam de auxílios económicos ronda os 40% do total, sendo que na educação pré-escolar essa percentagem sobe para os 51% do total de alunos matriculados.

A análise da tabela seguinte relativa aos últimos 3 anos letivos revela um acréscimo do número de alunos a quem foi atribuído auxílio económico, do escalão A e um decréscimo no escalão B. Em 2021/22 registou-se um aumento mais expressivo no que respeita ao número de alunos do 1.º e 3.º CEB abrangidos pelo escalão A, tendo no ano letivo seguinte decrescido para valores ainda assim mais elevados que os registados no ano letivo 2020/21. No que se refere ao ensino secundário, o número de alunos nos cursos científico-humanísticos integrados no escalão A tem vindo a aumentar nos últimos 3 anos, ao contrário do número de alunos do ensino profissional que decresceu neste último ano letivo.

Tabela 57 – Evolução da atribuição de auxílios económicos por nível de ensino

	2020/21			2021/22			2022/23		
	Esc. A	Esc. B	Não tem	Esc. A	Esc. B	Não tem	Esc. A	Esc. B	Não tem
Pré-escolar	64	70	131	68	68	147	80	61	134
Básico	665	605	1578	743	571	1570	731	524	1681
1º CEB	281	263	532	307	229	543	297	203	630
2ºCEB	145	132	353	163	140	363	188	132	370
3ºCEB	234	209	645	270	197	635	239	186	662
Outros EB	5	1	48	3	5	29	7	3	19
Secundário	209	243	870	234	216	836	213	192	886
<i>E. Regular</i>	97	130	536	108	109	490	114	98	543
<i>Profissional</i>	112	113	334	126	107	346	99	94	343
TOTAL	938	918	2579	1045	855	2553	1024	777	2701

Fonte: CML, 2023

No ano letivo 2022/23 a ação social escolar abrangeu 1.801 alunos, dos quais 1.024 do escalão A e 777 do escalão B. Por ciclo de ensino verifica-se que a maioria dos alunos com escalão A ou B frequentavam o 1.º CEB (28%) e o 3.º CEB (243%). A distribuição por agrupamento de escolas revela que o número de alunos com auxílios económicos no AEJD representa 60% do total, o que poderá evidenciar uma comunidade escolar mais desfavorecida.

Tabela 58 – Atribuição de auxílios económicos por nível de ensino e por agrupamento de escolas no ano 2022/23

Agrupamento	Nível de ensino	Alunos com auxílios económicos		
		Escalão A	Escalão B	Não tem
AEJE	Pré-escolar	36	31	73
	1º CEB	150	105	379
	2ºCEB	92	49	167
	3ºCEB	110	78	284
	Secundário	32	40	319
	<i>Ensino Regular</i>	21	32	235
	<i>Profissional</i>	11	8	84
	Subtotal	420	303	1222

Agrupamento	Nível de ensino	Alunos com auxílios económicos		
		Escalão A	Escalão B	Não tem
AEJD	Pré-escolar	44	30	61
	1º CEB	147	98	251
	2ºCEB	96	83	203
	3ºCEB	129	108	378
	<i>PIEF</i>	7	3	19
	Secundário	181	152	567
	<i>Ensino Regular</i>	93	66	308
	<i>Profissional</i>	88	86	259
	subtotal	604	474	1479
TOTAL	1024	777	2701	

Fonte: CML, 2023

4.5.2 Escola a tempo inteiro e outras atividades

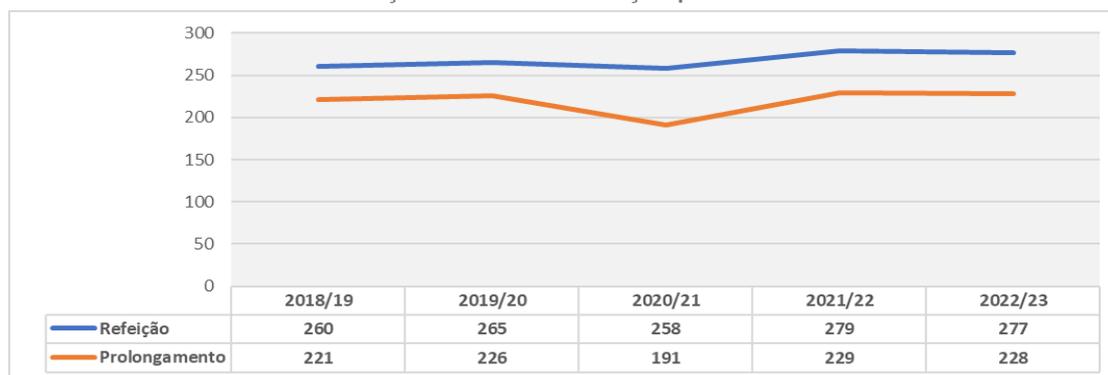
Atividades de Animação e Apoio à Família

As atividades de animação e apoio à família (AAAF), integradas no programa “Escola a tempo inteiro”⁵, são da responsabilidade da CML e abrangem o serviço de refeições e prolongamento de horário, bem como o acompanhamento das crianças nos períodos de interrupção letiva (que correspondem às férias escolares do Natal, Carnaval, Páscoa e mês de julho), funcionando em todos os estabelecimentos com educação pré-escolar públicos, de acordo com os seguintes horários:

- AAAF, em período escolar – das 15h30 às 18h30 (prolongamento);
- AAAF, nas interrupções letivas e mês de julho – das 9h00 às 17h00.

As AAAF funcionam com grupos até 25 crianças, número que poderá vir a ser reduzido sempre que se venha a verificar necessário para a funcionalidade e qualidade do serviço. De acordo com o artigo 7.º do Regulamento dos Serviços de Apoio à Família da Educação Pré-Escolar⁶, o serviço de almoços é participado pelas famílias, nos termos da legislação aplicável e de acordo com o seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família. As AAAF são gratuitas, incluindo um lanche a meio da tarde.

Gráfico 23 – Evolução do número de crianças que beneficiam das AAAF



Fonte: CML, 2023

Analisando a evolução do número de crianças que participam nas AAAF ao longo dos últimos 6 anos letivos, verifica-se uma subida no ano letivo 2021/22 – relacionada com um aumento do número de salas de pré-escolar na rede pública com a abertura do Centro Escolar da Luz – seguida de um ligeiro decréscimo

⁵ Conforme previsto no artigo 39.º do DL 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual.

⁶ Regulamento n.º 659/2019, de 20 de agosto (do Município de Lagos).

no último ano letivo. No geral, a taxa de variação em 2022/23 face a 2018/19 foi de 6,5% no caso dos alunos que beneficiam de refeição e 3,2% no caso dos alunos que beneficiam de prolongamento.

Tabela 59 – N.º de crianças com serviço de prolongamento nos estabelecimentos com pré-escolar na rede pública

		Total de crianças	N.º de crianças c/ prolongamento	Taxa de participação
AEGE	EB de Ameijeira	100	83	83,0%
	EB Sophia de Mello Breyner Andresen	40	32	80,0%
	subtotal	140	115	82,1%
AEJD	EB Centro Escolar da Luz	45	39	86,7%
	EB de Santa Maria	90	74	82,2%
	Subtotal	135	113	83,7%
TOTAL		275	228	82,9%

Fonte: CML, 2023

Tomando como referência o ano letivo 2022/23, verifica-se que a participação das crianças que frequentam as AAAP por agrupamento de escolas varia entre uma média mínima de 80% na EB Sophia de Mello Breyner Andresen, e uma média máxima de 86,7% na EB Centro Escolar da Luz.

Componente de apoio à família

A componente de apoio à família, integrada no programa “Escola a tempo inteiro”, é assegurada nas escolas através do acolhimento dos alunos do 1.º CEB antes e depois da componente letiva e das atividades de enriquecimento curricular, mediante as necessidades dos alunos e das famílias.

Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1.º ciclo (AEC)

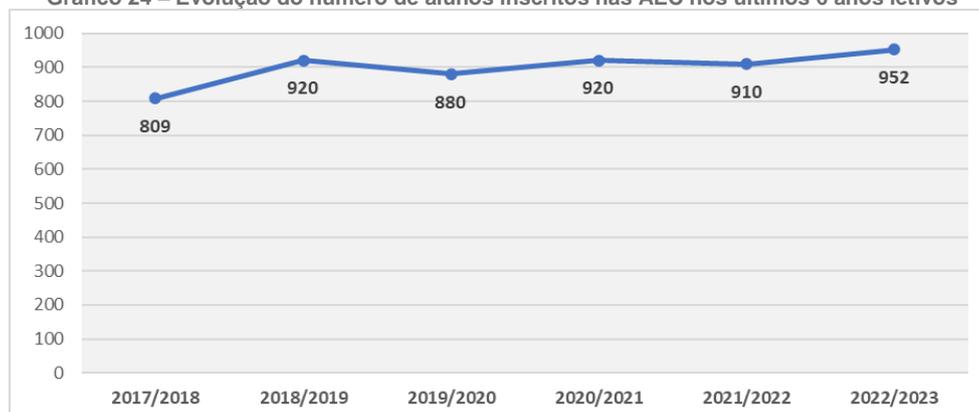
De acordo com a legislação, as escolas do 1.º CEB devem proporcionar aos alunos atividades de enriquecimento do currículo de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.

No município de Lagos estas atividades são desenvolvidas pelo Município de Lagos em parceria com entidades/associações locais e clubes desportivos de Lagos.

No ano letivo 2022/23, frequentaram as AEC, 952 crianças inscritas no 1.º CEB da rede pública do município de Lagos o que significou uma taxa de participação de cerca de 85%, o que face ao ano letivo anterior representou um ligeiro decréscimo de -1,9 pontos percentuais.

Apresenta-se de seguida a evolução do número de alunos inscritos nas atividades promovidas pelo município nos últimos cinco anos. Verifica-se um aumento mais expressivo no ano letivo 2018/19, seguido por decréscimos e acréscimos até ao presente ano letivo, sendo que no geral o número de alunos inscritos nas AEC cresceu 17,7% no período 2017/18 - 2022/23.

Gráfico 24 – Evolução do número de alunos inscritos nas AEC nos últimos 6 anos letivos



Fonte: CML, 2023

De acordo com informação disponibilizada pelo Município, as atividades pedagógicas e complementares, oferecidas nas escolas básicas são as que constam da tabela seguinte.

Tabela 60 – Atividades pedagógicas e complementares nas escolas do município

Atividade	Periodicidade	Local onde se desenrola a atividade	Quem Suporta os Custos
Atividade Física e Desportiva	1 a 3 vezes por semana	Escola Básica	Autarquia
Música	1 a 3 vezes por semana	Escola Básica	Autarquia
Expressões	1 a 3 vezes por semana	Escola Básica	Autarquia
Ciências Experimentais	1 a 3 vezes por semana	Escola Básica	Autarquia
Zumba	1 a 3 vezes por semana	Escola Básica	Autarquia
Yoga	1 a 3 vezes por semana	Escola Básica	Autarquia
Meditação	1 a 3 vezes por semana	Escola Básica	Autarquia
Xadrez	1 a 3 vezes por semana	Escola Básica	Autarquia

Fonte: CML, 2023

Unidade de Apoio ao Alto Rendimento Escolar (UAARE)

O AEJD integra o programa de apoio UAARE aos alunos-atletas abrangidos pela Portaria n.º 275/2019, de 27 de agosto, que visa uma articulação eficaz entre os agrupamentos de escolas, os encarregados de educação, as federações desportivas e seus agentes e os municípios, entre outros interessados, **tendo por objetivo conciliar, com sucesso, a atividade escolar com a prática desportiva de alunos/atletas do ensino secundário** enquadrados no regime de alto rendimento, seleções nacionais ou de elevado potencial desportivo.

No âmbito deste programa, desde 2022/23 estão a ser apoiados 26 alunos que são atletas em 4 clubes/associações desportivas e 4 modalidades distintas: andebol, patinagem de velocidade, ginástica de trampolins e dança.

4.5.3 Transportes escolares

O modo como os equipamentos educativos de Lagos se inserem no território municipal originam dinâmicas espaciais decorrentes do seu funcionamento que têm influência na mobilidade dos alunos.

Os estabelecimentos educativos do município localizam-se em aglomerados urbanos, concentrando-se grande parte deles na Cidade de Lagos, especialmente no que respeita aos níveis de ensino do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário.

O transporte escolar consiste no serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário, de modo a assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva.

De acordo com a legislação vigente⁷, as autarquias elaboram um **plano de transporte escolar** – um instrumento de planeamento municipal da oferta do serviço de transporte escolar, numa ótica de planeamento coordenado, devendo conjugar e complementar a rede de transportes públicos – salvaguardado a possibilidade de constituir um instrumento de nível intermunicipal quando existam estabelecimentos de ensino que sirvam vários concelhos.

⁷ Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual.

O serviço de transporte escolar deve basear-se nos seguintes princípios:

- Gratuitidade para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3km do estabelecimento de ensino que frequentam;
- Gratuitidade para os alunos com dificuldades de locomoção que beneficiem de medidas ao abrigo da educação inclusiva, independentemente da distância da sua residência ao estabelecimento de ensino que frequentam, sempre que a sua condição o exija;
- Inelegibilidade para os benefícios previstos nos pontos anteriores dos alunos que se matriculem contrariando as normas estabelecidas de encaminhamento de matrículas.

No município de Lagos é garantido o transporte escolar a todos os alunos que frequentam o Ensino Básico e Secundário nos estabelecimentos de ensino do Concelho, cuja distância casa/ escola seja superior a 3 km e que cumpram as normas emanadas pelo Ministério da Educação respeitantes ao processo de matrícula e seu encaminhamento. São ainda participados os passes escolares dos alunos que estudam em estabelecimentos de ensino fora do concelho – sobretudo nos concelhos de Portimão e Lagoa –, desde que, comprovadamente, justifiquem a necessidade do mesmo, confirmando a não existência da oferta formativa pretendida nos estabelecimentos de ensino do concelho ou a inexistência de vaga no curso pretendido.

Para assegurar o transporte escolar o Município recorre a veículos camarários (sobretudo no transporte de alunos do 1.º CEB e nas situações de inexistência de carreiras públicas ao local de residência dos alunos que possibilite o cumprimento dos horários de entrada em aulas e/ou em função da particularização da mobilidade do aluno) e, primeiramente, as carreiras de transporte público coletivo de passageiros d’A Onda (contratualizada à empresa Translagos), e as carreiras públicas da VAMUS – Transportes do Algarve, a cargo do operador VIZUR – Transportes Unipessoal Lda. que efetuam o transporte escolar dos restantes alunos do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e do secundário.

Por outro lado, os estudantes que frequentam cursos de nível secundário que não são ministrados no concelho de Lagos utilizam as carreiras da VAMUS (concessionado pela Associação de Municípios do Algarve) e Caminhos de Ferro Portugueses (CP) que criaram o tarifário estudante, beneficiando de um desconto de 50% do tarifário normal.

Os alunos abrangidos pelo transporte em viaturas do município são igualmente identificados pelos Agrupamentos de Escolas através da plataforma SIGA (Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem) e os serviços municipais estabelecem os circuitos operativos necessários ao transporte escolar destes alunos, considerando os meios existentes, os horários escolares e os locais de residência dos alunos.

O transporte escolar de alunos com mobilidade reduzida é feito com recurso a veículos especiais pertencentes a IPSS do concelho com quem o Município estabelece parcerias para o efeito.

De referir ainda que todos os alunos residentes no concelho, até aos 18 anos, ficam isentos de pagamento do passe mensal.

Tabela 61 – Evolução do número de alunos com transporte escolar no 1.º CEB em veículos camarários

Equipamento		2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
AE Gil Eanes	EB de Ameijeira	0	0	0	0	0	0
	EB Sophia de M.B.A.	18	27	31	25	20	21
	EB de Bensafrim	4	5	5	3	11	13
	EB de Chinicato	3	9	13	9	11	33
	EB de Odiáxere	8	8	7	2	3	5
AE Júlio Dantas	EB de Espiche	9	10	3	5	0	0
	EB de Santa Maria	2	4	1	4	1	2
	EB n.º 1 de Lagos	0	0	0	3	2	3
	EB Centro Escolar da Luz	0	1	3	5	18	34
Total		44	64	63	56	66	111

Fonte: Dados da CML 2023

Analisando a tabela anterior relativa à evolução dos alunos do 1.º CEB com transporte escolar em veículos camarários nos últimos 6 anos, verifica-se um crescimento sucessivo do número de alunos – com exceção do ano letivo 2020/21, o que pode ser explicado pela pandemia de Covid19.

A tabela seguinte apresenta a tipologia de operador que assegura o transporte escolar no município de Lagos e o número de alunos transportados.

Tabela 62 – Tipologia de operador e número de alunos transportados por escola (2022/23)

Equipamento		Operador	N.º de alunos transportados
1.º CEB	EB de Ameijeira	sem transporte escolar	-
	EB Sophia de M.B.A.	circuito especial em viatura municipal	21
	EB de Bensafrim	circuito especial em viatura municipal	13
	EB de Chinicato	circuito especial em viatura municipal	33
	EB de Odiáxere	circuito especial em viatura municipal	5
	EB de Santa Maria	circuito especial em viatura municipal	2
	EB n.º 1 de Lagos	circuito especial em viatura municipal	3
	EB Centro Escolar da Luz	circuito especial em viatura municipal	34
Subtotal			111
2.º e 3.º CEB e Secundário (Lagos)	EB Tecnopolis	transporte coletivo de passageiros e circuitos especiais	404
	EB das Naus	transporte coletivo de passageiros e circuitos especiais	418
	ES Gil Eanes	transporte coletivo de passageiros e circuitos especiais	276
	ES Júlio Dantas	transporte coletivo de passageiros e circuitos especiais	292
Subtotal			1390
3.º CEB e Secundário (Portimão)	Manuel Teixeira Gomes	transporte coletivo de passageiros	3
	Bemposta	transporte coletivo de passageiros	4
	Poeta António Aleixo	transporte coletivo de passageiros	1
Subtotal			8
Total			1.509

Fonte: CML, 2023

A contabilização dos custos com o transporte escolar torna-se difícil uma vez que não são contabilizados os custos definidos em contrato e que importam em termos de previsão de investimento. No entanto, com base no transporte em carreiras de transporte público permite associar os custos aos tarifários e quantificação de alunos transportados.

Tabela 63 – Custos apurados com os transportes escolares por escola do 2.º e 3.º CEB e secundário (2022/23)

Equipamento		Operador	N.º de alunos transportados	Custo anual
2.º e 3.º CEB e Secundário (Lagos)	EB Tecnopolis	Concessão urbana Onda e Circuitos Especiais	404	-
	EB das Naus	Concessão urbana Onda e Circuitos Especiais	418	-
	ES Gil Eanes	Concessão urbana Onda e Circuitos Especiais	276	-
	ES Júlio Dantas	Concessão urbana Onda e Circuitos Especiais	292	-
Subtotal			1390	(*)
3.º CEB e Secundário (Portimão)	Manuel Teixeira Gomes	Vizur	3	-
	Bemposta	Vizur	4	-
	Poeta António Aleixo	Vizur	1	-
Subtotal			8	6.756,00€

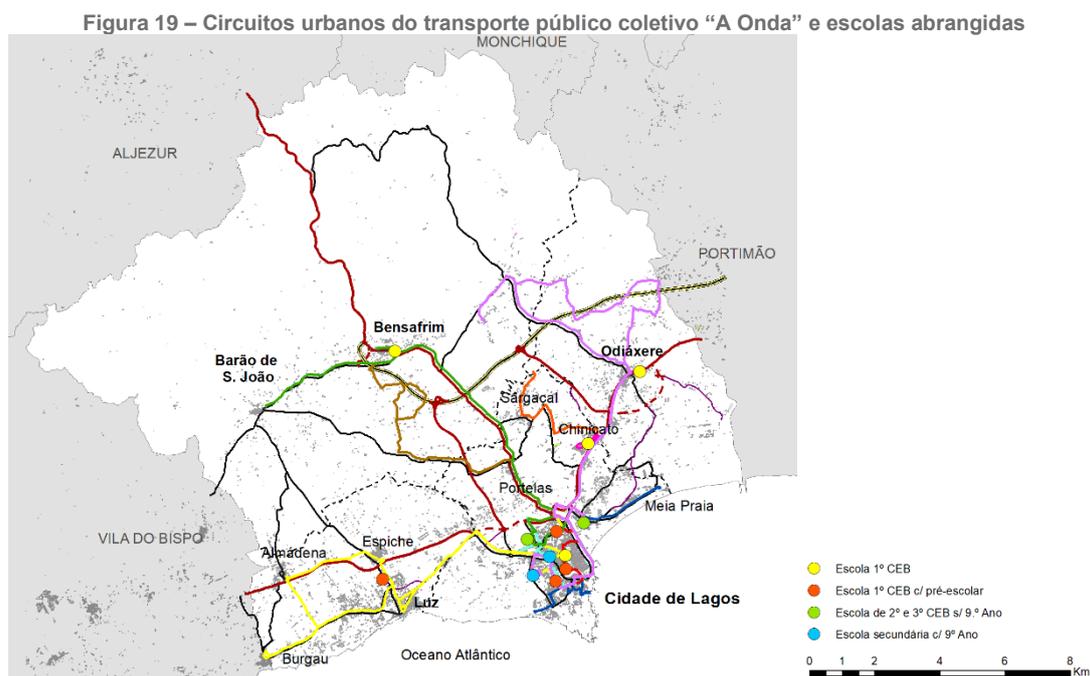
Total	1398
--------------	-------------

(*) No contexto da contratação dos serviços d'A Onda pela CMLagos e dado que o contrato é pago ao km, não foi possível aferir o custo específico relativo aos passes estudante.

Fonte: CML, 2023

O transporte de alunos para estabelecimentos fora do município de Lagos é residual, registando valores superiores a 6 mil euros anuais, uma vez que se trata de apenas 8 alunos transportados no ano letivo 2022/23. Refira-se, por outro lado, que os custos do transporte escolar em veículos da Câmara Municipal, não se encontram aqui refletidos atendendo a que os mesmos partilham outros serviços municipais.

Relativamente à distribuição territorial dos circuitos urbanos do transporte público coletivo “A Onda”, verifica-se uma melhoria significativa em termos de adequação dos horários das carreiras em relação aos horários escolares, devido à colocação em funcionamento de carreiras públicas específicas, em todas as escolas de 2.º e 3.º CEB e secundárias do município, no primeiro horário da manhã e nos últimos da tarde, tendo sido consideradas carreiras nos horários intercalares, inclusive nos períodos de almoço.



Fonte: CML

Tabela 64 – Distâncias e tempos utilizados nos percursos em carreira pública (2022/23)

Itinerário / Localidades	Distância em km	Tempo de transporte (aproximadamente)
Meia Praia / Lagos / Meia Praia - Linha 2	15	28 minutos
Odiáxere / Chinicato / Lagos / Odiáxere - Linha 3	20	30 minutos
Almádena / Espiche / Luz / Lagos / Almádena - Linha 4	23	48 minutos
Montes Juntos / Sargaçal / Lagos / Montes Juntos - Linha 5	14	25 minutos
Barão de São João / Bensafrim / Lagos / Barão de São João - Linha 6	22	40 minutos
Bensafrim / Colégio / Lagos / Bensafrim - Linha 7	18	25 minutos
Cotifo / Odiáxere / Lagos / Cotifo - Linha 8	19	47 minutos

Fonte: CML

4.6. Serviços de Psicologia e Orientação

Os serviços de psicologia e orientação previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo desde 1991 são prestados nas escolas por psicólogos disponibilizados pela CML, no caso dos estabelecimentos de

educação pré-escolar e 1.º CEB, e pelo Ministério da Educação/Direção de Serviços da Região do Algarve nos 2.º e 3.º CEB e ensino secundário.

Segundo a informação disponibilizada pela autarquia, “a área de Psicologia e Psicopedagogia no 1.º CEB, é desenvolvida em estreita colaboração com os Órgãos de Gestão dos Agrupamentos de Escolas, professores, encarregados de educação, pais, outros agentes formativos e profissionais, e serviços da comunidade, de forma a intervir nas problemáticas das crianças, que apresentem dificuldades de aprendizagem, problemas cognitivos, comportamentais e/ou emocionais (afetivo-relacionais)”.

Este serviço tem como objetivo geral, otimizar o processo de aprendizagem e facilitar o desenvolvimento global das crianças do 1.º CEB dos agrupamentos de escolas do concelho de Lagos, onde se realizam:

- Avaliações / acompanhamento psicológico e psicopedagógico aos alunos;
- Atendimento / apoio a encarregados de educação/pais/tutores;
- Avaliação, análise e acompanhamento de situações de alunos com Necessidades Educativas Especiais, trabalho em parceria com Equipas de Apoio Educativo Especializado dos Agrupamentos.

No que respeita aos alunos do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário, têm à sua disposição psicólogos designados para os agrupamentos de escolas em articulação com a DGEstE - DSRAI, que desenvolvem a sua intervenção de acordo com os respetivos planos anuais de atividades aprovados. Têm como missão principal acompanhar e orientar os estudantes ao longo do seu percurso escolar, avaliando as suas capacidades e competências e contribuindo para a identificação dos seus interesses e aptidões que lhes permita construir o próprio projeto de vida, designadamente:

- Contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade pessoal;
- Apoiar os alunos no seu processo de aprendizagem e de integração na comunidade;
- Prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica, no contexto das atividades educativas, tendo em vista o sucesso escolar, a efetiva igualdade de oportunidades e a adequação das respostas educativas;
- Assegurar na colaboração com outros serviços, a avaliação de alunos com necessidades educativas especiais, a avaliação da situação e o estudo das intervenções adequadas;
- Promover atividades específicas de informação, aconselhamento e orientação escolar e profissional.

Relativamente ao grau de cobertura dos serviços face às necessidades verificadas, de uma forma geral nos estabelecimentos de pré-escolar e/ou 1.º CEB é avaliado como sendo aceitável, sendo que a nível dos 2.º e 3.º CEB e ensino secundário, a cobertura é considerada boa.

No que diz respeito à caracterização da intervenção do SPO, segundo os agrupamentos de escolas de Lagos a maioria das atividades desenvolvidas no ano letivo 2021/22 foram realizadas no domínio do apoio psicopedagógico. O principal público-alvo da intervenção do SPO são os alunos. No ano letivo 2021/22, em média, 85% do total dos alunos do AEJD foram abrangidos pelas atividades do SPO. Já no AEJE, apenas 30%, em média, do total dos alunos foram abrangidos.

4.7. Os projetos educativos

De acordo com a legislação em vigor, o Projeto Educativo constitui o documento que consagra a orientação educativa da unidade orgânica, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a unidade orgânica se propõe cumprir a sua função educativa.

Os dois agrupamentos de escolas da rede pública têm o respetivo projeto educativo implementado com objetivos específicos que visam de uma forma geral contribuir para uma escola inclusiva e integrada na comunidade, combatendo o insucesso e o abandono escolar.

No **Projeto Educativo do AE Júlio Dantas 2022-2025** reforça e dá continuidade às quatro áreas de intervenção definidas no projeto educativo 2014-2017, para as quais foram delineadas prioridades, objetivos, metas e estratégias, a saber:

- I. Planeamento e Organização da Ação Educativa;
- II. Sucesso Escolar e Educativo;
- III. Relação escola comunidade;
- IV. Higiene, segurança e gestão de recursos.

No que diz respeito ao Plano de Inovação 2022/23, o AEJD propõe-se implementar quatro grupos de Percursos Curriculares Alternativos (6.º e 7.º anos na EB Tecnopolis e 8.º e 9.º anos na ES Júlio Dantas) no âmbito do princípio da autonomia e flexibilidade.

Os objetivos gerais a atingir são os seguintes:

1. Envolver os alunos no processo ensino/aprendizagem, tornando-os corresponsáveis pela qualidade do seu próprio sucesso;
2. Envolver os pais e encarregados de educação, comprometendo-os no processo educativo/formativo dos filhos/educandos, para que atinjam o perfil do aluno legalmente instituído;
3. Envolver e responsabilizar os alunos e os pais e encarregados de educação no cumprimento do dever de assiduidade;
4. Valorizar e promover a divulgação das atividades e projetos desenvolvidos na escola;
5. Melhorar o ambiente de escola, reduzindo o número de ocorrências disciplinares dentro e fora da sala aula;
6. Capacitar os docentes para responder aos novos desafios que hoje se colocam ao mundo educativo;
7. Promover, junto dos alunos e famílias, a compreensão da importância da educação escolar, enquanto condição necessária para garantir uma cidadania de pleno direito e alicerçar projetos de vida com mais qualidade e ambição;
8. Garantir aprendizagens significativas, inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e nas Aprendizagens Essenciais das diferentes disciplinas;
9. Alterar paradigmas no âmbito do papel dos diferentes intervenientes na Ação Educativa, valorizando a prática colaborativa, em equipas educativas, potenciadores da centralidade da ação educativa no aluno.

Por sua vez, o **Projeto Educativo do AE Gil Eanes (2022-2025)** adota a visão “Incluir, partilhar e inovar para um agrupamento de sucesso” e tem como missão “*Promover o sucesso de todos os alunos independentemente das suas diferenças individuais, melhorando o nível de eficiência e eficácia no processo de ensino-aprendizagem, num ambiente de partilha, inovação e sustentabilidade*”. Este projeto educativo assenta nos seguintes valores:

Cultura de escola – orientar a intervenção educativa num quadro de promoção de direitos e deveres de toda a comunidade educativa, contribuindo para uma identificação do agrupamento como “NOSSO”, formando cidadãos participantes e capazes de respeito, cooperação e tolerância;

Respeito pela diferença – somos todos capazes de aprender, mas alguns de nós aprendem de maneira diferente;

Excelência – exigência, qualidade, diversidade.

Do Plano de Inovação do AEGE para os próximos 4 anos (em fase de aprovação) importa destacar os objetivos e necessidades a que pretende responder no Ensino Básico e Secundário:

1. **Continuar a** melhorar as aprendizagens dos alunos;
2. **Continuar a** promover a cultura de trabalho colaborativo e interdisciplinar;
3. Aperfeiçoar a mecânica de avaliação formativa favorecedora das aprendizagens;
4. Desenvolver com resultados mais precisos o pensamento crítico e criativo dos alunos;
5. Continuar a fomentar a inclusão e a aceitação da diversidade;
6. Favorecer a transição tranquila dos alunos do pré-escolar para o 1º Ciclo;

7. Reduzir o insucesso escolar a nível do 10º ano, no que respeita a desistência por escolha errada de área de estudos;
8. Desenvolver a proficiência dos alunos em ambiente digital;
9. Estabelecer ligações afetivas e de conhecimento entre os alunos e o espaço da comunidade.

Quanto ao grau de alcance dos objetivos definidos nos projetos educativos, as escolas classificam-no como médio a elevado. De referir que a apreciação dos projetos educativos é também uma competência do Conselho Municipal da Educação.

4.8. Os projetos municipais mais relevantes na área de educação

Neste contexto, para além das ofertas dirigidas às crianças do Pré-Escolar (no âmbito das atividades de animação e apoio à família) e aos alunos do 1.º CEB (no âmbito das AEC), de acordo com o DL n.º 21/2019 de 30 de janeiro, o Município promove um conjunto de programas e ações que complementam a ação educativa, mobilizando vários serviços da autarquia e instituições do concelho, bem como reforçando a parceria com os agrupamentos de escolas.

Programa “Viver o Verão” - projeto desenvolvido no período de interrupção letiva nos meses de julho e agosto. Tem como principal objetivo a ocupação de tempos livres de crianças e jovens, crianças dos 6 aos 15 anos, que participam em atividades desenvolvidas pela Autarquia, em parceria com os clubes desportivos e associações culturais locais, e jovens dos 16 aos 25 anos, que desenvolvem atividades em regime de semi-voluntariado, em vários serviços da autarquia, nomeadamente: no Serviço de Desporto e Juventude, no apoio às crianças inscritas neste programa; e no Serviço de Promoção Ambiental, no desenvolvimento de atividades de educação ambiental nas praias no âmbito do Programa Bandeira Azul.

Projeto “Aprender a Crescer com Segurança” – o Município de Lagos em parceria com a P.S.P. (Escola Segura), G.N.R. (Escola Segura), Direção Regional de Educação (Promoção e Educação para a Saúde), Centro de Saúde de Lagos (Saúde Escolar), Proteção Civil e Bombeiros Voluntários de Lagos têm vindo a desenvolver, desde o ano letivo 2004/2005, este Projeto com o objetivo de promover comportamentos responsáveis e ao mesmo tempo adequados ao exercício da cidadania (escola/comunidade). O Projeto está estruturado com diversas atividades distribuídas de acordo com o ano de escolaridade, desde o pré-escolar ao 4.º ano do 1.º CEB.

Projeto “Casa do Jardim – Escola Ciência Viva de Lagos - iniciado no ano letivo 2018/2019, através da celebração de um protocolo entre a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o Centro de Ciência Viva de Lagos e o Município de Lagos, tem por objetivo permitir uma abordagem não formal de temas de ciência e tecnologia, onde a experimentação é dominante, suportada por uma prática de aprendizagem por inquérito - metodologia IBL (*Inquiry-Based Learning*). Este projeto destina-se principalmente aos alunos dos últimos anos do 1.º CEB, garantindo assim a maturidade e o desenvolvimento ao nível das *STEM* (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), permitindo a substituição da sala de aula tradicional – ensino formal, para um espaço diferente e promotor do ensino informal. Para tal, o Município assegura o transporte para a Casa do Jardim e a refeição escolar de todas as turmas dos 3º e 4º anos do concelho, que durante uma semana completa, e de modo alternado ao longo do ano letivo.

No âmbito do **Desporto Escolar**, para além das modalidades habituais, desde atletismo a futebol, no município de Lagos existem também modalidades específicas através dos Centros de Formação Desportiva do Desporto Escolar (CFDDE) dos Agrupamentos de Escolas, como o “*Surf e Stand Up Paddle*”, no CFDDE do AEGE e a “*Vela*”, no CFDDE do AEJD, em que a colaboração do município consiste essencialmente no apoio ao transporte dos alunos para a prática das atividades. Paralelamente, o município promove outros programas de atividades lúdico/desportivas designadamente:

Programa “Crescer em Movimento” – projeto dinamizado pela Câmara Municipal, sob coordenação pedagógica de cada um dos Agrupamentos de Escolas e implementação articulada entre os Técnicos de Educação Física e as Educadoras de Infância, tendo como objetivo proporcionar às crianças que frequentam a educação pré-escolar da rede pública a prática regular de atividades motoras, que promovam o seu desenvolvimento integral e lhes inculquem desde cedo hábitos de vida saudável. O “Crescer em Movimento” abrange uma população infantil com idades

compreendidas entre os 3 e os 5 anos, que têm assim a oportunidade de praticar uma ou duas horas semanais de atividade física orientada. Nas aulas de educação física deste projeto, estão incluídas atividades de adaptação ao meio aquático, de sensibilização à alimentação saudável e encontros intergeracionais;

Patinagem - seis turmas do 4.º ano (três de cada AE) têm a oportunidade de receber aulas de patinagem, uma das aprendizagens apontadas no Programa Nacional de Educação Física. Estas aulas são desenvolvidas nos espaços desportivos das escolas;

Adaptação ao Meio Aquático – garante a todos os alunos do 1.º CEB as aprendizagens apontadas no Programa Nacional de Educação Física, na área da natação. Estas aulas são desenvolvidas nas Piscinas Municipais de Lagos e os técnicos de natação são professores da empresa municipal Lagos em Forma;

Projeto “Pé no Pedal” - Projeto dinamizado junto dos alunos do pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º CEB, para promover o uso da bicicleta de forma continuada e segura, sensibilizando, simultaneamente, a comunidade escolar para a adoção de padrões e práticas de mobilidade mais sustentáveis e saudáveis. O projeto é implementado em parceria com a Federação Portuguesa de Ciclismo e os agrupamentos de escolas do concelho. O “Pé no Pedal” está enquadrado em plano de atividades da Câmara Municipal no eixo estratégico “Lagos mais Solidário, Seguro e Saudável” e no objetivo de “Reforçar o apoio à Educação, Juventude e Desporto”, designadamente diversificando as atividades de âmbito curricular e extra-curricular.

Mais recentemente o Município de Lagos assinou um protocolo de colaboração com o Plano Nacional das Artes (PNA) promovendo a cooperação entre as entidades no que diz respeito ao desenvolvimento de um conjunto de ações no âmbito da cultura, da capacitação, da educação, do património e de acesso às artes.

[página propositadamente deixada em branco]

5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ATUAL E POTENCIAL

A rede educativa caracteriza-se pelo seu dinamismo, ou seja, por um lado necessita de adaptar a sua oferta aos normativos de política nacional e por outro lado às necessidades recorrentes da procura de novos públicos o que implica um processo de ajustamento constante. É neste sentido que importa caracterizar a evolução da procura de educação e formação no concelho de Lagos nos últimos 5 anos letivos e também as implicações das dinâmicas demográficas futuras nessa procura.

Em seguida procurar-se-á fazer uma análise retrospectiva e ao mesmo tempo prospetiva da procura de educação e formação no concelho de Lagos, através da análise da situação atual, evolução dos alunos matriculados por nível de ensino e modalidade e as aparentes tendências de evolução futura tendo por base as dinâmicas demográficas para os grupos etários em idade escolar. Esta análise focar-se-á no período compreendido entre os anos letivos 2017/18 e 2022/23 e englobará os diversos níveis e modalidades de ensino.

5.1. Educação Pré-escolar

Considerada como a “1.ª etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida”, a educação pré-escolar destina-se às crianças entre os 3 anos e a entrada na escolaridade obrigatória tal como está definido na Lei-Quadro (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro).

Com a publicação da lei n.º 65/2015, de 3 de julho consagra-se a universalização da educação pré-escolar para crianças a partir dos 4 anos de idade, sendo que a garantia de uma rede de educação pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas em regime de gratuidade da componente educativa compete ao Estado.

No entanto, e apesar da educação pré-escolar se destinar apenas a crianças a partir dos 3 anos, não abrangendo a educação em creche, considera-se que esta é um direito, de acordo com a Recomendação do Conselho Nacional de Educação. Neste sentido, a existência de uma rede particular e cooperativa e de uma rede solidária com oferta de creche pode entender-se como complementar à rede pública. Aliás a Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho, introduziu uma nova fase de apoio à gratuidade da frequência das creches e creches familiares, inseridas no sistema de cooperação e de amas integradas no Instituto de Segurança Social, I. P., já determinada com a Lei n.º 2/2022. Beneficiam desta medida da gratuidade todas as crianças nascidas antes de 01 de setembro de 2021, abrangidas pelos 1.º e 2.º escalões de rendimentos da comparticipação familiar, nas creches da rede social e solidária e a todas as crianças nascidas a partir de 01 de setembro de 2021, inclusive, que frequentem as respostas sociais, Creches, Creches Familiares, da rede solidária, bem como amas da Segurança Social. Com a Portaria n.º 305/2022, de 22 de dezembro, a partir do dia 1 de janeiro de 2023 a medida da rede de creches gratuitas alarga-se ao setor privado. Assim, a partir de 1 de janeiro de 2023, na falta de oferta de vagas gratuitas em creches de rede solidária, as famílias poderão pedir o apoio da gratuidade, caso inscrevam as suas crianças em creches aderentes ativas da rede lucrativa. Esta gratuidade vai acompanhar a criança durante os anos em que frequenta a creche e inclui todas as despesas com as atividades e serviços habitualmente prestados.

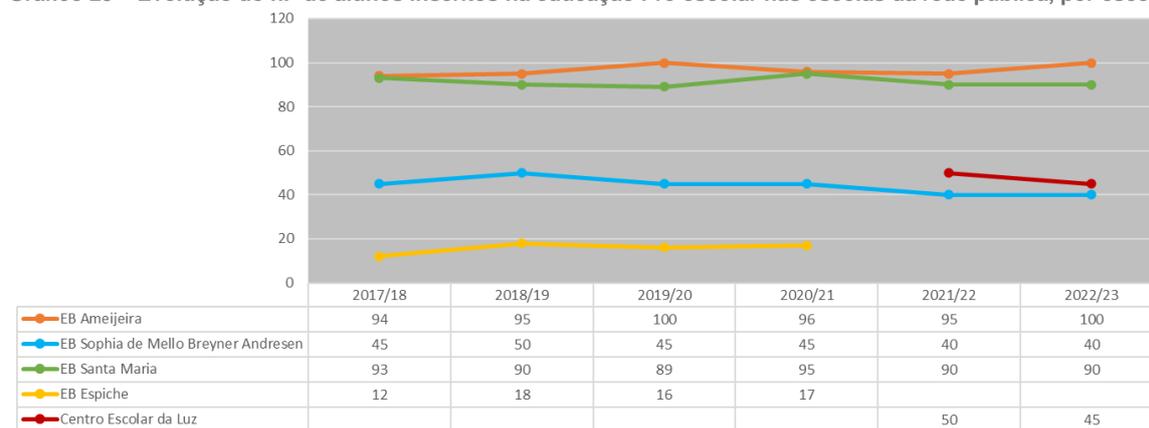
Tal como já foi referido no capítulo 4, no município de Lagos existem atualmente 14 estabelecimentos de educação pré-escolar, dos quais 4 pertencem à rede pública – JI Ameijeira, JI Sophia de Mello Breyner Andresen, JI Santa Maria e Centro Escolar da Luz -, 7 à rede solidária – 5 Jardins de Infância do CASLAS (Santo Amaro, S. João, Bensafrim, Chinicato e Luz), o Centro Infantil de Odiáxere (Santa Casa da Misericórdia) e o Jardim de Infância Waldorf Internacional – Bensafrim (Infância Viva), e 3 à rede particular e cooperativa – o Colégio Bambino, o Externato Jardim Infantil da Torraltinha, e o Colégio Luz de S. Gonçalo.

A distribuição geográfica destes Jardins de Infância cobre todas as freguesias, sendo que a freguesia de São Gonçalo de Lagos possui 3 estabelecimentos da rede pública, 3 da rede solidária e 2 da rede particular e cooperativa, a freguesia da Luz tem 1 jardim-de-infância da rede pública, 1 da rede solidária

e 1 da rede particular e cooperativa, a freguesia de Barão de São João e Bensafrim possui dois estabelecimento da rede solidária e apenas existe 1 estabelecimento localizado na freguesia de Odiáxere.

Entre os anos letivos 2017/18 e 2022/23, a evolução do número de alunos matriculados na educação pré-escolar na rede pública não tem sido uniforme. Tal como é possível observar no gráfico seguinte o número total de alunos matriculados sofreu um ligeiro decréscimo do ano letivo 2018/19 para 2019/20 seguido de um acréscimo mais elevado em 2021/22 que coincidiu com a abertura da EB Centro Escolar da Luz.

Gráfico 25 – Evolução do n.º de alunos inscritos na educação Pré-escolar nas escolas da rede pública, por escola



Fonte: DGEstE – DSRAIg

Fazendo uma análise por escola, verifica-se que, em 2022/23, a EB Sophia de Mello Breyner Andresen é aquela que tem menos crianças inscritas, representando 14,5% do total de crianças a frequentar o pré-escolar da rede pública de Lagos, seguida da EB Centro Escolar da Luz com um peso de 16,4%. A EB de Ameijeira e a EB de Santa Maria em conjunto integram um total de 190 crianças, ou seja, a grande maioria (69%) da população da educação pré-escolar da rede pública.

Juntando o número de crianças inscritas na educação pré-escolar da rede solidária, particular e cooperativa ao total da rede pública verificamos que, no ano letivo 2022/23 frequentavam o pré-escolar no concelho de Lagos 903 crianças, ou seja, mais 52 crianças que no ano letivo anterior e mais 93 face ao ano letivo 2020/21. O total de crianças que integram a rede solidária representava, em 2022/23 46,3% do total de crianças a frequentar este nível de educação no concelho de Lagos, sendo que a rede pública representava cerca de 30,5%.

No quadro seguinte é apresentada a evolução do número de alunos matriculados na educação pré-escolar na rede pública, na rede solidária e na rede particular e cooperativa, assim como o número de crianças integradas nas creches e berçários da rede solidária, particular e cooperativa nos últimos 3 anos letivos.

Tabela 65 – Evolução do n.º de alunos inscritos em Lagos, por escola e nível de educação, nos últimos 3 anos letivos

Estabelecimento	2020/21			2021/22			2022/23		
	Berçário	Creche	Jl	Berçário	Creche	Jl	Berçário	Creche	Jl
EB de Ameijeira	-	-	96	-	-	95	-	-	100
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	-	-	45	-	-	40	-	-	40
EB de Santa Maria	-	-	95	-	-	90	-	-	90
EB de Espiche	-	-	17	-	-	-	-	-	-
EB Centro Escolar da Luz	-	-	-	-	-	50	-	-	45
Total Rede Pública	-	-	253	-	-	275	-	-	275
Centro Infantil de Bensafrim – pré-escolar	10	48	50	10	48	50	10	48	50
Centro Infantil da Luz	10	17	49	10	16	48	10	16	49
Centro Infantil de Santo Amaro	10	46	75	10	46	75	10	46	75
Centro Infantil de São João	10	35	75	10	35	75	10	35	75

Estabelecimento	2020/21			2021/22			2022/23		
	Berçário	Creche	Jl	Berçário	Creche	Jl	Berçário	Creche	Jl
Centro Infantil do Chinicato	10	18	50	10	18	50	10	18	50
Centro Infantil de Odiáxere (SCM)	15	58	71	23	60	73	23	65	75
Jl Waldorf Internacional - Bensafrim	-	-	44	-	-	44	-	-	44
Total rede solidária	65	222	414	73	223	415	73	228	418
Colégio Bambino	2	27	45	4	29	51	8	34	70
Externato Jl da Torralinha	-	-	28	-	-	36	-	-	65
Colégio Luz de S. Gonçalo	8	44	70	13	42	74	17	54	75
Total rede particular e cooperativa	10	71	143	17	71	161	25	88	210
TOTAL	75	293	810	90	294	851	98	316	903

Fontes: DGEstE – DSRAlg e CML

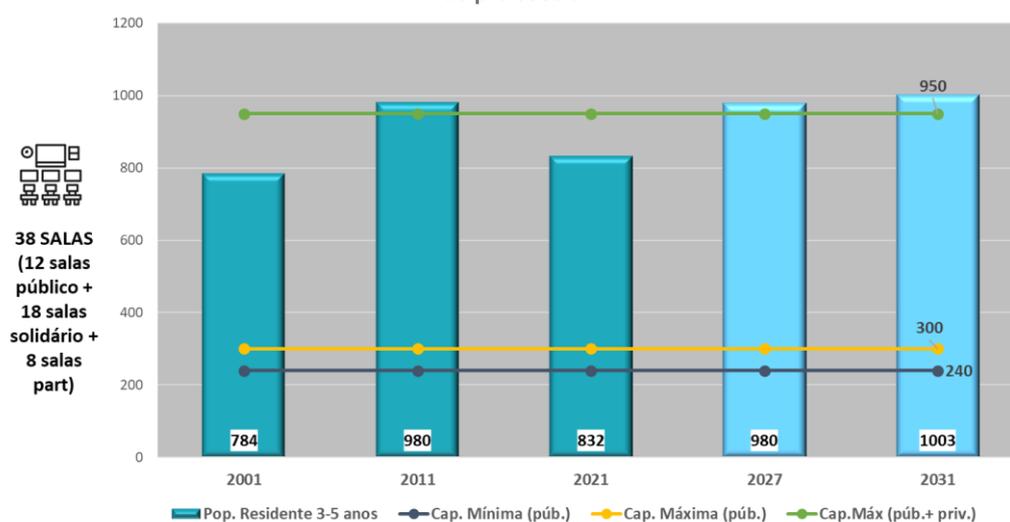
Análise prospetiva da procura do ensino pré-escolar na rede pública

Apesar de marcada por oscilações decrescentes a evolução do número de crianças que frequentam o pré-escolar, na rede pública no concelho de Lagos, tem tido uma evolução positiva, ao longo dos últimos 5 anos letivos, sobretudo se juntarmos a complementaridade da rede solidária e da rede particular e cooperativa.

Aliás esta evolução positiva é igualmente refletida na evolução crescente da taxa bruta de pré-escolarização que, no ano letivo 2020/21, atingiu os 100,5%.

De acordo com as projeções demográficas realizadas para a população residente com idade para frequentar a educação pré-escolar (entre os 3 e os 5 anos) a tendência é de acréscimo em 2027 e 2031 face a 2021. Também as projeções demográficas realizadas para a população residente entre os 0 e os 2 anos revelam uma tendência de crescimento, sendo que em 2027 se estima que venham a existir mais 171 crianças desta faixa etária, comparativamente a 2021.

Figura 20 – Evolução da população residente em Lagos por grupo etário 3-5 anos e capacidade dos estabelecimentos do pré-escolar



Fonte: INE, Censos. Cálculos da equipa do estudo

Esta previsão de acréscimo da população residente entre os 3 e os 5 anos de idade para 2027 implica a existência de 40 salas, capacidade que não é possível alcançar com o atual número de salas da rede pública e da rede solidária e privada – 38 salas. A rede pública de educação pré-escolar no presente ano letivo conta com 12 salas e apresenta uma taxa de ocupação global de 91,7% (considerando 25 crianças por sala). Neste contexto, importa ponderar a abertura de mais salas de educação pré-escolar, por forma a manter a capacidade de resposta atual da rede pública que atualmente consegue abranger cerca de 30% das crianças inscritas na educação pré-escolar.

A monitorização das condições materiais e humanas dos estabelecimentos existentes, assim como, a sua capacidade de resposta, é fundamental por forma a atingir uma taxa de pré-escolarização de 100%, garantindo o acesso à educação pré-escolar a todas as crianças do concelho com mais de 4 anos e o desejável alargamento às crianças com 3 anos de idade.

5.2. Ensino Básico

O ensino básico é composto pelo 1.º CEB constituído por 4 anos de escolaridade (1.º, 2.º, 3.º, e 4.º), o 2.º CEB, com 2 anos de escolaridade (5.º e 6.º), e o 3.º CB, com 3 anos de escolaridade (7.º, 8.º e 9.º).

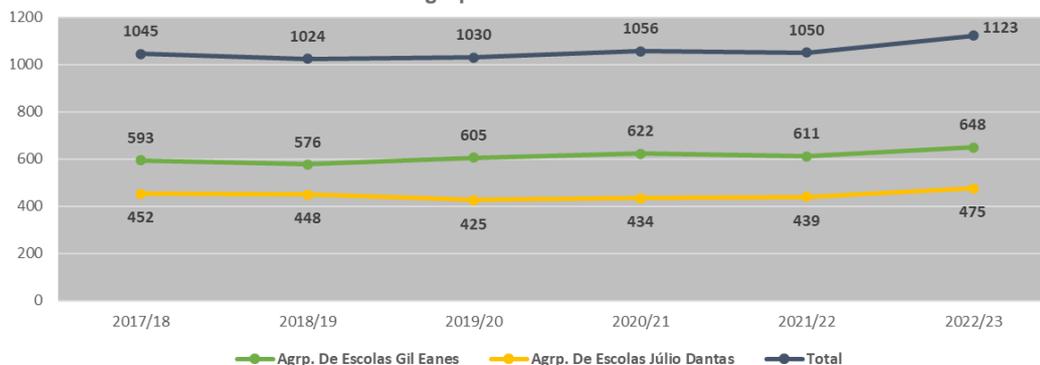
1.º Ciclo do Ensino Básico

No ano letivo 2022/23 a oferta educativa ao nível do 1.º CEB no concelho de Lagos era assegurada por 8 estabelecimentos da rede pública divididas por 2 agrupamentos de escolas (AEGE com 5 escolas e o AEJD com 3 escolas), mais 4 escolas da rede particular e cooperativa. Estes 12 estabelecimentos cobrem a totalidade das freguesias do concelho, havendo uma maior concentração destes estabelecimentos de ensino na freguesia mais populosa do concelho, São Gonçalo de Lagos.

No ano letivo 2022/23, estavam matriculados no 1.º CEB um total de 1.313 alunos, dos quais 1.123 nas escolas pertencentes à rede pública, ou seja, 85,5% do total.

Em termos de evolução do número de alunos matriculados no 1.º CEB da rede pública, é possível verificar, em termos globais, que a tendência tem sido de acréscimo do número de alunos, com exceção do ano letivo 2021/22 que registou um ligeiro decréscimo de 6 alunos face ao ano letivo transato, o que poderá estar relacionado com o encerramento da EB de Espiche e a EB da Luz e a abertura da nova EB Centro Escolar da Luz. De facto, a taxa de variação entre o ano letivo 2017/18 e 2022/23 foi positiva, situando-se em cerca de 8%.

Gráfico 26 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 1.º CEB nas escolas da rede pública em Lagos, por agrupamento de escolas



Fonte: DGEstE – DSRAIlg

Uma análise global, por Agrupamento de Escolas, revela que o AEGE integrava, no ano letivo 2022/23, um total de 655 crianças a frequentar o 1.º CEB, ou seja, 58% do total de alunos deste ciclo de ensino da rede pública. Em termos de evolução, nos últimos 5 anos letivos foi este agrupamento que sofreu maior crescimento do número de alunos, registando uma taxa de variação de 9,3% de 2017/18 para 2022/23. No AEJD, o total de alunos matriculados neste último ano letivo é, igualmente, superior ao registado em 2017/18 (mais 23 alunos).

Quanto ao ensino privado, os dados disponíveis referentes aos 6 últimos anos letivos revelam, igualmente, uma tendência de decréscimo do número total de alunos matriculados, até 2020/21, invertendo esta tendência. Ainda assim, em 2022/23 existiam, menos 33 alunos matriculados, o que reflete uma variação negativa de -11,3%.

Numa leitura mais fina, escola a escola, da rede pública, sobressai a discrepância dos níveis de frequência entre as escolas localizadas nas freguesias “urbanas” do concelho como é o caso da EB de Ameijeira e da EB Sophia de Mello Breyner Andresen que integram cada uma mais de 200 alunos e as

escolas localizadas nas freguesias “rurais”, afastadas do centro, onde o número de alunos matriculados representa menos de 10% do total.

Tabela 66 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 1.º CEB em Lagos, por escola

Estabelecimento	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
EB de Ameijeira	233	237	234	233	225	234
EB de Chinicato	41	37	36	50	47	69
EB de Odiáxere	77	77	81	79	79	79
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	198	184	209	225	224	221
EB de Bensafrim	44	41	45	35	36	45
Total AEGE	593	576	605	622	611	648
EB de Santa Maria	170	172	164	176	176	178
EB n.º 1 de Lagos	204	195	192	180	176	195
EB de Espiche	37	41	35	40	-	-
EB Luz	41	40	34	38	-	-
EB Centro Escolar da Luz	-	-	-	-	87	102
Total AEJD	452	448	425	434	439	475
Total Rede Pública	1045	1024	1030	1056	1050	1123
Colégio Bambino	41	35	19	25	24	50
Externato Jardim Infantil da Torraltinha	68	59	55	14	14	19
Colégio Luz de S. Gonçalo	86	91	98	92	82	94
Barlavento International Primary School	-	52	54	-	-	-
Escola Internacional Vale Verde	28	54	34	30	48	27
Total da rede privada e cooperativa	223	291	260	161	168	190
TOTAL	1268	1315	1290	1217	1218	1313

Fontes: DGEstE – DSRAlg e CML

Em termos de variação, ao longo destes últimos 6 anos letivos, verifica-se que a tendência global de crescimento é transversal a todas as escolas da rede pública, pese embora o facto de algumas se denotar uma maior estabilidade. Destaca-se a evolução positiva mais acentuada do número de alunos matriculados na EB Sophia de Mello Breyner Andresen que ganhou 23 alunos nestes últimos 6 anos letivos e da EB de Chinicato que ganhou 28 alunos.

Resultados escolares do 1.º CEB na rede pública

Como já foi referido anteriormente o município de Lagos registou, no ano letivo 2020/2021, uma taxa de retenção e desistência no 1.º CEB de 0,7%, ligeiramente abaixo da observada no ano letivo anterior (0,8%). Se analisarmos os percursos diretos de sucesso, ou seja, a percentagem de alunos que conclui o 1.º CEB até quatro anos depois de ter ingressado neste ciclo, verifica-se que no ano letivo 2020/2021, no concelho de Lagos, 91% dos alunos fizeram o 1.º CEB dentro do tempo normal.

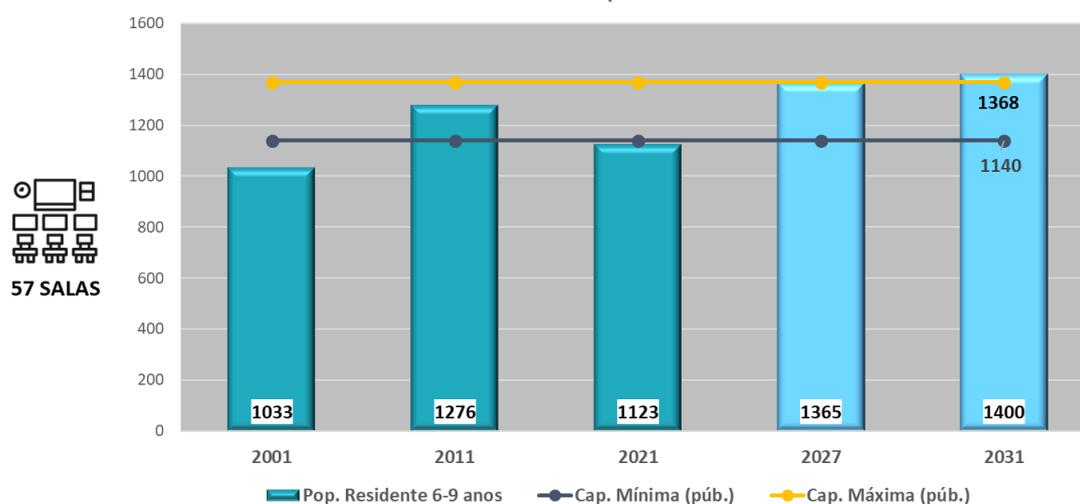
No AEGE, no ano letivo 2020/2021, 91% dos alunos do 1.º CEB concluíram este mesmo ciclo dentro do tempo normal, valor que fica ligeiramente acima da média nacional para alunos com perfil semelhante (90%). No AEJD a proporção de alunos que concluíram o 1.º CEB até quatro anos, depois de terem ingressado neste ciclo de ensino foi igualmente de 91%, mas com uma diferença maior para a média nacional de alunos com perfil socioeconómico semelhante (89%).

Análise prospetiva da procura do 1.º CEB na rede pública

A população escolar matriculada no 1.º CEB nas escolas de rede pública do concelho de Lagos tem sofrido, no global, um acréscimo entre o ano letivo 2017/18 e 2022/23.

Tendo em conta as projeções demográficas realizadas para a população residente no concelho de Lagos com idade de frequentar este nível de ensino (6-9 anos) que apontam para um acréscimo do número de crianças em 2027, a atual oferta de salas parece não ser suficiente. Considerando turmas com 20 alunos, metade das escolas, teriam tido, no ano letivo 2022/23, uma taxa de ocupação total igual ou superior a 100%. É importante, por isso, monitorizar com regularidade a oferta e estar atento aos estabelecimentos de ensino mais afastados do centro urbano, os quais têm menor número de alunos inscritos.

Gráfico 27 – Evolução da população residente em Lagos por grupo etário 6-9 anos e capacidade dos estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública



Fonte: INE, Censos. Cálculos da equipa do estudo

É fundamental que todos os ajustamentos necessários, impostos naturalmente pela procura deste nível de ensino, sejam introduzidos em prol da otimização dos recursos materiais e humanos com vista à elevação da qualidade do ensino no concelho.

2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

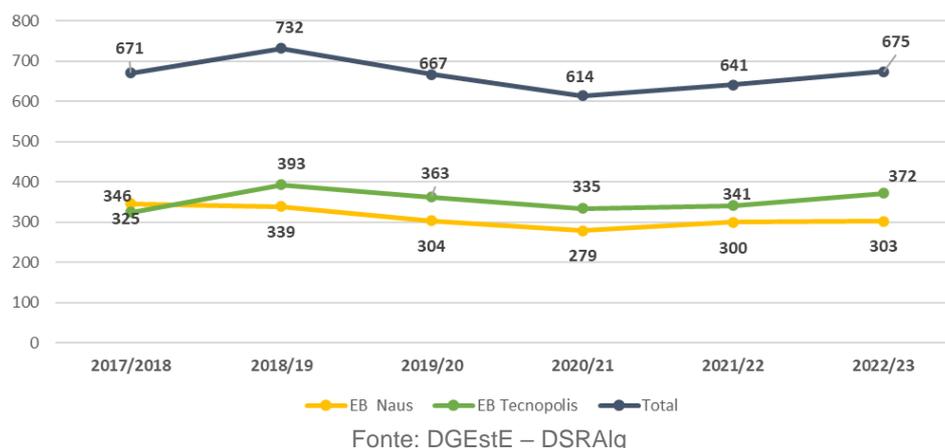
O 2.º e 3.º CEB são lecionados nas EB das Naus e EB Tecnopolis, sendo que o 9.º ano está a ser lecionado, atualmente, na ES Gil Eanes e ES Júlio Dantas. Na rede particular e cooperativa existem 2 estabelecimentos com esta oferta de ensino: o Colégio Bambino que leciona o 2.º CEB e a Escola Internacional Vale Verde que tem oferta de 2.º e 3.º CEB.

Evolução da procura no 2.º CEB

No ano letivo 2022/23 o total de alunos matriculados no 2.º CEB ascendia aos 702 alunos, sendo que só nas escolas da rede pública eram 675, ou seja, 96,2%. Por escola, os alunos inscritos na EB Tecnopolis representam 55,1% do total de alunos da rede pública a frequentar este ciclo de ensino e os restantes 44,9% estão integrados na EB das Naus.

Em termos de evolução do total de alunos matriculados no 2.º CEB na rede pública, entre o ano letivo 2017/18 e 2022/23 verificou-se um ligeiro acréscimo +0,6%, ou seja, mais 4 alunos. Este acréscimo no total deveu-se, sobretudo, ao aumento registado na EB Tecnopolis no ano letivo 2018/19.

Gráfico 28 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 2.º CEB nas escolas da rede pública, por escola



Tanto na EB das Naus como na EB Tecnopolis a evolução do número de alunos inscritos seguiu uma trajetória de decréscimo entre 2019/20 e 2020/21, contrariada nos 2 últimos anos letivos.

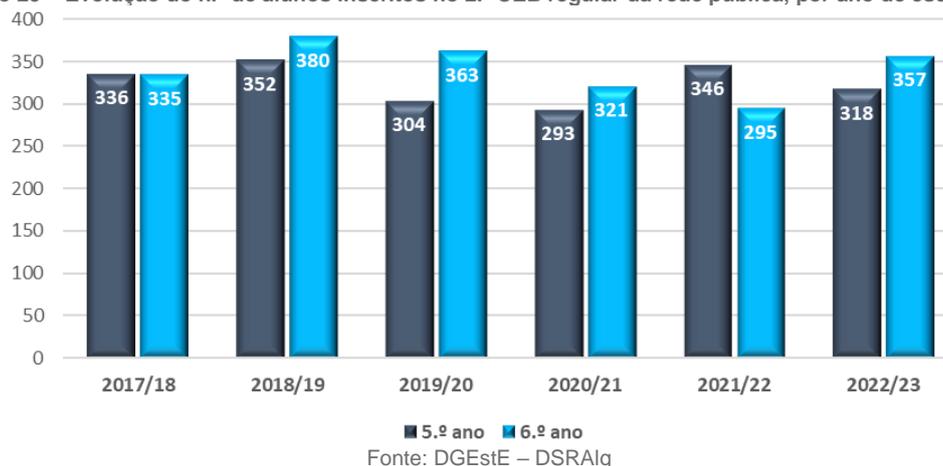
Quanto à rede privada, no ano letivo 2022/23 estavam inscritos na Escola Internacional Vale Verde, que leciona currículos britânicos, 27 alunos no 2.º CEB regular, o que face a 2017/18 representa um acréscimo de 3 alunos. O Colégio Bambino não teve alunos inscritos no 2.º CEB nos 2 últimos anos letivos.

Tabela 67 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 2.º CEB regular, por ano e por escola

Estabelecimento		2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
EB Naus	5.º ano	165	161	138	137	158	144
	6.º ano	181	178	166	142	142	159
	Total	346	339	304	279	300	303
EB Tecnopolis	5.º ano	171	191	166	156	188	174
	6.º ano	154	202	197	179	153	198
	Total	325	393	363	335	341	372
Total Rede Pública		671	732	667	614	641	675
Escola Internacional Vale Verde	2.º Ciclo	24	59	20	16	22	27
	Total	24	59	20	16	22	27
Colégio Bambino	2.º Ciclo	21	15	13	18	-	-
	Total	21	15	13	18		
Total da rede particular e cooperativa		45	74	33	34	22	27
TOTAL		716	806	700	648	663	702

Fontes: DGEstE – DSRAIg e CML

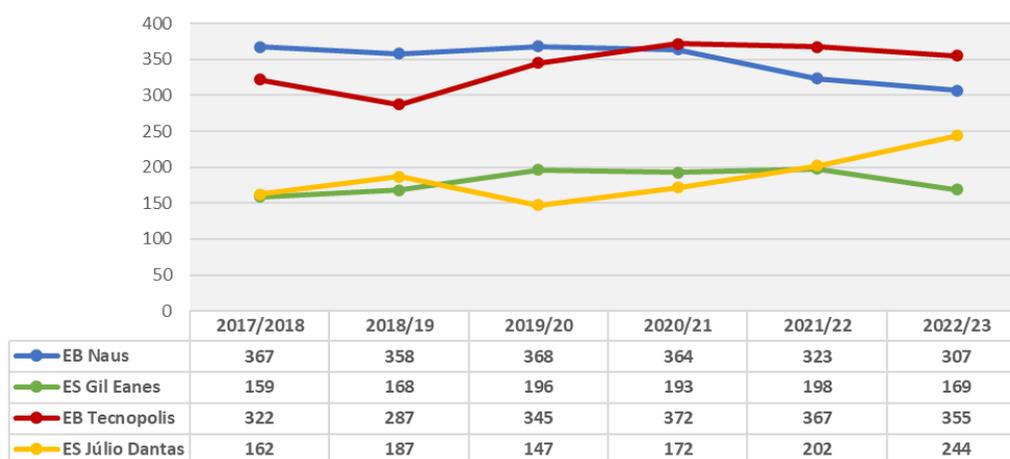
Uma análise por ano de escolaridade revela que, de uma forma geral, ao longo do período 2017/18 a 2022/23, o 6.º ano teve quase sempre um maior número de alunos matriculados no ensino público do município de Lagos. A evolução ao longo destes 6 anos letivos também foi mais desfavorável no 5.º ano de escolaridade que, com o decréscimo do número de alunos verificado em 2019/20 e 2020/21, tem este ano menos 18 alunos matriculados comparativamente com 2017/2018. No 6.º ano, também se registaram decréscimos, embora em 2022/23 se tenham registado mais 22 alunos, comparativamente a 2017/18.

Gráfico 29 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 2.º CEB regular da rede pública, por ano de escolaridade

Evolução da procura no 3.º CEB

O total de alunos inscritos no 3.º CEB no ano letivo 2022/23 é de 1.113 alunos, dos quais 1.075 frequentavam os estabelecimentos da rede pública. A distribuição por escola é a seguinte: 307 alunos na EB das Naus e 169 alunos a frequentar o 9.º ano na ES Gil Eanes, ou seja, os alunos do AEGE representavam 44,3% do total de alunos inscritos neste ciclo de ensino na rede pública. No AEJD, frequentavam a EB Tecnopolis 355 alunos e 244 estavam integrados na ES Júlio Dantas a frequentar o 9.º ano.

A evolução do total de alunos matriculados no 3.º CEB na rede pública, entre 2017/18 e 2022/23 apresenta algumas oscilações negativas e positivas. De facto, regista-se um decréscimo do número de alunos nos 2 últimos anos letivos. No entanto este decréscimo não foi suficiente para inverter o crescimento registado em 2019/20 e 2020/21, resultando numa taxa de variação global de +6,4% (+65 alunos).

Gráfico 30 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 3.º CEB regular da rede pública, por escola

A evolução por escola também não tem sido uniforme ao longo do período em análise. Na EB das Naus a tendência tem sido de decréscimo, ao longo destes 6 anos letivos. No global esta escola registou uma taxa variação negativa de -0,16%, ou seja, tem neste último ano letivo menos 60 alunos inscritos do que aqueles que tinha em 2017/18. Na ES Gil Eanes o número de alunos matriculados no 3.º CEB regular tem sido mais ou menos estável.

Quanto ao número de alunos inseridos na EB Tecnopolis, este registou um crescimento nos anos letivos 2019/20 e 2020/21, sendo que no global esta escola tinha em 2022/23 mais 33 alunos matriculados que em 2017/2018. Na ES Júlio Dantas, desde o ano letivo 2020/21 que a tendência tem sido de crescimento.

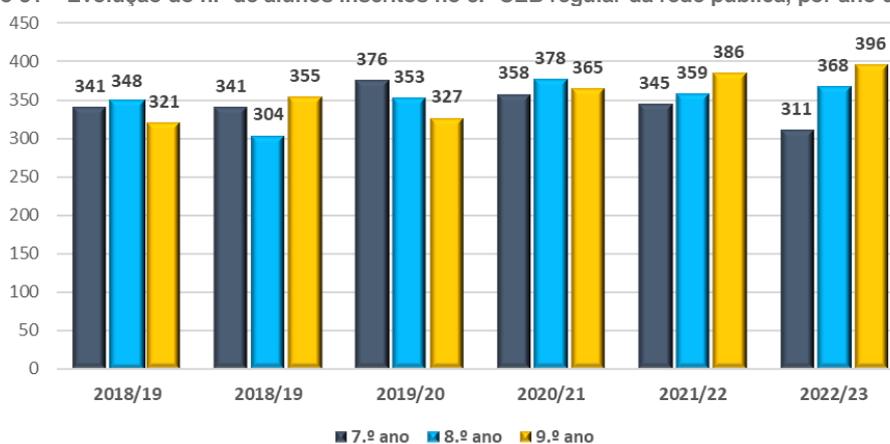
Tabela 68 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 3.º CEB regular, por ano e por escola

Estabelecimento	Ano	2018/19	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
EB das Naus	7.º ano	177	186	188	171	152	152
	8.º ano	190	172	180	193	171	155
	9.º ano	-	-	-	-	-	-
	Total	367	358	368	364	323	307
ES Gil Eanes	7.º ano	-	-	-	-	-	-
	8.º ano	-	-	16	-	-	-
	9.º ano	159	168	180	193	198	169
	Total	159	168	196	193	198	169
EB Tecnopolis	7.º ano	164	155	188	187	193	159
	8.º ano	158	132	157	185	174	196
	9.º ano	-	-	-	-	-	-
	Total	322	287	345	372	367	355
ES Júlio Dantas	7.º ano	-	-	-	-	-	-
	8.º ano	-	-	-	-	14	17
	9.º ano	162	187	147	172	188	227
	Total	162	187	147	172	202	244
Total Rede Pública		1010	1000	1056	1101	1090	1075
Escola Internacional Vale Verde	3.º Ciclo	46	38	39	30	43	38
	Total	46	38	39	30	43	38
Colégio Bambino	3.º Ciclo	7	6	-	-	-	-
	Total	7	6	-	-	-	-
Total da rede particular e cooperativa		53	44	39	30	43	38
TOTAL		1063	1044	1095	1131	1133	1113

Fontes: DGEstE – DSRAIg e CML

No que se refere ao número de alunos inscritos nos estabelecimentos da rede privada, em 2022/23, a Escola Internacional Vale Verde integrava 38 alunos do 3.º CEB, menos 5 alunos que no ano letivo anterior e menos 8 alunos comparativamente com 2018/19.

Gráfico 31 – Evolução do n.º de alunos inscritos no 3.º CEB regular da rede pública, por ano de ensino



Fonte: DGEstE – DSRAIg

Pela leitura do gráfico anterior, que evidencia a evolução do número de alunos matriculados no 3.º CEB da rede pública do município de Lagos, por ano de ensino, verifica-se que o 9.º ano de escolaridade é, na maioria das vezes, o que tem maior número de alunos matriculados.

Em termos de evolução, o 8.º e 9.º ano de escolaridade foram os únicos a registar crescimento neste período de 6 anos, ou seja, o número de alunos inscritos em 2022/23 é superior ao número de alunos inscritos em 2018/19 (+20 alunos e +75 alunos, respetivamente).

Resultados escolares no 2.º CEB e 3.º CEB regular na rede pública

Dados da DGEEC referentes ao ano letivo 2020/2021 mostram que o município de Lagos registou uma taxa de retenção e desistência no 2.º CEB de 2% e de 3% no 3.º CEB, superior ao observado no ano letivo anterior no caso do 3.º CEB (1,6%) e inferior no caso do 2.º CEB (2,6%), e abaixo da média regional. Analisando os percursos diretos de sucesso, ou seja, a percentagem de alunos que conclui o 2.º CEB até 2 anos depois de ter ingressado neste ciclo, verifica-se que, no ano letivo 2020/2021, no concelho de Lagos, 96% dos alunos fizeram o 2.º CEB dentro do tempo normal.

Nos dois Agrupamentos de Escolas a percentagem de alunos a concluírem o 2.º CEB, até dois anos depois de terem ingressado neste ciclo ascendeu aos 96% e ficou ligeiramente acima da média nacional (95%) para alunos com perfil semelhante antes do 2.º CEB no caso do AEGE e igual à média nacional (96%) no caso do AEJD.

Relativamente aos percursos diretos de sucesso no 3.º CEB, ou seja, a percentagem de alunos que concluem este ciclo em 3 anos, no ano letivo 2020/21 foram 92% os alunos do concelho de Lagos que concluíram o 3.º CEB até três anos depois de terem ingressado neste ciclo.

Por agrupamento de escolas, foi no AEGE que a proporção de alunos sem retenções no 7.º e no 8.º e 9.º anos foi mais elevada (95%). Mas é no AEJD que se registou maior diferença pela positiva relativamente à média nacional para alunos com um nível semelhante antes do 3.º CEB (90% alunos do AE e 88% alunos do país).

Outras Modalidades de Educação/ Formação dirigidas a Jovens

Para além de darem resposta à procura do 2.º e 3.º CEB regular, os estabelecimentos da rede pública do concelho de Lagos também oferecem outras modalidades de ensino ao nível destes ciclos de ensino. No ano letivo 2022/23 existiam no conjunto das 4 escolas 3 turmas com PCA e 2 turmas abrangidas pelo PIEF.

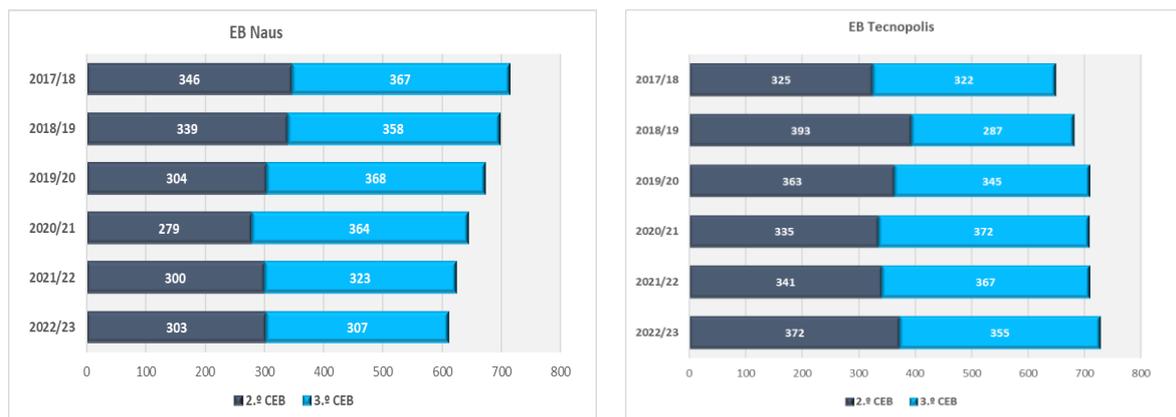
A oferta destas modalidades de educação/formação está concentrada no AEJD, uma vez que este agrupamento integra o Programa TEIP que tem como objetivo central a prevenção e redução do abandono escolar precoce, do absentismo e da indisciplina. Este agrupamento dá resposta a todos os jovens dos municípios das Terras do Infante que integram estas modalidades de educação/formação.

De facto, este tipo de oferta está diretamente relacionado com a promoção do sucesso escolar, daí que importa relembrar que, no concelho de Lagos, a taxa de retenção e desistência no 2.º e 3.º CEB têm vindo a decrescer, o que realça a importância desta oferta.

Análise prospetiva da procura do 2.º e 3.º CEB regular na rede pública

Focando a atenção na evolução do número total de alunos que frequentaram a EB das Naus e EB Tecnopolis, nos últimos 6 anos letivos, verifica-se que no caso da EB das Naus a tendência tem sido de decréscimo, já na EB Tecnopolis a evolução tem sido de uma forma geral de crescimento.

Gráfico 32 – Evolução do número total de alunos inscritos na EB das Naus e EB Tecnopolis, 2017/18 a 2022/23



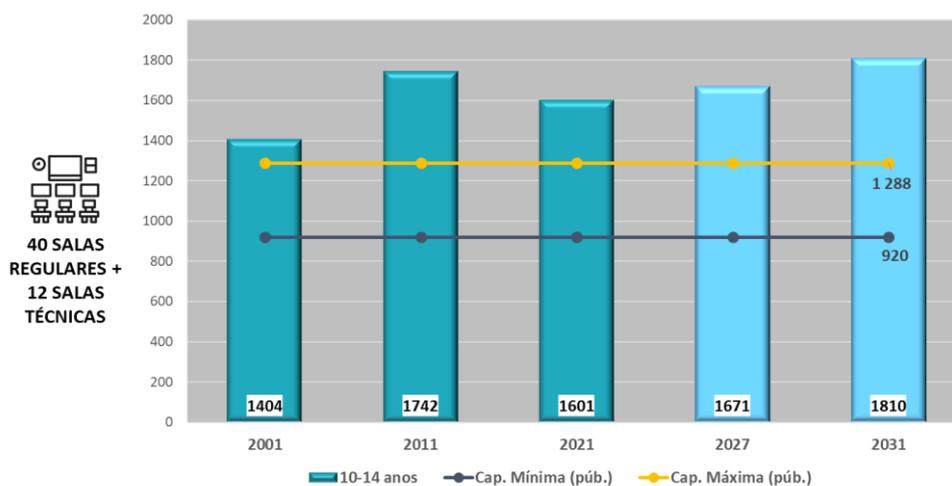
Fonte: DGEstE – DSRAIg

Na ES Gil Eanes, que também tem turmas de 9.º ano, a tendência tem sido de acréscimo, invertido apenas no último ano letivo, assim como na ES Júlio Dantas que em 2022/23 tinha matriculados mais 62 alunos no 9.º ano, comparativamente com 2017/2018. Já nas escolas da rede privada a tendência tem sido de decréscimo do número de alunos matriculados no 2.º CEB e 3.º CEB.

Na rede pública e no geral a tendência tem sido de acréscimo, ou seja, em termos totais o número de alunos matriculados no 2.º e 3.º CEB no concelho de Lagos tem vindo a aumentar ao longo destes último 6 anos letivos registando uma taxa de variação positiva de 1,8% (+31 alunos).

Também as projeções demográficas para as faixas etárias 10-11 e 12-14 anos revelam uma tendência de crescimento deste subgrupo da população em 2027, comparativamente com 2011, estimando-se que existam 1.671 jovens entre os 10 e os 14 anos nesse ano. Considerando que a capacidade mínima (20 alunos por sala) e máxima (28 alunos por sala) atual das duas EB 2,3 do concelho varia entre 920 e 1.288 (sem contar com os monoblocos instalados na EB das Naus), verifica-se que, tal como o gráfico seguinte demonstra, não existe capacidade para dar resposta à totalidade da população residente no concelho na faixa etária 10-14 anos estimada para 2027.

Gráfico 33 – Projeção da população residente em Lagos no grupo etário 10-14 anos e capacidade atual das escolas de 2.º e 3.º CEB da rede pública do concelho



Fonte: INE –RGP; Projeções de população residente. Cálculos da equipa do estudo

A taxa de ocupação total registada em 2022/23 ultrapassa os 100%, considerando a capacidade máxima de 28 alunos/turma, ou seja, sem ter em conta particularidades como o número de alunos com medidas de apoio à aprendizagem. De salientar, também, que os responsáveis pelas duas escolas básicas demonstraram preocupação relativamente ao excesso de alunos e que há falta de salas de aula (existem gabinetes transformados em salas de aula na EB Tecnopolis). Face a estes constrangimentos foram provisoriamente instalados monoblocos na EB das Naus.

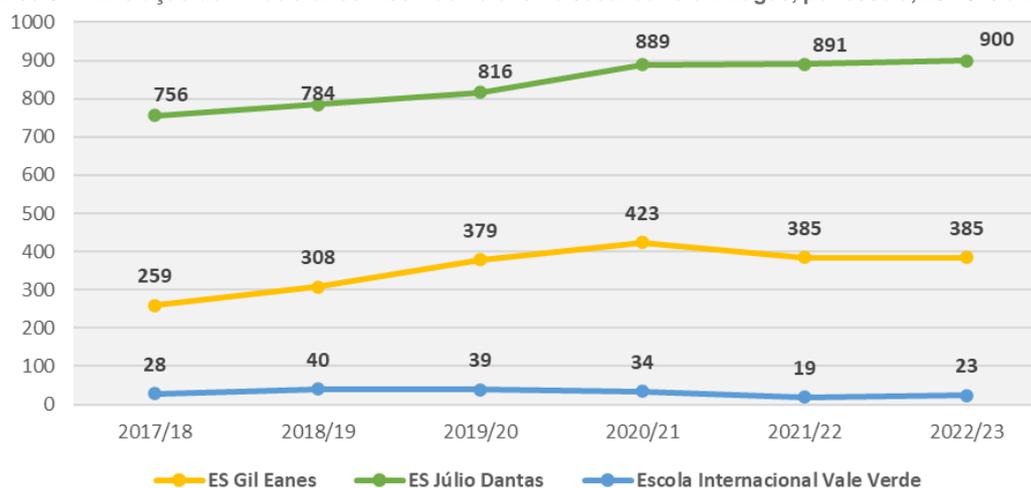
Tendo por base este contexto, a construção de uma nova escola básica com 2.º e 3.º CEB ou o alargamento da capacidade das atuais escolas básicas são hipóteses a considerar, que certamente irão permitir aliviar alguma pressão colocada sobre as duas escolas do concelho, possibilitando um incremento da qualidade do ensino lecionado.

5.3. Ensino Secundário

A oferta de ensino secundário no concelho de Lagos distribui-se por 2 escolas públicas - ES Gil Eanes e ES Júlio Dantas - que, como já foi referido anteriormente, integram o 9.º ano. Existe ainda uma escola com oferta de ensino secundário pertencente à rede particular e cooperativa, a Escola Internacional Vale Verde.

No ano letivo 2022/23, as duas escolas públicas integravam um total de 1.285 alunos inscritos no ensino secundário, o que representava cerca de 98% do total de alunos neste nível de ensino, independentemente da modalidade. Destes 1.285 alunos inscritos nas escolas da rede pública a maioria (cerca de 57,4%) frequentava os cursos científico humanísticos e os restantes 42,6% os cursos profissionais. Na ES Gil Eanes o número de alunos a frequentar o ensino secundário, neste ano letivo, era de 385 alunos e na ES Júlio Dantas estavam inscritos 900 alunos no nível secundário.

Gráfico 34 – Evolução do n.º de alunos inscritos no ensino secundário em Lagos, por escola, 2017/18 a 2022/23



Fontes: DGEstE – DSRAI, DGEEC e CML

No que respeita à evolução entre 2017/18 e 2022/23, verifica-se que o número total de alunos no conjunto de todas as escolas tem seguido uma trajetória de crescimento. As flutuações mais significativas de acréscimo de alunos ocorreram de 2018/19 para 2019/20 (+102 alunos) e no ano letivo 2020/21 (+112 alunos). No global, durante este período temporal de 6 anos, a taxa de crescimento foi de +25,4%.

Uma análise por escola permite perceber que a ES Júlio Dantas apresenta flutuações menos significativas ao longo destes 6 anos letivos, com um acréscimo contínuo do número total de alunos a frequentar o ensino secundário, sendo que neste último ano letivo frequentavam esta escola mais 144 alunos do que em 2017/18.

Comparativamente, a ES Gil Eanes sofreu uma oscilação negativa em 2021/22, mas ainda assim, globalmente, o número total de alunos matriculados no ensino secundário cresceu 48,6% ao longo dos últimos 6 anos letivos.

A única escola privada com oferta de ensino secundário no concelho de Lagos, no ano letivo 2022/23, integrava 23 alunos, o que comparativamente com os anos letivos anteriores revela uma tendência de decréscimo da procura.

A análise por modalidade de ensino permite perceber que a evolução do número de alunos que frequentam o ensino profissional tem tido uma evolução mais positiva comparativamente com o número de alunos que frequentam os cursos científico humanísticos.

Tabela 69 – Evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário em Lagos, por modalidade de ensino e por escola, 2017/18 a 2022/23

Estabelecimento	Modalidade	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
ES Gil Eanes	Científico-Humanístico	196	227	251	293	254	280
	Profissional	63	81	128	130	131	105
	Total	259	308	379	423	385	385
ES Júlio Dantas	Científico-Humanístico	448	463	440	460	448	458
	Profissional	308	321	376	429	443	442
	Total	756	784	816	889	891	900
Total Rede Pública		1015	1092	1195	1312	1276	1285
Escola Internacional Vale Verde	Científico-Humanístico	28	40	39	34	19	23
Total da rede particular e cooperativa		28	40	39	34	19	23
TOTAL		1043	1132	1234	1346	1295	1308

Fontes: DGEstE – DSRAlg e CML

Resultados escolares no Ensino Secundário – Científico-humanístico

Dados da DGEEC referentes ao ano letivo 2020/21 mostram que o município de Lagos registou uma taxa de retenção e desistência no ensino secundário de 14,4%, superior ao observado no ano letivo anterior (13,1%) e acima da média regional (11,3%) e do valor observado para o Continente (8,1%). Analisando os percursos diretos de sucesso, ou seja, a percentagem de alunos que concluiu o ensino secundário até 3 anos depois de ter ingressado neste ciclo, verifica-se que, no ano letivo 2020/21, no município de Lagos, 75% dos alunos concluíram o ensino secundário dentro do tempo normal, valor que se situou acima da média do país para alunos com um nível semelhante antes do secundário.

Na ES Gil Eanes, no ano letivo 2021/22 o ano de escolaridade mais crítico foi o 10.º ano com uma taxa de sucesso de 73,04% e na ES Júlio Dantas foi o 12.º ano (77,44%).

Tabela 70 – Taxa de sucesso no ensino secundário, por ano de escolaridade

Estabelecimento	2021/22		
	10.º ano	11.º ano	12.º ano
ES Gil Eanes	73,04%	97,22%	79,37%
ES Júlio Dantas	81,55%	97,74%	77,44%

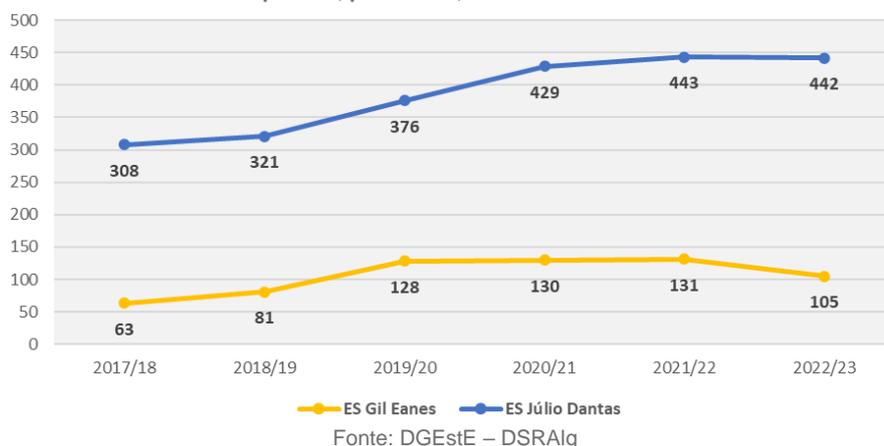
Fonte: CML

Ensino Profissional

Os cursos profissionais são mais uma alternativa de percurso de nível secundário que se caracterizam por uma ligação mais estreita com o mundo profissional e permitem aos jovens obter uma dupla certificação, escolar de nível secundário e profissional de nível 4.

No ano letivo 2022/23 frequentavam o ensino profissional 547 alunos, o que representava 42,6% do total de alunos inscritos no ensino secundário na rede pública. Na ES Júlio Dantas este tipo de oferta representa cerca de 49% do total de alunos do ensino secundário e na ES Gil Eanes representa 27,3%.

Gráfico 35 – Evolução do n.º de alunos inscritos nos cursos profissionais do ensino secundário nas escolas da rede pública, por escola, 2017/18 a 2022/23



Ao longo destes 6 últimos anos letivos, verifica-se, em termos globais, que o número de alunos inscritos nos cursos profissionais do ensino secundário tem vindo a aumentar, com exceção do último ano letivo. Em termos absolutos, o crescimento é mais evidente na ES Júlio Dantas que em 2022/23 tinha mais 134 alunos inscritos nos cursos profissionais.

No que se refere à oferta de cursos profissionais de nível 4, é possível observar através do quadro seguinte que nos últimos 3 anos letivos as escolas da rede pública têm procurado diversificar a sua oferta, sendo que a ES Gil Eanes no presente ano letivo tem oferta de 3 cursos profissionais e a ES Júlio Dantas 10.

Tabela 71 – Número de turmas dos cursos profissionais em Lagos, 2020/21 a 2022/23

Estabelecimento	AEF	Cursos	N.º de turmas		
			2020/21	2021/22	2022/23
ES Gil Eanes	523	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando		1	1
	525	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel	0,5		
	522	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel	0,5		
	812	Técnico/a em Animação de Turismo	0,5		
	812	Técnico/a de Agências de Viagens e Transportes		0,5	
	815	Esteticista	0,5	0,5	
	815	Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar			0,5
	861	Técnico/a de Proteção Civil			0,5
		Total	2	2	2
ES Júlio Dantas	213	Técnico/a de Multimédia		1	1
		Técnico/a de Animação 2D e 3D	1		
	341	Técnico/a Comercial		1	
	342	Técnico/a de Organização de Eventos			0,5
	345	Técnico de Gestão	1	1	1
	481	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	1	1	1
	542	Técnico/a de Design de Moda			0,5
	729	Técnico/a Auxiliar de Saúde	1	0,5	
	761	Técnico de Ação Educativa	1	0,5	1
	811	Técnico/a de Cozinha/Pastelaria			1
		Técnico/a de Restaurante/Bar	1	1	1
	812	Técnico de Turismo	1	1	1
	813	Técnico/a de Desporto	1	1	1
		Total	8	8	9

Fonte: Portal da Oferta Formativa

Por último, importa referir que a oferta de ensino profissional de nível secundário no concelho de Lagos está praticamente dependente dos dois estabelecimentos da rede pública, uma vez que não existem escolas profissionais e a oferta de cursos de aprendizagem do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) não tem existido no concelho nos últimos anos letivos.

Resultados escolares no Ensino Secundário – Ensino Profissional

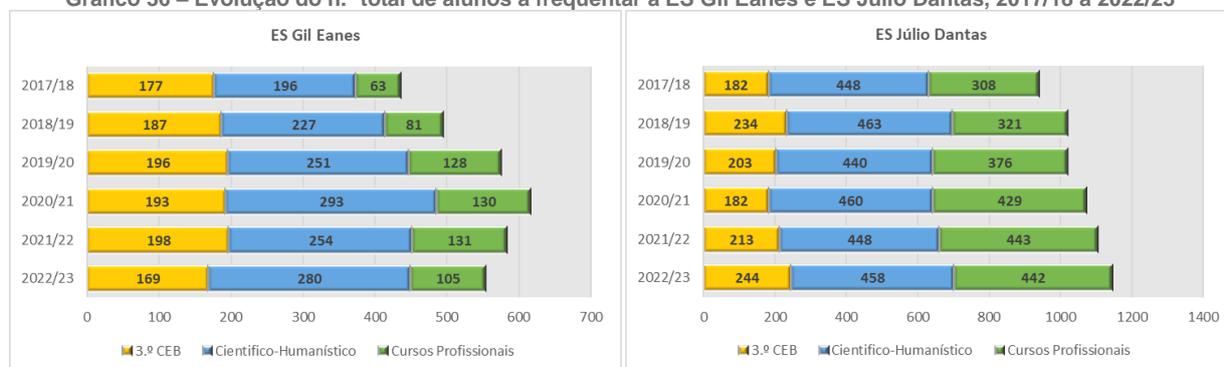
Dados da DGEEC referentes ao ano letivo 2020/21 mostram que o município de Lagos registou uma taxa de retenção e desistência nos cursos profissionais de 14,9%, superior ao observado no ano letivo anterior (11,1%) e acima da média regional (13,8%) e do valor observado para o Continente (8,5%). Analisando os percursos diretos de sucesso, ou seja, a percentagem de alunos que concluiu o ensino profissional até 3 anos depois de ter ingressado nesta modalidade de ensino, verifica-se que, no ano letivo 2020/21, no município de Lagos, 46% dos alunos concluíram o ensino profissional dentro do tempo normal, valor que se situou abaixo da média do país para alunos com um nível semelhante antes do secundário profissional.

A análise por escola revela na ES Gil Eanes a percentagem de alunos da escola que concluíram o ensino profissional dentro do tempo normal, ou seja, até três anos depois de terem ingressado nesta modalidade de ensino foi em 2020/21 de 42%, valor que fica abaixo da média nacional (66%), ou seja, da percentagem de alunos do país que, ao entrarem no ensino secundário profissional, tinham um perfil semelhante ao dos alunos da escola, em termos de idade e de apoios da Ação Social Escolar. Na ES Júlio Dantas essa percentagem fixou-se nos 47%, também abaixo da média do país (65%).

Análise prospetiva da procura do ensino secundário na rede pública

Nos últimos 6 anos letivos a evolução do número total de alunos que frequentam as duas escolas secundárias do concelho de Lagos tem sido positiva, registando uma taxa de variação de 23,6%.

Gráfico 36 – Evolução do n.º total de alunos a frequentar a ES Gil Eanes e ES Júlio Dantas, 2017/18 a 2022/23



Fonte: DGEstE – DSRAIlg

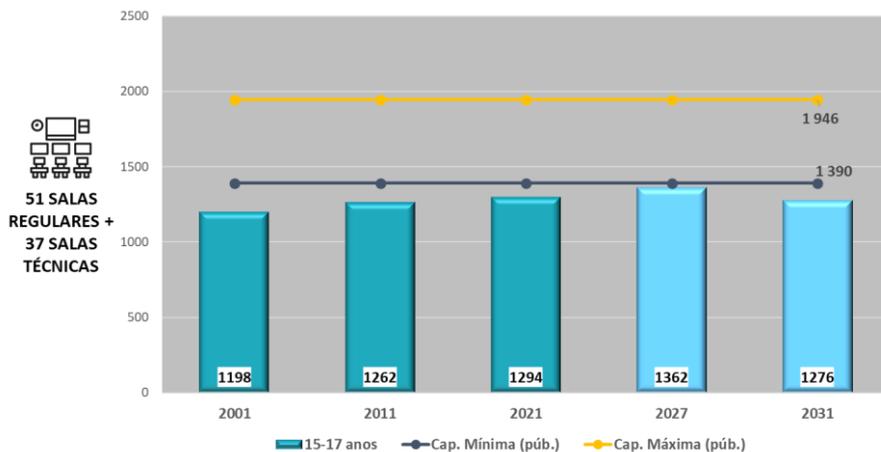
O acréscimo de alunos tem sido mais evidente na ES Júlio Dantas, com um crescimento contínuo do número de alunos nestes últimos 6 anos letivos, sendo que em 2022/23 frequentavam a escola 1.144 alunos (+206 alunos que em 2017/18). Na ES Gil Eanes, a tendência também tem sido de acréscimo, de uma forma geral, sendo que, apesar do decréscimo verificado nos 2 últimos anos letivos, em 2022/23 estavam matriculados mais 118 alunos comparativamente com 2017/18.

De acordo com as projeções demográficas, o número de jovens residentes no concelho de Lagos com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos tenderá a aumentar, situando-se nos 1.076 jovens em 2027.

Além disso, importa não esquecer que o ensino secundário no concelho de Lagos recebe, todos os anos, alunos provenientes de outros dois concelhos – Aljezur e Vila do Bispo – que não têm oferta deste nível de ensino. De acordo com as projeções demográficas realizadas, o número de jovens entre os 15 e os 17 anos tenderá a aumentar em 2027 face a 2021 no concelho de Aljezur e a diminuir no concelho de Vila do Bispo.

Considerando que a capacidade mínima (20 alunos por sala) e máxima (28 alunos por sala) atual das duas escolas secundárias em Lagos varia entre 1.390 e 1.946, verifica-se, tal como o gráfico seguinte demonstra, que existe capacidade para dar resposta à totalidade da população residente no concelho de Lagos e também nos concelhos de Aljezur e Vila do Bispo estimada para 2027 na faixa etária 15-17 anos. Contudo, importa relembrar que atualmente estas escolas também recebem alunos do 3.º CEB.

Gráfico 37 – Projeção da população residente em Lagos, Aljezur e Vila do Bispo no grupo etário 15-17 anos e capacidade atual das escolas secundárias da rede pública do concelho



Fonte: INE – RGP; Projeções de população residente. Cálculos da equipa do estudo

Ensino artístico especializado

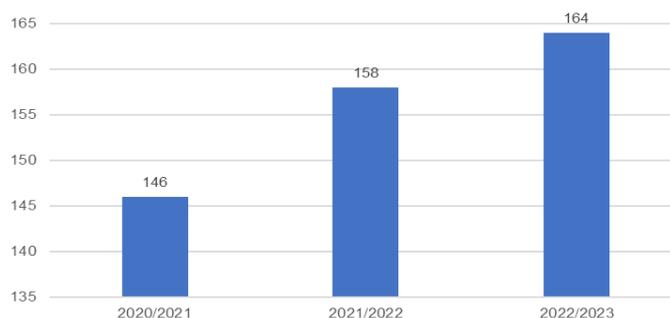
Finalmente, uma referência à oferta de ensino artístico especializado na área música em regime articulado e supletivo com o Conservatório de Música e Artes de Lagos, desde o ensino básico ao ensino secundário.

O Conservatório de Música e Artes de Lagos iniciou a sua atividade em 2018, tendo contratualizado com o Ministério da Educação/DGEstE para o período de 2018 a 2024, a lecionação do ensino especializado de música aos alunos do concelho de Lagos que, estando matriculados no ensino público oficial, frequentam a componente artística ao nível da Iniciação e em regime articulado de nível Básico e Secundário em escolas da rede do Ensino Particular e Cooperativo apoiadas pelo Estado.

Este estabelecimento apresenta uma vasta oferta formativa:

- Curso de Iniciação de Música (1.º ao 4.º ano);
- Curso Básico de Música/regime articulado e regime supletivo e (5.º ao 9.º ano);
- Curso Secundário de Música ou Canto/regime articulado e regime supletivo (10.º ao 12.º ano);
- Curso Livre - Atelier Musical (dos 3 aos 5 anos);
- Curso Livre de Instrumento (a partir dos 6 anos);
- Curso Livre - Laboratório Instrumental (dos 6 aos 9 anos);
- Curso Livre - Artes Visuais: Desenho e Pintura (a partir dos 10 anos)

Gráfico 38 – Evolução do n.º de alunos no âmbito do Ensino Artístico Especializado



Fonte: Conservatório de Música e Artes de Lagos, 2023

O Conservatório de Música e Artes de Lagos encontra-se instalado num edifício cedido pela CML (salas do Espaço Jovem + Igreja de Nossa Senhora do Carmo), em regime de contrato de comodato, com uma oferta de 11 salas afetas ao ensino artístico especializado.

No ano letivo 2022/23 frequentavam o Conservatório de Música e Artes de Lagos no âmbito do ensino especializado da Música 127 alunos, dos quais 110 provenientes do concelho de Lagos e os restantes de Aljezur e Vila do Bispo.

Tabela 72 – N.º de alunos que frequentaram o ensino articulado no Conservatório de Música e Artes de Lagos, por escola de origem (2022/23)

Concelho	Escola de origem	N.º Alunos
Lagos	Escola Básica das Naus	37
	Escola Secundária Gil Eanes	4
	Escola Básica Tecnopolis	44
	Escola Secundária Júlio Dantas	25
Aljezur	Escola Básica de S. Vicente de Vila do Bispo	10
Vila do Bispo	Escola Básica de Aljezur	7
TOTAL		127

Fonte: Conservatório de Música e Artes de Lagos, 2023

5.4. Centro Qualifica

No concelho de Lagos existe um Centro Qualifica integrado na ES Júlio Dantas o qual tem como principal objetivo proporcionar aos jovens e adultos um serviço de informação, orientação e encaminhamento para uma oferta formativa com vista à obtenção de uma qualificação escolar e/ou profissional, que lhes permita a conclusão de um dos níveis básicos (4º ano, 6º ano ou 9º ano) ou do nível secundário.

Os Centros Qualifica têm assim como principais atribuições:

- A mobilização dos adultos para processos de aprendizagem ao longo da vida;
- A orientação e o encaminhamento dos adultos para percursos de qualificação, bem como o seu acompanhamento, independentemente de o percurso vir a ser desenvolvido nos Centros Qualifica ou por outra entidade formadora;
- O desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação das competências adquiridas por vias formais, não formais e informais, de âmbito escolar, profissional ou de dupla certificação;
- A emissão e atualização do instrumento de orientação e registo individual de qualificações e competências — Passaporte Qualifica;
- A oferta de respostas de qualificação flexíveis e adequadas às necessidades e aos contextos do público a que se destinam;
- A dinamização e participação em redes de parceria de base territorial ou setorial, tendo em vista a intervenção integrada no domínio da aprendizagem ao longo da vida e da qualificação escolar e profissional dos adultos.

A oferta formativa⁸ do Centro Qualifica AEJD é a seguinte:

- **Educação e Formação de Adultos (EFA)** - Os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) são uma oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações.
- **Formações Modulares Certificadas (FMC)** - Integradas no âmbito da formação contínua de ativos, destinam-se a adultos sem a conclusão do ensino básico ou secundário ou sem a

⁸ De acordo com o folheto disponível (https://184e5a86-a11d-41ce-bd62-4e5ed27ab2a6.filesusr.com/ugd/c49e50_93f5bcf93e2248af86a88220bb305111.pdf)

qualificação profissional adequada que pretendam adquirir competências escolares e ou profissionais com vista a uma (re)inserção ou progressão no mercado de trabalho.

As ações de formação modular são capitalizáveis e permitem também a obtenção de uma ou mais qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

- **Reconhecimento Validação e Certificação de Competências (RVCC)** - Os processos de RVCC, desenvolvidos nos Centros Qualifica, consistem no reconhecimento de competências escolares e profissionais adquiridas pelos adultos, ao longo da vida, tendo em vista a respetiva certificação.
 - O RVCC Escolar visa a melhoria dos níveis de certificação escolar dos adultos que não possuam o nível básico ou secundário de escolaridade, permitindo reconhecer, validar e certificar os conhecimentos e as competências resultantes da experiência adquirida em contextos não formais e informais ao longo da sua vida. A certificação obtida através deste sistema é igual à atribuída nas outras vias e permite o prosseguimento de estudos.
 - O RVCC Profissional destina-se aos adultos que não possuem qualificação na sua área profissional e possibilita reconhecer, validar e certificar os conhecimentos e as competências profissionais resultantes da experiência adquirida em diferentes contextos ao longo da vida. A certificação obtida através deste sistema permite não só a valorização pessoal, social e profissional, mas também o prosseguimento para percursos de formação de nível subsequente.
- **Curso de Português Língua de Acolhimento (PLA)** - Tem como objetivo dar resposta ao requisito de conhecimento da língua portuguesa previsto nos regimes jurídicos para aquisição de nacionalidade portuguesa, concessão de autorização de residência permanente e estatuto de residência de longa duração, bem como à promoção do domínio da língua portuguesa, no âmbito da leitura, escrita e oralidade.

Na tabela seguinte é possível observar a atividade do Centro Qualifica AEJD nos últimos dois anos.

Tabela 73 – Frequência do Programa Qualifica no concelho de Lagos

	Inscrições	Total de Encaminhamentos	Encaminhamento para oferta formativa		Certificação	
			RVCC	Outras modalidades	RVCC	Outras modalidades
2021	291	302	37	265	37	80
2022	410	396	59	337	30	78

Fonte: Centro Qualifica AEJD

Em 2022 o número de inscrições no Centro Qualifica AEJD sofreu um crescimento de cerca de 41%, o que poderá estar relacionado ainda com os efeitos da situação pandémica e do confinamento no início de 2021 que obrigou a algumas situações de trabalho à distância.

Segundo a informação disponibilizada, a situação perante o trabalho dos inscritos nas ofertas de educação e formação é a reportada pelo adulto no momento em que se iniciou o processo. Pode verificar-se que a maioria dos inscritos estava empregado quando iniciou o processo RVCC.

Tabela 74 – Situação perante o trabalho dos inscritos em processos de RVCC

	RVCC Escolar								RVCC Profissional	
	B1 – 4º ano		B2 – 6º ano		B3 – 9º ano		Secundário		Emp.	Desemp.
	Emp	Desemp.	Emp	Desemp.	Emp	Desemp.	Emp	Desemp.		
2021	0	0	3	0	8	2	21	1	2	0
2022	0	0	0	0	9	2	29	8	10	1

Fonte: Centro Qualifica AEJD

6. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E ORIENTAÇÕES PARA O (RE)ORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA

6.1. Síntese estratégica

Educação pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico

...relativo à oferta

↗ Em termos de rede pública, os dois agrupamentos de escolas existentes no município de Lagos detêm um total de 8 estabelecimentos com estes níveis de educação e ensino;

↗ Quanto à tipologia o município integra EB1/JI e EB1, sendo que na primeira tipologia identificam-se quatro unidades, maioritariamente concentradas na freguesia de São Gonçalo de Lagos: EB de Ameijeira, EB Sophia de Mello Breyner Andresen, EB de Santa Maria e EB Centro Escolar da Luz. Relativamente à tipologia EB1 existem 4 que abrangem também as restantes freguesias: EB de Chinicato, EB de Odiáxere, EB de Bensafrim, EB n.º 1 de Lagos;

↗ Quanto ao número de salas existentes nas escolas da rede pública, contabilizam-se um total de 12 para a educação pré-escolar e um total de 57 salas afetas ao 1.º CEB, ainda que 3 estejam vazias ou com outras utilizações;

↗ A oferta de educação pré-escolar é complementada por mais 7 estabelecimentos da rede solidária: 5 Jardins de Infância do CASLAS (Santo Amaro, São João, Bensafrim, Chinicato e Luz), o Centro Infantil de Odiáxere da Santa Casa da Misericórdia e o Jardim de Infância Waldorf Internacional – Bensafrim (Associação Infância Viva); e 3 da rede particular/cooperativa: Colégio Bambino; Externato Jardim Infantil da Torraltinha e Colégio Luz de S. Gonçalo;

↗ A rede pública com oferta de 1.º CEB é complementada por 4 estabelecimentos da rede particular/cooperativa, nomeadamente Externato Jardim Infantil da Torraltinha, Colégio Bambino, Colégio Luz de S. Gonçalo e Escola Internacional Vale Verde, com um total de 16 salas de aula;

↗ Quanto aos estabelecimentos suspensos, desde a 1.ª revisão da Carta Educativa de Lagos (2018), foram desativados 2 estabelecimentos, num total de 4 salas, encontrando-se ocupados com atividades diversificadas, de carácter essencialmente social, cultural e recreativo;

↗ A construção recente da EB Centro Escolar da Luz, conforme previsto na Carta Educativa de 2018, oferece um conjunto de espaços complementares e de recreio coberto e não coberto, que veio contribuir para o aumento da qualidade do ensino no município de Lagos.

...relativo à taxa de ocupação, irradiação e saturação dos espaços

↗ No ano letivo 2022/2023 a taxa de ocupação global da educação pré-escolar, para os estabelecimentos da rede pública, ascendia aos 92%, variando entre os 80% da EB Sophia de Mello Breyner Andresen e os 100% da EB de Ameijeira;

↗ Nos estabelecimentos da rede pública com oferta de 1.º CEB a taxa de ocupação global era de 82%, sendo que, por agrupamento de escolas se verifica que no AE Gil Eanes a taxa de ocupação global era de 79% - com destaque para os estabelecimentos localizados no centro da cidade (EB de Ameijeira e EB Sophia de Mello Breyner Andresen) em que essa taxa é superior a 90% - e no AEJD a taxa de ocupação global ascende aos 86%;

↗ Nas escolas situadas em zonas menos urbanas, como EB de Chinicato e EB de Bensafrim, a taxa de ocupação é inferior a 60%;

↗ Em termos globais, verifica-se que os estabelecimentos situados no centro da cidade de Lagos não possuem atualmente capacidade para abranger mais alunos, sobretudo devido ao facto de a taxa de ocupação atrás referida não ter em consideração as especificidades das turmas com alunos com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão;

↗ A rede solidária apresenta taxas de ocupação acima dos 92% no nível de educação pré-escolar, superando a sua capacidade em todos os estabelecimentos no que respeita à valência de creche/berçário;

↗ Na rede particular e cooperativa as taxas de ocupação são bastante variáveis, destacando-se o Colégio Luz de S. Gonçalo com uma ocupação de 100% no pré-escolar e 90% no 1.º CEB, e a Escola Internacional Vale Verde com cerca de 28% de ocupação no 1.º CEB.

...relativo à procura

↗ Entre o ano letivo 2017/18 e 2022/23, a evolução do número de alunos matriculados na educação pré-escolar, na rede pública, tem sido marcada por uma evolução positiva, sendo que no global verifica-se um acréscimo do número de crianças inscritas;

↗ Concentração da frequência do ensino pré-escolar na rede solidária, sendo que o total de crianças que integram estes estabelecimentos representava em 2022/23 46,3% do total de crianças a frequentar a educação pré-escolar no concelho de Lagos e a rede particular e cooperativa representava 23,3%.

↗ De acordo com as projeções demográficas a tendência é de acréscimo da população residente com idade para frequentar o ensino pré-escolar (entre os 3 e os 5 anos) em 2027 comparativamente com 2021, assim como a população residente entre os 0 e os 2 anos de idade;

↗ A procura pelo 1.º CEB, na rede pública, tem vindo a aumentar, sendo que, ao longo dos 6 últimos anos letivos, a taxa de variação foi positiva situando-se nos 7,5%.

↗ Maior concentração da procura nas escolas localizadas no centro urbano que também são aquelas que têm maior capacidade, em termos do número de salas;

↗ As projeções demográficas apontam para um aumento da população residente com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos até 2027;

...relativo ao estado de conservação, adequação e segurança dos espaços

↗ O parque escolar a nível do 1.º CEB (com ou sem pré-escolar) é relativamente antigo, embora as obras de ampliação/ requalificação destes espaços entre 2020 e 2022 tenham contribuído para as razoáveis condições de habitabilidade e atual bom estado de conservação geral dos edifícios;

↗ Destaca-se a recente inauguração da EB Centro Escolar da Luz, bem apetrechado e com todos os espaços e valências adequadas à educação pré-escolar e 1.º CEB;

↗ O grau de adequação do recinto exterior às necessidades é, na generalidade, satisfatório, sendo, no entanto, apontadas algumas deficiências, nomeadamente no AEGE (EB de Chinicato, EB de Odiáxere e EB de Bensafirim) e no AEJD - na EB de Santa Maria e EB N.º 1 de Lagos - por motivos de pavimentos desadequados, falta de sombras ou ausência de espaço exterior coberto, seja para recreio seja para as aulas de educação física.

↗ Bom estado de conservação do mobiliário, embora existam casos pontuais em que se encontra algum desgaste, incluindo os equipamentos de apoio às atividades desportivas;

...relativo à possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios

↗ Limitações à ampliação dos edifícios dos estabelecimentos escolares localizados nas freguesias rurais, atendendo às dimensões dos terrenos onde se inserem e a sua integração na malha urbana, que condicionam o eventual aumento de capacidade para fazer face à elevada taxa de ocupação dos estabelecimentos localizados na cidade de Lagos;

↗ A EB de Ameijeira e EB Sophia de Mello Breyner Andresen constituem as duas hipóteses para uma eventual ampliação destinada a dar resposta à procura de educação pré-escolar e 1.º CEB;

2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

...relativo à oferta

↗ Concentração da oferta da rede pública destes níveis de ensino em dois estabelecimentos (um de cada agrupamento), ambos localizados no centro da cidade de Lagos, na freguesia de São Gonçalo de Lagos: EB das Naus e EB Tecnopolis, sendo que o 9.º ano está a ser lecionado atualmente, na ES Gil Eanes e ES Júlio Dantas;

↗ Em termos de oferta, existe um total de 40 salas de aula (incluindo salas regulares e outras como salas de música, de EVT/EV/ET, ginásio) e 12 salas técnicas (nomeadamente de informática, laboratórios e CAA), resultando numa capacidade máxima para 1.288 alunos, partindo de uma ocupação máxima de 28 alunos/sala;

↗ Na rede particular e cooperativa, no ano letivo 2022/23 existe oferta de 2.º e 3.º CEB na Escola Internacional Vale Verde que leciona currículos britânicos, num total de 6 salas de aula;

↗ Para além da oferta do 2.º e 3.º CEB regular os 2 agrupamentos de escolas de Lagos também oferecem outras modalidades de educação/formação aos jovens do concelho, sendo que o AEJD tem turmas de PIEF e PCA;

...relativo à taxa de ocupação, irradiação e saturação dos espaços

↗ A taxa de ocupação global para dos 2 estabelecimentos que respondem à procura do 2.º e 3.º CEB sem o 9.º ano, ultrapassa os 100%, sendo que na EB das Naus no ano letivo 2022/23 atingiu os 99% e a EB Tecnopolis os 108%. Considerando as 8 salas instaladas em monoblocos na EB das Naus a taxa de ocupação deste estabelecimento reduz para os 72,6%. Denote-se que foi considerado o número máximo de 28 alunos/turma, ficando de fora, ainda assim, especificidades como as turmas com alunos com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão;

↗ Na sequência do ponto anterior, refira-se que a imposição de redução do número de alunos por turma abrange 30 das 37 turmas do 5.º ao 8.º anos a funcionar na EB Tecnopolis;

↗ Não está contabilizado o facto de várias salas de aula terem sido inicialmente construídas para esse efeito, o que limita, só por si, o número de alunos por sala reduzindo as condições de normal funcionamento das aulas;

...relativo à procura

↗ Os decréscimos verificados na população escolar do 2.º CEB nos anos letivos 2019/20 e 2020/21, não foram suficientes para contrariar a taxa de variação positiva registada entre 2017/18 e 2022/23 (+0,6%) do número de jovens inscritos nos estabelecimentos da rede pública. Também as oscilações negativas do número total de alunos inscritos no 3.º CEB da rede pública, não foram suficientes para inverter o acréscimo de 6,4% ao longo dos 6 últimos anos letivos;

↗ De acordo com as projeções demográficas realizadas, estima-se um acréscimo populacional para o escalão etário dos 10 aos 11 anos de idade, e um ligeiro decréscimo para a população residente na faixa etária 12 a 14 anos de idade: em 2027, estima-se que existam 689 jovens na faixa etária que se associa ao 2.º CEB e 982 na correspondente ao 3.º CEB;

↗ Em 2031, prevê-se uma tendência de crescimento, estimando-se a existência de 711 jovens no escalão dos 10 aos 11 anos de idade e 1.099 jovens no escalão dos 12 aos 14 anos de idade;

↗ Em termos de taxas de retenção e desistência no 2.º e 3.º CEB, a evolução tem sido positiva ao longo dos últimos anos letivos e, no ano letivo 2020/21, o concelho de Lagos apresentava valores abaixo dos registados para a região do Algarve e para o Continente;

...relativo ao estado de conservação, adequação e segurança dos espaços

↗ Necessidade de obras na EB das Naus que permanece com problemas estruturais graves, tais como situações de infiltrações, fissuras nas paredes e cobertura, que revelam urgência de obras de reabilitação dos edifícios;

↗ Ainda na EB das Naus, verifica-se uma desadequação de salas de aula e espaços específicos que não respondem às necessidades atuais, desadequação da cozinha e área insuficiente dos espaços de refeição; problemas de climatização; falta de condições para trabalho dos professores e atendimento; cortes de energia frequentes e maus cheiros dos esgotos;

↗ Na EB Tecnopolis destaca-se o número de salas manifestamente insuficiente para o número de turmas que levou à adaptação de espaços não letivos como salas de aula;

...relativo à possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios

↗ A EB das Naus corresponde à situação mais premente, devido aos problemas estruturais por resolver, bem como a necessidade de complemento com algumas valências adequadas ao nível de ensino respetivo, tendo sido identificada pelo Ministério da Educação como Escola Prioritária para Modernização no *Mapeamento dos edifícios e equipamentos escolares que necessitam de investimentos de construção de novas infraestruturas*;

↗ As necessidades de espaço da EB das Naus foram provisoriamente colmatadas com recurso à colocação de monoblocos, aumentando a capacidade em mais 8 salas – embora com isso se tenha aumentado a pressão sobre os espaços comuns da escola – e, no caso da EB Tecnopolis, foram reconvertidos outros espaços não letivos (auditório, biblioteca e gabinetes) em salas de aula;

Ensino Secundário

...relativo à oferta

↗ Na rede pública a oferta de ensino secundário concentra-se em duas escolas: a ES Gil Eanes e a ES Júlio Dantas que também acumulam o 9.º ano, ambas sedes dos agrupamentos de escolas existentes, localizadas na cidade de Lagos, com uma oferta global de 51 salas de aula (incluindo salas de desenho, ginásio, etc.) e 37 salas técnicas (onde se incluem laboratórios, salas de informática, salas dedicadas ao ensino profissional e as salas afetas aos CAA), resultando numa capacidade total de 1.946 alunos, considerando 28 alunos/turma;

↗ Na rede particular e cooperativa, existe oferta deste nível de ensino na Escola Internacional Vale Verde, com um total de 4 salas de aula;

↗ A oferta de formação profissional de dupla certificação dirigida a jovens está praticamente circunscrita às duas escolas secundárias do concelho, apresentando maior variedade de oferta a ES Júlio Dantas;

↗ Existência de um Centro Qualifica na ES Júlio Dantas – com uma oferta dirigida a jovens que não se encontrem a frequentar modalidades de educação ou de formação e que não estejam inseridos no mercado de trabalho e a adultos com idade igual ou superior a 18 anos – e de um centro de formação para educadores e professores (Centro de Formação Dr. Rui Grácio);

↗ Foi aprovada a instalação de um Centro Tecnológico na área de especialização tecnológica das Energias Renováveis na ES Gil Eanes, estando a decorrer a 2.^a fase do concurso com mais uma candidatura desta escola (1 CTE na área Industrial) e 2 CTE na ES Júlio Dantas nas áreas de especialização tecnológica industrial e de informática.

...relativo à taxa de ocupação, irradiação e saturação dos espaços

↗ A taxa de ocupação global das duas escolas secundárias do concelho, que também têm oferta de 9.^o ano, corresponde a 87%, sendo menos elevada na ES Júlio Dantas (86%) no ano letivo 2022/2023, considerando o número máximo de 28 alunos/turma;

↗ Se for considerada a inclusão de alunos com medidas específicas de apoio à aprendizagem, a capacidade instalada dos estabelecimentos desce consideravelmente, aumentando a saturação dos espaços, destacando-se a situação da ES Júlio Dantas, em que 9 das 13 turmas de 9.^o ano que funcionam neste estabelecimento correspondem a turmas com redução no âmbito do DL 54/2018;

...relativo à procura

↗ A evolução do número de alunos inscritos no ensino secundário da rede pública no concelho de Lagos tem sido marcada por uma tendência de crescimento ao longo dos 6 últimos anos letivos, sendo que, em termos globais, no ano letivo 2022/23 existiam mais 270 jovens inscritos, comparativamente com o ano letivo 2017/18, o que representa uma taxa de crescimento de 26,6%;

↗ O número de alunos a frequentar o ensino profissional no ano letivo 2022/23 tinha um peso de 42,6% no total de alunos matriculados no ensino secundário no concelho, contribuindo para isso a diversidade da oferta existente;

↗ Tendência para o acréscimo da procura deste nível de ensino nos próximos anos. De facto, e de acordo com as projeções demográficas, estima-se que a população residente com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos aumente, situando-se, em 2027, nos 1.076 jovens e nos 1.019 em 2031;

↗ Nos concelhos de Aljezur e Vila do Bispo, que não têm oferta de ensino secundário, estima-se que a população residente pertencente a este grupo etário (15-17 anos) tenderá a aumentar até 2027 no concelho de Aljezur e a diminuir no concelho de Vila do Bispo.

...relativo ao estado de conservação, adequação e segurança dos espaços

↗ A ES Gil Eanes apresenta algumas deficiências, nomeadamente fissuras nas paredes e cobertura, e abatimentos do solo – está, aliás, em curso o lançamento da empreitada para resolução destes problemas –, bem como necessidade de adequação dos espaços ao funcionamento do ensino secundário;

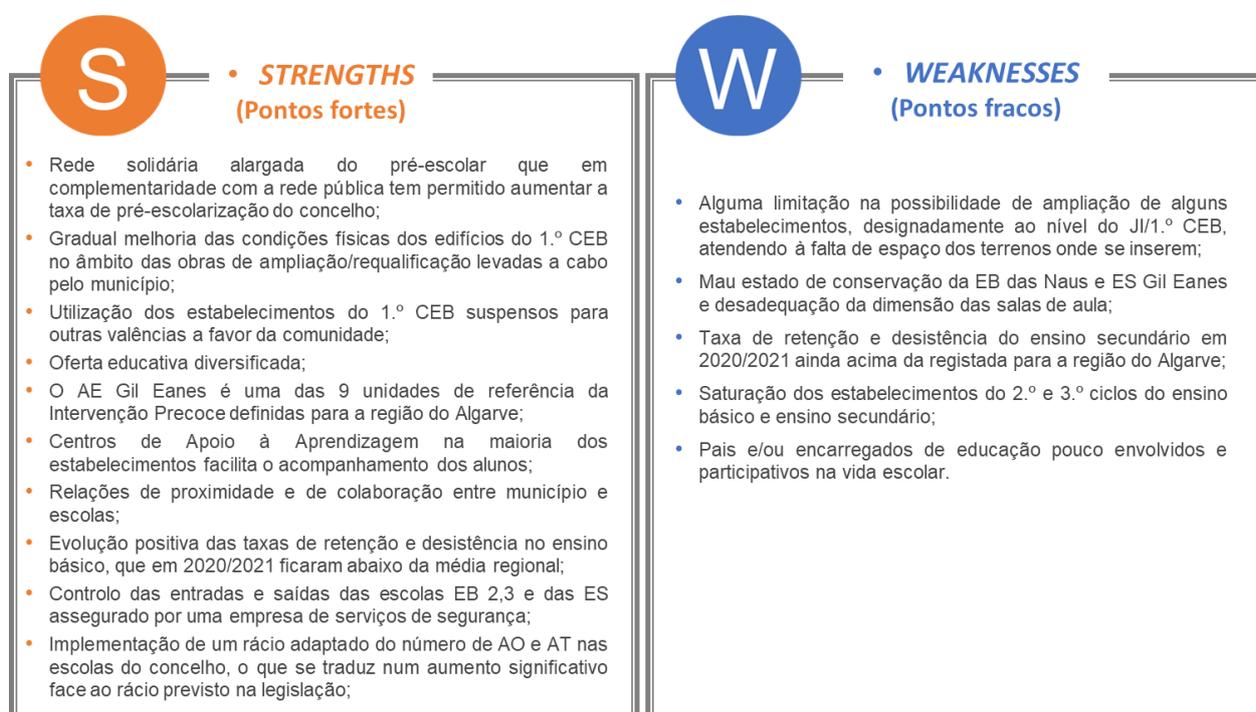
↗ A ES Júlio Dantas, tendo sido alvo de intervenção profunda de requalificação da Parque Escolar EPE em 2017, regista atualmente problemas de infiltrações e algumas dificuldades na operacionalização dos sistemas de climatização.

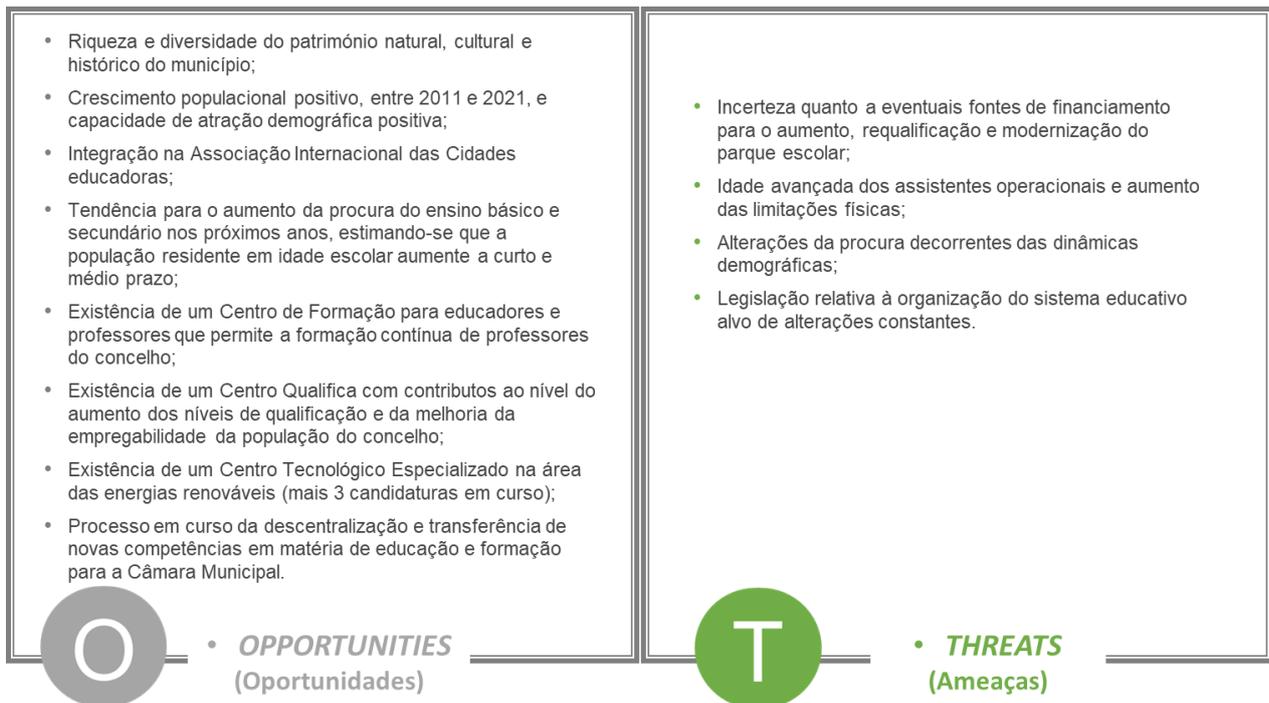
...relativo à possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios

↗ Pertinência da ampliação das instalações da ES Gil Eanes atendendo à dimensão do terreno e à necessidade de complementar os espaços interiores com outras valências e construção de ligação coberta entre os blocos que constituem o estabelecimento, bem como áreas de recreio cobertas que atualmente não existem.

6.2. Diagnóstico da rede educativa do município de Lagos

No sentido de evidenciar as características mais relevantes do sistema educativo do município de Lagos, procurou-se, através de uma análise SWOT, diagnosticar de forma simplificada, os aspetos que constituem as forças e fraquezas internas do funcionamento da rede educativa, bem como as ameaças e oportunidades decorrentes de fatores externos, permitindo posteriormente definir linhas orientadoras das propostas de reordenamento.





6.3. Linhas de orientação para a proposta de reordenamento da rede educativa de Lagos

De seguida, identificam-se algumas questões ou domínios que deverão nortear o exercício de reordenamento da rede educativa do município de Lagos, bem como a adaptação das exigências da política educativa nacional.

Importa referir que este exercício não tem a pretensão de esgotar todas as questões que deverão orientar a produção de resultados ao nível do reordenamento da rede educativa do município.

Educação pré-escolar e 1.º CEB

Tal como identificado na Carta Educativa de 2018, mantém-se a necessidade de intervir na rede pública do pré-escolar e 1.º CEB, quer do ponto de vista do reordenamento quer da requalificação, melhoria e ampliação das infraestruturas escolares com o objetivo de incrementar a melhoria da resposta às necessidades educativas destes níveis de ensino.

Apesar das intervenções de melhoria ocorridas na reorganização dos JI e escolas do 1.º CEB da rede pública em prol da oferta de um ensino de maior qualidade, importa ainda reavaliar as seguintes questões:

1. Existência de estabelecimentos com turmas com mais do que um ano de escolaridade;
2. Oportunidades de financiamento ainda no âmbito do programa operacional regional CRESC Algarve 2020 e do mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030 para a requalificação de infraestruturas escolares, nomeadamente de um conjunto de escolas cuja propriedade foi transferida para os municípios, ao abrigo de um acordo sectorial de compromisso estabelecido com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), estando previsto igualmente que as obras cuja competência de requalificação já era dos municípios antes da assunção de competências e que necessitem de intervenção, poderão ser financiadas no âmbito do Portugal 2030, através dos respetivos programas regionais;

3. Capacidade limitada dos JI da rede pública para continuar a dar resposta à procura por este nível de educação, garantindo o acesso gratuito à educação pré-escolar a todas as crianças do concelho com mais de 4 anos e o tendencial alargamento às crianças com 3 anos de idade.

2.º e 3.º Ciclos do ensino básico

As questões que se colocam nestes níveis de ensino, em termos de reordenamento da rede, prendem-se, essencialmente, com as seguintes questões:

1. Resolução dos estrangulamentos existentes nos dois estabelecimentos da rede pública;
2. Avaliação da adequação da capacidade instalada atual e futura tendo em conta as seguintes especificidades:
 - Dimensão desadequada das salas de aula e salas específicas;
 - Aproveitamento de espaços que não foram originalmente concebidos como salas de aula, na tentativa de fazer face ao aumento do número de turmas;
 - Número de alunos com necessidades específicas de apoio à aprendizagem;
 - Integração de um dos dois agrupamentos de escolas no Programa TEIP;
 - Tendência de evolução da população residente com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos.
3. Necessidade premente de requalificação da EB das Naus e modernização dos espaços;
4. Redução das taxas de retenção e desistência no município, nestes níveis de ensino, dando continuidade às medidas relacionadas com a promoção do sucesso educativo, como por exemplo, a oferta de modalidades educativas e formativas diferenciadas e aproveitamento dos recursos humanos e financeiros disponibilizados pelo programa TEIP.

Ensino secundário

Ao nível do ensino secundário, importa considerar a pertinência de ampliação/requalificação da ES Gil Eanes devido às instalações desajustadas às necessidades atuais e aos problemas associados à falta de manutenção.

Por outro lado, coloca-se como desafio futuro a existência de uma oferta educativa e formativa diversificada que permita alargar as possibilidades de escolha dos alunos com vista, por um lado, à fixação dos alunos e, por outro, a redução do insucesso e abandono escolar.

Ensino profissional

No que respeita ao ensino profissional, é fundamental assegurar um planeamento da oferta norteado pelas seguintes questões:

1. Existência de uma oferta diversificada e de qualidade que possa contribuir para aumentar os níveis de escolaridade e de qualificação da população;
2. Existência de um planeamento da oferta formativa concertado e complementar quer a nível municipal quer a nível intermunicipal;
3. Existência de uma oferta adequada às reais necessidades do mercado trabalho.

Educação inclusiva

Relativamente à educação inclusiva, colocam-se desafios ao nível da adequação dos meios materiais e humanos, nomeadamente:

1. Existência de espaços adequados que possam oferecer uma resposta educativa de qualidade a estes alunos, promovendo os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar, adaptado às necessidades;
2. Recursos humanos com formação e preparação adequadas ao acompanhamento de crianças e jovens com deficiências em diferentes graus de desenvolvimento;
3. Existência de respostas após o final da escolaridade obrigatória.

[página propositadamente deixada em branco]

7. PROPOSTAS DE (RE)ORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA

7.1. Objetivos e princípios de intervenção

Nos termos do artigo 10.º do DL n.º 21/2019 de 30 de janeiro, o ordenamento da rede educativa deve, no respeito pela lei de bases do sistema educativo, estruturar-se de acordo com os seguintes princípios gerais:

- Consideração da **educação pré-escolar como primeira etapa** da educação básica;
- **Sequencialidade** entre a educação pré-escolar, os diferentes ciclos do ensino básico e o ensino secundário;
- **Expressão territorial da rede educativa**, entendida como a distribuição dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e de ensino, de acordo com a divisão administrativa do país, tendo em atenção fatores resultantes das características geográficas do território, da densidade e da idade da população a escolarizar, do nível de educação e ensino em questão e da necessidade de assegurar a racionalidade e complementaridade das ofertas.

De acordo com o artigo 11.º do mesmo diploma, o (re)ordenamento da rede educativa deve contribuir para os seguintes objetivos:

- Garantia do direito de acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Superação das situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social;
- Garantia de uma adequada complementaridade de ofertas educativas;
- Garantia da qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
- Desenvolvimento de formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes;
- Adequação da oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino dessa mesma área.

Em suma, o reordenamento da rede educativa do Município de Lagos mantém o seu objetivo fundamental de **contribuir para o incremento da qualidade e eficácia da resposta à procura de educação e formação, numa lógica de rentabilização de recursos**, ancorado numa estratégia de desenvolvimento de política educativa local, assente:

- ✓ no acesso generalizado à educação pré-escolar,
- ✓ na diminuição do insucesso e abandono escolar e
- ✓ na promoção do ensino profissional.

através de uma requalificação física do parque escolar, de uma requalificação organizacional e da diversificação da oferta de educação e formação e atividades lúdico-didáticas.

Esta estratégia enquadra-se igualmente nas Grandes Opções do Plano para 2023, definidas pelo Município, as quais assentam em quatro eixos de desenvolvimento:

- Eixo I** - Lagos Mais Solidária, Segura e Saudável;
- Eixo II** - Lagos mais Ordenada, Acessível e Limpa;
- Eixo III** - Lagos Mais Sustentável;
- Eixo IV** - Lagos Mais Próximo das Pessoas.

Figura 21 – Síntese das opções estratégicas

Eixos		Objetivos Estratégicos	
I	LAGOS MAIS SOLIDÁRIA, SEGURA E SAUDÁVEL	OE 01	Aumentar e Reabilitar a Oferta Habitacional do Município
		OE 02	Reforçar o Apoio à Educação, Juventude e Desporto
		OE 03	Reforçar a Igualdade Social e a Segurança
II	LAGOS MAIS ORDENADA, ACESSÍVEL E LIMPA	OE 04	Qualificar o Ambiente Urbano
		OE 05	Melhorar as Acessibilidades e a Mobilidade
		OE 06	Melhorar o Desempenho da Limpeza Urbana
III	LAGOS MAIS SUSTENTÁVEL	OE 07	Garantir a Eficácia do Sistema de Planeamento e da Gestão Territorial
		OE 08	Afirmar a Marca Lagos de Descobertas, Turismo de Excelência
		OE 09	Valorizar o Património Imobiliário Cultural e Natural
		OE 10	Promover o Desenvolvimento Económico e Ambiental
IV	LAGOS MAIS PRÓXIMA DAS PESSOAS	OE 11	Reforçar mecanismos de ligação entre as pessoas e a gestão autárquica

Fonte: Grandes Opções do Plano e Orçamento, 2023, CM Lagos

Importa destacar, no âmbito do Eixo I, o Objetivo estratégico (OE02) **Reforçar o apoio à Educação, Juventude e Desporto**, o qual prossegue a concretização de ações específicas relacionadas com a educação e formação, muitas já enunciadas na Carta Educativa em vigor, e que têm vindo a ser implementadas ou serão executadas a partir do próximo ano letivo, destacando-se as seguintes estratégias (por estarem diretamente associadas às propostas de reordenamento da rede educativa):

- E.02.01 – Ampliar, apetrechar e conservar o parque escolar;
- E.02.02 – Promover a abertura oficial do Ano Letivo;
- E.02.03 – Alargar a atribuição das bolsas de estudo ao Ensino Profissional;
- E.02.04 – Promover a educação ao longo da vida em articulação com entidades externas;
- E.02.05 – Dinamizar um programa de apoio à participação jovem;
- E.02.06 – Continuar a desenvolver programas e ações que promovam a alimentação saudável e o exercício físico em todas as faixas etárias;
- E.02.07 – Continuar a apoiar o Associativismo Desportivo e outras entidades público-privadas através do Programa de Apoio ao Desporto;
- E.02.10 – Promover o apoio ao aluno e família;
- E.02.11 – Promover um Programa Ocupacional de Tempos Livres para Jovens - Viver o Verão Jovem.

7.2. Propostas de requalificação dos equipamentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (Eixo 1)

As propostas de reordenamento da rede educativa do município de Lagos que se apresentam de seguida devem ser assumidas como propostas para validação em sede de CMEL.

As propostas de intervenção na rede educativa têm em consideração:

- A dinâmica populacional observada nas duas últimas décadas;
- As perspetivas de evolução demográfica para 2027 e 2031;
- As características da procura e da oferta educativas;
- A organização do território municipal;

- As orientações educativas e pedagógicas do Ministério da Educação

Neste contexto, é importante relembrar a situação atual da rede educativa do município de Lagos, onde se apresenta:

- A **distribuição de salas pela oferta pública e privada existente** no ano letivo 2022/2023, de acordo com os dados disponibilizados pelos estabelecimentos educativos/Município;
- Os **limiares mínimos (irradiação) e parâmetros de referência** segundo as normas de programação de equipamentos educativos da DGOTDU (2002);
- A **população a escolarizar**, ou seja, a comparação entre o número de inscritos em cada nível de ensino no ano letivo 2022/2023 e as projeções da população residente com as idades respetivas para cada ciclo para os anos 2027 e 2031.

O cálculo da capacidade (nº de salas e nº de alunos) da oferta educativa é baseado nos parâmetros atualmente em vigor, sendo que a capacidade máxima observa os critérios de 25 crianças por grupo no pré-escolar, 24 alunos por turma no 1.º CEB e 28 alunos por turma nos 2.º e 3.º CEB e ensino secundário, e a capacidade mínima considera a eventual integração de alunos com necessidades educativas (que limita a 20 alunos por turma).

Tabela 75 – Situação atual da rede educativa do concelho de Lagos
SITUAÇÃO ATUAL DA REDE EDUCATIVA DO CONCELHO DE LAGOS

	Rede pública		Rede privada
AE GE	<p>7 estabelecimentos (2 EB1/JI, 3 EB1; 1 EB 2,3 e 1 Secundária)</p> <p>EB de Ameijeira: 4 salas JI (80 a 100 crianças) + 10 salas 1.º CEB (entre 200 e 240 alunos).</p> <p>EB Sophia de Mello Breyner Andresen: 2 salas JI (40 a 50 crianças) + 10 salas 1.º CEB (entre 200 e 240 alunos).</p> <p>EB de Bensafrim: 4 salas 1.º CEB (entre 80 e 96 alunos).</p> <p>EB de Chinicato: 5 salas 1.º CEB (entre 100 e 120 alunos).</p> <p>EB de Odiáxere: 5 salas 1.º CEB (entre 100 e 120 alunos).</p> <p>EB das Naus: 22 salas 2.º e 3.º CEB (entre 440 e 616 alunos).</p> <p>ES Gil Eanes: 22 salas Secundário (entre 440 e 616 alunos).</p>	Rede Solidária	<p>7 estabelecimentos</p> <p>Centro Infantil de Santo Amaro: 3 salas JI (75 crianças).</p> <p>Centro Infantil de São João: 3 salas JI (75 crianças).</p> <p>Centro Infantil Bensafrim – pré-escolar: 3 salas JI (75 crianças).</p> <p>Centro Infantil do Chinicato: 2 salas JI (50 crianças).</p> <p>Centro Infantil da Luz: 2 salas JI (50 crianças).</p> <p>Centro Infantil de Odiáxere (SCM): 3 salas JI (75 crianças).</p> <p>Ji Waldorf Internacional: 2 salas JI (50 crianças).</p>
AE JD	<p>5 estabelecimentos (2 EB1/JI, 1 EB1; 1 EB 2,3 e 1 Secundária).</p> <p>EB Centro Escolar da Luz: 2 salas JI (40 a 50 crianças) + 5 salas 1.º CEB (entre 100 e 120 alunos).</p> <p>EB de Santa Maria: 4 salas JI (80 a 100 crianças) + 8 salas 1.º CEB (entre 160 e 192 alunos).</p> <p>EB nº 1 de Lagos: 10 salas 1.º CEB (entre 200 e 240 alunos).</p> <p>EB Tecnopolis: 24 salas 2.º e 3.º CEB (entre 480 e 672 alunos).</p> <p>ES Júlio Dantas: 47,5 salas secundário (entre 950 e 1.330 alunos).</p>	Rede Particular/ Cooperativa	<p>4 estabelecimentos</p> <p>Externato Ji Torralinha: 3 salas JI (75 crianças) + 4 salas 1.º CEB (96 alunos).</p> <p>Colégio Luz de S. Gonçalo: 3 salas JI (75 crianças) + 4 salas 1.º CEB (96 alunos).</p> <p>Colégio Bambino: 2 salas JI (50 crianças) + 4 salas 1.º CEB (96 alunos) e 1 sala de 2.º e 3.º CEB (28 alunos).</p> <p>Escola Internacional Vale Verde: 4 salas 1.º CEB (96 alunos), 6 salas de 2.º e 3.º CEB (168 alunos) e 4 salas de secundário (112 alunos).</p>

Limiar mínimo e critérios de referência para educação pré-escolar

Percurso Casa-Escola: a pé (preferencial): até 15 minutos; em transporte público (máximo): até 20 minutos.
 O transporte deve assegurar a segurança e o conforto das crianças. Atendendo à faixa etária, deverá privilegiar-se o princípio geral de proximidade no percurso casa-escola
 Número de crianças por educador: Mínimo: 20, Máximo 25
 População base: 900 habitantes

Limiar mínimo e critérios de referência para 1.º CEB

Percurso Casa-Escola: a pé (preferencial): até 15 minutos ou 1,5 Km ou (máximo aceitável) até 30 minutos ou 1,5 km; em transporte público: até 40 minutos. O transporte deve assegurar a segurança e o conforto dos alunos.
 Número de crianças por turma: Mínimo: 20, Máximo 24 (Tendo em consideração a legislação atual)
 População base: 2000 habitantes (no mínimo)

Limiar mínimo e critérios de referência para 2.º e 3.º CEB

Percurso Casa-Escola: a pé (preferencial): até 30 minutos ou 1,5 Km ou (máximo aceitável) até 45 minutos ou 2,2 km; em transporte público: até 60 minutos. O transporte deve assegurar a segurança e o conforto dos alunos.
 Número de crianças por turma: Mínimo: 26, Máximo 28 (Tendo em consideração a legislação atual)
 - População Base: 7.900 habitantes

Limiar mínimo e critérios de referência para Ensino Secundário

Percurso Casa-Escola: a pé (preferencial): até 30 minutos ou 2 Km ou (máximo aceitável) até 50 minutos ou 3 km; em transporte público: até 60 minutos.

Número de crianças por turma: Mínimo: 26, Máximo 28 (*Tendo em consideração a legislação atual*)

- População Base: 12.500 habitantes

População escolar atual (2022/2023)								
	Educação pré-escolar		1.º CEB		2.º e 3.º CEB (s/ 9.º ano)		Ensino secundário (c/ 9.º ano)	
	Pública	Total	Pública	Total	Pública	Total ⁽²⁾	Pública	Total ⁽²⁾
inscritos	275	903	1.123	1.313	1.337	1.402	1.698	1.721

População a escolarizar 2027 e 2031				
	3 a 5 anos	6 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
2027	980	1.365	1.671	1076 + 160 (Aljezur) + 125 (Vila do Bispo) = 1.362
2031	1.003	1.400	1.810	1019 + 151 (Aljezur) + 106 (Vila do Bispo) = 1.276

SINTESE DA CAPACIDADE MÁX. ATUAL (REDES PÚBLICA/SOLIDÁRIA/PARTICULAR E COOPERATIVA)

	Educação pré-escolar		1.º CEB		2.º e 3.º CEB ⁽¹⁾		Ensino secundário ⁽¹⁾	
	Pública	Total	Pública	Total	Pública	Total	Pública	Total
Salas	12	38	57	73	46	53	69.5	73.5
Alunos	300	950	1.368	1.752	1.288	1.484	1.946	2.058
Taxa Ocupação max. ⁽²⁾	91,7%	95,1%	82,1%	74,9%	103,8%	94,5%	87,3%	83,6%

(1) A capacidade foi calculada com base no número de lugares disponíveis, numa lógica de 1 turma (28 alunos) para cada sala regular e 0,5 turma (14 alunos) para cada sala específica: capacidade máxima= (N.º de salas regulares * 28) + (N.º de salas específicas * 14). Para efeitos de cálculo das capacidades dos estabelecimentos públicos desta proposta foram consideradas as salas regulares e as salas específicas que constam das plantas que integram as telas finais do projeto de arquitetura de cada escola.

(2) Deve ter-se em consideração que na rede privada não foi possível a agregação dos alunos do 9.º ano ao total de alunos no ensino secundário, uma vez que os dados não estavam desagregados por ano de escolaridade como na rede pública.

Seguidamente, apresentam-se as propostas de reordenamento da rede educativa, que abrangem ampliação de equipamentos existentes e em alternativa a construção de um novo estabelecimento, com as respetivas descrições e justificações e uma síntese das vantagens e desvantagens decorrentes do cenário proposto.

No sentido de melhor explicitar as propostas de intervenção, importa ter em conta a situação exposta anteriormente, bem como a perspetiva de evolução da população residente em idade escolar para 2027 e 2031, relembrando as seguintes conclusões:

- Estima-se que, em 2027, haja um crescimento da população em idade escolar, designadamente no que diz respeito aos escalões etários dos 3 aos 5 anos e dos 6 aos 9 anos de idade, aumentando a pressão sobre os estabelecimentos do ensino pré-escolar e 1.º CEB;
- Perspetiva-se igualmente a tendência de acréscimo da procura do ensino secundário no curto prazo, estimando-se que a população residente com idades compreendidas entre os 15 e 17 anos seja, em 2027, de 1.076 jovens no concelho de Lagos, sendo que também se perspetiva crescimento da população residente em Aljezur neste escalão etário;
- Estima-se que a tendência de crescimento da população residente nos escalões etários correspondentes à idade escolar se mantenha em 2031;
- O principal problema da rede educativa atual reside, sobretudo, no elevado grau de saturação dos estabelecimentos de 2.º e 3.º CEB (com taxas de ocupação situadas no intervalo 145,3%-103,8%).

Tabela 76 – Propostas de reordenamento da rede educativa do concelho de Lagos – Cenário A

CENÁRIO A								
Ampliação de uma EB1/JI: capacidade total da rede pública: 14 salas JI (280 a 350 crianças) + 61 salas 1.º CEB (1220 a 1464 alunos) Ampliação das EB2,3 e da ES Gil Eanes: Capacidade total da rede pública: 71 salas 2.º/3.ºCEB (1420 a 1988 alunos) e 72,5 salas ES (1450 a 2030 alunos)								
Ampliação			Requalificação / Remodelação					
Ampliação da EB Sophia de Mello Breyner Andresen (mais 2 salas JI e 4 salas 1.º CEB) Ampliação da EB das Naus (mais 13 salas de aula) Ampliação da EB Tecnopolis (mais 12 salas de aula) Ampliação da ES Gil Eanes (mais 3 salas de aula)			<ul style="list-style-type: none"> Requalificação da EB Sophia de Mello Breyner Andresen – reorganização e adequação dos espaços a outras valências complementares; Requalificação da EB das Naus – reparação de fissuras e outros problemas estruturais; reorganização e adequação dos espaços a outras valências complementares; Requalificação da EB Tecnopolis – reorganização e adequação dos espaços a outras valências complementares; Requalificação da ES Gil Eanes – reparação de fissuras, abatimento do solo e outros problemas estruturais; reorganização e adequação dos espaços a outras valências complementares; Manutenção corrente dos restantes estabelecimentos e pequenas adaptações. 					
Descrição / Justificação								
<p>Propõe-se a ampliação da EB Sophia de Mello Breyner Andresen, no sentido de aumentar a capacidade de resposta, tendo em consideração as elevadas taxas de ocupação atuais (uma taxa de ocupação máxima total de 91,7% no pré-escolar e de 82,1% no 1.º CEB) e promovendo a consolidação da oferta integrada de educação pré-escolar e 1.º CEB. Esta opção permite uma uniformização do número de salas de educação pré-escolar entre os estabelecimentos localizados na cidade de Lagos.</p> <p>Neste cenário prevê-se manutenção do 9.º ano de escolaridade nas escolas secundárias (promovendo a integração das turmas num contexto de melhor adequação às idades, facilitando a transição entre ciclos), propondo a ampliação das duas EB2,3 com um conjunto de salas e espaços adequados, que permitirá a sua utilização multifuncional, como salas de aula, salas de apoio ao estudo, espaços de atendimento, etc, adotando uma metodologia diferenciada. Por outro lado, a ES Gil Eanes deverá aumentar a sua capacidade em 3 salas de aula, de modo a minimizar o grau de saturação dos espaços atuais, na medida em que deverá manter as 9 turmas de 9.º ano no seu estabelecimento. Este cenário permitirá atenuar os problemas de sobrelotação dos estabelecimentos, eliminar o recurso aos monoblocos na EB das Naus, resolver situações de degradação dos edifícios e readaptar os espaços como salas multifunções, à medida das necessidades, melhorando as condições de habitabilidade e conforto dos estabelecimentos.</p>								
Capacidade da rede pública, solidária e particular/cooperativa ⁽¹⁾								
	Educação pré-escolar		1.º CEB		2.º e 3.º CEB		Ensino secundário	
	Pública	Total	Pública	Total	Pública	Total	Pública	Total
salas	14	32	61	77	71	75	72,5	76,5
alunos	280 a 350	640 a 800	1.220 a 1.464	1.540 a 1.848	1.420 a 1.988	1.500 a 2.100	1.450 a 2.030	1.530 a 2.142
Rede pública	Aumento de 2 salas		Aumento de 4 salas		Aumento de 25 salas		Aumento de 3 salas	
População a escolarizar 2027 (residentes)								
Residentes	3 a 5 anos		6 a 9 anos		10 a 14 anos		15 a 17 anos (Lagos, Vila do Bispo e Aljezur)	
	980		1.365		1.671		1.362	
Vantagens				Desvantagens/Ameaças				
<ul style="list-style-type: none"> Maiores níveis de sociabilidade quer para as crianças quer para os agentes educativos; Aumento de 25 salas de aula com capacidade máxima para 28 alunos/turma face à oferta atual ao nível do 2.º e 3.º CEB; Aumento de 3 salas na ES Gil Eanes como forma de atenuar a sobrelotação; Melhoria das condições de funcionalidade e de conforto dos estabelecimentos; Eventual acesso a financiamento externo no que respeita à ampliação da EB das Naus por ser considerada “escola prioritária para modernização” no âmbito da transferência de competências para o Município; Eventual oportunidade de financiamento para requalificação de outras infraestruturas escolares no âmbito do mecanismo extraordinário de antecipação do PT2030; Concentração do horário das atividades letivas no período da manhã em ambas as EB2,3 (considerado mais produtivo) permitindo maior equidade entre agrupamentos de escolas; 				<ul style="list-style-type: none"> Continuação da capacidade limitada ao nível da educação pré-escolar da rede pública face às projeções da população residente entre os 3 e os 5 anos de idade para 2027; Aumento parcial de custos com recursos humanos; Risco de procura insuficiente da rede pré-escolar pública; Custo elevado para correção das situações de degradação profunda e intervenções de melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental da EB das Naus e ES Gil Eanes; Alterações da procura decorrentes das dinâmicas demográficas e outras variáveis externas; Diminuição do espaço exterior do recinto escolar; Responde a um cenário conservador de evolução do número de alunos, ou seja, pode vir a condicionar a acomodação do crescimento estimado da população residente destas faixas etárias (10-14 anos) não esquecendo que o 9º ano de escolaridade funciona nas escolas secundárias. Contexto de incerteza em relação às oportunidades de financiamento que implica um esforço de investimento 				

- Supressão das necessidades de espaço para adequação e introdução de valências complementares essenciais ao bom funcionamento do espaço escolar e da qualidade da oferta educativa;
- Aumento da capacidade da rede pública, permitindo o ajustamento de modo a responder às dinâmicas demográficas;
- Como são ampliações não há necessidade de aquisição de terrenos para novas construções.

municipal para resolução de problemas de sobrelotação diagnosticados há vários anos.

- (1) A capacidade foi calculada com base no número de lugares disponíveis, numa lógica de 1 turma (20 a 28 alunos) para cada sala regular e 0,5 turma (10 a 14 alunos) para cada sala específica: capacidade mínima= (N.º de salas regulares * 20) + (N.º de salas específicas * 10); capacidade máxima= (N.º de salas regulares * 28) + (N.º de salas específicas * 14). O total diz respeito às salas, alunos e turmas da rede pública e redes solidária, particular e cooperativa. Para efeitos de cálculo das capacidades dos estabelecimentos públicos desta proposta foram consideradas as salas regulares e as salas específicas que constam das plantas que integram as telas finais do projeto de arquitetura de cada escola.

A proposta de reordenamento da rede ao nível da educação pré-escolar acima referida, vai no sentido de diminuir o desequilíbrio existente atualmente entre rede pública e rede privada, ainda que de forma muito ligeira, dando à população maior possibilidade de escolha com a oferta de mais 2 salas num estabelecimento já dotado com todo o equipamento e espaços necessários à oferta de uma educação pré-escolar de qualidade. Ainda assim, com uma população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos estimada para 2027 de 980 crianças, a oferta pública de pré-escolar apenas conseguirá abranger no máximo 35% dessa população, pelo que importa ir monitorizando a procura e avaliar as razões que a orientam de forma a continuar a dar resposta às necessidades da procura deste nível de educação num horizonte a longo prazo.

No caso do 1.º CEB, este cenário prevê o incremento de 4 salas. No ano letivo 2022/23 estavam matriculados nas escolas de rede pública do concelho 1.123 alunos, o que significa que existirá margem para um crescimento de 341 alunos, considerando que a rede pública ficará com capacidade para receber um máximo de 1.464 alunos.

De acordo com as projeções demográficas realizadas, estima-se que, em 2027, a população residente entre os 6 e os 9 anos seja de aproximadamente 1.365 indivíduos, o que significa que, se todo este universo de crianças optar pelos estabelecimentos da rede pública, seriam necessárias cerca de 57 salas (considerando uma capacidade de 24 alunos por sala). Assim sendo, a **capacidade total** prevista para este Cenário A passará a corresponder a 61 salas.

No entanto, é necessário ter em consideração que nem todas as turmas são constituídas por 24 alunos, além de que o eventual excedente de salas permite que exista margem para uma maior flexibilidade de distribuição dos alunos pelos estabelecimentos, para a utilização de salas para outras atividades importantes para a promoção do sucesso educativo – em função das dinâmicas em termos de evolução da população e/ou das necessidades educativas identificadas –, para maior possibilidade de escolha dos pais e encarregados de educação e para uma maior capacidade de resposta a um possível aumento da procura.

No que se refere ao 2.º e 3.º CEB, o cenário A considerada a ampliação das EB2,3 do concelho, atendendo à necessidade de integrar as turmas atualmente com aulas em monoblocos na EB das Naus e a inclusão de espaços multifuncionais adaptados às metodologias adotadas pelo AEGE, e, no caso da Tecnopolis, a ampliação irá permitir restituir a um conjunto de espaços específicos (biblioteca, auditório e gabinetes de trabalho) as suas funções iniciais, aumentando ligeiramente a capacidade do estabelecimento de modo a responder à procura registada.

Daqui resultará um aumento de 25 salas de aula do 2.º e 3.º CEB na capacidade da rede pública, possibilitando a generalização do horário da manhã para as atividades letivas nos dois estabelecimentos existentes e a implementação de novas metodologias de aprendizagem. Simultaneamente, este cenário considera o aumento de 3 salas na ES Gil Eanes de forma a atenuar a situação de elevada saturação dos espaços.

Assim, a proposta de ampliação no que se refere aos 2.º e 3.º CEB e ensino secundário prevê:

- Ampliação do edifício da EB das Naus de modo a integrar 13 novas salas de aula – numa lógica de salas = espaços multifuncionais, permitindo uma melhor implementação do Plano de Inovação adotado pelo AE Gil Eanes;
- A construção de um novo bloco na EB Tecnopolis com 12 salas – permitindo restituir a um conjunto de espaços específicos (biblioteca, auditório e gabinetes de trabalho) as suas funções iniciais, e

umentar ligeiramente a capacidade do estabelecimento de modo a responder à procura registada, num total de 33 salas regulares mais 3 salas técnicas;

- A ampliação da ES Gil Eanes de modo a integrar 3 novas salas de aula, procurando minimizar a situação de sobrelotação dos espaços;
- A continuação das turmas de 9.º ano de escolaridade nas escolas secundárias, favorecendo a transição entre ciclos de ensino e promovendo a integração das turmas num contexto de melhor adequação às idades.

Contudo, esta hipótese trará também custos na medida em que implica a correção das situações de degradação profunda e intervenções de melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental de estabelecimentos existentes, já identificadas na Carta Educativa 2018.

Acresce ainda que a opção pela ampliação de estabelecimentos se traduz igualmente no aumento da população escolar a frequentar os espaços comuns – refeitórios, pavilhão desportivo, campos de jogos, biblioteca, casas de banho, entre outros, implicando as necessárias adaptações nos edifícios e espaços existentes.

Segundo as projeções demográficas efetuadas, estima-se que num curto prazo (em 2027) a população residente com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos ascenda aos 1.671, o que significa a necessidade de 60 a 83 salas regulares (com base na lotação da sala entre 28 e 20 alunos).

No que respeita aos residentes com idade entre os 15 e 17 anos, estima-se uma população de 1.076 jovens residentes em Lagos em 2027, aos quais deverão crescer 285 residentes nos municípios de Aljezur e Vila do Bispo que frequentam os dois agrupamentos de escolas de Lagos, resultando num total de 1.362 jovens, o que resulta na necessidade de 49 a 68 salas regulares. No entanto, importa lembrar que atualmente os estabelecimentos de ensino secundário também recebem alunos do 3.º CEB, nomeadamente no 9º ano de escolaridade, a crescer à necessidade apontada.

Neste contexto, considera-se importante equacionar um cenário B, o qual contempla a construção de um novo estabelecimento desde a educação pré-escolar até ao 3.º CEB, aumentando para 3 as escolas com oferta de 2.º e 3.º CEB no concelho, sendo, deste modo, possível libertar espaço nas atuais EB2,3 e restituir-lhes os espaços complementares para outras valências (veja-se tabela seguinte).

Tabela 77 – Propostas de reordenamento da rede educativa do concelho de Lagos – Cenário B

CENÁRIO B	
Construção de uma Escola Básica Integrada com pré-escolar e ampliação da ES Gil Eanes	
Capacidade total da rede pública: 16 salas JI (320 a 400 alunos), 63 salas 1.º CEB (1.260 a 1.512 alunos), 73,5 salas 2.º/3.º CEB (1.470 a 2.058 alunos) e 72,5 salas ES (1450 a 2030 alunos)	
Construção	Requalificação / Remodelação
Nova EBi/JI de Lagos (4 salas JI + 6 salas 1.º CEB + 25 salas regulares e 5 técnicas de 2.º/3.º CEB)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Requalificação da EB das Naus - reparação de fissuras e outros problemas estruturais; reorganização e adequação dos espaços a outras valências complementares; ▪ Requalificação/reorganização da ES Gil Eanes – reparação de fissuras, abatimento do solo e outros problemas estruturais; adequação dos espaços a outras valências complementares; ▪ Manutenção corrente dos restantes estabelecimentos e pequenas adaptações.
Ampliação	
Ampliação da ES Gil Eanes (mais 3 salas de aula)	
Descrição / Justificação	
<p>Propõe-se a construção de 1 novo estabelecimento destinado a satisfazer a procura de educação pré-escolar e ensino básico no concelho: uma nova EB integrada com JI do 1.º ao 3.º CEB, permitindo reduzir a pressão sobre os dois estabelecimentos de 2.º e 3.º CEB existentes, atendendo aos problemas de sobrecaptação da EB Tecnopolis e da tendência para a sobrelotação da EB das Naus, com prejuízo na satisfação das necessidades educativas atuais, bem como a situação de degradação e desadequação verificada na ES Gil Eanes, a par das projeções da população residente com idades entre os 10 e 14 que apontam um crescimento para os próximos 5 anos. Tendo em conta a manutenção do 9º ano integrado nas escolas secundárias, pretende-se intervir no sentido de, por um lado, atenuar as situações de degradação das instalações atuais, adaptando-as às novas exigências curriculares, pedagógicas e formativas, e, por outro, ajustar as capacidades dos diversos estabelecimentos às efetivas necessidades.</p> <p>Ao nível da educação pré-escolar a oferta ganha 4 salas o que permitirá abranger uma maior proporção da população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos – atendendo à sobrelotação dos estabelecimentos da privada, nomeadamente a rede solidária, sobretudo ao nível do berçário/creche), e em termos de 1.º CEB prevê-se um aumento de 6 salas de aula.</p>	

Capacidade total da rede pública, solidária e particular/cooperativa ⁽¹⁾								
	Educação pré-escolar		1.º CEB		2.º e 3.º CEB		Ensino secundário	
	Pública	Total	Pública	Total	Pública	Total	Pública	Total
salas	16	42	63	79	73,5	80,5	72,5	76,5
alunos	320 a 400	840 a 1.050	1.260 a 1.512	1.580 a 1.896	1.470 a 2.058	1.610 a 2.254	1.450 a 2.030	1.530 a 2.142
Rede pública	Aumento de 4 salas		Aumento de 6 salas		Aumento de 25 salas regulares + 5 salas técnicas		Aumento de 3 salas	
População a escolarizar 2027								
Residentes	3 a 5 anos		6 a 9 anos		10 a 14 anos		15 a 17 anos (Lagos, Vila do Bispo e Aljezur)	
	980		1.365		1.671		1.362	
Vantagens					Desvantagens/Ameaças			
<ul style="list-style-type: none"> Aumento da capacidade da rede pública de 2.º e 3.º CEB com mais 25 salas regulares e 5 salas técnicas, de 1.º CEB com mais 6 salas e de JI com mais 4 salas e, ainda, de 3 salas de ensino secundário; Aumento para 3 as escolas com oferta de 2.º e 3.º CEB no concelho e consequente libertação de espaço nas escolas com 2.º e 3.º CEB existentes para outras valências importantes para o incremento da qualidade de ensino (salas de convívio e de trabalho para os professores, salas de atendimento, convívio dos alunos, entre outros espaços); Aumento de 3 salas na ES Gil Eanes como forma de atenuar a sobrelotação; Diminuição do desequilíbrio na oferta de pré-escolar entre a rede pública e rede privada; Maior facilidade na transição entre ciclos; Maiores níveis de sociabilidade quer para as crianças quer para os agentes educativos com a existência de uma escola integrada; Melhoria das condições de funcionalidade e de conforto dos estabelecimentos; Eventual acesso a financiamento externo no que respeita à requalificação da EB das Naus por ser considerada “escola prioritária para modernização” no âmbito da transferência de competências para o Município; Eventual oportunidade de financiamento para requalificação de outras infraestruturas escolares no âmbito do mecanismo extraordinário de antecipação do PT2030; Concentração do horário das atividades letivas no período da manhã nas EB2,3 (considerado mais produtivo) permitindo maior equidade entre agrupamentos de escolas. 					<ul style="list-style-type: none"> Aumento dos custos inerentes à construção de um novo equipamento educativo (terreno, projeto e obra); Aumento integral dos encargos com recursos humanos; Aumento dos encargos com manutenção e gestão do parque escolar; Mantém-se necessidade de investimento para correção das situações de degradação profunda e intervenções de melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental da EB das Naus e ES Gil Eanes e ampliação desta última; Contexto de incerteza em relação às oportunidades de financiamento que implica um esforço de investimento na construção de novo equipamento para resolução de problemas de sobrelotação diagnosticados há vários anos; Alterações da procura decorrentes das dinâmicas demográficas e outras variáveis externas; 			

(1) A capacidade foi calculada com base no número de lugares disponíveis, numa lógica de 1 turma (20 a 28 alunos) para cada sala regular e 0,5 turma (10 a 14 alunos) para cada sala específica: capacidade mínima= (N.º de salas regulares * 20) + (N.º de salas específicas * 10); capacidade máxima= (N.º de salas regulares * 28) + (N.º de salas específicas * 14). O total diz respeito às salas, alunos e turmas da rede pública e redes solidária, particular e cooperativa. Para efeitos de cálculo das capacidades dos estabelecimentos públicos desta proposta foram consideradas as salas regulares e as salas específicas que constam das plantas que integram as telas finais do projeto de arquitetura de cada escola.

Assim, a proposta do cenário B permitirá a utilização de alguns espaços nas EB 2,3 existentes para outras valências importantes para o incremento da qualidade de ensino (salas de convívio e de trabalho para os professores, salas de atendimento, convívio dos alunos, entre outros espaços) tendo em consideração o Plano de Inovação do AEGE que está em implementação e que prevê ofertas formativas inclusivas, a par de outras metodologias de trabalho (pares pedagógicos, assessorias, trabalho colaborativo) e de projetos de diversas áreas como a Arte, a Música, o Teatro, a Rádio, a Ciência, entre outros.

No que se refere à oferta de 1.º CEB, este cenário prevê o incremento de mais 6 salas, o que significa um total de 63 salas no concelho para uma capacidade máxima 1.512 alunos, respondendo adequadamente à procura estimada em 2027, onde se prevê que a população residente na faixa etária 6-9 anos seja de 1.365 crianças, resultando na necessidade de cerca de 62 salas (considerando a lotação máxima de 24 alunos por sala).

Ao nível da educação pré-escolar, a oferta de mais 4 salas possibilita o aumento da capacidade de resposta da rede pública para um máximo de 400 crianças, à qual acrescem as ofertas da rede solidária e particular/cooperativa, sendo possível abranger um máximo de 1.050 crianças, o que já se aproxima das estimativas da população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos para 2027: 980 crianças.

No entanto, será o cenário que implica um maior esforço financeiro do Município, atendendo a que:

- A responsabilidade pela construção de um novo equipamento integrado com JI, do 1.º ao 3.º CEB recai, a partir de agora, sobre os municípios, muito provavelmente sem dotação financeira proveniente da entidade governamental no domínio da educação;
- Na falta de terrenos municipais, implicará custos com a aquisição de terrenos, para além do custo de construção e apetrechamento do novo equipamento;
- A construção de raiz de um novo estabelecimento não dispensa o investimento na requalificação dos estabelecimentos existentes com a mesma oferta de ensino.

Simultaneamente, mantém-se a necessidade de intervenção profunda na EB das Naus, de modo a resolver problemas já identificados, como sejam as situações de desadequação e de degradação de equipamentos educativos, que não permitem cumprir as mínimas condições funcionais ambientais e de conforto térmico e acústico. Mantém-se ainda a necessidade de requalificação e ampliação da ES Gil Eanes, tendo em consideração que o 9.º ano continuará a ser ministrado nas escolas secundárias e este estabelecimento apresenta já necessidades de requalificação e reorganização dos espaços.

Em suma, embora esta proposta permita dar resposta à procura de educação/formação no município no médio prazo e resolver os problemas de sobrelotação dos estabelecimentos escolares, nomeadamente no 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, tendo em conta o crescimento previsto da população residente no município de Lagos entre os 3 e os 17 anos de idade implica um esforço financeiro por parte do município que não é possível realizar no curto prazo, desconhecendo-se as eventuais oportunidades de financiamento no âmbito dos programas operacionais e outros quadros financeiros.

Importa ir monitorizando com regularidade a procura de cada estabelecimento de ensino por forma a evitar situações de sobrelotação ou sublotação e manter o equilíbrio da rede educativa do município de Lagos.

No sentido facilitar a análise integrada das implicações desta proposta na capacidade de resposta dos Agrupamentos de Escolas e respetivos estabelecimentos da rede pública, apresenta-se de seguida, a sua síntese, considerando a capacidade máxima, de acordo com os parâmetros de constituição das turmas definidos na legislação vigente.

Tabela 78 – Síntese das propostas – capacidade instalada

Estabelecimento	Proposta	CENÁRIO A		CENÁRIO B	
		Salas	Alunos	Salas	Alunos
EB de Ameijeira	Manutenção da capacidade atual	4	80 a 100	4	80 a 100
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	Manutenção da capacidade atual	2	40 a 50	2	40 a 50
	Ampliação	2	40 a 50	-	-
EB de Santa Maria	Manutenção da capacidade atual	4	80 a 100	4	80 a 100
EB Centro Escolar da Luz	Manutenção da capacidade atual	2	40 a 50	2	40 a 50
Nova EBI c/JI	Construção Nova	-	-	4	80 a 100
Total JI		14	280 a 320	16	320 a 400
EB de Ameijeira	Manutenção da capacidade atual	10	200 a 240	10	200 a 240
EB de Chinicato	Manutenção da capacidade atual	5	100 a 120	5	100 a 120
EB de Odiáxere	Manutenção da capacidade atual	5	100 a 120	5	100 a 120
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	Manutenção da capacidade atual	10	200 a 240	10	200 a 240
	Ampliação	4	80 a 96	-	-
EB de Bensafirim	Manutenção da capacidade atual	4	80 a 96	4	80 a 96
EB de Santa Maria	Manutenção da capacidade atual	8	160 a 192	8	160 a 192
EB n.º 1 de Lagos	Manutenção da capacidade atual	10	200 a 240	10	200 a 240
EB Centro Escolar da Luz	Manutenção da capacidade atual	5	100 a 120	5	100 a 120
Nova EBI c/JI	Construção Nova	-	-	6	120 a 144
Total EB1		61	1.220 a 1.464	63	1.260 a 1.512
EB das Naus	Manutenção da capacidade atual	22	440 a 616	22	440 a 616
	Ampliação	13	260 a 364	-	-
EB Tecnopolis	Manutenção da capacidade atual	24	480 a 672	24	480 a 672
	Ampliação	12	240 a 336	-	-

Estabelecimento	Proposta	CENÁRIO A		CENÁRIO B	
		Salas	Alunos	Salas	Alunos
Nova EBi c/JI	Construção de novo estabelecimento	-	-	27,5	550 a 770
Total 2.º e 3.º CEB (sem 9º ano)		71	1.420 a 1.988	73,5	1.470 a 2.058
ES Gil Eanes	Manutenção da capacidade atual	22	440 a 616	22	440 a 616
	Ampliação	3	60 a 84	3	60 a 840
ES Júlio Dantas	Manutenção da capacidade atual	47,5	950 a 1.330	47,5	950 a 1.330
Total Ensino Secundário (c/9º ano)		72,5	1.450 a 2.030	72,5	1.450 a 2.030

A ampliação da EB das Naus implica a reformulação do edifício atual de modo a acomodar as turmas atuais e os espaços específicos previstos, bem como a adaptação de outros espaços complementares como a cozinha, as casas de banho e eventualmente outras zonas comuns. Atendendo às limitações do próprio recinto escolar, prevê-se que a sua ampliação possa acontecer:

- Através da reformulação do edifício que possibilite a construção de um 3.º piso ou
- Por via da ocupação de terreno contíguo, nomeadamente do parque de estacionamento ou eventualmente através da aquisição do terreno.

Por sua vez, a ampliação da EB Tecnopolis passará pela construção de um novo bloco com 12 salas.

Figura 22 – Vista aérea dos recintos escolares da EB das Naus e EB Tecnopolis



Fonte: GoogleEarth.

A tabela seguinte apresenta uma breve comparação entre os dois cenários de intervenção.

Tabela 79 – Análise comparativa das propostas para o 2.º e 3.º CEB e ensino secundário

	CENÁRIO A	CENÁRIO B
Ampliação das EB2,3 existentes	Sim	Não
Custos Pessoal	Menor esforço	Maior esforço
Custos Apetrechamento	Menor esforço	Maior esforço
Custos de obra	Menor esforço	Maior esforço
Possibilidade de Financiamento externo	100% EB Naus ⁽¹⁾	Desconhecida
Total de Salas 2.º e 3.º CEB ⁽²⁾	71	73,5
Capacidade: n.º de alunos 2.º e 3.º CEB (sem 9º ano) ⁽³⁾	1.420 a 1.988	1.470 a 2.058
Total de Salas (ensino secundário/9.º ano) ⁽²⁾	72,5	72,5
Capacidade: n.º de alunos (ensino secundário/9.º ano) ⁽³⁾	1.450 a 2.030	1.450 a 2.030
Prosseguir com a redução do n.º alunos/turma	Sim	Sim
Aumento da resposta adaptada a cada agrupamento	Sim	Não
Libertação de espaço nas EB2,3 para outras valências	Sim	Sim
Adaptação às flutuações da procura decorrentes de dinâmicas demográficas	Parcial	Parcial

	CENÁRIO A	CENÁRIO B
Libertação de espaço nas Escolas Secundárias	Parcial	Parcial
Equidade dos Agrupamentos de Escolas	Sim	Não

(1) eventual abertura de novo período de candidatura, no âmbito do “Mecanismo Extraordinário de Antecipação do PT 2030” do reforço financeiro da dotação da Prioridade de Investimento – Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino”

(2) N.º total de salas inclui salas regulares e salas técnicas - numa lógica de 1 turma para cada sala regular e 0,5 turma para cada sala específica – daí o resultado não ser sempre um número inteiro.

(3) Capacidade mínima= (N.º de salas regulares * 20) + (N.º de salas específicas * 10); capacidade máxima= (N.º de salas regulares * 28) + (N.º de salas específicas * 14)

Na ponderação da opção a selecionar sobre o reordenamento da rede educativa deverão ser considerados aspetos fundamentais como:

- A necessidade de assegurar a racionalidade e a complementaridade dos recursos educativos;
- A racionalização dos recursos físicos e humanos que integram a rede educativa do município, adequados à procura e que assegurem a qualidade da oferta de educação e formação;
- A sustentabilidade financeira e encargos com pessoal, manutenção, apetrechamento, transportes escolares...);
- A oportunidade do financiamento externo;
- O equilíbrio dos territórios educativos dos dois agrupamentos de escolas.

No âmbito do **enquadramento na política municipal de ordenamento do território**, a concretização de ambos os cenários A e B encontra respaldo no regime de uso do solo vigente, estabelecido pelo Plano de Urbanização de Lagos, aprovado pela Assembleia Municipal de Lagos em 25 de junho de 2012 e publicitado através do Aviso n.º 12953/2012 no Diário da República, 2.ª Série, N.º 188, de 27 de setembro de 2012.

O cenário A é orientado fundamentalmente para a ampliação de estabelecimentos escolares existentes em áreas qualificadas para efeitos de uso do solo como “Equipamentos Existentes” ou “Equipamentos Propostos e/ou Reserva” (EB Sophia de Mello Breyner Andresen, ES Gil Eanes e EB Tecnópolis). A EB das Naus e respetiva ampliação tem por base terrenos para equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas cedidos para o domínio municipal no âmbito de duas operações de loteamento, constituindo utilizações compatíveis com as definidas nos respetivos alvarás.

Relativamente ao cenário B, este constitui-se pela conjugação da ampliação da ES Gil Eanes e construção de uma nova escola básica integrada com jardim de infância. Conforme atrás referido, a ES Gil Eanes localiza-se em área qualificada para efeitos de uso do solo no Plano de Urbanização de Lagos como “Equipamentos Existentes”, comportando a ampliação de mais três salas de aula. Quanto à construção de uma nova EBi/JI, a mesma é suscetível de ocorrer, por reconstrução, alteração ou, eventualmente, ampliação da antiga Escola Preparatória Dr. Júlio Dantas, em terreno municipal qualificado no Plano de Urbanização igualmente como “Equipamentos Existentes”.

Na perspetiva de obtenção de financiamento a 100% para a requalificação e ampliação da EB das Naus, por ser considerada “Escola prioritária para a modernização” (escola identificada no Programa 2020 como prioridade de investimento P2 – urgente, mediante Acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a ANMP), o Município de Lagos opta por seguir as propostas de intervenção apresentadas no cenário A, conforme anteriormente explicitadas e relembradas na tabela seguinte.

Tabela 80 – Propostas de reordenamento da rede educativa do concelho de Lagos – Cenário A

Ampliação	Requalificação / Remodelação
Ampliação da EB Sophia de Mello Breyner Andresen (mais 2 salas JI e 4 salas 1.º CEB) Ampliação da EB das Naus (mais 13 salas de aula) Ampliação da EB Tecnopolis (mais 12 salas de aula) Ampliação da ES Gil Eanes (mais 3 salas de aula)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Requalificação da EB Sophia de Mello Breyner Andresen – reorganização e adequação dos espaços a outras valências complementares; ▪ Requalificação da EB das Naus – reparação de fissuras e outros problemas estruturais; reorganização e adequação dos espaços a outras valências complementares; ▪ Requalificação da EB Tecnopolis – reorganização e adequação dos espaços a outras valências complementares; ▪ Requalificação da ES Gil Eanes – reparação de fissuras, abatimento do solo e outros problemas estruturais; reorganização e adequação dos espaços a outras valências complementares; ▪ Manutenção corrente dos restantes estabelecimentos e pequenas adaptações.

Além das intervenções estruturantes, de reordenamento da rede educativa atualmente existente, **devem ser equacionadas no quadro das opções a curto/médio prazo as propostas de intervenção nos estabelecimentos em funcionamento** que conduzam à melhoria do seu estado de conservação e o seu apetrechamento técnico-pedagógico, pretendendo-se resolver os principais problemas identificados no diagnóstico, que, sendo transversais a qualquer proposta de reordenamento da rede atual, visam melhorar as condições de ensino, utilização e segurança dos espaços escolares, designadamente no que se refere a:

- Corrigir problemas construtivos e infraestruturais;
- Melhorar as condições de segurança;
- Cumprir regulamentos como o RSECE, SCIE, ACÚSTICO, ITED – relacionados com o conforto térmico e acústico dos edifícios, bem como com a eficiência energética;
- Melhorar condições de habitabilidade e de acessibilidade;
- Adequar os espaços letivos a exigências curriculares mais práticas e pedagógicas;
- Modernizar equipamentos em termos tecnológicos.

7.3. Medidas de promoção do sucesso educativo (Eixos 2 e 3)

Enquanto documento de política educativa municipal, a Carta Educativa deve, igualmente, e conforme já previsto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro “refletir a estratégia municipal para a redução do abandono escolar e para a promoção do sucesso educativo”.

No sentido de orientar a ação municipal em termos educativos e definir objetivos estratégicos de política educativa, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Município e aos investimentos realizados, apresenta-se um conjunto de medidas e ações de intervenção municipal, numa lógica de complementaridade e de atuação em rede. As medidas e ações encontram-se organizadas por objetivo estratégico, visando promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho (Eixo 2), mas também, complementarmente, incentivar a oferta do ensino profissionalizante (Eixo 3), como forma de diversificação da oferta formativa para a melhoria da qualificação dos seus munícipes, através da otimização dos recursos disponíveis.

As medidas propostas constituem apenas alguns exemplos com base no trabalho desenvolvido pelo Município, às quais podem e devem ser acrescentadas outras, conforme surjam as oportunidades e os eventuais parceiros interessados, não se tratando de uma proposta estanque. Assim, propõem-se quatro objetivos estratégicos de intervenção municipal no âmbito da promoção do sucesso educativo e da oferta de ensino profissionalizante no concelho, bem como os respetivos indicadores de monitorização.

1. Promover a valorização dos espaços e dos recursos educativos do território

- ✓ Promover o crescimento da rede pública de pré-escolar com o alargamento do número de salas por forma a permitir um melhor equilíbrio face à rede solidária, particular e cooperativa e tendencialmente universalizar o acesso a este tipo de ensino a toda a população entre os 3 e os 5 anos de idade;
- ✓ Garantir que todos os estabelecimentos estão apetrechados com todos os meios quer materiais quer humanos para o desenvolvimento de um ensino de qualidade. Entre os meios materiais necessários ao incremento da qualidade do ensino incluem-se todos os espaços complementares ao eficaz funcionamento da escola como os refeitórios, bibliotecas, parque infantil/recreio, sala polivalente;
- ✓ Utilizar as tecnologias digitais como ferramentas de desenvolvimento de competências e de suporte efetivo à aprendizagem;
- ✓ Desenvolver programas de atividades extracurriculares, descentralizados pelo concelho, como forma de assegurar a ocupação das crianças e dos alunos após o cumprimento dos tempos letivos e nas pausas letivas;
- ✓ Promover a qualidade dos refeitórios escolares e apostar em ementas saudáveis.

Indicadores: Número de novas salas de atividades; Número de crianças a frequentar a rede pública de educação pré-escolar; Número de estabelecimentos de ensino intervencionados; Número e tipo de espaços educativos intervencionados; Número de alunos abrangidos pelos programas de atividades extracurriculares.

2. Promover o sucesso educativo e reforçar as condições promotoras de equidade e inclusão

- ✓ Prevenir o insucesso escolar precoce através da criação de mecanismos de deteção de sinais preditores do insucesso;
- ✓ Promover a complementaridade e articulação entre políticas e intervenções sociais e políticas e intervenções educativas através da criação de uma equipa multidisciplinar que sirva todos os agrupamentos de escolas e simultaneamente crie mecanismos de comunicação e articulação de resposta das várias entidades: saúde, ação social municipal, segurança social, justiça e outros;
- ✓ Promover atividades educativas informais e não formais que contribuam para o envolvimento dos alunos na escola, o gosto pela aprendizagem e pela cultura e desporto, como componentes fundamentais do desenvolvimento pessoal (atividades artísticas, científicas e culturais, estímulo da prática desportiva);
- ✓ Reforçar a relação casa-escola e promover as competências parentais;
- ✓ Reforçar as competências e a motivação do pessoal docente e não docente.

Indicadores: Taxa de transição (%); Identificação de projetos relevantes para o sucesso educativo.

3. Contribuir para o aumento das condições de empregabilidade dos jovens e adultos e promover a aprendizagem ao longo da vida

- ✓ Promover a criação de condições que permitam a diversificação da oferta formativa em áreas relevantes para a dinamização económica do concelho e em setores de atividade com algum peso;
- ✓ As ações de promoção da procura, desenvolvidas através da orientação escolar e profissional, deverão centrar-se na promoção da valorização dos percursos educativos e formativos e das profissões enquanto vetor fundamental do papel da escola na construção de futuros e de acesso a melhores condições de vida;
- ✓ Neste contexto, importa promover e reforçar a comunicação entre o mundo da educação e do trabalho, no sentido de encetar ações concertadas com empregadores para realização de visitas de estudo, de ações de sensibilização para o empreendedorismo e de outros momentos de partilha de informação, que favoreçam o conhecimento das profissões, dos contextos profissionais e a aproximação dos jovens ao mundo do trabalho;
- ✓ O aumento dos níveis de escolarização e qualificação da população adulta, bem como o reforço das oportunidades de acesso à aprendizagem ao longo da vida através da diversificação das ofertas educativas e formativas, constituem-se como dimensões chave, complementares às já identificadas, para assegurar contextos mais favoráveis ao sucesso educativo e à sua qualidade. De facto, educadores e comunidades que valorizam a aprendizagem ao longo da vida e, neste contexto, o desenvolvimento das suas competências, poderão apoiar de forma mais consciente e significativa os processos de aprendizagem das crianças e jovens.

Indicadores: Número de alunos que participam em sessões de orientação vocacional e profissional; Número de alunos do ensino profissional; Taxa de sucesso dos alunos do ensino profissional.

4. Contribuir para o reforço da identidade do território e a promoção da cidadania ativa

- ✓ Valorizar, reforçar e diversificar a oferta cultural do concelho, em especial a que permita o reforço da identidade cultural de Lagos (história local, tradições, mobilização de artistas e autores locais para eventos públicos, entradas gratuitas nos museus e monumentos), alicerçada numa estratégia de comunicação e mobilização de públicos mais afastados da oferta cultural, artística e educativa;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento de competências transversais das crianças e jovens do município, nomeadamente, cidadania ativa, pensamento crítico e criativo, espírito empreendedor através do desenvolvimento de projetos que envolvam várias entidades, nomeadamente, escolas, municípios, empresas, entidades da rede social em temáticas de interesse e relevantes para o território

Indicadores: Identificação de projetos relevantes para o desenvolvimento de competências transversais

7.4. Competências assumidas pelo Município em matéria de educação

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da educação desenvolveu-se através de sucessivos quadros legais que ampliaram progressivamente o âmbito de intervenção das autarquias. A recente alteração legislativa no que respeita à transferência para os municípios de competências em matéria de educação, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, veio alargar as responsabilidades de gestão das autarquias em termos de investimento, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares a todo o ensino básico e ensino secundário e ainda em termos pedagógicos, que antes estavam essencialmente a cargo da Administração Central e Regional.

O Município de Lagos assumiu as novas competências em 2019, (reunião de câmara de 24/06/2019 – deliberação n.º 151 – e aprovação em Assembleia Municipal de 25/06/2019), designadamente a nível do ensino secundário, uma vez que a nível da educação pré-escolar e ensino básico (do 1.º ao 3.º CEB), o Município (ou os municípios), já tinha responsabilidades, tanto no funcionamento, conservação e manutenção dos edifícios escolares, como também nalguma gestão do pessoal não docente (conforme contrato de execução, em 2009, relativo à transferência das EB23).

A implementação da descentralização de competências relativas ao ensino secundário ocorreu no ano 2020, resultando numa transferência de verbas através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP (IGeFE, IP) no valor de €2.896.735,99, do qual €2.089.642,22 destinados a despesas com Assistentes operacionais e assistentes técnicos.

No âmbito das competências do Município são celebrados Protocolos de Cooperação com os Agrupamentos de Escolas, que contemplam as novas áreas de atuação e respetivos financiamentos.

De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo IGeFE, IP, identificam-se nas tabelas seguintes os montantes transferidos para o município de Lagos em 2021, no âmbito do Fundo de Financiamento da Descentralização que financia as novas competências, designadamente os encargos com a contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao funcionamento dos estabelecimentos e os encargos com as instalações, entre outros apoios.

Tabela 81 – Transferências para o município de Lagos (Mapas I, II e III) – 2021

Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar (art. 42.º a 45.º)		Mapa II – Apoios alimentares (art. 33.º a 35.º)				Mapa III - Transportes (circuitos especiais) (art. 36.º)
Pessoal não docente das Escolas	Acordo de cooperação	Leite escolar	Programa de Generalização das Refeições	Custos com Refeitórios	Total	
2 033 564,16	140 007,67	41 730,00	31 135,00	56 000,00	128 865,00	20 263,00

Fonte: Transferências no âmbito dos contratos de execução e dos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados, IGeFE, IP.

Tabela 82 – Transferências para o município de Lagos (Mapas IV e V) – 2021

Mapa IV – Escola a tempo inteiro (art. 39.º)			Mapa V – Encargos das instalações (art. 46.º) e conservação (art. 67.º)				
Atividades de Animação e Apoio à Família	Atividades de enriquecimento curricular	Total	Encargos (água, eletricidade, consumíveis e fluidos)	Encargos (limpeza, higiene e material de limpeza)	Total de encargos	Conservação das instalações	Total Mapa V
125 744,23	97 835,16	223 579,39	195 229,00	47 905,00	243 134,00	60 000,00	303 134,00

Fonte: Transferências no âmbito dos contratos de execução e dos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados, IGeFE, IP.

[página propositadamente deixada em branco]

8. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

8.1. Calendarização da execução

A reconfiguração da rede educativa proposta aponta, assim, para dois cenários no que se refere às intervenções estruturantes, com impacto previsível a partir do ano letivo 2026/2027:

- **Cenário A** – Ampliação e requalificação da EB das Naus e da EB Tecnopolis e, também, da ES Gil Eanes, bem como a ampliação e requalificação da EB Sophia de Mello Breyner Andresen, tendo em vista responder às necessidades dos estabelecimentos de 2.º e 3.º CEB e a minimização das situações de sobrelotação dos estabelecimentos face à procura atual e futura;
- **Cenário B** - Construção de uma escola básica integrada com educação pré-escolar, que irá abranger os alunos deste o pré-escolar ao 3.º CEB, a par das obras de requalificação da EB2,3 das Naus e ES Gil Eanes, bem como a ampliação desta última.

Tendo sido sinalizadas estas hipóteses de intervenção, a sua calendarização, definição de responsabilidades, e eventuais fontes de financiamento terão que ser articuladas no âmbito das políticas do município de Lagos, devendo igualmente ser discutidas no quadro da transferência de competências do Ministério da Educação para o Município.

Considerando a estratégia municipal em termos educativos, a necessidade premente de responder à situação de saturação dos espaços de diversos estabelecimentos e, ainda, o quadro de financiamento disponível, apresenta-se de seguida a calendarização das intervenções por cenário. A calendarização proposta prevê uma programação das intervenções segundo dois níveis de hierarquização, nomeadamente:

1. A **curto prazo** - a realizar nos 3 ou 4 primeiros anos de vigência da carta educativa, para intervenções prioritárias, nas escolas mapeadas no sentido de aproveitar rapidamente as oportunidades de financiamento e incidir sobre os problemas diagnosticados como mais prementes e
2. A **médio/longo prazo** – a concretizar a partir do 4.º ano após a entrada em vigor da carta educativa, relativo às restantes intervenções, dando mais flexibilidade nas decisões em função da monitorização da procura e dos eventuais programas de financiamento que venham a surgir, mais ou menos dirigidos para alguns ciclos de ensino.

Tabela 83 – Calendarização das Intervenções estruturantes

	Intervenção a realizar	Hierarquização	Calendarização
A	Ampliação e requalificação da EB das Naus	1	2023-2026
	Ampliação e requalificação da EB Tecnopolis	1	2023-2026
	Ampliação e requalificação da EB Sophia de Mello Breyner Andresen	2	2026-2029
	Ampliação e requalificação da ES Gil Eanes	2	2026-2029
B	Construção de nova EB integrada com pré-escolar	1	2023-2026
	Requalificação da EB das Naus	1	2023-2025
	Ampliação e requalificação da ES Gil Eanes	2	2026-2029

8.2. Custos previstos com as intervenções propostas

De modo a orientar a calendarização e programação financeira das intervenções estruturantes previstas na Carta Educativa apresenta-se de seguida um exercício de estimativas de custos de cada intervenção estruturante, que, apesar de meramente indicativo, visa fundamentalmente apoiar a decisão sobre qual a opção que permitirá responder adequadamente à procura atual e futura.

A estimativa do valor de investimento necessário para a execução das intervenções propostas baseia-se nos valores padrão definidos no âmbito da reprogramação do Programa Operacional do Algarve (CRESC Algarve 2020) nomeadamente do reforço financeiro da dotação da Prioridade de Investimento – Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino”, do domínio do Capital Humano, e que se apresentam na tabela seguinte.

Tabela 84 – Custos Padrão

Tipologia de intervenção ⁽¹⁾		Valor de construção e/ou reconstrução/m ² de referência ⁽²⁾
A – Área bruta de construção dos edifícios		
A1 – Construção existente / requalificada	Edifício	1200,00
	Pavilhão desportivo	660,00
	Oficinas	660,00
A2 – Construção nova	Edifício	1500,00
	Pavilhão desportivo	825,00
	Oficinas	825,00
B – Área de construção de recreio (dentro do perímetro escolar)		
B1 – Áreas de recreio cobertas		225,00
B2 – Áreas de recreio descobertas (inclui verba para área exterior coberto vegetal		Valor limitado a 7,5 % do montante apurado após aplicação dos Custos Padrão às áreas de construção de edifícios (A) e às áreas de recreio cobertas (B1)

(1) A tipologia de intervenção inclui os seguintes espaços: a. Espaços comuns e de circulação; b. Salas de aula comuns e específicas (laboratórios); c. apoio administrativo e gestão; d. bibliotecas, auditórios, anfiteatros; e. cozinhas, refeitórios, instalações sanitárias; f. zonas e espaços desportivos; g. zonas exteriores.

(2) Os valores de referência incluem todas as naturezas de custos elegíveis (obras, estudos e projetos, fiscalização)

Fonte: Anexo II - Aviso N.º ALG-17-2022-09 “Mecanismo Extraordinário de Antecipação”.

Por outro lado, considerando a necessidade dos projetos de execução que permitam o cálculo dos custos das intervenções propostas para aplicação dos custos padrão referidos anteriormente, a estimativa do valor de investimento necessário para a execução das intervenções irá basear-se nos valores máximos de referência (de cofinanciamento) definidos no âmbito do Programa Operacional do Algarve (CRESC Algarve 2020) e que se apresentam na tabela seguinte.

Tabela 85 – Valores máximos de referência ¹

Tipo de intervenção	Descrição da intervenção	Valores máximos de referência		
		Pré-escolar	Pré-escolar e/ou Básico	Básico e/ou Secundário
Nova construção	Construção de novos estabelecimentos	110.000 €/sala	120.000 €/sala	130.000 €/sala
Ampliação, Reabilitação e Modernização	Construção de novas salas de aula ou novos espaços específicos ²	110.000 €/sala	120.000 €/sala	130.000 €/sala
	Reabilitação e modernização de salas de aula existentes ou espaços específicos ²	60.000 €/sala	65.000 €/sala	70.000 €/sala

(1) Valores s/ IVA;

(2) Espaços específicos – espaços que garantam condições para um ensino moderno e qualificado nomeadamente: sala polivalente/refeitório/cozinha, laboratório, biblioteca, auditório, sala de professores.

Fonte: Aviso ALG-73-2016--01

Apesar dos valores máximos de referência apresentados, importa ter em consideração a experiência recente da autarquia em matéria de investimentos na construção de novos estabelecimentos educativos

e que podem naturalmente servir de referência para as estimativas para as construções propostas – a construção da Escola Básica - Centro Escolar da Luz (2 salas JI e 6 salas 1.º CEB) que ficou em 3.471.939,50€ (c/IVA).

Apesar dos valores máximos de referência apresentados na tabela anterior estarem claramente desatualizados, importa ainda referir que a construção da EB Tecnopolis (26 salas/turmas) correspondeu a um custo global de 4.824.692,00€ (2010), de onde resulta um valor aproximado de 185.000,00€ por sala.

A requalificação das salas/espacos existentes destina-se a responder às exigências atuais de qualidade, conforto e segurança (garantindo a flexibilidade/adaptabilidade dos espacos).

Na tabela seguinte apresenta-se a estimativa de custos das principais intervenções propostas em cada cenário. Com base nos custos de referência de cofinanciamento (50% do montante elegível) no âmbito do Programa Operacional CRESC Algarve 2020 – e na ausência de outros parâmetros base – optou-se por considerar o dobro do valor de cofinanciamento. Relativamente às intervenções de requalificação ou construção de espacos de recreio descoberto e da construção de pavilhão desportivo, considerou-se o valor do custo padrão referido na tabela 84.

Tabela 86 – Custos das intervenções principais previstas no Cenário A

Tipo	Intervenções propostas	Nº de salas /espacos	custo unitário	Custo estimado (€)	
Ampliações / Requalificações	Ampliação e requalificação da EB Sophia de Mello Breyner Andresen			1 450 000,00 €	
		Construção de novas salas de atividades (JI)	2	220 000,00 €	440 000,00 €
		Construção de novas salas de aula 1.º CEB	4	220 000,00 €	880 000,00 €
		Reabilitação do refeitório/cozinha/polivalente	1	130 000,00 €	130 000,00 €
		Ampliação e requalificação da EB das Naus			6 760 000,00 €
		Construção de novas salas de aula 2.º/3.º CEB	13	240 000,00 €	3 120 000,00 €
		Reabilitação e modernização de salas de aula existentes	19	140 000,00 €	2 660 000,00 €
		Reabilitação de salas específicas existentes	6	140 000,00 €	840 000,00 €
		Reabilitação do refeitório/ cozinha	1	140 000,00 €	140 000,00 €
		Ampliação e requalificação da EB Tecnopolis			3 020 000,00 €
		Construção de novas salas de aula 2.º/3.º CEB	12	240 000,00 €	2 880 000,00 €
		Reabilitação do refeitório/ cozinha	1	140 000,00 €	140 000,00 €
		Ampliação e requalificação da ES Gil Eanes			4 980 000,00 €
		Construção de novas salas ES	3	260 000,00 €	780 000,00 €
		Reabilitação e modernização de salas de aula existentes	15	140 000,00 €	2 100 000,00 €
		Reabilitação de salas específicas existentes	14	140 000,00 €	1 960 000,00 €
	Reabilitação do refeitório/cozinha	1	140 000,00 €	140 000,00 €	
TOTAL CENÁRIO A				16 210 000,00 €	

(¹) Valores s/ IVA.

Tabela 87 – Custos do Cenário B

Tipo	Intervenções propostas	Nº de salas /espacos	custo unitário	Custo estimado ¹ (€)	
Novas construções	Construção de EBi de Lagos			12 706 500,00 €	
		Novas salas de atividades JI	4	240 000,00 €	960 000,00 €
		Novas salas de aula 1.º CEB	6	240 000,00 €	1 440 000,00 €
		Novas salas de aula 2.º/3.º CEB	25	240 000,00 €	6 000 000,00 €
		Novas salas específicas (Labs/informática, CAA)	5	240 000,00 €	1 200 000,00 €
		Sala de polivalente/cozinha/refeitório	1	240 000,00 €	240 000,00 €
		Biblioteca e auditório	2	240 000,00 €	480 000,00 €

Tipo	Intervenções propostas	Nº de salas /espaços	custo unitário	Custo estimado ¹ (€)
	Salas de professores/ pessoal auxiliar	2	240 000,00 €	480 000,00 €
	Campo de jogos	450 m ²	250,00 €	112 500,00 €
	Pavilhão Desportivo	1100 m ²	825,00 €	907 500,00 €
	Recreio descoberto	7,5% dos custos com a edificação		886 500,00 €
Ampliações / Requalificações	Requalificação da EB das Naus			3 640 000,00 €
	Reabilitação e modernização de salas de aula existentes	19	140 000,00 €	2 660 000,00 €
	Reabilitação de salas específicas existentes	6	140 000,00 €	840 000,00 €
	Reabilitação do refeitório/ cozinha	1	140 000,00 €	140 000,00 €
	Ampliação e requalificação da ES Gil Eanes			4 980 000,00 €
	Construção de novas salas ES	3	260 000,00 €	780 000,00 €
	Reabilitação e modernização de salas de aula existentes	15	140 000,00 €	2 100 000,00 €
	Reabilitação de salas específicas	14	140 000,00 €	1 960 000,00 €
	Reabilitação do refeitório/cozinha	1	140 000,00 €	140 000,00 €
	TOTAL CENÁRIO B			

(¹) Valores s/ IVA.

Os montantes de investimento associados a cada cenário **são indicativos e deverão ser aferidos no âmbito da elaboração dos respetivos projetos de execução das obras**, ao que acrescem ainda os custos de aquisição de terrenos (no caso de construção de novo estabelecimento), a elaboração de estudos complementares, arranjos exteriores, infraestruturas, instalações temporárias, apetrechamento, custos com pessoal ou outras intervenções que dependem dos respetivos projetos.

O cálculo do investimento necessário na construção da nova escola básica com 2.º e 3.º CEB apresentado no cenário B não prevê o custo de aquisição do terreno, o qual, tendo em consideração a área de terreno recomendada para a construção de uma EB integrada com JI (DGOTDU 2002) deverá ser de 25.000m², respeitando os requisitos de localização e características específicas definidas pelo Ministério da Educação para um estabelecimento com oferta deste nível de ensino.

De salientar que a EB 2,3 das Naus, desde o ano letivo 2018/19, conta com 8 monoblocos p/ salas de aula e 2 para instalações sanitárias, o que representa um **encargo mensal para o Município de 5.129,90 €** - traduzindo-se em 61.558,80€ por ano. No entanto, o Município tomou a opção de aquisição dos monoblocos, pelo que este custo mensal deixará de existir já no ano letivo 2023/24.

A par das intervenções de fundo previstas nos cenários mencionados (ampliação de 4 estabelecimentos VS construção de novo estabelecimento e ampliação de outro), importa salientar a necessidade de intervenção na EB das Naus (para além da requalificação da ES Gil Eanes), no sentido de proceder à correção de problemas atualmente existentes ao nível do edificado, de situações de degradação profunda e/ou melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental.

8.3. Despesas com apetrechamento dos espaços escolares

As despesas com o apetrechamento técnico-pedagógico dos estabelecimentos da rede educativa dividem-se entre mobiliário, material didático e equipamento informático. Os custos estimados têm em consideração os valores de referência definidos no Aviso de Candidaturas ao PO CRESC Algarve 2020 e que se apresentam na tabela seguinte.

Tabela 88 – Valores máximos de referência para apetrechamento dos espaços

	Localização do equipamento/instalação	Valores máximos de referência (€)		
		Pré-escolar	Pré-escolar e/ou básico	Básico e/ou Secundário
Mobiliário escolar	Sala de aula	1.300	1.300	1.500
	Sala de atividades educação pré-escolar	3.000	3.000	-
	Polivalente	1.500	2.500	5.000
	Refeitório	2.000	3.500	6.000
	Cozinha	30.000	40.000	50.000
	Biblioteca	-	10.000	15.000
	Sala de professores/ pessoal auxiliar	1.000	2.000	3.000
	Salas de atividades (música, EVT, etc)	-	6.000	9.000
	Sala da direção	-	2.000	3.000
	Secretaria	-	3.000	6.000
	Laboratórios	-	4.000	6.000
	Auditório	-	-	10.000
	Pavilhão desportivo	-	1.000	1.500
Material didático	Sala de aula	1.000	1.500	2.000
	Sala de atividades educação pré-escolar	3.500	3.500	-
	Biblioteca	-	2.000	3.000
	Sala de professores/ pessoal auxiliar	-	1.000	1.000
	Salas de atividades (música, EVT, etc)	-	5.000	10.000
	Laboratórios	-	9.000	15.000
	Pavilhão desportivo	-	5.000	10.000
Equipamento informático, eletrónico e redes de informação, de comunicação	Sala de aula	2.000	2.000	3.000
	Sala de atividades educação pré-escolar	2.000	2.000	-
	Sala de professores/ pessoal auxiliar	1.000	2.000	3.000
	Biblioteca	-	2.500	5.000
	Salas de atividades (música, EVT, etc)	-	5.000	10.000
	Sala da direção	-	1.500	2.500
	Secretaria	-	3.000	8.000
	Laboratórios	-	1.500	2.500
	Auditório	-	-	3.000
	Pavilhão desportivo	-	1.000	2.000

Fonte: Aviso nº ALG-73-2016-1 e alterações posteriores

De salientar que o apetrechamento dos espaços escolares obedece a normas específicas que têm vindo a ser atualizadas ao longo dos últimos anos e que implicam alterações não apenas em termos de necessidades de equipamentos e materiais, mas também nas próprias características dos espaços específicos, o que se repercute, forçosamente, em alterações aos valores máximos de referência que permaneceram inalterados, devendo ser revistos no âmbito dos respetivos projetos de execução das intervenções a concretizar.

8.4. Fontes de financiamento

Muitas das intervenções são passíveis de financiamento no âmbito da transferência para o município das competências em matéria de educação – devendo ficar identificadas, no protocolo de transferência de competências, no *Mapeamento dos edifícios e equipamentos escolares que necessitam de investimentos de construção de novas infraestruturas, bem como de intervenções de requalificação e modernização de grande dimensão*⁹ para virem a beneficiar dos apoios do Ministério da Educação.

Por outro lado, importa fazer referência a outros instrumentos que irão permitir financiar as intervenções propostas, desde que enquadradas nas agendas/programas definidas nos respetivos avisos de candidatura, quando forem lançados.

Estratégia Portugal 2030

A Estratégia Portugal 2030 – a qual constitui o referencial para a aplicação dos vários instrumentos de política a adotar no futuro próximo, dos quais se destacam o Quadro Financeiro Plurianual (Portugal 2030) para o próximo ciclo de fundos estruturais estão previstos 24 M€ – encontra-se estruturada em torno de **quatro agendas temáticas**:

1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
2. Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
3. Transição climática e sustentabilidade dos recursos;
4. Um país competitivo externamente e coeso internamente.

Dos oito eixos estratégicos que enquadram a estratégia de desenvolvimento económico e social do país para os próximos 10 anos importa salientar o eixo II – Qualificação, Formação e Emprego, cujo objetivo prioritário “*Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego*” se traduz num conjunto de objetivos estratégicos, designadamente no que respeita à Qualificação e Formação, que deverão enquadrar as medidas a apoiar pelo novo quadro de apoios comunitários.

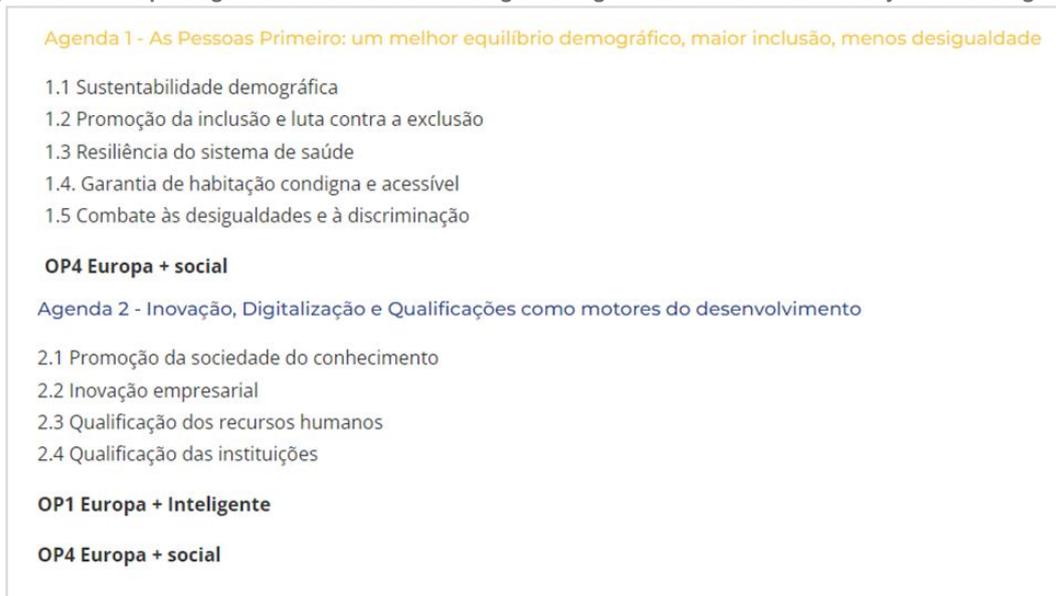
Segundo a versão final do Acordo de Parceria, o Portugal 2030 – alinhado com a Estratégia Portugal 2030 – encontra-se programado em torno 5 objetivos estratégicos (enquadrados nos 5 objetivos definidos pela UE), a saber:

- **OP1 – Portugal mais competitivo e inteligente** – assente na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo;
- **OP2 – Portugal mais Verde** – aposta na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas;
- **OP3 – Portugal mais Conectado** – prevê investimento numa rede de transportes resiliente, sustentável, inteligente e intermodal;
- **OP4 – Portugal mais Social e Inclusivo** – apoia o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde;
- **OP5 – Portugal Territorialmente mais Coeso e Próximo dos Cidadãos** – apoiando estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável.

No âmbito das intervenções propostas, importa destacar as principais áreas de programação do OP4, para o qual está definido um montante global de financiamento **7.883 milhões de euros**, desconhecendo-se ainda a tipologia de ações que venham a ser elegíveis.

⁹ Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro – n.º 3 do artigo 50.º

Figura 23 – Principais agendas temáticas da Estratégia Portugal 2030 alinhadas com o Objetivo Estratégico OP4



Fonte: https://portugal2030.pt/portugal-2030/?doing_wp_cron=1664822372.3739049434661865234375#estrategias.

O Acordo de Parceria é implementado através de **12 Programas**: quatro de âmbito temático – Demografia, Qualificações e Inclusão, Inovação e Transição Digital, Ação Climática e Sustentabilidade, e Mar; cinco regionais correspondentes às NUTS II do Continente; dois das Regiões Autónomas; e um de Assistência Técnica. Dos programas temáticos importa destacar, no âmbito de possíveis fontes de financiamento para as intervenções de reordenamento da rede educativa:

- **Demografia, qualificações e inclusão** (financiado pelo FSE+): dá cumprimento quase integral ao OP 4, com intervenção alargada nos domínios das Políticas Ativas de Emprego, da Educação e Formação Profissional e Superior, da Inclusão Social e da Igualdade e não discriminação;
- **Inovação e transição digital** (financiado pelos Fundos FEDER e FSE+): dirigido às regiões menos desenvolvidas do Continente, dá cumprimento sobretudo ao OP 1 – apoiando a digitalização, a inovação e I&D e a internacionalização das empresas e das instituições de interface e do sistema científico – e apoia ainda as empresas no OP 2 e no OP4, em projetos de descarbonização e de formação de ativos, respetivamente;
- **PO Regionais** (financiados pelo FEDER e FSE+): mobilizam a generalidade dos OP, com particular destaque para os OP5, OP2 e OP1. Estes PO estão particularmente focados na dimensão territorial das políticas públicas/territorialização das políticas públicas, incluindo também os Planos Territoriais para uma Transição Justa, a ser financiados pelo Fundo para uma Transição Justa.

Na dimensão regional, foram elaboradas estratégias de desenvolvimento social e económico ao nível de cada uma das NUTS II, as quais têm em consideração as prioridades estabelecidas na Estratégia Portugal 2030, bem como integram a auscultação dos diferentes atores regionais, sub-regionais e locais.

Figura 24 – Distribuição dos montantes globais de financiamento

Programas	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	FTJ	AT	TOTAL (M€)	
Programas Temáticos	2 567	2 710	1 473	5 976	32		336	13 094	57%
Inovação e transição digital	2 567	815		400			123	3 905	
Ação climática e sustentabilidade		1568	1459				78	3 105	
Demografia, qualificações e inclusão				5 576			115	5 691	
Mar		341			32		20	393	
Programas Regionais do Continente	2 270	2 352	280	1 059	1 500	224	147	7 833	34%
Norte	1 000	911	95	501	767	60	61	3 395	
Centro	630	637	105	270	400	90	40	2 172	
Alentejo	234	340	81	144	213	74	19	1 104	
Lisboa	170	96		55	48		12	381	
Algarve	235	368		90	72		35	780	
Programas Regionais das Regiões Autónomas	468	316	191	848	36		41	1 899	8%
Açores	249	194	127	530	16		23	1 140	
Madeira	219	121	64	317	20		18	760	
Programa Assistência Técnica							169	169	1%
Total M€	5 305	5 378	1 944	7 883	1 567	224	691	22 995	100%

Fonte: https://portugal2030.pt/portugal-2030/?doing_wp_cron=1664822372.3739049434661865234375#estrategias.

Por outro lado, deve ser equacionada/aproveitada a possibilidade de candidatura ao PRR, na área temática da Educação e Emprego, que se consubstancia em:

- Medidas de apoio à qualificação e aumento de competências – com objetivos de modernização dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional, entre outros;
- Medidas de apoio à educação digital – nomeadamente através do programa Escola Digital, onde se inclui apoio na aquisição de computadores, conectividades e serviços para dotar as escolas públicas de meios necessários que permitam a alunos e professores aceder e utilizar recursos didáticos e educativos digitais.

9. MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS

A Carta Educativa do Município de Lagos constitui um documento estratégico “(...) inacabado, na medida em que tem de se adequar a uma realidade que evolui constantemente em função de dinâmicas demográficas, socioeconómicas, de alterações de política educativa e do desenvolvimento local”¹⁰.

Enquanto instrumento de planeamento, a Carta Educativa está sujeita a uma atualização permanente, devendo ser objeto de revisão quando a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, ou obrigatoriamente de 10 em 10 anos. Esta tarefa de atualização é facilitada com a implementação de um sistema de monitorização, ou seja, um processo que permitirá recolher informação útil para apoiar a conceção e a decisão de medidas de intervenção no que respeita à política educativa para o município, em função das necessidades de cada ano letivo, tendo em consideração o comportamento de um conjunto de indicadores variados, nomeadamente ao nível da procura.

A procura de estabelecimentos públicos de ensino e a sua capacidade de resposta está dependente de uma série de fatores muito voláteis como por exemplo os fluxos migratórios, as mobilidades intrarregionais, interconcelhias e inter-freguesias, as alterações da política educativa e a configuração da rede privada. Daí que seja fundamental o processo de monitorização da rede que permite adequar de forma mais dinâmica a rede às necessidades que vão surgindo.

A monitorização é um procedimento fundamental que visa permitir acompanhar e supervisionar o processo de implementação da carta educativa e, assim, identificar possíveis desvios face à programação definida, facto que pressupõe a existência de um adequado sistema de informação.

A implementação de um processo de monitorização, seja de que natureza for, que tem como objetivo a produção de informação (recolha de informação para ventilação de indicadores) pressupõe a existência de um sistema de informação adequado às necessidades, implicando alguns meios técnicos e humanos específicos. O sistema de informação deverá ser materializado numa base de dados.

A base de dados permitirá ao Município – complementando com outros indicadores que reconhecer como relevantes – realizar o processo de monitorização dos principais indicadores indispensáveis para a atualização permanente do diagnóstico do sistema educativo local e que, por sua vez, permitirá proceder a ajustamentos na componente de reordenamento da rede de estabelecimentos educativos. Assim que se revelar necessário, a equipa responsável pela monitorização deverá incluir outros indicadores que favoreçam a realização de um diagnóstico adequado às necessidades do sistema educativo municipal.

Seguidamente, apontam-se alguns indicadores, a título de exemplo, cujo acompanhamento no tempo deve ser objetivado:

- ↗ Taxa de escolarização e de pré-escolarização;
- ↗ Número de alunos por escola/jardim-de-infância;
- ↗ Número de alunos por ano/ciclo de ensino;
- ↗ Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino;
- ↗ População em idade escolar;
- ↗ Estado de conservação dos edifícios;
- ↗ Taxa de retenção/desistência;
- ↗ (...).

Para a obtenção de elementos com vista à atualização da informação, a equipa responsável pela monitorização da carta educativa deverá recorrer a processos de inquirição dos estabelecimentos da

¹⁰ Manual para a Elaboração da Carta Educativa, elaborado pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento, no âmbito da Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento da Educação, Ministério da Educação.

rede educativa e/ou aos Agrupamentos de Escolas, aos pais e encarregados de educação, aos alunos e às entidades empregadoras, se for caso disso. Para além desta inquirição dos principais atores que participam no sistema educativo local (fontes diretas), a equipa deverá recorrer a outras fontes de informação, tais como a DGEstE - DSRAIlg, o INE, a Santa Casa da Misericórdia de Lagos, o CASLAS, as Juntas de Freguesia, entre outros.

Todo o processo de recolha de informação para carregamento da base de dados deve ser antecedido da fase de seleção e conceção dos instrumentos de recolha. A Câmara Municipal de Lagos dispõe já de um sistema de recolha de indicadores através da inquirição dos agrupamentos de escolas e das direções dos estabelecimentos da rede privada e solidária, assegurando o recenseamento de informação qualitativa e quantitativa (aplicados aos vários níveis de ensino), permitindo elaborar um retrato da situação atual dos equipamentos, devendo ser atualizadas com uma periodicidade anual.

A informação, cujos elementos deverão ser carregados na base de dados criada pelo Município, é também relevante para a gestão corrente da rede educativa, para além da monitorização da Carta Educativa, permitindo:

- Facilidade na consulta de dados (estabelecimento por freguesia, localidade, ano letivo, grau de ensino, visualização de mapas com localização, entre outros)
- Registo de parâmetros específicos de cada estabelecimento educativo (contactos, horários, distâncias, taxas de aproveitamento, etc.)
- Registo de dados do ano letivo em curso e dos anos anteriores;
- Atualização de dados (graus de ensino, cursos ministrados, instalações, segurança envolvente, acessibilidades, avaliação, etc.)
- Centralização de toda a informação relevante para o processo de monitorização da Carta Educativa.

Além da informação alfanumérica, há que salientar a importância de incorporar informação cartográfica, relevante para a operacionalização do processo da Carta Educativa, bem como a sua articulação com o PDM e outros instrumentos de gestão territorial. Trata-se de informação cartográfica de base do concelho, em formato digital (shapefile.shp) com a seguinte informação vetorial: arruamentos, edifícios, linhas de água, altimetria, etc. (geralmente em escalas 1:10 000 ou 1:25 000).

Como exemplo dos elementos a recolher, identificam-se:

- ↗ BGRI 2021 (base geográfica de referência do Censo de 2021, INE);
- ↗ Localização dos edifícios e equipamentos da rede educativa e tipologia (de natureza pública e privada), com georreferenciação à escala 1:25 000;
- ↗ Localização de outros equipamentos coletivos complementares e respetivas tipologias;
- ↗ Rede de transportes públicos e transportes escolares, com identificação dos percursos e paragens;
- ↗ Situação e propostas do PDM para a rede escolar, hierarquização dos aglomerados e dotação funcional dos equipamentos;
- ↗ Acessibilidades e transportes, dinâmicas e estratégias de desenvolvimento e ordenamento.

Finalmente, convém salientar a importância da articulação entre vários departamentos da autarquia, desde que relevantes para responder às necessidades de informação alfanumérica e cartográfica para o processo de monitorização da Carta Educativa e conseqüentemente para o reordenamento da rede educativa do município.

Periodicidade

A equipa responsável pelo processo de monitorização deverá ter a preocupação de efetuar este procedimento no mínimo numa base anual, regendo-se de acordo com o ano letivo. Contudo, o processo de recolha de informação circunscrito a algumas fases específicas deverá ser uma preocupação permanente e contínua da equipa.

Sistematização e avaliação de resultados

Cada processo de monitorização deverá dar lugar a um processo de tratamento e sistematização da informação recolhida e à produção de um relatório síntese de diagnóstico do sistema educativo municipal, integrando os respetivos desvios relativamente ao planeado em sede de proposta de Carta Educativa.

As alterações resultantes do processo de monitorização deverão ser submetidas ao parecer do CMEL.

Gestão do processo de recolha, sistematização e integração da informação

A responsabilidade de monitorização da Carta Educativa, isto é, de recolha, sistematização e gestão da informação e resultados deverá estar centralizada no município, particularmente na Divisão de Educação, Juventude e Desporto (DEJD), em articulação com a DGEEC como entidade governamental que reúne informação detalhada em matéria de educação.

Por fim, o CMEL deverá desempenhar um papel estruturante no processo de acompanhamento e validação dos resultados. Ou seja, este deverá ter como responsabilidade o acompanhamento do processo e avaliação periódica dos resultados, com o objetivo de garantir uma rede educativa adequada às necessidades locais.

A partir da análise dos resultados e conclusões apresentados no relatório síntese de diagnóstico da realidade educativa municipal e das propostas identificadas, este órgão deverá desenvolver uma reflexão avaliativa acerca do desenvolvimento da Carta Educativa, propondo os ajustamentos estratégicos considerados pertinentes para o reordenamento da rede educativa.

[página propositadamente deixada em branco]

10. BIBLIOGRAFIA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 de junho – orientações para o reordenamento da rede escolar

Resolução da Assembleia da República n.º 92/2010 de 11 de agosto – Recomenda ao Governo que proceda a uma reavaliação do reordenamento da rede escolar estabelecida pela RCM n.º 44/2010 de 14 de junho

Resolução da Assembleia da República n.º 93/2010 de 11 de agosto – Definição de critérios para o reordenamento do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico

Resolução da Assembleia da República n.º 94/2010 de 11 de agosto – Recomenda a criação de uma carta educativa nacional e a suspensão da aplicação da RCM n.º 44/2010 de 14 de junho

Resolução da Assembleia da República n.º 95/2010 de 11 de agosto – Recomenda ao Governo critérios de qualidade no reordenamento da rede escolar

Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho – Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho – Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

Declaração de Retificação n.º 10/2019 de 25 de março, retifica o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro

Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, alterada pela Portaria n.º 245-A/2020, de 17 de outubro e pela Portaria n.º 73-A/2021, de 31 de março - Regulamenta os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Ministério da Educação

Portaria n.º 303/2022 de 22 de dezembro – identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2022/23

Despacho Normativo n.º 16/2019 de 04 de junho – procede à alteração do Despacho Normativo n.º 10 -A/2018, de 19 de junho, que estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória

Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, 2000 - Manual para a Elaboração da Carta Educativa

Carta Educativa: Guião para Elaboração, do Ministério da Educação, em parceria com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), o Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE) e a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), maio 2021.

Especificações Técnicas de Arquitetura para Projeto do edifício escolar, Parque Escolar, 2017

Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, DGOTDU, 2002

Plano Diretor Municipal de Lagos em vigor, Câmara Municipal de Lagos (<https://www.cm-lagos.pt>)

Recenseamentos Gerais da População e Habitação 2001/2011, INE

Resultados definitivos dos Censos 2021, INE.

Estimativas Anuais da População Residente INE, PORDATA

Sistema de Contas Integradas das Empresas, INE, PORDATA

[página propositadamente deixada em branco]

[página propositadamente deixada em branco]

[página propositadamente deixada em branco]



—
Matosinhos

R. Tomás Ribeiro, n.º412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159

Lisboa

R. Duque de Palmela, n.º 25 – 2º
1250-097 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201

geral@quaternaire.pt
www.quaternaire.pt

—